



ISSN 1984-7645

RELATÓRIO
**VIOLÊNCIA CONTRA OS
POVOS INDÍGENAS NO BRASIL**

DADOS DE 2011

APOIO



Este relatório é uma publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).



CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

PRESIDENTE

Dom Erwin Kräutler

ENDEREÇO

SDS - Ed. Venâncio III, sala 309-314

CEP 70.393-902 - Brasília-DF

Tel: (61) 2106-1650

Fax: (61) 2106-1651

www.cimi.org.br

Relatório

Violência contra os povos indígenas no Brasil – Dados de 2011

ISSN 1984-7645

COORDENAÇÃO DA PESQUISA

Lúcia Helena Rangel – Doutora em Antropologia – PUC-SP

PESQUISA E LEVANTAMENTO DE DADOS

Regionais do Cimi e Setor de Documentação do Cimi

ORGANIZAÇÃO DAS TABELAS DE DADOS

Eduardo Holanda, Leda Bosi e Marluce Ângelo da Silva

REVISÃO DAS TABELAS DE DADOS

Lúcia Helena Rangel e Roberto Antonio Liebgott

SELEÇÃO DE IMAGENS

Aida Cruz

EDIÇÃO

Setor de Comunicação do Cimi

REVISÃO

Leda Bosi

DIAGRAMAÇÃO

Licurgo S. Botelho

Capa


Acampamento Kaingang - Fraiburgo SC - Foto: Clóvis Brighenti

Mãe Madja segura filho em estado avançado de desnutrição – Foto: Adriel Lima Guimarães

Agressão com bala de borracha - Povo Guaviry – Foto: MP/MS

Retirada ilegal de madeira da TI Myky – Foto: Wajako Myky


Cova de criança morta por diarreia. Povo Madja, Acre. Foto: Renato Santana/Cimi



À Nísio Gomes, cacique Guarani-Kaiowá
da comunidade Guayviri, de Amambai,
Mato Grosso do Sul, assassinado
em 18/11/2011, por defender sua
comunidade e os direitos indígenas.

“ Já me bateram na beira da rodovia
quando eu vinha à noite. Tenho medo, mas
não paro [a luta pela terra], porque, se eu
morrer, misturo com a terra de novo,”

Agência Brasil, 03/09/2009.



Aos 300 mortos, nos últimos 10 anos,
vitimados pelas malárias e hepatites que
se instalaram no Vale do Javari (AM).

“ A situação em nossas aldeias
é comprovadamente um genocídio
silencioso, o que nos motiva, ainda mais,
a lutar pela vida,”

*Nota do Vale do Javari sobre o chamamento público
do Ministério da Saúde, Atalaia do Norte, 23/09/2011.*

Foto: Laila Menezes



Criança Guarani-Kaiowá

Em Mato Grosso do Sul, os povos indígenas recebem atenção quando há alguma repercussão no Brasil ou no exterior, em função dos assassinatos de suas lideranças, quando há epidemias ou endemias nas aldeias, quando são divulgadas informações sobre os altos índices de desnutrição e mortalidade infantil.

S U M Á R I O

Cruzes e Ressurreição, Morte e Bem Viver	6
Dom Erwin Kräutler – Bispo da Prelazia do Xingu e Presidente do Cimi	

APRESENTAÇÃO

Contra a violência e o retrocesso: é hora de pôr o pé na estrada	8
Cleber C. Buzatto – Secretário Executivo do Cimi	

INTRODUÇÃO

Vulnerabilidade, racismo e genocídio	12
Lucia Helena Rangel – Antropóloga / PUC SP	

ARTIGOS

“Os pistoleiros mataram e levaram meu pai”	16
Renato Santana – Editor do jornal Porantim/Cimi	
Construtoras avançam sobre a Terra Indígena Bananal com tratores, gás de pimenta e apoio estatal	20
Renato Santana – Editor do jornal Porantim/Cimi	
A crise da atenção à saúde indígena no Brasil em 2011	26
Paulo Daniel Moraes – Médico e membro da Pastoral Indigenista da Diocese de Roraima	
Vale do Javari: a cada dia, um novo perigo	29
J. Rosha – Jornalista - Cimi Norte I	
Do orçamento como direito ao direito de consulta	32
Ricardo Verдум – Antropólogo, pesquisador do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, da Universidade de Brasília	
Um ano de absurdos	40
Felício Pontes Jr. – Procurador da República no Pará e mestre em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela PUC-Rio	

Capítulo I – Violência contra o patrimônio

Omissão e morosidade na regularização de terras	45
Conflitos relativos a direitos territoriais	53
Invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio	55

Capítulo II – Violência contra a pessoa praticada por particulares e agentes do poder público

Assassinatos	65
Tentativa de assassinato	74
Homicídio culposo	78
Ameaça de morte	80
Ameaças várias	82
Lesões Corporais Dolosas	85
Abuso de poder	87
Racismo e discriminação étnico cultural	88
Violência Sexual	92

Capítulo III – Violências provocadas por omissão do poder público

Suicídio e tentativa de suicídio	97
Desassistência na área de saúde	101
Morte por desassistência à saúde	110
Mortalidade infantil	113
Disseminação de bebida alcoólica e outras drogas	116
Desassistência na área de educação escolar indígena	118
Desassistência geral	124

Capítulo IV – Violência contra povos indígenas isolados e de pouco contato

A violência contra os povos indígenas isolados em 2011	132
--	-----

Capítulo V – Crônicas de Violência - Povos vitimados pela ditadura

A longa jornada das flechas silenciadas	138
---	-----

ANEXO

Tabelas resumo da violência contra os povos indígenas – Dados de 2011	146
---	-----

Cruzes e Ressurreição, Morte e Bem Viver

Dom Erwin Krätler
Bispo da Prelazia do Xingu e Presidente do Cimi

Os povos indígenas, tanto no Brasil como em toda a América Latina, indicam o *Bem Viver* como alternativa à convicção do neoliberalismo de estarmos no mundo apenas para produzir e consumir. Esse *Bem Viver* nos remete aos valores do próprio Evangelho, pois recomenda uma vida pautada pelo amor fraterno, pela reciprocidade, pelo respeito ao outro, pela solidariedade com o próximo e por um zelo e cuidado especiais para com o meio-ambiente, a criação de Deus.

A ideologia e as ações do Governo e de certas bancadas no Congresso Nacional de nosso País situam-se na contramão do *Bem Viver*. Em lugar da partilha comunitária estimulam a exploração total das riquezas naturais, sem escrúpulos e em detrimento das futuras gerações. Em lugar da fraternidade solidária apregoam uma “sociedade anônima”, concentrada apenas na aceleração do crescimento econômico através da exportação e maximização do lucro. Em lugar do respeito aos outros, sobretudo aos menos favorecidos e aos culturalmente distintos da sociedade envolvente, apostam em atitudes autoritárias e arroubos ditatoriais que fazem renascer das cinzas de um regime que considerávamos definitivamente enterrado.

Foto: Eten Magalhães



Crianças Yanomami, Roraima

Os dados sobre as violências contra os povos indígenas que o Conselho Indigenista Missionário - Cimi apresenta neste relatório, demonstram a maneira como o Estado, governos e a sociedade envolvente se relacionam com estes povos. São evidentes o descaso e a omissão do Ministério da Justiça e seu órgão indigenista, a Fundação Nacional do Índio (Funai), e o Ministério da Saúde e sua Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), encarregados de executar as políticas de assistência e defesa dos direitos destes povos. A transição das responsabilidades pela assistência que era da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) para a Sesai é lenta e burocrática e com pouca participação indígena nas discussões e no planejamento de ações.

Os casos de morte por falta de assistência aumentaram e comprometem o futuro de povos no Amazonas e no Acre. É alarmante a mortalidade de crianças entre os povos Xavante, de Mato Grosso, do Vale do Javari, no Amazonas, e os Kaxinawá e Kulina, no Acre.

Os conflitos em Mato Grosso do Sul se intensificaram no decorrer de 2011. Fazendeiros mantêm milícias privadas para atacar e incendiar acampamentos



“ Enquanto mulheres e homens indígenas continuam sendo pregados em inúmeras cruces, o Bem Viver sonhado por eles é apenas uma utopia. Mas todas as mortes e violências juntas jamais serão capazes de matar nossa fé na Ressurreição, na vitória da Vida”



do povo Guarani-Kaiowá. Num destes ataques foi assassinado o líder Nísio Gomes. Seu corpo até hoje não foi encontrado.

Em 2011 as demarcações de terra continuaram paralisadas, apesar do clamor dos indígenas, principalmente daqueles que estão acampados nas margens das rodovias, submetidos à mais horripilante miséria e ainda às violências causadas pelo trânsito, como atropelamentos de crianças e adultos.

Nos grandes empreendimentos, como a construção da hidrelétrica de Belo Monte, os representantes do Governo Federal assumiram uma postura autoritária, desrespeitosa, até intimidadora, em relação a quem se manifesta contrário ao projeto ou denuncia

sua ilegalidade e defende os direitos constitucionais dos indígenas e ribeirinhos. Recusam-se terminantemente a levar em consideração as análises feitas por cientistas de alto nível e especialistas em energia que apontam falhas nos laudos dos técnicos que foram contratados para realizar os estudos de viabilidade de um empreendimento desta monta. Simulam ainda um processo de consulta aos povos atingidos, criticado pela Anistia Internacional como “consulta ineficaz”. Foi um ato sumamente irresponsável do Governo autorizar esta obra que impacta o meio ambiente de forma irreversível, ameaça seriamente a sobrevivência física e cultural dos povos indígenas e causa danos permanentes a toda a população local.

Os dados que apresentamos neste relatório desvelam as agressões à dignidade humana dos povos indígenas em todo o Brasil, sua aflição e seus sofrimentos. Enquanto mulheres e homens indígenas continuam sendo pregados em inúmeras cruces, o *Bem Viver* sonhado por eles é apenas uma utopia. Mas todas as mortes e violências juntas jamais serão capazes de matar nossa fé na Ressurreição, na vitória da Vida.

Sexta-feira Santa da Paixão do Senhor. ■

Contra a violência e o retrocesso: é hora de pôr o pé na estrada

Cleber C. Buzatto
Secretário Executivo do Cimi

O discurso ideológico fundado numa insustentável visão de desenvolvimento econômico vem sendo usado como elemento teórico absoluto para justificar a violação de direitos e a prática de outras formas de violências contra os povos indígenas no Brasil. Tal discurso mostra que estamos diante do momento conjuntural mais complexo e perigoso dos últimos 40 anos para os povos indígenas.

A partir da década de 1970, os povos indígenas conseguiram estabelecer uma importante mudança de paradigmas na relação com o Estado brasileiro. Os artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988 são reflexos dessa conquista. No entanto, o século XXI chegou e o retrocesso preocupa diante de um momento em que esse processo histórico corre sério risco de ser revertido no Brasil.

O neo-desenvolvimentismo de caráter predatório, fundado na exploração do meio ambiente e na exportação de matérias primas, associado às decisões monocráticas e autoritárias do atual governo do nosso país fazem dos povos indígenas as vítimas primeiras e prioritárias, nos campos econômico e político, numa nítida reedição do modelo de governança vivido no período da ditadura militar dos idos anos 1970.

Na contramão do que a população brasileira pensa e defende¹, percebe-se nitidamente a existência de um pacto silencioso entre os poderes do Estado brasileiro em torno dos interesses do capital e de seus privilegiados beneficiários com o objetivo de desconstruir as bases do direito fundiário dos povos indígenas no Brasil.

1 54% da população brasileira considera que as terras indígenas são insuficientes para que os povos indígenas vivam de forma adequada e apenas 31% consideram que as terras demarcadas são suficientes para tanto. Conforme pesquisa disponível em <http://www.fpa.org.br/sites/default/files/Cap13.pdf>



Povo Tupinambá em mobilização no Congresso Nacional, em Brasília

“ O neo-desenvolvimentismo de caráter predatório, fundado na exploração do meio ambiente e na exportação de matérias primas, associado às decisões monocráticas e autoritárias do atual governo do nosso país fazem dos povos indígenas as vítimas primeiras e prioritárias, nos campos econômico e político, numa nítida reedição do modelo de governança vivido no período da ditadura militar dos idos anos 1970. ”



Poder Executivo: retração e desenvolvimentismo

Chamamos a atenção para duas questões centrais que envolvem os povos indígenas e suas terras. Uma se aplica às terras indígenas ainda não reconhecidas, não demarcadas, que lhes foram usurpadas e que se encontram na posse de não índios. A outra se aplica mais fortemente, não exclusivamente, às terras indígenas que já estão demarcadas, regularizadas e que se encontram na posse dos povos indígenas.

Em relação à primeira, é nítida a estratégia governamental que aponta para uma marcante retração do ritmo na condução de procedimentos administrativos que visam a demarcação de terras. Em 2011, Dilma Rousseff homologou apenas 3 terras indígenas. No mesmo período, o Ministério da Justiça declarou como tradicionais somente 6 terras indígenas, enquanto apenas 9 terras foram identificadas e delimitadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

A retração, porém, parece crescer a cada ano. Lula, por exemplo, ao homologar apenas 80 processos de demarcação de terras indígenas nos 8 anos em que esteve na Presidência, perdeu para todos os seus antecessores do período pós 1988.

O governo Dilma toca a mesma música. Uma sinalização importante é a informação, tornada pública em 2011, de que a presidente trouxe para si o aval para a formação de Grupos Técnicos da Funai. Essa retração tende a potencializar ainda mais os conflitos fundiários entre indígenas e fazendeiros.

Apesar de 82% da população brasileira discordar abertamente da tese, conforme pesquisa da Fundação Perseu Abramo, de que o crescimento econômico do país



“ O governo Dilma toca a mesma música. Uma sinalização importante é a informação, tornada pública em 2011, de que a presidente trouxe para si o aval para a formação de Grupos Técnicos da Funai. Essa retração tende a potencializar ainda mais os conflitos fundiários entre indígenas e fazendeiros. ”

deva ocorrer mesmo que para isso os indígenas tenham que sair de suas terras, o governo federal toca cerca de 450 empreendimentos que afetam terras indígenas sem ao menos consultá-los sobre os mesmos. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é o instrumento usado neste sentido.

Mesmo sem nenhuma base legal vigente no país, notícias são cada vez mais comuns sobre o assédio de indivíduos, empresas e Organizações Não Governamentais (ONGs) mercantilistas junto a povos indígenas para que estes formalizem contratos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD).

Nesse contexto, entra o Projeto de Lei (PL) 1610/1996, que prevê a liberação da mineração em terras indígenas. Vale ressaltar ainda que a presidente Dilma, durante todo o ano 2011, se negou a ouvir e dialogar com lideranças de comunidades e de organizações indígenas.

É sintomático o fato de o governo dispor de aproximadamente 30 bilhões de reais para a execução de uma única obra, no caso a UHE Belo Monte, enquanto tenha usado apenas 17 milhões de reais na ação “Demarcação e Regularização de Terras Indígenas” em todo o território nacional ao longo do ano 2011.

Essa situação é extremamente grave uma vez que das 1046 terras indígenas, apenas 363 estão regularizadas. Outras 335 terras se encontram em alguma fase do procedimento de demarcação e outras 348 são reivindicadas por povos indígenas no Brasil.

Poder Judiciário: morosidade e criminalização

A morosidade do Poder Judiciário em reconhecer o direito dos povos indígenas contribui sobremaneira para a perpetuação das invasões das terras indígenas no país.

O caso da ação judicial em curso desde 1982, no Supremo Tribunal Federal (STF), em que é pedida a nulidade dos títulos de propriedade que incidem sobre a terra tradicional do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe e que foram concedidos ilegalmente pelo estado da Bahia e os casos de diversas ações judiciais usadas para paralisar procedimentos de demarcação de terras tradicionais dos povos Terena e Guarani-Kaiowá do Mato Grosso do Sul são exemplos típicos e recorrentes dessa realidade presente no Poder Judiciário de nosso país.

Foto: Renato Santana/Chmi



Povo Pataxó Hã-Hã-Hãe em mobilização em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília

“ É sintomático o fato de o governo dispor de aproximadamente 30 bilhões de reais para a execução de uma única obra, no caso a UHE Belo Monte, enquanto tenha usado apenas 17 milhões de reais na ação ‘Demarcação e Regularização de Terras Indígenas’ em todo o território nacional ao longo do ano 2011. ”



Em 2011, no que tange às ações judiciais que questionam a legalidade dos processos que culminam na construção de empreendimentos em terras indígenas, o Judiciário manteve a estratégia de não decidir. Com isso, as obras têm sido executadas sem exceção.

Citamos aqui os casos da UHE Estreito, no rio Tocantins, a Transposição do rio São Francisco, na região nordeste do país e da UHE Belo Monte. Esta última é construída no Rio Xingu, no Pará, sem que o Poder Judiciário se pronuncie em definitivo a respeito das 13 Ações Cíveis Públicas impetradas pelo Ministério Público Federal (MPF), Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e outras organizações da sociedade civil brasileira. Em função dessa realidade, em 2011, as obras físicas para construção da Usina foram iniciadas.

Poder Legislativo: ataque às garantias constitucionais

Os ataques ao direito territorial dos povos indígenas fizeram-se sentir com ainda mais força, em 2011, no âmbito do Poder Legislativo brasileiro. Os latifundiários fizeram uso de seu poderio econômico para fortalecer presença e influência política nas diferentes esferas de poder.

Em 2011, a bancada ruralista teve como foco central de seus ataques o direito ambiental brasileiro. Nesse sentido, usaram como instrumento a mudança da lei 4771/65, conhecida como Código Florestal.

Passada a aprovação do novo Código Florestal, todas as atenções, força e virulência do latifúndio se concentraram no ataque aos direitos territoriais e aos próprios povos indígenas e quilombolas. Para efetivar esse objetivo, foram definidos instrumentos tanto no Senado Federal, quanto na Câmara dos Deputados.

A PEC 38/1999 pretende alterar os artigos 52 e 231 da Constituição Federal e determinará que as demarcações de terras indígenas sejam aprovadas pelo Senado Federal. A PEC 215/2000 é ainda mais perniciosa. Em 2011, o relator que defendia a inconstitucionalidade da matéria em seu relatório e voto foi substituído sem

ao menos ser comunicado e o novo relator, o vice-líder do governo na Câmara, Dep. Osmar Serraglio, PMDB/PR, acelerou a tramitação da Proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Este, no seu relatório e voto, defende a constitucionalidade da PEC 215 e de outras 11 PECs similares que tramitavam na CCJ e que foram apensadas à mesma. Sendo aprovada, entre outras arbitrariedades, toda e qualquer demarcação de terra indígena e quilombola e criação de Unidades de Conservação Ambiental terão de ser submetidas à aprovação do Congresso Nacional. Num ambiente infestado de ruralistas, isso significaria, no nosso entendimento, a paralisação em definitivo do processo de reconhecimento, conquista e reconquista das terras tradicionais por parte dos povos indígenas.

É importante salientar ainda que, relativamente à temática da saúde indígena, as reclamações e mortes de indígenas, especialmente crianças menores de 5 anos, se espalha Brasil afora. Reflexo de uma opção anti-indígena perversa, estruturante e de longo prazo que nem mesmo o lamento dos povos tem conseguido modificar.

É hora de pôr o pé na estrada

Em mais este momento especialmente delicado, a exemplo do que historicamente vem ocorrendo, entendemos que será a união, a organização, os enfrentamentos, as lutas e a forte mobilização dos povos indígenas de todas as regiões do país que criarão as condições para que sejam superadas as violências e as perspectivas de retrocesso em relação aos seus direitos.

No enfrentamento e nas lutas necessárias e urgentes que se avizinham, os povos indígenas poderão continuar contando com o apoio da grande maioria da sociedade brasileira e de organizações aliadas como o Conselho Indigenista Missionário. ■



“ Em 2011, no que tange às ações judiciais que questionam a legalidade dos processos que culminam na construção de empreendimentos em terras indígenas, o Judiciário manteve a estratégia de não decidir. Com isso, as obras têm sido executadas sem exceção. ”



Vulnerabilidade, racismo e genocídio

Lucia Helena Rangel

Antropóloga / PUC SP

O presente relatório anual de violência contra os povos indígenas no Brasil foi elaborado a partir de dados publicados nas fontes de imprensa escrita e virtual, das mais diferentes cidades, em todas as regiões do país. A outra fonte, da maior importância, são as fichas preenchidas pelos missionários do Cimi, que trabalham junto aos povos e comunidades nos 11 Regionais que compõem a instituição, e que estão, portanto, em posição de observação direta do cotidiano das aldeias e seus entornos. Além disso, as informações provêm de relatórios policiais e do Ministério Público. Todas essas fontes, sustentadas pelas denúncias de lideranças e comunidades indígenas, permitem compor o quadro da violência e de violação de uma série de direitos abrangendo todo o território nacional. Os registros aqui reproduzidos, entretanto, não esgotam todas as ocorrências acontecidas, mas indicam a tendência e as características dos ataques e ameaças que pesam sobre essa população.

Assassinatos, ameaças, morte de crianças, racismo, vulnerabilidade em saúde e nutrição, agressões ao meio ambiente, precariedades de toda sorte: são estes, entre outros, os fatores que compõem a violência e a violação de direitos que atingem boa parte da população indígena que vive em terras brasileiras, registrados em 2011.

Até mesmo alguns povos que viviam em certa paz nos últimos anos são novamente ameaçados: os Yanomami, de Roraima e do Amazonas, denunciam a construção de pequenos aeroportos clandestinos e a presença de garimpeiros, cujas atividades ilegais poluem os rios e terras, fazendo crescer a malária e adoecer muita gente.

Em Mato Grosso os Kayabi do Teles Pires ressentem-se de não terem sido ouvidos a propósito da construção da UHE São Manoel que deverá ser

implantada a 500 metros de seu território tradicional. Os Manoki são incomodados por pecuaristas, pescadores, madeireiros, além das ameaças de projetos de PCHs. Os povos do Xingu não suportam mais estudos para implantação de hidroelétricas, hidrovias e rodovias além de notarem uma seca mais intensa nos rios Xingu e Culuene, desde 2010, impedindo a navegação e aparecendo peixes mortos e água mais suja. Os Xavante

Foto: Cimi/SP



Indígenas Kaingang são obrigados a viver à beira de rodovias, ...

“ Assassinatos, ameaças, morte de crianças, racismo, vulnerabilidade em saúde e nutrição, agressões ao meio ambiente, precariedades de toda sorte: são estes, entre outros, os fatores que compõem a violência e a violação de direitos que atingem boa parte da população indígena que vive em terras brasileiras, registrados em 2011. ”

da Terra Indígena Marawatsede apontam as pressões do desmatamento, da pecuária, do agrotóxico das plantações de soja, do trânsito da BR158 que corta a área, das queimadas e do envenenamento dos rios. O povo Myky reclama da morosidade na demarcação da ampliação de sua terra por causa do conflito em função da concessão de licenças para projetos de manejo florestal, além da retirada ilegal de madeira. Os povos Sabanê, Manduca,



... a espera de regularização de suas terras

Tawandê, Idalamarê estão cercados por grandes fazendas e pela produção de soja, que contamina com produtos químicos as cabeceiras do rio Toleri ou Mosquito.

Também reclamam os Paumari do Lago Manissuã e do Lago Paricá, no Amazonas, ameaçados de perderem espécies de pescados por causa de ações predatórias de invasores.

As invasões possessórias, a exploração ilegal de recursos naturais e diversos danos ao patrimônio indígena foram registrados neste relatório através de 41 ocorrências em diversas regiões do país.

Além disso, foram registrados 47 casos de omissão e morosidade na regularização de terras, afetando diversos povos. No Rio Grande do Sul são 14 ocorrências, envolvendo os Guarani M'Bya e os Kaingang, que vivenciam uma situação bastante dramática, pois o protelamento da regularização das terras aprofunda as consequências de viver em acampamentos em beira de estrada, casos de atropelamentos com morte e lesões graves, associados à falta de assistência na saúde, nutrição e educação.

A educação indígena carece de meios materiais, de formação de pessoal, de aprimoramento pedagógico e de recursos para suporte das atividades; ironia do destino ou, sinal dos tempos, a falta de luz elétrica tornou-se um problema para o bom funcionamento das escolas, dos postos de saúde e dos meios de comunicação.

A desassistência na área da saúde atinge mais de 35.000 pessoas, distribuídas por 15 Estados da Federação, sendo os casos mais graves localizados no Amazonas, particularmente no Vale do Javari. Há alguns anos a situação se agrava para os povos Marubo, Corubo, Kanamari e outros, incluindo comunidades isoladas ameaçadas pelas doenças, pela falta de medicamentos e de infra-estrutura, além da precariedade de recursos humanos e financeiros. O registro de mortes de crianças e de adultos atingiu o número de 300 óbitos em 10 anos.

“ As invasões possessórias, a exploração ilegal de recursos naturais e diversos danos ao patrimônio indígena foram registrados neste relatório através de 41 ocorrências em diversas regiões do país. ”

No Vale do Javari são as doenças, no Mato Grosso do Sul além da falta de assistência, são os assassinatos que nos fazem identificar duas situações de genocídio que pesam sobre os povos que vivem nessas regiões.

Com uma taxa de homicídios de 100 por 100 mil pessoas, maior que a do Iraque, e quatro vezes maior do que a taxa nacional, o povo Guarani e Kaiowá, do Mato Grosso do Sul, enfrenta uma verdadeira guerra contra o agronegócio.

O registro de 51 assassinatos de indígenas em 2011, mais uma vez, mostra que 62,7%, ou seja, 32 vítimas pertencem aos povos que habitam o Mato Grosso do Sul, sendo 27 Guarani-Kaiowá, 2 Terena, 2 Guarani Nhandeva e 1 Ofayé-Xavante. Se somarmos os 32 assassinatos com 27 tentativas de assassinatos são 59 casos de morte e quase morte que atingiram indivíduos, de acordo com os registros deste relatório.

A SESAI/DIASI/DSEI-MS registrou 39 assassinatos de indígenas, a maioria na região sul do Estado do Mato Grosso do Sul, onde vivem os Guarani-Kaiowá o que representa uma taxa de mortalidade específica por homicídio de 53,75 por 100.000 pessoas. Mesmo que haja alguma diferença entre os dados do Cimi e do DSEI-MS, as proporções dos assassinatos e a dimensão do problema que afeta esse povo nos faz reafirmar a situação de genocídio.

Além, dos assassinatos e das tentativas de assassinato outro fator de alerta, que atinge a população Guarani-Kaiowá, refere-se ao número elevado de suicídios, cujas vítimas são os jovens. Nos registros do Cimi constam 13 suicídios em 2011, enquanto o DSEI-MS registrou 45 casos, correspondendo a 70% do sexo masculino na faixa etária entre 15 e 29 anos. O grito de alerta dos jovens não tem sido ouvido pelas autoridades que fazem pouco caso frente a reprodução dessa situação, subestimando a denúncia de genocídio. Há muitos anos o Cimi tem publicado o relatório de violência, em âmbito nacional e regional, cujas denúncias já fizeram eco na 6ª Câmara do Ministério Público, já foram encaminhadas aos organismos internacionais e, também, enfatizadas no último relatório da Anistia Internacional. Quem ouvirá o grito desses jovens?

Devemos também enfatizar as agressões dirigidas às comunidades, principalmente aquelas que tentam retomar suas terras tradicionais e são atacadas por agressores que disparam tiros, indiscriminadamente,

“ Com uma taxa de homicídios de 100 por 100 mil pessoas, maior que a do Iraque, e quatro vezes maior do que a taxa nacional, o povo Guarani e Kaiowá, do Mato Grosso do Sul, enfrenta uma verdadeira guerra contra o agronegócio. ”

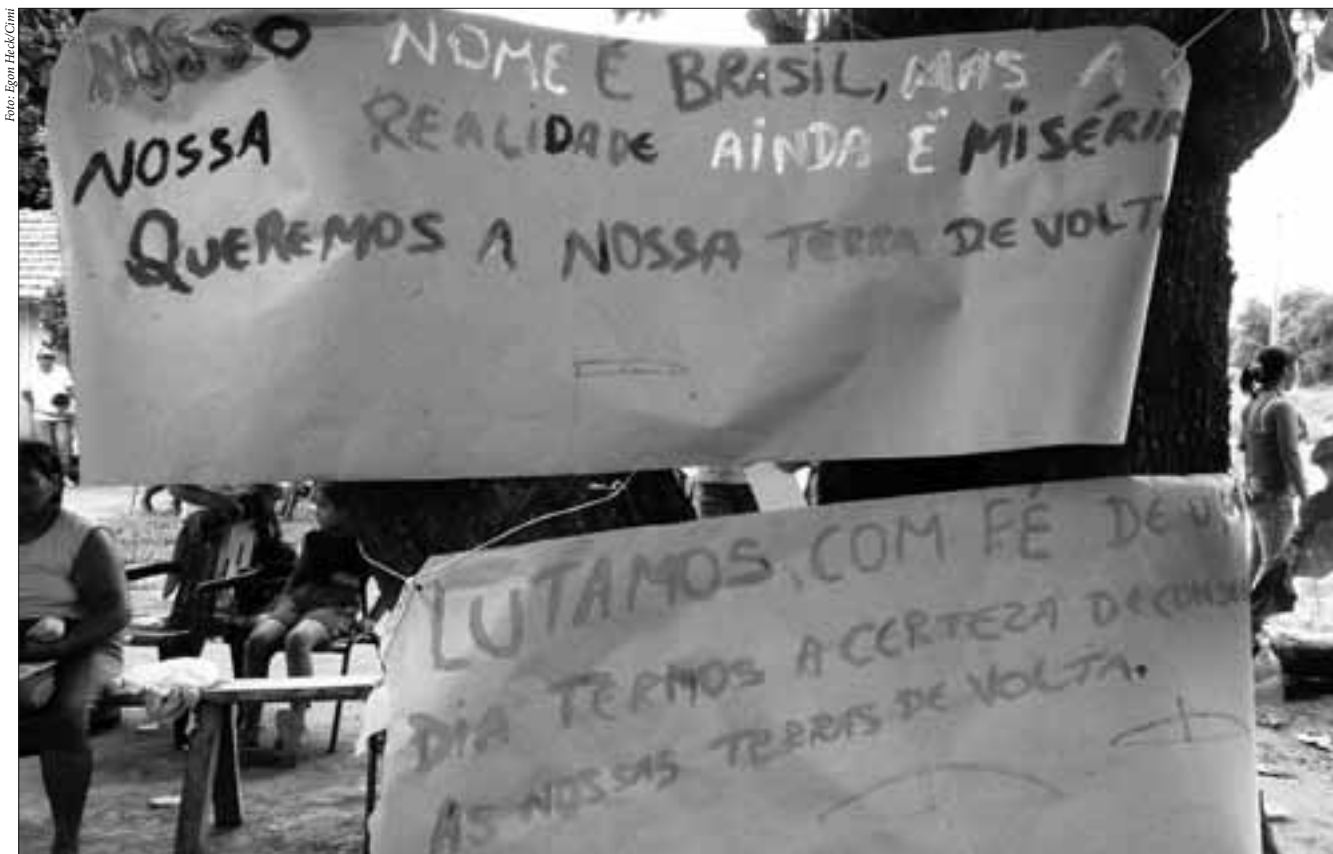
contra crianças, idosos, jovens, homens e mulheres. Neste ano destacamos dois episódios que atingiram os Guarani-Kaiowá: um foi o ataque ao acampamento M'Barakay, no município de Iguatemi e outro ao acampamento Guayviri, no município de Amambaí. Nos dois casos homens armados dispararam tiros e queimaram barracos, porém, em Guayviri o líder Nizio Gomes foi executado por dois tiros, um no pescoço e outro no peito; seu corpo foi arrastado e levado pelos assassinos; até hoje não foi encontrado. Também no Mato Grosso do Sul o povo Terena tem sido vítima de sérios ataques, sendo um de extrema gravidade, isto é, o cerco a um ônibus escolar que foi apedrejado e incendiado, no qual resultou a morte de uma mulher.

Importante também é destacar os 20 casos de racismo registrados neste relatório e que representam apenas uma pequena parte da discriminação a que estão submetidos os indígenas em todo território nacional.

Um tipo de racismo muito comum tem sido não reconhecer o vínculo de pertencimento a uma comunidade ou não reconhecer a história de uma comunidade que se autodeclara indígena. A aparência física, supostamente fruto de miscigenação de indígenas com indivíduos não-indígenas ou indígenas de povos diferentes, tem sido considerada uma marca estigmatizante que serve para colocar sob suspeita a autodeclaração e, mais do que isso, serve ao Estado como fator de recusa na concessão de direitos indígenas. A comunidade sob suspeita de “fraude de identidade” ou a comunidade miscigenada não poderia ser considerada indígena autêntica. Desse modo existiriam “índios mais puros” e “índios mais impuros”, diferenciando raças melhores e piores, com mais direitos e com menos direitos.

Até mesmo a direção da Funai apontou a miscigenação de indígenas com não-indígenas como fator discriminatório que faria diminuir direitos para os habitantes de terras indígenas que serão alagadas pelo lago da UHE Belo Monte, no rio Xingu.

Esse tipo de argumento também tem sido utilizado para negar direitos à assistência de órgãos oficiais de saúde, educação e outros. Veja-se o caso de um



Jovens Terena reivindicam suas terras

“ Importante também é destacar os 20 casos de racismo registrados nesse relatório e que representam apenas uma pequena parte da discriminação a que estão submetidos os indígenas em todo território nacional. ”

vereador indígena que foi impedido de tomar posse no cargo executivo da Prefeitura de Curaçá, Bahia.

Em mais de uma situação indígenas foram impedidos de falar sua língua própria, mesmo que houvesse tradutores habilitados. Nas escolas oficiais as crianças indígenas são hostilizadas e nas ruas das cidades os ônibus não param nos pontos onde há indígenas para embarcar.

O racismo também pode ser verificado na imprensa que se refere ao “índio pilantra” que só quer dinheiro para liberar um conserto na estrada que corta sua terra. Do mesmo modo o funcionário da Sesai disse que os membros da comunidade teriam que tomar água de lama igual a porco; diante da reação da comunidade contra esse funcionário, a imprensa de Rondônia divulgou o episódio para difamar os indígenas. Que, por sinal, estão sempre errados, cometendo deslizes

imperdoáveis e vivendo de um modo que não agrada em nada aos não-indígenas, sempre corretos e do lado da verdade. Durante o ano de 2011 algumas matérias da imprensa trataram de mostrar como as comunidades habitantes da Terra Indígena Raposa Serra do Sol vivem precariamente e seus membros migram para a cidade para viver no lixão, o que demonstra a inutilidade da homologação dessa terra.

Desse modo o presente relatório traz a público as violências e violações de direitos que atingem os povos indígenas denunciando maus tratos, racismos, atividades ilegais de garimpo, extração de madeira e outros recursos naturais dentro das terras indígenas. Assassinatos e uma série de violências contra a pessoa humana. Plantações de soja e cana de açúcar que poluem águas e terras e contaminam pessoas e animais. Grandes projetos como as UHE e PCH, rodovias e hidrovias que são construídas à revelia das populações envolvidas. O trabalho escravo que, infelizmente, afeta indígenas e muitos trabalhadores.

As ameaças atuantes e em curso que se aproximam dos povos isolados ou de contato recente revelam a dificuldade que temos no Brasil em construir a convivência entre diferentes e a medida do desrespeito à condição de cada um desses povos: que o digam os povos do Javari, os Awá-Guajá e todos os que se encontram nessa situação. ■

“Os pistoleiros mataram e levaram meu pai”

Renato Santana

Editor do Jornal Porantim/Cimi

A frase título deste texto está no depoimento que segue do indígena Valmir Gomes, filho de Nísio Gomes, liderança política e religiosa Guarani Kaiowá, alvejado por pistoleiros, que depois sequestraram seu corpo. Conforme os testemunhos, Nísio foi levado da comunidade sem vida na carroceria de uma caminhonete. O ataque ocorreu em 18 de novembro de 2011 no tekoha Guaiviry, área de ocupação tradicional da etnia e retomado no dia 1º do mesmo mês. O caso teve repercussão internacional, com matérias no jornal The New York Times e TV Al Jazeera.

Quando Nísio caiu, Valmir estava ao lado dele enfrentando os pistoleiros que invadiram o tekoha, localizado no município de Aral Moreira, Mato Grosso do Sul. O indígena acompanhou tudo de perto ao lado de um primo, que também se manteve perto de Nísio. A comunidade se encontra dividida: de um lado as crianças, esmagadora maioria no total de indígenas que vivem na retomada, sorridentes e vivas enchem de esperança um povo tão massacrado; de outro os mais velhos, ainda em luto e sem paz por não conseguirem enterrar Nísio no tekoha – ritual sagrado para a cosmologia Kaiowá.

Um dos irmãos de Valmir pouco fala e quando se pronuncia é em murmúrios. Todos os pêlos do corpo foram raspados. Sinal de luto. Como a violência e tamanha crueldade pode se propagar frente à beleza daquelas crianças? Deus e o diabo dividem aquelas terras. Apesar de tudo, quem manda é o capital. No Guaiviry, a realidade não difere quase em nada das áreas retomadas pelos indígenas no restante do Mato Grosso do Sul. A aldeia começa onde termina a plantação de soja; a vida termina onde começa os interesses do agronegócio.

Os indígenas esperam a publicação dos relatórios antropológicos de identificação e delimitação da terra

indígena. Conforme relatório da Polícia Federal (PF) sobre o ataque ao Guaiviry, seis pessoas devem ser indiciadas pelo Ministério Público Federal (MPF); Valmir, filho de Nísio, é acusado pelos federais de passar falsas informações: a vítima vira réu. Além disso, a PF diz não ter dados concretos e provas suficientes para afirmar que Nísio foi morto.

O texto foi transcrito com base em depoimento de Valmir às assessorias de Comunicação e Jurídica do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Nele é reconstituído um dos principais episódios de violência contra os povos indígenas durante o ano de 2011.



Foto: Egon Heck/Cimi

Família Guarani-Kaiowá exige justiça, paz e terra

“ Conforme os testemunhos, Nísio foi levado da comunidade sem vida na carroceria de uma caminhonete. O ataque ocorreu em 18 de novembro de 2011 no tekoha Guaiviry, área de ocupação tradicional da etnia e retomado no dia 1º do mesmo mês. O caso teve repercussão internacional, com matérias no jornal The New York Times e TV Al Jazeera. ”

A seguir os principais trechos do depoimento de Valmir Gomes Guarani Kaiowá.

“ O que mais os jornalistas me disseram é que meu pai estava vivo, porque é o que a Polícia Federal andou dizendo. Vivo, vivo... o pai não está lá no tekoha Guaiviry, no nosso tekoha! Se ele está vivo então por que não o trazem para a gente? Nem o corpo do pai nós não temos. Não está vivo mais. É assim que eu quero começar dizendo. Os pistoleiros mataram e levaram meu pai.



Quando falaram assim para mim: por que você demorou a ligar depois do ataque? Tive que juntar todos da aldeia, que são 68. Ver se minha família estava bem. Minha mulher subiu na árvore com meu filho. Quando acabou o ataque eu fui procurar os outros e ouvi um assovio. Quando olhei para cima era ela. Todo mundo fugiu para o mato. Eu não corri. Fiquei nuns 40 metros, olhando, olhando, olhando. Mas eu vou contar de antes, de quando nós passamos a madrugada rezando. Eu rezei até às 4 horas, depois sai. Voltei a rezar às 5h30. Rezamos até às 6 horas. Das 6h20 para frente eu vi três encapuzados e quatro sem capuz, mas de preto e pelos canos das armas era (calibre) 12. Vieram emparelhados, um ao lado do outro. Nisso eu corri: “Papai, papai, vem branco ou índio aí!”

Primeiro eu cheguei ao meu barraco e peguei a borduna e a machadinha, para nos defender, porque não estavam ali para fazer coisa boa. Voltei e aí fomos à direção deles, que com as armas apontando para a gente gritavam: “Para índio! Para índio!”. Continuamos na direção deles e eu falei: “Atira logo, então!”. Foi quando começaram a atirar. Estávamos o Nísio mais na frente, o outro indígena e eu (formando um triângulo) quando começou o ataque. Papai levou alguns tiros e ficou bem tonto. Levou tiro no braço, no pescoço – de onde saiu mais sangue. Não eram tiros de bala de borracha não. Teve um que mirou só no pai. O Nísio antes de cair, quando estava tonto, acertou a machadinha na perna do pistoleiro. Comecei a chamar: “Nísio! Nísio!”. Ele olhou para mim e disse: “Fica firme e cuida bem do meu neto”. Quando eu vi isso peguei a borduna e corri contra eles. O outro indígena (que aqui preservamos o nome) também ele sofreu vários

“ A comunidade se encontra dividida: de um lado as crianças, esmagadora maioria no total de indígenas que vivem na retomada, sorridentes e vivas enchem de esperança um povo tão massacrado; de outro os mais velhos, ainda em luto e sem paz por não conseguirem enterrar Nísio no tekoha – ritual sagrado para a cosmologia Kaiowá. ”

tiros de balas de borracha, inclusive um tiro pegou no nariz dele. Ele voltou e disse: “Valmir, foge, foge”.

Depois eles vieram e um pegou num braço, o outro pegou em outro, um nas pernas e mais um na cintura. Ele foi levado para a carroceria da caminhonete, na entrada do mato. As caminhonetes não entraram no mato. Vi isso de dentro do mato, depois que o outro índio falou para eu fugir. Eu também ouvi um homem de calça jeans e camisa amarela dizendo: “Não era para matar! Agora estamos ferrados”. Falou em Guarani, mas ele era paraguaio. Depois que colocaram o corpo do meu pai numa das caminhonetes saíram bem rápido. A placa estava fechada com papelão. Era uma mercedinha vermelha e um monte de outras caminhonetes, preta e azul. A que levou papai tinha a cor cinza. Quando saíram quebraram até nosso altar, na única entrada do acampamento. Todos os outros da comunidade fugiram para o mato. Quem ficou foram nove índios só. Pedi para um rapaz subir nas árvores para ver se eles tinham ido. Depois eu andei bastante, atravessei o asfalto e andei, andei. Subi numa árvore e aí deu sinal do celular para ligar pedindo ajuda.

A gente sabia que um ataque podia acontecer. Num dia chegaram ao acampamento três índios, chegaram e disseram que éramos poucos demais. Falaram que acho que é melhor avisar para vocês que não vai dar. Eu disse que éramos poucos, mas somos fera. Rubens Aquino (que era um dos três), lá de Amambai, um outro tekoha, disse que no outro dia cedo ia mandar dez indígenas para ficar com a gente lá. Disse que ia mandar vereador para falar comigo. Eles chegaram no dia 17 de novembro para essa conversa e o ataque aconteceu no dia seguinte. Então já estávamos esperando que nos fossem atacar.

Nós não ouvimos de primeiro as caminhonetes. Eles chegaram com ela, mas na plantação de soja que tem antes eles vieram andando. Depois que o ataque começou é que as caminhonetes chegaram de vez no acampamento. Quando terminaram o serviço, o paraguaio soltou um rojão e todos começaram a ir embora com as caminhonetes, que são rápidas. Andam na terra como se estivesse no asfalto. Os rastros dos pneus ficaram pela plantação de soja. Juntamos todos

os cartuchos dos tiros. Daí eu liguei para a Funai, para o Otoniel (Guarani Kaiowá) do Aty Guasu, para o Cimi, Ministério Público Federal. Enquanto esperávamos no tekoha fizemos nossos rituais. Todos foram voltando aos poucos para o tekoha, durante o resto do dia.

No dia 3 de novembro chegaram uns homens com um arrendatário da terra chamado Luís Antônio. Gritavam o nome do pai, mas eu é que saí. Perguntaram se eu era o Nísio e eu falei que não. Disse o meu nome e perguntei o do cara e ele disse que se chamava Paulo Ricardo. Eles nem viram o meu pai. Aí um deles disse: “Meu patrão quer falar com você”. De que jeito, eu respondi. Ele falou que o patrão é que ia resolver. Sai até o altar, na entrada do tekoha, e ele estava me esperando, o Luís Antônio. Perguntou do que eu precisava: cesta básica, remédio, lona. Eu disse que nós precisávamos resolver a situação com a Funai. Um dos homens desse Luís Antônio falava Guarani, mas era paraguaio. Naquela área ali muita gente fala Guarani, inclusive o delegado da Polícia Federal de Ponta Porã. O paraguaio que chamou meu pai, o Paulo Ricardo, é o mesmo que soltou o rojão no dia do ataque e disse que não era para matar.

Na PF foram dias de muita entrevista, de muitos depoimentos. Deixavam a gente com fome o dia inteiro, tomando depoimento na hora do almoço. O delegado Eustáquio me fez repetir muito e aí depois falou que eu estava mentindo. A outra delegada se chamava Sabrina. Depois a delegada veio perguntar se eu estava triste e eu disse é que eles me deixaram tristes. Quando isso aconteceu, a delegada não tomou mais depoimentos, só o Eustáquio. Falaram que eu merecia ficar na cela, que eu estava acusando em falso. O delegado ameaçou tirar os advogados da Funai num dos depoimentos. A Sabrina me encontrou e disse que o Eustáquio estava bravo com ela, porque ela não ficou como ele nos depoimentos. A PF colocou que a gente estava esperando com espingardas, mas é mentira! Eu não disse isso e não estávamos esperando com espingardas. Disseram que o Nísio pegou os cartuchos, mas eu falei que eu mesmo peguei. Eles disseram que eu não podia fazer isso, mas eu não sabia. Também não tinha veneno na machadinha, o que a gente passa é da amoreira para não dar ferrugem. ”

Histórico da retomada

O tekoha Guaiviry foi retomado no dia 1º de novembro de 2011. Antes estávamos acampados na beira da rodovia MS-386, na altura do município de Amambai. Ficamos acampados durante 13 anos. Em 2004 tentamos fazer uma retomada e depois mais duas vezes: em 2005 e a última essa agora de 2011. Na primeira os administradores da Funai nos tiraram e da segunda também. Eles diziam que o ideal era fazer um documento para o presidente da Funai, na época o Mércio Gomes, e se os índios ficassem lá seriam mortos pelos pistoleiros.

Meu pai saiu do Guaiviry quando tinha 25 anos. Todo mundo foi expulso de lá. No Guaiviry tem cemitério e um monte de coisa do povo. Os colonizadores foram na terra e expulsaram para plantar erva mate. A Fazenda Ouro Verde que está lá agora é que tirou nós. O primeiro que chegou não tirou, o Xandico Marques, mas os filhos dele depois que ele morreu foi nos tirar. O Xandico fez

com que os índios trabalhassem para ele. Montaram reservas, mas meu pai sempre quis mesmo era voltar para a terra do povo dele. Nísio dizia isso para nós e no Aty Guasu. Quando nós voltamos para o Guaiviry, na última retomada, ficamos rezando durante dez dias. Assim que a gente resiste, nas rezas, na cultura. Rezamos para o Nhanderu. O delegado da Polícia Federal disse na minha cara que não existe Nhanderu nenhum. Meu pensamento era que um raio caísse em cima de tudo. ■

“ Meu pai sempre quis mesmo era voltar para a terra do povo dele. Nísio dizia isso para nós e no Aty Guasu. Quando nós voltamos para o Guaiviry, na última retomada, ficamos rezando durante dez dias. Assim que a gente resiste, nas rezas, na cultura. ”



Foto: Laila Menezes

Valmir e seu pai, Nísio Gomes, na comunidade Guayviri

SANTUÁRIO DOS PAJÉS, DISTRITO FEDERAL

Construtoras avançam sobre a Terra Indígena Bananal com tratores, gás de pimenta e apoio estatal

Renato SantanaEditor do jornal *Porantim/Cimi*

Violências contra os povos indígenas não são praticadas apenas em regiões afastadas do ambiente urbano, tampouco longe dos olhos distraídos das autoridades públicas. Seja pelo avanço das cidades ou pela presença dos indígenas nelas, consequência da expansão das fronteiras agropecuárias, políticas integracionistas e migrações forçadas, comunidades próximas à urbe são perseguidas como as demais, localizadas no contexto político e social do campo. Se por um lado o gado, a soja e a cana são motivos de derramamento de sangue, por outro a especulação imobiliária expande suas fronteiras. Seja no Sul, Sudeste, Nordeste e Norte, descendo pelo Centro Oeste, porém, indígenas fazem valer seus direitos e ousam ao lutar por territórios de ocupação tradicional em espaços exclusivos ao concreto. Caso da Terra Indígena Bananal, conhecida como Santuário dos Pajés, setor Noroeste, em Brasília (DF).

No centro do poder nacional, a capital da República, um grupo composto por 20 famílias indígenas resiste à sanha das construtoras que pretendem erguer no território um condomínio de luxo, cujo metro quadrado configura entre os mais caros do país, chegando perto de R\$ 20 mil. Desde o começo da década de 1990 é reivindicada a demarcação de 50 hectares de terra indígena. A partir do segundo semestre de 2011 a violência passou a ser sistemática e com o respaldo da Polícia Militar, de empresas de segurança privada e do próprio Governo do Distrito Federal (GDF), por intermédio da Terracap (Companhia Imobiliária de Brasília). A razão principal da violência, outrora residual e agora intermitente, é o assédio das construtoras, que com os apartamentos vendidos não podem perder tempo, pois ele passou a ser contado pelos contratos de entrega sob pena de multa por dia de atraso.

Foto: Antonio Cruz/Agência Brasil



Seguranças privados avançam sobre apoiadores do Santuário dos Pajés

“ No centro do poder nacional, a capital da República, um grupo composto por 20 famílias indígenas resiste à sanha das construtoras que pretendem erguer no território um condomínio de luxo, cujo metro quadrado configura entre os mais caros do país, chegando perto de R\$ 20 mil. Desde o começo da década de 1990 é reivindicada a demarcação de 50 hectares de terra indígena. ”



O setor Noroeste, conforme projeto já em andamento, com apartamentos oferecendo seis vagas na garagem para os compradores, deverá ser o mais nobre da Capital Federal. O detalhe cínico é que serão condomínios ecológicos, tanto na captação de energia quanto na coleta de lixo – mesmo devastando uma das últimas áreas de Cerrado nativo do Distrito Federal. No entanto, a ideia para o setor não era essa. O urbanista Lúcio Costa imaginava para a área a construção de prédios populares, pois já previa que em determinado momento a cidade iria crescer para além do planejado. A intenção era evitar ocupações irregulares e desenfreadas, comum às grandes capitais, produzindo favelas e desigualdade social.

Possivelmente quando o urbanista desenvolveu tal compreensão não sabia que entre as centenas de candangos que davam vida ao sonho de Juscelino Kubitschek, então presidente do Brasil (1956-1961), estavam indígenas do Nordeste, de diversas etnias. O grupo mais numeroso era de índios Fulni-ô, com aldeias na altura do município de Águas Belas, em Pernambuco. Lúcio Costa também não poderia imaginar que o GDF mudaria todo seu planejamento, numa articulação política que ganhou os noticiários policiais com a Caixa de Pandora, esquema de corrupção que acabou com a prisão do governador e cassação de deputados distritais, além de ter deixado como legado o conflito no setor Noroeste, que agora compõe um dos capítulos de violência contra os povos indígenas.

Caixa de Pandora

Durante os pouco mais de 500 anos da invasão dos colonizadores ao continente americano, o massacre de indígenas teve motivos que foram da ocupação territorial aos minérios, passando pela escravidão, tentativas forçadas de integração das comunidades à sociedade

“ A partir do segundo semestre de 2011 a violência passou a ser sistemática e com o respaldo da Polícia Militar, de empresas de segurança privada e do próprio Governo do Distrito Federal (GDF), por intermédio da Terracap (Companhia Imobiliária de Brasília). ”

envolvente, busca pelos recursos da natureza, racismo. A especulação imobiliária, motivada pela ação depredatória de empresários, além de desordenar os planos de habitação das cidades e transformar o direito a moradia em privilégio de poucos, é hoje uma das formas de massacre das populações indígenas que vivem em áreas que incidam sobre o foco de interesse do expansionismo do concreto. A voracidade das construtoras, no Distrito Federal, atingiu limites irrefreáveis, a ponto da Caixa de Pandora ser aberta, revelando falcaturas escandalosas, e ainda assim tudo seguir como se nada tivesse acontecido.

Setembro de 2009. A Operação Caixa de Pandora, da Polícia Federal, estoura um esquema de pagamento de propina para a aprovação do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) do Distrito Federal. Entre outras medidas, o plano possibilitaria a criação de um novo bairro, o Setor Noroeste, com base no leilão de terras públicas – conforme os interesses de construtoras locais. Comandado pelo então governador José Roberto Arruda (2006/2010), o esquema pagou R\$ 420 mil para cada deputado que votou a favor do PDOT. O resultado é a prisão do governador, cassação de deputados e a

comprovação de que o PDOT era fruto de flagrante ilegalidade. No entanto, nada disso foi suficiente para a anulação do Plano Diretor - aprovado à luz de um escândalo nacional. Com o PDOT sem nenhum impedimento, as terras do Noroeste foram a leilão em lotes e as construtoras passaram a rasgar com condomínios de luxo a última área de Cerrado nativo do Plano Piloto da Capital Federal.

Entre os lotes leiloados pela Terracap (Companhia Imobiliária de Brasília) estavam os 50 hectares reivindicados da Terra Indígena Bananal. Nas terras da então Fazenda Bananal, já ocupadas por povos indígenas, em tempos remotos, como área de transição, os 'índios candangos' se instalaram.

Para completar, o leilão dos lotes que compõem esses 50 hectares, vencido pelas construtoras Brasal, João Fortes e Emplavi, é inconstitucional. Entre 1991 e 1996, a Fundação Nacional do Índio (Funai) realizou um estudo que comprovou a ocupação tradicional indígena nas terras da antiga Fazenda Bananal. "O órgão diz não saber onde está o relatório encerrado em 1996. Na época reivindicava-se 50 hectares. No relatório se comprova que um grande grupo Fulni-ô, a partir de 1957, passou



Estudantes, índios e ambientalistas realizam protesto no Setor Noroeste

“Foram quase cinco meses de ataques crescentes das construtoras, com visível estratégia de ocupação. As empresas alegavam se tratar de propriedades privadas, pois os lotes foram vendidos a elas em leilões pela Terracap. Com isso, contrataram empresas de segurança privada para garantir a entrada das máquinas. Levantaram cercas e na ideia do fato consumado destruíam paulatinamente hectares de área preservada do Santuário.”



a viver sob as árvores, em acampamentos. Uma década depois foram construídas as primeiras residências fixas”, explica Awá-Mirim Tupinambá, integrante da comunidade que vive no território.

Conforme o artigo 231 da Constituição Federal, mesmo que o processo de demarcação não tenha sido concluído pelo órgão indigenista estatal, não é ele quem determina o direito, que é originário. Portanto, a demarcação simplesmente oficializa o que já é constituído - a posse da terra de ocupação tradicional. De acordo com a carta cidadã, a presença indígena no país se mostra historicamente anterior à formação do Estado Nacional, sendo assim a terra é um direito originário dos povos indígenas. E mais: a Terra Indígena Bananal ainda estava sob litígio judicial envolvendo o Ministério Público Federal (MPF), a Fundação Nacional do Índio e estudos antropológicos para comprovar a ocupação tradicional da área - o MPF exigiu, em 2009, que a Funai montasse Grupo de Trabalho (GT) para o procedimento de identificação e demarcação da terra.

Invasões e a ideia do fato consumado

Agosto de 2011. Mesmo com um PDOT aprovado sob esquema de corrupção, o leilão de terras indígenas numa transação inconstitucional e os 50 hectares sob litígio judicial, as construtoras Emplavi, Brasal e João Fortes iniciaram ataques sistemáticos à Terra Indígena Bananal. No primeiro ataque, máquinas da construtora Brasal, de propriedade do ex-deputado federal Osório Adriano Filho, abriram clareiras dentro do Santuário. Os indígenas se organizaram e com a ajuda de apoiadores expulsaram as máquinas e os seguranças que tentavam garantir a destruição. Cerca de um mês antes, incêndios criminosos - sem a identificação ou investigação dos autores - ocorreram, pois ao redor do Santuário dos Pajés as construtoras já erguiam prédios, que pareciam

gigantes de concreto rumando para destruir as aldeias da Terra Indígena Bananal. Com a seca típica do Cerrado, o fogo se espalhou rápido pelo mato e uma família Fulni-ô perdeu a casa, consumida pelas chamas.

Foram quase cinco meses de ataques crescentes das construtoras, com visível estratégia de ocupação. As empresas alegavam se tratar de propriedades privadas, pois os lotes foram vendidos a elas em leilões pela Terracap. Com isso, contrataram empresas de segurança privada para garantir a entrada das máquinas. Levantaram cercas e na ideia do fato consumado destruíam paulatinamente hectares de área preservada do Santuário. Longe de aceitar o tacão de ferro das construtoras mancomunadas com a Terracap, a comunidade indígena partiu para a resistência com o apoio de diversos setores da sociedade organizada de Brasília, incluindo organizações indigenistas, sobretudo os jovens que cresceram com a sombra de um crime bárbaro ocorrido em 1997: o assassinato do indígena Galdino Pataxó Hã-Hã-Hãe num ponto de ônibus da W3, importante artéria de uma cidade que hoje tenta se recuperar da sucessão de ingerências e corrupção de governos que fizeram e fazem da Capital Federal péssimo exemplo para o país.

Por outro lado, as construtoras já tinham vendido apartamentos nos condomínios que pretendiam erguer no Santuário. O atraso motivado pela resistência indígena passou a gerar prejuízos financeiros. As construtoras jogavam pesado: no Santuário, lançavam sobre indígenas e apoiadores dezenas e mais dezenas de seguranças coordenados pelo coronel da Polícia Militar do GDF Charles Magalhães (flagrado por câmeras de vídeo). Pelotões da polícia também eram deslocados para defender o direito à propriedade privada, sem levar em conta o litígio daquelas terras. Nos tribunais, uma verdadeira guerrilha de processos e mandados de segurança que tanto garantiam a operação das máquinas das construtoras como as barravam. Audiências públicas, reuniões entre as partes, visitas ao Santuário e manifestações públicas foram organizadas em Brasília pelos defensores da terra indígena, repercutindo em noticiários, sítios eletrônicos e manchetes de jornal.

O Poder Público local tomou medidas tímidas, apenas no sentido de evitar que a polícia fosse mais agressiva contra indígenas e apoiadores, causando assim um escândalo nacional para um governo já em frangalhos após sucessivas crises políticas e de corrupção. Para

acertar, o governo do petista Agnelo Queiroz não rompeu com as relações mantidas pelos seus antecessores, que protagonizaram verdadeiras tragédias de administração pública, caso das falcatruas comprovadas de José Roberto Arruda e Joaquim Roriz. A construtora Emplavi injetou R\$ 150 mil na campanha de Agnelo, segundo consta nos registros dos órgãos fiscalizadores. O típico *toma-lá-dá-cá* com as construtoras mostrou o lado do GDF: durante 2010, a Terracap arrecadou R\$ 290 milhões em terras licitadas, sendo que deste total 32% foram tirados do Noroeste. Os dados são do próprio GDF.

Desqualificação de laudo

A postura da Funai é a principal responsável pela escalada da violência, conforme os indígenas. Inclusive o órgão corroborou com uma decisão Judicial, sem base e argumentação antropológica nenhuma, apontando como área a ser respeitada pela empresa apenas quatro hectares. “Dizem que é dos índios os quatro e o restante dos hectares não. Querem um acordo conosco nesses quatro, mas sabemos que um território indígena é muito mais que o local onde está a moradia e cadê o

estudo para dizer a quantidade de hectares? Como eles chegaram em número x ou y?”, protestou Awá Mirim.

Para o indígena, toda mata ao redor no raio determinado como de interesse da comunidade está dentro do território. É lá que os pajés fazem seus rituais, recolhem as plantas medicinais e realizam o contato com a Mãe Terra – conforme a cosmologia dos povos. Awá aponta que dentro dos 50 hectares está uma área não revelada usada pelos pajés Fulni-ô para rituais que não podem ser compartilhados, além de sítio arqueológico. Porém, o indígena argumenta respaldado por laudo antropológico realizado entre 2010 e 2011 pelos antropólogos Jorge Eremites de Oliveira, Levi Marques Pereira e pela bióloga Lilian Santos Barreto. Os três foram contratados pela Funai para estudo preliminar referente à diligência técnica. Conforme o resultado, o órgão indigenista abriria ou não o Grupo de Trabalho de identificação e demarcação – exigência do MPF.

O parecer dos três especialistas atestou 51 hectares de ocupação tradicional, dentro da área da antiga Fazenda Bananal. No relatório, esses hectares foram determinados por sítios arqueológicos, pois em 1957 ocorreu o último



Santuário dos Pajés



Máquinas destroem mata nativa no Santuário dos Pajés



Indígenas observam a destruição

ciclo de ocupação da terra indígena, sendo que o local já era utilizado por povos indígenas. Além disso, áreas de moradia, caça, roça e reza, bem como locais não revelados onde os pajés praticam o ritual de enterra de pertences. O laudo levantou ainda a participação de lideranças na constituição de grupos de parentesco e políticos existentes, averiguando à lógica que rege a constituição da relação entre eles o reconhecimento de relações de ancestralidade, consanguinidade, afinidade e aliança política, cuja combinação imprime uma feição social exclusiva a eles.

O relatório foi finalizado e entregue, mas nem ao menos foi apresentado pela Funai, que o desqualificou em sua metodologia e resultados. A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) interveio e fez a defesa do relatório, bem como dos profissionais – experientes, com inúmeros processos de identificação e demarcação na trajetória profissional. A decisão do órgão indigenista foi fatal para derrotas dos indígenas na Justiça. Com o laudo nas mãos, a Funai corroborou com os quatro hectares defendidos pela Justiça, mesmo sem nenhum estudo fundamentando a proposta. A Terracap, por sua vez, agia nos bastidores oferecendo dinheiro e novas terras aos indígenas. Algumas famílias Tuxá e Kariri Xocó cederam, mas os Fulni-ô e Tupinambá seguiram resistentes pela área de ocupação tradicional.

“ O parecer dos três especialistas atestou 51 hectares de ocupação tradicional, dentro da área da antiga Fazenda Bananal. No relatório, esses hectares foram determinados por sítios arqueológicos, pois em 1957 ocorreu o último ciclo de ocupação da terra indígena, sendo que o local já era utilizado por povos indígenas. ”

O Santuário Não se Move!

“Daqui a gente não sai não. Quanto mais fracos eles nos quiserem, mais fortes nós ficamos. Eu cheguei aqui tem uns 40 anos e meus parentes viviam aqui desde muito antes”, disse em várias ocasiões Santxie Tapuya Fulni-ô, liderança do Santuário dos Pajés. A decisão dos indígenas que não pretendem sair da área gerou o mote: O Santuário Não se Move! Os encontros dos resistentes contra os seguranças das construtoras e polícia foram inúmeros.

Enquanto tentavam barrar a entrada das máquinas, a intenção das construtoras era clara em destruir provas da ocupação tradicional e gerar o chamado fato consumado, integrantes da comunidade e militantes sociais eram espancados pelos seguranças privados e reprimidos pela Polícia Militar. Na manhã do dia 11 de novembro do ano passado, 16 apoiadores dos indígenas foram presos. O peculiar é que a Polícia Civil estava em greve, mas o 2º Distrito abriu, depois de pedido feito no dia anterior pelo Secretário de Segurança Pública do GDF, Sandro Avelar. Os jovens presos foram processados pelas construtoras.

Na parte dos indígenas, a ação das máquinas com a invasão das construtoras promoveu severas alterações no território. Animais fugiram da terra indígena e áreas de coleta de medicamentos naturais foram destruídas. Árvores centenárias, onde sob suas copas foram estruturadas as primeiras aldeias do ciclo de ocupação de 1957, acabaram derrubadas sem ao menos estudos de impactos ambientais. Durante quatro meses, o que pode ser visto em Brasília é o que acontece nas comunidades indígenas de todo o país: o grande capital agindo pelas mãos de políticos inescrupulosos e empresários oportunistas, desrespeitando a Constituição Federal em prol de um desenvolvimento que apenas gera desigualdade, com o Estado fazendo vista grossa e a Justiça ao lado dos mais fortes. ■

A crise da atenção à saúde indígena no Brasil em 2011

Paulo Daniel Moraes

Médico e membro da Pastoral Indigenista da Diocese de Roraima

A atenção à saúde indígena no Brasil no ano de 2011 foi marcada pela inoperância e pela omissão, o que serviu para agravar ainda mais o cenário de caos absoluto que atinge a saúde das comunidades indígenas nos últimos anos. Questões absurdas como a falta de medicamentos básicos, equipamentos sucateados e abandonados, a ausência de programas efetivos e regulares de assistência às populações indígenas deixaram há muito tempo de ser a exceção e constituem hoje a triste regra na maioria dos distritos sanitários especiais indígenas do país.

A implantação da Secretaria Especial de Saúde Indígena pelo Ministério da Saúde se arrasta em um processo de transição interminável, que teve início no final do ano de 2008, com o anúncio de sua criação pelo então ministro José Gomes Temporão, a constituição de um grupo de trabalho com participação de lideranças indígenas visando apresentar propostas sobre a gestão dos serviços de saúde e, depois de dois anos de espera, a aprovação pelo Congresso Nacional da Lei 12.314/2010 e edição pelo governo federal do Decreto 7.336/2010 que oficializou a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI).

No entanto, os relatos apresentados por lideranças indígenas, missionários e representantes do movimento indígena em todo o país não são nada animadores. No Acre, após a ocupação da sede da Funasa por mais de nove meses sem respostas concretas da parte do governo, as lideranças indígenas assistiram à morte de mais de 18 crianças por um surto de diarreia ocorrido em suas comunidades. No Vale do Javari, estado do Amazonas, a epidemia de hepatite continua ceifando vidas e levando inclusive à criação de casas para crianças órfãs pelas comunidades indígenas, sem

que programas permanentes de vacinação e controle de endemias sejam implantados. Situações semelhantes são vistas em quase todos os estados da Amazônia, o que se torna ainda mais grave pela situação de abandono das Casas de Saúde Indígena (CASAI) que recebem os pacientes indígenas que são referenciados para a rede do SUS localizada nas cidades.

No Mato Grosso do Sul o grande povo Guarani vive uma situação de cruel desassistência nos mais de 30 assentamentos, criados em resposta à negligência do governo federal em promover o reconhecimento



Às margens do rio Purus, no Acre, criança Madja sofre de desnutrição profunda

“ Relatos apresentados por lideranças indígenas, missionários e representantes do movimento indígena em todo o país não são nada animadores. No Acre, após a ocupação da sede da Funasa por mais de nove meses sem respostas concretas da parte do governo, as lideranças indígenas assistiram à morte de mais de 18 crianças por um surto de diarreia ocorrido em suas comunidades. ”



e regularização dos seus territórios tradicionais. As repetidas mortes denunciadas pelo povo Apinajé no estado do Tocantins, a elevada mortalidade infantil e o abandono dos postos de saúde destinados ao povo Nambikwara no Mato Grosso, o desvio crônico dos recursos destinados à saúde indígena em Rondônia, os problemas com transporte e abastecimento no Leste e no Nordeste do país, a falta de vacinação há mais de dois anos nas comunidades indígenas do Maranhão não parecem sensibilizar as autoridades de Brasília para as providências urgentes que esta situação exige.



Muitas ações são implementadas pelos órgãos responsáveis somente depois da intervenção do Ministério Público Federal. O compromisso urgente de realização de um concurso público para a substituição da forma de contratação dos profissionais de saúde através de convênios precarizados não teve ainda nenhum encaminhamento concreto. Continua em muitas regiões do país a cooptação de lideranças indígenas, como a contratação de grande número de conselheiros como “assistentes indígenas” cuja principal função parece ser a de defender as políticas do governo junto às comunidades indígenas. O direito a uma atenção à saúde diferenciada para os povos indígenas que vivem nas cidades também é totalmente ignorado pelo governo federal.

A busca da reciprocidade, eficácia simbólica, integralidade e autonomia, princípios basilares do modelo preconizado pelas Conferências Nacionais de Saúde Indígena desde 1993, não encontram eco no discurso dos atuais responsáveis pela saúde indígena em Brasília. Os Agentes Indígenas de Saúde (AIS), principal alicerce do novo modelo assistencial e elo fundamental entre o conhecimento tradicional e o sistema oficial de saúde com vistas à comunicação intercultural, estão sendo desvalorizados e abandonados à própria sorte na maioria dos distritos. O programa de formação continuada foi paralisado, a promessa de estabilidade por meio da realização de um processo seletivo diferenciado foi esquecida, e a própria exigência de escolha do agente pela comunidade está sendo substituída por provas escritas aplicadas por profissionais.

A própria autonomia administrativa e financeira dos distritos sanitários indígenas, razão principal da luta pela criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena em substituição ao modelo autoritário e burocrático implementado até então pela Funasa, tem se resumido a meros procedimentos administrativos de compra e



“ Continua em muitas regiões do país a cooptação de lideranças indígenas, como a contratação de grande número de conselheiros como ‘assistentes indígenas’ cuja principal função parece ser a de defender as políticas do governo junto às comunidades indígenas. ”

realização de despesas, enquanto as decisões políticas estão cada vez mais centralizadas nas instâncias do órgão em Brasília, esvaziando totalmente o protagonismo e o poder de decisão dos povos indígenas em suas comunidades e regiões.

É lamentável assistir novamente a este triste espetáculo que se repete em nosso país há mais de 500 anos. Mais uma vez se tenta derrotar a incansável capacidade de luta e mobilização dos povos indígenas, demonstrada na proposição de um modelo de saúde diferenciada absolutamente inovador, que se concretizou em muitas comunidades com a criação de estratégias próprias de controle social e gestão participativa, implantação de programas efetivos de formação de agentes de saúde e profissionais indígenas, fortalecimento das diversas formas da Medicina Tradicional Indígena, e apoio à seleção e formação de equipes de saúde comprometidas e adaptadas para a atuação em contextos interculturais.

Para que esta agenda legítima do movimento indígena possa ser retomada e viabilizada nas instâncias de poder político, os povos e as organizações indígenas devem estar mobilizados e articulados para exercer o controle social e atuar nas discussões sobre a saúde indígena, participando do planejamento e da execução das ações e serviços. Como afirma a cartilha sobre Política de Atenção à Saúde Indígena no Brasil publicada em 2011 pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), “sem a participação efetiva das lideranças indígenas como

“ É lamentável assistir novamente a este triste espetáculo que se repete em nosso país há mais de 500 anos. Mais uma vez se tenta derrotar a incansável capacidade de luta e mobilização dos povos indígenas, demonstrada na proposição de um modelo de saúde diferenciada absolutamente inovador, que se concretizou em muitas comunidades. ”

protagonistas no processo de estruturação de um novo modelo de atenção à saúde, os serviços serão sempre paliativos e emergenciais, e os povos indígenas estarão sempre na dependência da boa ou má vontade das equipes de saúde prestadoras de serviços terceirizados ou das secretarias dos municípios”.

Os indicativos aprovados pela oficina de saúde do Cimi para o trabalho no âmbito da saúde indígena incluem a apropriação pelas comunidades da Lei Arouca, que fundamenta o modelo diferenciado de atenção à saúde indígena; a mudança no modelo de concepção e constituição dos conselhos distritais e locais de saúde indígena; a valorização das práticas de medicina tradicional indígena; o aproveitamento dos espaços já existentes, como encontros de mulheres, de jovens e de lideranças como momentos formativos; a ampliação das formas de denúncia nos casos de violação do direito à saúde; a retomada do Programa de Formação de Agentes Indígenas de Saúde (AIS) em todos os distritos; e o desencadeamento do processo das conferências locais, distritais e macro-regionais, culminando com a 5ª. Conferência Nacional de Saúde Indígena.

Entre as medidas mais urgentes que devem ser cobradas do governo federal estão a realização de um processo seletivo diferenciado para a contratação dos profissionais indígenas (agentes de saúde, microscopistas, técnicos de enfermagem, laboratório, endemias, saneamento e saúde bucal, entre outros), e a decisão política de realização no menor prazo possível de um concurso público diferenciado para a contratação dos profissionais para a atenção à saúde indígena, que assegure a escolha de profissionais com um perfil e um histórico de comprometimento e respeito pelas comunidades indígenas, e a participação efetiva das comunidades indígenas no processo de seleção destes profissionais. ■



Crianças Yanomami, Roraima

Vale do Javari: a cada dia, um novo perigo

J. Rosha

Jornalista - Cimi Norte I

No final do mês de fevereiro de 2012, uma carta assinada por Gilson Mayoruna relatava mais um acontecimento preocupante no interior da terra indígena Vale do Javari. No começo daquele mês, durante uma reunião na aldeia Lobo, segundo ele *“houve denúncia considerada pelos parentes como muito grave, essa foi sobre o profissional de que estava usando seringa descartável em mais de um paciente, os agente de saúde da comunidade Gomes Mayoruna e Patxa Mayoruna afirmam esse fato e são testemunhas disso”*. Este relato foi encaminhando para a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), em Atalaia do Norte (AM), em documento datado de 24/02/2012, assinado por Gilson em nome da Associação dos Matsés do Alto Jaquirana (AMAJA).

Essa é mais uma denúncia de extrema gravidade feita por um líder indígena, dentre muitas que vão revelando a dimensão da violência causada somente pela omissão do poder público naquela região.

Nenhum profissional de saúde, até onde se tem conhecimento, recomenda a reutilização de seringas. Em uma área marcada pela ocorrência de hepatite de vários sorotipos, a reutilização do material é uma prática perigosa porque pode agravar ainda mais o doloroso quadro da saúde. E isso revela, ainda, o descaso com que a saúde continua sendo tratada, a despeito das reclamações dos indígenas, das inúmeras denúncias encaminhadas a vários órgãos – Sesai, Funai, Ministério Público etc. –, e de todo o esforço feito por várias insti-



Foto: J. Rosha/Cimi Norte I

Reunião de lideranças dos povos Kanamari e Matsés

tuições em busca de soluções para a recuperação da saúde e da vida dos povos que vivem na terra indígena Vale do Javari.

“Hoje a situação de saúde nas comunidades ainda é muito crítica porque nas comunidades não tem estrutura”, diz Kurá Kanamari, coordenador da Associação Kanamari do Vale do Javari (Akavaja). Os indígenas ressentem-se da falta dos polos-base e dos equipamentos necessários para atendimento nas comunidades onde existe a estrutura do polo-base. Eles também percebem a angústia de alguns profissionais que vão para a área com boa vontade, porém sem as condições necessárias para realizar seus trabalhos.

“Eles sofrem muito com isso, por não conseguirem prestar um tratamento adequado. Essa área do Vale do Javari, como todos sabem, é uma região de epidemia. Então, quer dizer, pra se fazer um trabalho bom tinha que estruturar as comunidades e os polos-base. Isso seria o nosso pensamento pra ter um socorro de emergência e também esse atendimento com médico”, relata Kurá Kanamari.

Segundo ele, há muito tempo as comunidades não são visitadas por médico ou dentista. “Os profissionais vão quando é solicitado pelas comunidades ou quando fazemos algum tipo de pressão. A equipe de saúde também é pequena para fazer atendimento em todas as comunidades. Quando atende um, outros ficam descobertos”, acrescenta Kurá.

Invasões: mais um crime sem punição

Em setembro do ano passado, o indígena Clóvis Marubo foi penalizado com uma multa de R\$ 2,6 milhões aplicada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em operação que contou com apoio da Funai de Atalaia do Norte. Juntamente com outros indígenas, Clóvis retornava da aldeia São Sebastião, localizada no alto rio Curuçá, na terra indígena Vale do Javari, e trazia consigo peixes e outros produtos do interior da terra indígena.

O fato ilustra mais um entre tantos casos de violência e injustiça naquela região. Antes de deixar o cargo, o então coordenador da Funai de Atalaia do Norte, Heródoto Jean, mostrava um calhamaço de documentos dos indígenas denunciando invasão de pescadores e madeireiros em várias localidades no



Povo Kanamari, da terra indígena Vale do Javari, Amazonas

interior da terra indígena. Ele dizia que nada podia fazer porque comunicava à direção do órgão em Brasília, mas não recebia os recursos necessários para realizar a fiscalização.

Clóvis foi penalizado no lugar de centenas de invasores que adentram o território indígena para explorar os recursos naturais, deixando rastros de destruição e ameaçando a vida daqueles que tentam impedir a entrada deles.

A terra indígena do Vale do Javari tem mais de 8,5 milhões de hectares. Está localizada no extremo oeste do estado do Amazonas, na fronteira com o Peru. É a segunda maior terra indígena do Brasil em extensão. Ali

“ Se as mortes provocadas pelas doenças seguir o mesmo ritmo, os povos indígenas do Vale do Javari temem desaparecer dentro de alguns anos. O descaso do poder público não estaria, na verdade, escondendo o extermínio premeditado desses povos? A impressão é a de que isso faz parte de uma estratégia para, em longo prazo, abrir caminho para a exploração dos recursos naturais daquele território. ”



vivem cerca de cinco mil indígenas dos povos Kanamari, Kulina, Marubo, Matsés e Matis, além de 18 povos sem contato com a sociedade. Destes, os mais conhecidos são os Korubo, também conhecidos na região como “caceteiros”.

Descaso ou extermínio premeditado

As lideranças indígenas já manifestaram, em vários momentos, a preocupação com o futuro dos povos indígenas do Vale do Javari. Se as mortes provocadas pelas doenças seguir o mesmo ritmo, eles temem desaparecer dentro de alguns anos. Não se trata de especulação ou mera suposição. Segundo a União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), esse “genocídio silencioso” é uma ameaça concreta que tem provocado entre eles alguns questionamentos: o abandono, o descaso do poder público não estaria, na verdade, escondendo o extermínio premeditado desses povos? A impressão é a de que isso faz parte de uma estratégia para, em longo prazo, abrir caminho para a exploração dos recursos naturais daquele território.

Uma observação atenta ao mapa da Amazônia continental, na fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, permite ver quantos interesses estão em jogo na região. Embora exista ali um grande número de áreas de conservação em todos os lados da fronteira, existem também vastas extensões de terras tradicionais indígenas exploradas por mineradoras e companhias de petróleo. Por ali incide o traçado do eixo Andino e eixo Central do Amazonas da IIRSA (Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana).

Os conflitos na Amazônia peruana tendem a aumentar, de acordo com analistas locais, em razão do aumento das concessões em regiões como San Martín, Madre de Dios e Amazonas, apesar da resistência indígena. Segundo informações divulgadas pelo site Terra-mérica, citando o Instituto Geológico de Mineração e Metalurgia do Peru, “entre 2002 e junho de 2008, a porcentagem do território de Amazonas (norte), San Martín (centro) e Madre de Dios (leste) concedida às mineradoras quadruplicou, passando de 4,65% para 17,35%”.

Nas décadas de 1970 e 1980, a Petrobrás realizava prospecção petrolífera na região. É daquela época notícia de conflito com indígenas sem contato que resultou na morte de funcionários da companhia. A exploração de petróleo, agora, é feita na região do Juruá.

A terra indígena do Vale do Javari está localizada numa região estratégica para o grande capital. Não é, portanto, mera especulação ou retórica os questionamentos dos indígenas e a preocupação com o futuro. ■



Crianças Kanamari, Amazonas



Povo Kanamari, da terra indígena Vale do Javari, Amazonas

Do orçamento como direito ao direito de consulta

Ricardo Verdum

Antropólogo, pesquisador do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, da Universidade de Brasília

Ainda que os orçamentos destinados aos diferentes setores das políticas públicas não guardem necessariamente relação direta com uma melhora de acesso aos serviços e na realização dos direitos, o orçamento público - seja ele de nível municipal, estadual ou federal, seja setorial ou intersetorial - é um documento político chave. Isso porque é nele onde mais facilmente podem ser verificadas quais são as prioridades sociais, políticas e econômicas do governo e o nível de comprometimento do recurso público - aquele recurso arrecadado, por exemplo, por intermédio de taxas, impostos e da renda obtida com a concessão, exploração e comercialização do patrimônio nacional (florestas, minerais, recursos hídricos etc.).

O ano de 2011 foi o último ano de execução do Plano Plurianual 2008-2011 do Governo Federal e o ano de elaboração e aprovação do novo PPA, o PPA 2012-2015. Como das vezes anteriores, e ainda que hoje o discurso oficial esteja repleto de palavras como *direito, promoção, participação, inclusão, autonomia, transparência* - e que neste ano de 2012 o termo *consulta prévia* tenha entrado na retórica governista - na prática a participação dos povos indígenas na elaboração do novo PPA foi praticamente nula.

Ainda que o Estado brasileiro esteja no grupo dos Estados considerados pioneiros na promoção de mudanças constitucionais de caráter pluralista na América Latina¹, nas instituições e nos procedimentos persistem concepções e práticas de relacionamento com estes povos configurados em períodos históricos

anteriores. O retrocesso vivenciado na atualidade na efetivação dos direitos dos povos indígenas no país vem colocar por terra muitos mitos construídos ao longo dos últimos vinte ou trinta anos.

A normativa internacional garante aos *povos indígenas* ou *aborígenes* (ou *originários*) o direito a *consulta prévia, livre e informada* (CLPI) sempre e quando decisões políticas e administrativas dos Estados nacionais impactem seus territórios, as populações e seus modos de vida. Esse dispositivo foi introduzido com a *Convenção*

Foto: Equipe Pernambuco - Cimi Nordeste.



Destruição causada por obra do PAC, na região nordeste

¹ Ver Yrigoyen Fajardo, R. J. (2009) "Aos 20 anos da Convenção 169 da OIT: balanço e desafios da implementação dos direitos dos Povos Indígenas na América Latina". In: VERDUM, Ricardo (org.) *Povos Indígenas: Constituições e Reformas Políticas na América Latina*. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos.

“ Como das vezes anteriores, e ainda que hoje o discurso oficial esteja repleto de palavras como direito, promoção, participação, inclusão, autonomia, transparência – e que neste ano de 2012 o termo consulta prévia tenha entrado na retórica governista – na prática a participação dos povos indígenas na elaboração do novo PPA foi praticamente nula. ”

169 da Organização Internacional do Trabalho, sobre os Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes (1989). Isso está estabelecido nos Artigos 6º, 7º e 15º. Quase duas décadas depois, mais precisamente no ano de 2007, esse mesmo direito foi formalmente reconhecido e reforçado com a aprovação da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (DNUDPI).

Ambos os dispositivos legais afirmam o direito dos povos indígenas de definir suas próprias prioridades no processo de desenvolvimento; controlar na

maior medida do possível seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural; e participar da formulação, implementação e avaliação de planos e programas de desenvolvimento nacional e regional que possam afetá-lo diretamente. Aos povos indígenas, portanto, é garantido não somente o direito de ser consultado e se pronunciar previamente à instalação de um projeto específico de infraestrutura que impacte no seu território e/ ou modo de vida (por exemplo, uma hidrelétrica ou rodovia), mas também no desenho dos planos e programas do qual o referido projeto é parte.

E mais, que as consultas devem ser realizadas de maneira tal a adequar-se aos *costumes e tradições* do povo ou comunidade em questão, o que inclui suas formas próprias de tomada de decisão e instituições de representação, no marco de um diálogo intercultural marcado pela *boa-fé*. Garantir a real aplicação deste “mecanismo” é tido, nessa normativa internacional, como algo necessário e imprescindível para “corrigir” a orientação *assimilacionista* das normativas anteriores (Convenção 107-OIT, p.e.), alcançar um *acordo* ou *consentimento* em torno das medidas propostas pelos Estados, como também para definir *políticas públicas* idealizadas como adequadas aos povos indígenas.

O Brasil é signatário desse direito. O Congresso Nacional ratificou a Convenção 169 em 20 de junho de 2002, por meio do Decreto Legislativo n. 143. Um ano depois, em 25 de julho de 2003, ela passou a vigorar no país como qualquer outra lei nacional. Ou seja, tem poder de lei. Ela deve ser aplicada pelo Estado, assim como respeitada pelo conjunto da sociedade brasileira. É o movimento conhecido como incorporação do direito internacional ao direito interno. Além disso, concluindo o rito de incorporação ao sistema de direito brasileiro, em 19 de abril de 2004. Ela foi promulgada pelo presidente Lula da Silva, por intermédio do Decreto n. 5.051. O

“ A normativa internacional garante aos povos indígenas ou aborígenes (ou originários) o direito a consulta prévia, livre e informada (CLPI) sempre e quando decisões políticas e administrativas dos Estados nacionais impactem seus territórios, as populações e seus modos de vida. ”



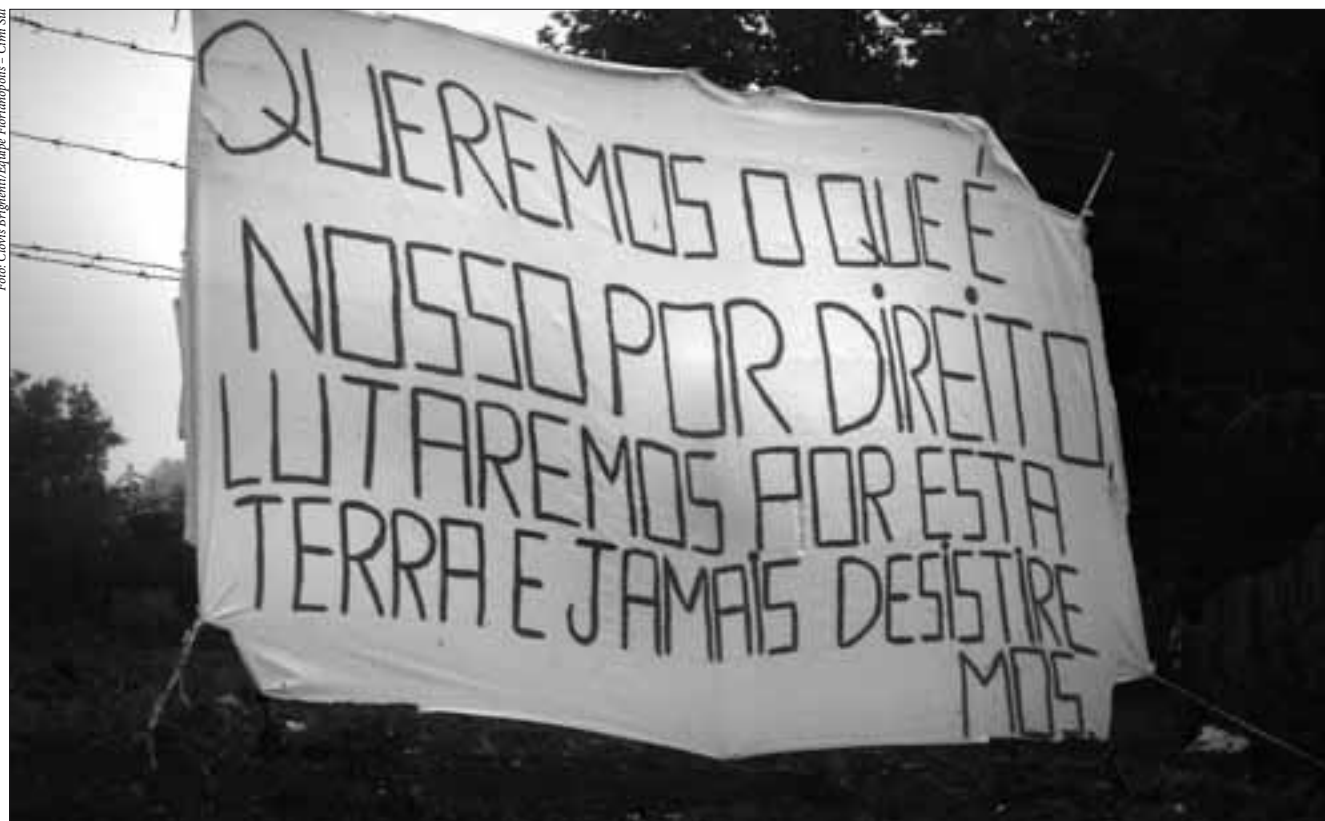
texto do Decreto é bastante explícito quando diz que a Convenção “será executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém”.

Mas como sucede em outros países latino-americanos, a relação sociopolítica do Estado e da sociedade civil para com os povos indígenas não foi alterada no texto constitucional brasileiro de 1988. Foram incorporadas a diversidade étnica e os direitos específicos, mas sem tocar nas estruturas políticas de poder e dominação. Embora esteja prevista na Constituição a aplicação do chamado direito de consulta, na prática ela ainda é caso raro nas decisões de natureza administrativa e legislativa do Estado. O que tem predominado sim é a informação, acompanhada do fato consumado. Daí porque, passados mais de vinte e três anos desde a sua aprovação, não soa estranho ouvir reclamos aqui e acolá de que não foram realizadas mudanças substantivas nas estruturas e nas práticas político-administrativas do Estado brasileiro em relação aos povos indígenas.

Isso se reflete obviamente na forma e nos procedimentos aplicados na elaboração das políticas públicas e seus respectivos orçamentos. Mas o aparente pouco caso à participação dos povos indígenas no processo orça-

mentário não decorre exclusivamente de um julgamento de que o direito dos povos indígenas seja algo menor ou de menor importância. Antes, ao contrário, deve ser considerada também a hipótese de que reconhecer esses direitos implicaria em mudanças profundas nas instituições legislativas, administrativas e no Judiciário no país; afetaria privilégios e benefícios de minorias social e historicamente constituídas, alguns travestidos de direitos. Daí o porquê dos poderes constituídos, dentro e fora do Estado, criar a todo o momento mil e uma barreiras de toda natureza contrárias a essas mudanças. O Brasil ainda é uma sociedade classista e colonialista, não obstante toda a campanha feita em contrário.

Quando o assunto é planejar, decidir e controlar o orçamento público insiste-se na complexidade do tema ou numa suposta dificuldade inerente à condição de “indígena”, ou ainda na impossibilidade de romper ou escapar das amarras administrativas e jurídicas. Isso aparece evidente inclusive entre pessoas que expressam algum grau sincero de comprometimento com a chamada “causa dos povos indígenas”. Talvez seja uma manifestação involuntária, mas de qualquer modo é objetivamente constituída.



Acampamento Kaingang, em Fraiburgo, Santa Catarina

“ Embora esteja prevista na Constituição a aplicação do chamado direito de consulta, na prática ela ainda é caso raro nas decisões de natureza administrativa e legislativa do Estado. O que tem predominado sim é a informação, acompanhada do fato consumado. Daí porque, passados mais de vinte e três anos desde a sua aprovação, não soa estranho ouvir reclamos aqui e acolá de que não foram realizadas mudanças substantivas nas estruturas e nas práticas político-administrativas do Estado brasileiro em relação aos povos indígenas. ”



De outro lado, nossa avaliação é de que o movimento indígena organizado ainda não deu ao assunto a importância que merece. É até compreensível que assim seja, é um assunto do qual os povos indígenas foram sempre excluídos e marginalizados, primeiro pelos Estados colonial e imperial e depois pelo republicano (sem esquecer o papel opressor da Igreja); é algo que demanda certa dedicação e especialização... A força e a pressão das ideias são tamanhas que essa “incapacidade atribuída” acaba sendo incorporado no pensamento individual e coletivo como sendo uma realidade; isso é o que alguns chamam de olhar para si, e para o mundo ao redor, com os olhos do colonizador.

Há também uma compreensível resistência de parte das pessoas indígenas a adentrar em demasia nos meandros desse assunto e acabar se vendo presos no interior da “máquina burocrática”. A busca de alternativas mais pragmáticas nos etnegócios, na transformação da cultura em mercadoria e na constituição da identidade como pessoa jurídica, em si não menos válida como forma de *adaptação criativa*, tem muitas vezes desviado a atenção e tomado um tempo que não deixa tempo e espaço para uma incidência mais ampla no chamado *processo orçamentário*.

É certo, o assunto é complexo, mas disputar e ganhar espaço aí repercute diretamente na tão desejada *autonomia territorial* e na capacidade de *autodeterminação* individual e coletiva dos povos indígenas como sujeitos de direito. Ainda que em meio a dúvidas, nesse momento não nos parece errado insistir em que, além da luta política, é necessário que o movimento indígena se esforce em desenvolver estratégias e, principalmente, as coloque em prática visando fortalecer o seu protagonismo nos processos de definição, gestão e execução

das políticas e na aplicação dos recursos públicos. Sem isso, fica mais difícil realizar avaliações consistentes e construir argumentos alternativos que coloquem em questão o máximo de recurso ao final disponibilizado pelo governo, para essa ou aquela política, acessível desta ou daquela forma. Quando muito, será possível questionar, às vezes a posteriori, ao final do exercício fiscal, o recurso efetivamente aplicado pelo governo e o baixo impacto alcançado no plano local. Mas aí, o recurso financeiro já foi gasto (ou não) e o “estrago” está feito. Do contrário, dificilmente se avançará um milímetro na desejada transformação pluralista do Estado brasileiro.

Vamos aos números!

No Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, o principal programa do governo federal destinado aos povos indígenas chama-se *Proteção e Promoção dos Povos Indígenas* (PPPI), cabendo à FUNAI-Fundação Nacional do Índio a responsabilidade por articular e coordenar sua implementação em parceria com os demais ministérios e órgãos². Esse programa foi concebido para ser o carro-chefe da *Agenda Social dos Povos Indígenas*, apelidada de *PAC Indígena*. Lançada pelo presidente Lula em setembro de 2007 em São Gabriel da Cachoeira (AM), o *PAC Indígena* tinha entre seus objetivos promover a *inclusão social* dos povos indígenas, com um olhar específico aos grupos em situação de *pobreza*³.

Encerrado em 31 de dezembro de 2011, primeiro ano de gestão da presidente Dilma Rousseff, o Plano Plurianual 2008-2011 do governo federal teve dez objetivos estratégicos, mas nenhum específico aos povos indígenas. O mais próximo que chegou disso no plano retórico foi com a afirmação de que no programa havia a pretensão de “fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia, e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos”. A respeito da implantação de “uma infraestrutura eficiente e integradora do território nacional”, não há nada referente aos territórios ocupados por povos indígenas e sobre seus direitos, por exemplo, à Consulta Prévia. Ao contrário, é dito que serão implementadas medidas destinadas

2 A Lei Nº. 11.653, que dispõe sobre PPA 2008-2011, foi sancionada pelo presidente da República em 07/04/2008 (DOU 08/04/2008)

3 Ver Verdum, R. “El indigenismo brasileño en tiempos de multiculturalismo”. *Alteridades*, 18 (25), p. 33-46 México. 2008.

a agilizar e facilitar a implantação de investimentos públicos e privados em infraestrutura. Basta olhar os mapas que representam as obras que integram o PAC-1 e o PAC-2, ali as Terras Indígenas são “territórios invisíveis”.

Na implementação do PPPI estão envolvidos quatro ministérios. Além do Ministério da Justiça, representado pela FUNAI, estão os Ministérios da Saúde, do Meio Ambiente, e dos Esportes. Excluídas as ações relacionadas com os direitos trabalhistas de funcionários (no caso da FUNAI) chegamos a um total de vinte e uma ações, das quais treze na responsabilidade do órgão indigenista (ver tabela em anexo).

Essas vinte e uma ações tiveram em 2011 uma dotação orçamentária inicial de R\$ 724.604.385. Ao longo do ano novos aportes foram sendo autorizados pelo Congresso Nacional, chegando ao final do exercício a um orçamento total autorizado de R\$ 768.558.427. Deste montante, segundo o sistema de informação sobre orçamento público do Senado Federal (Siga Brasil) foram liquidados R\$ 687.116.306 (89,40%).

À FUNAI foi autorizado em 2011 um orçamento de R\$ 386.813.735. Deste total, liquidou 343.724.735 (88,86%). Cerca de R\$ 43,089 milhões é o montante deixado de aplicar. Deste valor, R\$ 26,699 milhões são da ação de Gestão e Administração do Programa; outros R\$ 5,922 milhões da ação de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas; e cerca de R\$ 1,839 da Demarcação e Regularização das Terras Indígenas. Na Promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas, ação que contou com um orçamento autorizado de R\$ 12.176.000, cerca de R\$ 1,242 milhão não foi executado.

O Ministério da Saúde (MS) deixou de executar cerca de R\$ 32,158 milhões. Deste montante, cerca de R\$ 24,510 milhões foram destinados à ação de Promoção, Vigilância, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena; e outros R\$ 4,653 milhões à ação responsável pela estruturação de unidades de saúde para atendimento à população indígena⁴.

4 Além do recurso financeiro aportado pelo Tesouro Nacional nas ações do programa Proteção e Promoção dos Povos Indígenas, o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASISUS) conta com repasses mensais da Secretaria de Assistência à Saúde (SAS), do Ministério da Saúde, por meio do denominado *Incentivo à Atenção Básica dos Povos Indígenas (IAB-PI)* e do *Incentivo à Atenção Especializada dos Povos Indígenas (IAE-PI)*, diretamente aos fundos municipais de saúde e estabelecimentos de saúde conveniados. Também recebe em 2011 recurso financeiro do *Projeto de Vigilância e Controle de Doenças (VIGISUS)*.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) apresentou um baixíssimo desempenho considerando o orçamento autorizado, segundo o Siga Brasil, aplicou somente 15,75% do total de R\$ 7,284 milhões destinado a pasta no âmbito do programa. A maior parte do recurso não aplicado, cerca de R\$ 5,877 milhões, são da ação Fomento a Projetos de Gestão Ambiental dos Povos Indígenas da Amazônia. Essa ação alimenta o denominado Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI/PPG7), um mecanismo de fomento e apoio a projetos de associações indígenas em funcionamento desde o início da década passada, que tem como prazo de encerramento o mês de dezembro de 2012⁵.

Além do programa *Proteção e Promoção dos Povos Indígenas (PPPI)*, existem cinco outros programas com ações específicas para povos e comunidades indígenas (ver anexo). Em termos orçamentários e financeiros, a ação de maior monta está no Ministério da Saúde (MS), ela se destina a promoção do saneamento básico junto às comunidades locais, visando à prevenção e controle de agravos. Tanto as edificações quanto o saneamento ambiental em área indígena são de competência da SESAI-Secretaria Especial de Saúde Indígena, assim como a gestão dos recursos. Em 2011 foi aprovado um orçamento de R\$ 40,150 milhões; desses, foram aplicados R\$ 24,956.

Em seguida, vem a ação denominada de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Campo, das Comunidades Indígenas e Comunidades Tradicionais. Ela integra o programa Educação para a Diversidade e Cidadania, e está sob a responsabilidade do Ministério da Educação (MEC). Essa ação obteve em 2011 um orçamento autorizado de R\$ 29.421.954. Desse total, utilizou somente 10,84%.

Por fim, não poderíamos deixar de citar o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que obteve em 2011 a autorização para gastar R\$ 3 milhões com a *ATER Indígena*, mas que só conseguiu executar até o final do ano cerca de R\$ 386.733 (12,89%).

No conjunto das ações, o Comando da Aeronáutica se mostrou o mais eficiente. Dos R\$ 2.000.000 destinados para a ação de Amparo às Comunidades Indígenas em Áreas Isoladas, executou 99,99%.

5 A última reunião da Comissão Executiva do PDPI aconteceu em outubro de 2010, quando foi aprovada a última leva de subprojetos. Com prazo inicial de encerramento dos trabalhos em 2010, por pressão do movimento indígena da Amazônia brasileira, em especial da COIAB, o PDPI teve esse prazo estendido até dezembro deste ano (2012).



Foto: Cimi Goiás/Tocantins

Hidrelétricas planejadas no Tocantins

Reflexões finais

Não poderia concluir este artigo sem retomar uma questão que nos parece fundamental: a da importância das lideranças, organização e mesmo das comunidades locais dos povos indígenas no país buscarem se organizar, capacitar e incidir no chamado de processo orçamentário.

Sobre isso gostaria de destacar um fato ocorrido em 2011, que tivemos a oportunidade de acompanhar. Refiro-me ao protesto de lideranças da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e integrantes de instâncias governamentais como o Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI), o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e Conselho Nacional de Cultura (CNC), que no dia 25 de maio divulgaram manifesto sobre a forma como o governo federal vinha tratando os direitos dos Povos Indígenas nas discussões para elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015. O documento foi apresentado aos participantes do *Fórum Interconselhos do PPA 2012-2015*, em um evento realizado pelo governo federal em Brasília, nos dias 24 e 25 de maio, para apresentar as “novas metodologias” de elaboração do PPA.

No documento, repudiam a forma autoritária, precária e insuficiente como estão sendo discutidas as proposições programáticas e orçamentárias para o PPA 2012 – 2015, principalmente as demandas dos povos, que são “tradicionalmente atendidas de forma tangencial e secundária pelo Estado brasileiro, tais como a demarcação das terras indígenas, saúde e educação indígena diferenciada, habitação e salvaguardas relacio-

nadas com os impactos de grandes empreendimentos nas nossas terras”.

Respaldados na Constituição Federal de 1988 e no estabelecido na Convenção 169 (OIT), que lembremos tem poder de Lei no país desde meados do ano de 2003, reivindicam do governo federal “condições suficientes” para participar na discussão dos programas e orçamento do PPA destinados a viabilizar as políticas públicas de seu interesse. Não querem apenas *referendar* as proposições dos órgãos envolvidos com a implementação da política indigenista governamental – como a Fundação Nacional do Índio, a Secretaria Especial de Saúde Indígena, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, dentre outros. Menos ainda que as discussões fiquem restritas aos representantes indígenas nos distintos Conselhos, Comissões e Grupos de Trabalho (GT's). Para eles, acertadamente, a *participação* e o *controle social* por parte do movimento indígena não se reduz à participação nessas distintas instâncias. Exigem um processo específico de participação e consulta. ■

“ Respaldados na Constituição Federal de 1988 e no estabelecido na Convenção 169 (OIT), reivindicam do governo federal ‘condições suficientes’ para participar na discussão dos programas e orçamento do PPA destinados a viabilizar as políticas públicas de seu interesse. ”

GOVERNO FEDERAL: ORÇAMENTO INDIGENISTA 2011 (PPA 2008-2011)

PROGRAMAS, ÓRGÃOS E AÇÕES – 2011	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	LIQUIDADO	%
0150 - Proteção e Promoção dos Povos Indígenas	724.604.385	768.558.427	687.116.306	89,40%
Ministério da Justiça (Funai)	311.938.694	386.813.735	343.724.732	88,86%
Gestão e Administração do Programa	215.346.282	298.246.282	271.547.066	91,05%
Capacitação de servidores públicos em processo de qualificação e requalificação	3.000.000	3.000.000	1.366.776	45,56%
Proteção Social dos Povos Indígenas	22.100.000	19.483.900	17.665.538	90,67%
Proteção Social dos Povos Indígenas - Municípios de até 50 mil habitantes (PTC)	3.000.000	3.000.000	934.629	31,15%
Fomento e Valorização dos Processos Educativos dos Povos Indígenas	6.000.000	6.116.100	5.510.854	90,10%
Localização e Proteção de Povos Indígenas Isolados ou de Recente Contato	4.100.000	3.075.041	2.689.610	87,47%
Pesquisa sobre Populações Indígenas	156.500	156.500	10.384	6,64%
Promoção do Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas	2.442.000	2.442.000	2.059.337	84,33%
Preservação do Conhecimento dos Povos Indígenas	3.000.000	3.000.000	2.948.674	98,29%
Promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas	13.176.000	12.176.000	10.933.841	89,80%
Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas	18.042.206	16.842.206	10.919.222	64,83%
Demarcação e Regularização de Terras Indígenas	21.255.706	18.955.706	17.116.548	90,30%
Gestão e Disseminação das Informações acerca da Temática Indígena	320.000	320.000	22.253	6,95%
Ministério da Saúde	403.881.462	372.960.463	340.802.025	91,38%
Gestão e Administração do Programa	19.260.440	17.334.440	14.914.416	86,04%
Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena	16.000.000	23.866.000	19.212.227	80,50%
Promoção, Vigilância, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena	362.912.000	326.621.001	302.110.592	92,50%
Vigilância e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas	5.709.022	5.139.022	4.564.790	88,83%
Ministério dos Esportes	1.500.000	1.500.000	1.442.265	96,15%
Realizações dos Jogos dos Povos Indígenas	1.500.000	1.500.000	1.442.265	96,15%
Ministério do Meio Ambiente	7.284.229	7.284.229	1.147.284	15,75%

PROGRAMAS, ÓRGÃOS E AÇÕES – 2011	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	LIQUIDADO	%
Conservação e recuperação da biodiversidade em Terras Indígenas	100.000	100.000	0	0,00%
Fomento à gestão ambiental em Terras Indígenas	1.306.767	1.306.767	1.147.284	87,80%
Fomento a projetos de gestão ambiental dos Povos Indígenas da Amazônia (PPG7)	5.877.462	5.877.462	0	0,00%
1287 - Saneamento Rural	50.150.000	40.150.000	24.956.111	62,16%
Ministério da Saúde (Funasa)	50.150.000	40.150.000	24.956.111	62,16%
Saneamento básica em aldeias Indígenas para prevenção e controle de agravos	50.150.000	40.150.000	24.956.111	62,16%
1427 - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar	3.000.000	3.000.000	386.733	12,89%
Ministério do Desenvolvimento Agrário	3.000.000	3.000.000	386.733	12,89%
Assistência Técnica e Extensão Rural em Áreas Indígenas	3.000.000	3.000.000	386.733	12,89%
1355 - Identidade e Diversidade Cultural - Brasil Plural	900.000	900.000	768.747	85,42%
Ministério da Cultura	900.000	900.000	768.747	85,42%
Fomento a Projetos Direcionados a Cultura dos Povos Indígenas	400.000	400.000	268.747	67,19%
Fomento a Projetos Direcionados a Cultura dos Povos Indígenas (FNC)	500.000	500.000	500.000	100,00%
1377 - Educação para a Diversidade e Cidadania	51.793.676	64.714.363	15.467.613	23,90%
Ministério da Educação	51.793.676	64.714.363	15.467.613	23,90%
Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Campo, das Comunidades Indígenas e Comunidades Tradicionais (FNDE)	23.691.000	29.421.954	3.190.050	10,84%
Fomento à Inclusão Social e Étnico-racial na Educação Superior	28.102.676	35.292.409	12.277.563	34,79%
1383 - Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade	2.000.000	2.000.000	1.999.858	99,99%
Comando da Aeronáutica	2.000.000	2.000.000	1.999.858	99,99%
Amparo às comunidades indígenas em áreas isoladas	2.000.000	2.000.000	1.999.858	99,99%
TOTAL	832.448.061	879.322.790	730.695.368	83,10%

Fonte: Siga Brasil - Senado Federal (consulta realizada em 10/03/2012)

Obs.: Tabela elaborada pelo autor

Um ano de absurdos

Felício Pontes Jr.

Procurador da República no Pará e mestre em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela PUC-RJ

A publicação de uma ficção jurídica batizada de “licença parcial”, documento que liberou o início das obras de Belo Monte, feita nos primeiros dias de 2011, foi um anúncio muito claro do que viria dali pra frente: mais um ano de descaso e desrespeito com os povos amazônicos, e, em especial, de violência brutal contra os direitos das comunidades indígenas afetadas pela obra de uma hidrelétrica mal planejada, mal discutida e recordista em violações à legislação.

O Ministério Público Federal (MPF) chegou a conseguir a suspensão da tal da “licença parcial”, também apelidada de “licença fragmentada”. Mas essa suspensão foi logo derrubada no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), em Brasília. Dessa vez, foram necessários apenas poucos dias para que os trabalhos no canteiro de obras novamente estivessem autorizados.

Em seguida veio um golpe ainda mais forte na legislação: a licença de instalação da obra, que liberou todos os trabalhos para a construção da hidrelétrica, foi concedida sem que estivessem cumpridas nem 40% das medidas obrigatórias para redução dos impactos socioambientais da obra (essas medidas são conhecidas como condicionantes). E esse dado não foi levantado pelo MPF. Quem apresentou essa informação foi o próprio Ibama, o licenciador da obra, o órgão responsável por exigir o atendimento às condições que ele próprio impôs para o grupo construtor da hidrelétrica.

A consequência é que não foram tomadas iniciativas vitais para a sobrevivência dos povos indígenas, ligadas à navegabilidade dos rios, aos impactos à fauna e à flora, à saúde e à educação das comunidades, à demarcação de terras, à desintração de não-índios, entre outros temas tão importantes.

Os primeiros gritos de desespero surgiram já em setembro: a prefeitura de Altamira pediu ajuda ao MPF para cobrar da Norte Energia a realização das condicionantes. Alegou que a situação era caótica. Mas o caos não se restringiu a Altamira. Assustados pela falta de informações sobre os impactos de uma obra que prossegue diuturnamente, o povo Xikrin da Terra Indígena Trincheira-Bacajá também buscou apoio com o MPF. O Estudo de Impacto Ambiental não demonstrou o que pode acontecer com essa Terra Indígena. E mesmo assim foi aceito pelo Ibama.

Na Justiça, 2011 também foi marcado como um ano em que os processos do caso Belo Monte ficaram



Índigena Kayapó em canteiro de obras de Belo Monte

“ a licença de instalação da obra, que liberou todos os trabalhos para a construção do hidrelétrica, foi concedida sem que estivessem cumpridas nem 40% das medidas obrigatórias para redução dos impactos socioambientais da obra (essas medidas são conhecidas como condicionantes). E esse dado não foi levantado pelo MPF. Quem apresentou essa informação foi o próprio Ibama, o licenciador da obra, o órgão responsável por exigir o atendimento às condições que ele próprio impôs para o grupo construtor da hidrelétrica. ”

aguardando decisão sobre quem iria julgá-los: a Justiça Federal em Altamira? A Vara especializada em questões ambientais em Belém? A dúvida – e a espera – permanecem até 2012.

Apesar disso, o MPF não se deu por vencido. Uma nova ação foi ajuizada para pedir a paralisação das obras. O MPF apontou a Justiça para a iminente remoção de povos indígenas – o que é proibido pela Constituição. A ação baseou-se no seguinte: os documentos do licenciamento ambiental levam à conclusão de que haverá mudança drástica nas cadeias alimentar e econômica das populações indígenas. E a remoção se tornará inevitável. Os dois povos diretamente afetados são os Juruna da Terra Indígena Paquiçamba, na margem direita da Volta Grande e os Arara, da Terra Indígena Arara da Volta Grande, na margem esquerda.

Esses povos indígenas tiveram os primeiros contatos traumáticos com não-índios na região da foz do Xingu, nos séculos XVII e XVIII. Estupros, doenças e assassinatos os obrigaram a fugir rio acima até a Volta Grande, onde conseguiram se estabelecer como coletores, pescadores e caçadores, exímios conhecedores do rio e da floresta. Com a implantação de Belo Monte, deverão ser obrigados novamente a abandonar suas casas, a menos que aceitem um genocídio cultural.

A própria Funai enumera os impactos de Belo Monte sobre as duas Terras Indígenas: aumento da pressão fundiária e desmatamento no entorno, meios de navegação e transporte afetados, recursos hídricos afetados, atividades econômicas - pesca, caça e coleta afetadas, estímulo à migração indígena (da terra indígena para núcleos urbanos), aumento da vulnerabilidade da organização social, aumento das doenças infectocontagiosas e zoonoses.

Para o MPF, está claro que a destruição dos ecossistemas da Volta Grande do Xingu e as pressões causadas pelo fluxo migratório vão inviabilizar a permanência dos índios em suas terras, o que é expressamente vedado pela Constituição brasileira no artigo 231: “É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, *ad referendum* do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco”.

Essa ação também abriu a discussão, pela primeira vez no Judiciário brasileiro, do direito da natureza. Para o MPF, Belo Monte representa a violação, não só dos direitos dos índios, ribeirinhos e agricultores que hoje vivem no Xingu, mas viola também o direito da natureza e o direito das gerações futuras ao desenvolvimento sustentável. É que serão extintas espécies que só existem na Volta Grande do Xingu, sobretudo no trecho de 100 km do rio que vai perder de 80 a 90% da água. A pergunta que se faz é: temos o direito de retirar essas espécies do planeta? E o direito das futuras gerações?

Em novembro, o TRF-1 julgou a ação do MPF que cobra o direito dos povos indígenas de serem consultados em empreendimentos que afetem diretamente sua sobrevivência. No julgamento ouviu-se termos como “privilégio” dos povos indígenas, porque em outras obras do mesmo tipo as comunidades afetadas “não seriam ouvidas”.

Assim, o ano que começou com uma “licença fragmentada” também será lembrado como o ano que se encerrou com a Justiça dizendo que “pouco importa” ouvir os índios. Para o MPF, essa decisão é só mais um dos absurdos que envolvem o caso Belo Monte. E por isso recorreremos ao Supremo Tribunal Federal. Queremos que ele nos diga se a Constituição é válida ou não no Brasil. ■

“ Assim, o ano que começou com uma ‘licença fragmentada’ também será lembrado como o ano que se encerrou com a Justiça dizendo que ‘pouco importa’ ouvir os índios. ”



Capítulo I

Violência Contra o Patrimônio

- 45 Omissão e morosidade na regularização de terras
- 53 Conflitos relativos a direitos territoriais
- 55 Invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio



Povo Yanomami, Roraima

Foto: Eddy/Arquivo Cimi

A terra e todos os recursos naturais nela existentes, assim como os usos da territorialidade, são o maior bem que compõe o patrimônio indígena. Além disso, os bens produzidos tais como casas, roças e outras edificações, tanto as tradicionais, como por exemplo, casas de reza, quanto as mais recentes, como escolas ou postos de saúde completam o patrimônio, incluindo até mesmo o artesanato e outras manufaturas.

O patrimônio indígena inclui igualmente bens imateriais, tais como o direito autoral de imagem e o direito intelectual, os conhecimentos tradicionais de medicina e outros saberes, artes e expressões religiosas.

Omissão e morosidade na regularização de terras

No ano de 2011 foram registrados 46 casos de omissão e morosidade na regularização das terras indígenas, sendo que, em 2010, foram registrados 49 casos. Existem ocorrências nos estados do Acre (1), Alagoas (1), Amazonas (2), Ceará (1), Goiás (1), Maranhão (2), Mato Grosso (1), Mato Grosso do Sul (1), Pará (7), Pernambuco (3), Rio Grande do Sul (14), Rondônia (2) e Santa Catarina (8).

Como nos anos anteriores, também neste primeiro ano de governo da presidente Dilma Rousseff todos os prazos de regularização das terras indígenas foram descumpridos pelos órgãos responsáveis. Além disso, tem-se notícia de que a presidente da República determinou que todo e qualquer procedimento relacionado à regularização de terra indígena, passe por seu gabinete. A regularização é um procedimento administrativo de várias etapas, com prazos determinados, definido pelo Decreto nº 1.775/96.

Além de ferir o direito constitucional das comunidades indígenas a ter suas terras tradicionais demarcadas, essa morosidade as deixa vulneráveis, pois se percebe que terras que continuam sem regularização final, mesmo as registradas e declaradas, são mais expostas a invasões, ocupações, desmatamento e exploração ilegal de recursos naturais.

O Estado do Rio Grande do Sul concentra o maior número de casos de Omissão e morosidade na regularização de terras, com 14 ocorrências. Naquela unidade da federação também se tem notícias de interferências políticas para barrar os procedimentos demarcatórios. Com isso, continuam instalados em beira de estradas diversos acampamentos dos povos Guarani Mbya e Kaingang.

Quadro geral da morosidade

Há muitos outros casos de omissão e morosidade na regularização de terras, além dos 46 aqui apresentados. Desde os anos 1990 o Cimi tem acompanhado o andamento dos processos administrativos de regularização das terras

indígenas através dos dados da Funai, do Ministério da Justiça, das publicações do Diário Oficial da União (DOU), com mais ênfase nas terras reivindicadas pelas comunidades indígenas, com os dados enviados pelas equipes e regionais do Cimi. Nos registros do Cimi constavam 1046 terras, até o final de 2011, divididas em três categorias: as terras regularizadas, as terras em processo de regularização e as terras reivindicadas por comunidades indígenas, mas sem procedimentos de regularização, as “sem providência”.

Um pouco mais de um terço do total das terras foi totalmente regularizado: 363 (34%) até o final de 2011. As categorias reservadas, dominiais e com restrição somam 45 (4%). Outras 290 (27%) estão em alguma fase de regularização. As demais terras, 342 (32%) estão sem providência. Ou seja, 632 terras aguardam o início ou a finalização do processo regulatório.

Observa-se que em todos os casos as autoridades responsáveis não têm cumprido os prazos estabelecidos pelo Decreto nº 1.775/96.

Situação Geral das Terras Indígenas	Quantidade
Registradas	363
Homologadas	37
Declaradas	64
Identificadas	30
A identificar	159
Sem providência	342
Reservadas/Dominiais	40
Com Restrição	05
GT constituído no Estado do MS como Terra Indígena	06 (**)
Total	1.046

Dados atualizados em janeiro de 2012.

Homologação de Terras Indígenas por gestão presidencial

Governo	Período	Nº de homologações	Média anual:
José Sarney	1985 – 1990	67	13
Fernando Collor de Melo	Jan. 1991 – set. 1992	112	56
Itamar Franco	Out. 1992 – dez. 1994	18	09
Fernando Henrique Cardoso	1995 – 2002	145	18
Luiz Inácio Lula da Silva	2003 – 2010	79	10
Dilma Rousseff	2011	03	03

Em 2011, a Funai publicou apenas 2 portarias de identificação. O órgão federal alega vários motivos para a morosidade na regularização de terras indígenas: faltam recursos humanos e financeiros, além dos processos judiciais que prolongam o tempo para a regularização. É verdade que em várias regiões, notadamente no Mato Grosso do Sul, existe uma crescente pressão local e regional contra o trabalho da Funai, atrapalhando o prosseguimento dos estudos de campo, junto a uma tendência de judicialização do processo regulatório.

O Ministério de Justiça publicou apenas 6 portarias declaratórias em 2011. Assim, até o final de 2011, 28 terras esperavam a publicação da Portaria Declaratória pelo

ministro de Justiça. Vale lembrar que o Decreto nº 1.775/96 estipula, uma vez recebida a portaria de identificação por parte da Funai, um prazo de 60 dias para que o Ministério da Justiça publique a Portaria Declaratória.

Em 2011, a presidente Dilma homologou apenas 3 terras indígenas, sendo elas: Barro Alto, Sapotal e Sarauá, As duas primeiras no estado do Amazonas e última no estado do Pará. Até o final de 2011, mais de 60 terras estavam esperando a assinatura do decreto de homologação. Isso inclui 11 terras que têm esperado a assinatura presidencial desde o governo de presidente Fernando Henrique Cardoso. A homologação depende apenas da finalização da demarcação física da área pela Funai.

Foto: Roberto Antonio Liebgott/Cimi Sul



Acampamento Arenal, do povo Guarani Mbya, Rio Grande do Sul

OMISSÃO E MOROSIDADE NA REGULARIZAÇÃO DE TERRAS

46 Casos

ACRE – 1 Caso

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

POVO: DIVERSOS

TIPO DE DANO/CONFLITO: Não regularização fundiária.

DESCRIÇÃO: Todos os processos de demarcação de terras indígenas estão paralisados desde 2003, por meio de um acordo entre a Funai e o governo do Acre.

FONTE: Cimi Regional A/O, equipe de Rio Branco

ALAGOAS – 1 Caso

TERRA INDÍGENA: XUKURU-KARIRI

POVO: KARAPOTÓ, XUKURU-KARIRI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório.

DESCRIÇÃO: As comunidades reivindicam a legalização das terras que ocupam. O estudo já foi realizado pela Universidade Federal de Alagoas reconhecendo a 8a. Comunidade Xukuru-Kariri. O resultado final coordenado pelo prof. Parmênides Pereira oficializou a comunidade como de origem indígena. Segundo Alberto dos Santos, presidente da Comissão de Defesa das Minorias da O.A.B. em Alagoas, a Funai já tem esse documento.

FONTE: 6a. Câmara de Coordenação e Revisão, 05/12/2011

AMAZONAS – 2 Casos**TERRA INDÍGENA:** PAUMARI DO RIO ITUXI**POVO:** APURINÃ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório.**DESCRIÇÃO:** Os índios reivindicam celeridade no processo de demarcação da terra indígena Pedreira do Amazonas, sobreposta à Reserva Extrativista Rio Ituxi.**FONTE:** *Lideranças indígenas, 6/12/2011***TERRA INDÍGENA:** IGARAPÉ GRANDE**POVO:** APURINÃ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório.**DESCRIÇÃO:** Os indígenas reivindicam a demarcação da terra indígena Igarapé Grande que incide sobre a Reserva Extrativista do Médio Purus.**FONTE:** *Lideranças Indígenas, 6/12/2011***CEARÁ – 1 Caso****TERRA INDÍGENA:** ANACÉ**POVO:** ANACÉ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Não regularização fundiária.**DESCRIÇÃO:** Demora da Funai para concluir estudos do Grupo Técnico para identificação e delimitação da terra indígena, objeto de instalação da refinaria de petróleo Premium II.**FONTE:** *6a. Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias, 01/08/2011***GOIÁS – 1 Caso****TERRA INDÍGENA:** CARRETÃO I**POVO:** TAPUIA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório.**DESCRIÇÃO:** Parte do território indígena ficou fora da primeira demarcação, e está na mão de fazendeiros. O povo vive em terras não contínuas com a presença de fazendeiros no entorno e entre as glebas 1 e 2, sendo que o cemitério indígena ficou fora da demarcação. A gleba 1 tem 1.666 ha. e a gleba 2, apenas 77,5ha., dispondo de pouca terra para o plantio. Além disso, a comunidade não tem acesso à caça e nem à pesca. Uma outra preocupação é onde irão morar filhos e netos do povo Tapuia. Reivindicam a demarcação de 43 mil ha. onde possam aumentar a área de cultivo.**FONTE:** *Durvalino A.Silva, cacique; grupo de mulheres Tapuia no MPF; Regional GO/TO***MARANHÃO – 2 Casos****TERRA INDÍGENA:** KANELA**POVO:** KANELA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório.**DESCRIÇÃO:** O processo para demarcação foi iniciado no ano 2000 porém o levantamento fundiário ainda não foi concluído, o que provoca tensão na comunidade.**FONTE:** *Regional Cimi/MA, equipe Imperatriz***TERRA INDÍGENA:** PORQUINHOS - CANELA APÃNJEKRA**POVO:** KANELA APANIEKRA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório.**DESCRIÇÃO:** A terra indígena entrou em processo de demarcação no ano 2000 e a portaria declaratória foi publicada apenas em 2009. O STJ suspendeu liminarmente seus efeitos por meio de portaria 202.**FONTE:** *Regional Cimi/MA, equipe Imperatriz, dezembro/2011***MATO GROSSO – 1 Caso****TERRA INDÍGENA:** MENKU**POVO:** MYKY**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório.**DESCRIÇÃO:** O desmatamento que vem ocorrendo na região, com o avanço de área para lavoura e pasto, ocasionou a diminuição da caça, assoreamento de córregos e rios, destruição das nascentes. O pedido para revisão dos limites da terra indígena é antigo e leva em consideração uma área onde existem espécies de taquara, tucum, castanha e jenipapo que não se encontram presentes na área atualmente demarcada, e possuem importância singular no modo de viver dos Myky. O estudo do território para a referida revisão foi iniciado em 2007, com a constituição de um GT da Funai, que não foi entregue até agora pela Administração da Fundação, em Juína/MT Enquanto não se define esta demarcação, áreas importantes para a cultura e para a vida dos Myky estão sendo degradadas.**FONTE:** *Procuradoria da República/MT, novembro/2011***MATO GROSSO DO SUL – 1 Caso****TERRA INDÍGENA:** LARANJEIRA NHÃNDERU**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Conflito fundiário.**DESCRIÇÃO:** Um juiz local emitiu uma ordem de despejo para a remoção da comunidade, que é formada por cerca de 120 pessoas vivendo atualmente em uma área florestal na fazenda Santo Antonio da Nova Esperança. A decisão do juiz determina que a comunidade seja removida pela Funai para uma área ao lado de uma estrada movimentada, por recomendação do Departamento Nacional de Transporte e Infraestrutura (DNIT). O local reservado é sujo, barulhento e sujeito a inundações periódicas. Não há acesso à água ou terra para plantar. A comunidade aguarda a identificação da área desde 2007, mas o processo foi paralisado por ações judiciais e pela falta de escoltas da Polícia Federal aos grupos de trabalho antropológicos que estavam trabalhando para a identificação da terra indígena.**FONTE:** *Amnesty Internacional - 13/10/2011***PARÁ – 7 Casos****TERRA INDÍGENA:** TEMBÉ**POVO:** TEMBÉ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório.**DESCRIÇÃO:** Há 11 anos as duas comunidades (Aldeias Jeju e Areal) que vivem em Santa Maria do Pará, pleiteiam a constituição de um GT para identificação de suas terras. Duas antropólogas que passaram pelas aldeias recomendaram a constituição do Grupo de Trabalho para identificação dessas terras. Com a omissão do órgão público, os indígenas não recebem assistência nas áreas de saúde e educação e ficam impossibilitados de plantar.**FONTE:** *Cimi Regional Norte-2; Indígenas da comunidade***TERRA INDÍGENA:** AKRÁTİKATÊJÊ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório.**DESCRIÇÃO:** Há mais de três décadas os indígenas travam uma luta na justiça contra a Eletronorte para ter o direito de receber uma área de terra similar à que perderam para o reservatório da UHE Tucuruí. Através de decisão judicial, via julgamento da ação civil pública movida pelo MPF, a 5a. Turma da TRF1 reconheceu esse direito.**FONTE:** *Cimi Regional Norte-2; equipe de Marabá*

TERRA INDÍGENA: PACAJÁ

POVO: ASURINI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório.

DESCRIÇÃO: Os Assurini estão reivindicando a área que habitaram originalmente e que foram obrigados a abandonar na década de 1950. Aguardam a regularização fundiária do território que, enquanto não for decidida, continua invadido por madeireiros que estão devastando os recursos naturais. Em 2008 foi constituído um Grupo de Trabalho para realizar os estudos necessários à identificação da terra mas até o presente o relatório final não foi concluído e nem publicado. Além disso, os índios questionam os estudos realizados na área, afirmando que o GT da Funai deixou de fora mais da metade da área reivindicada pelo grupo.

FONTE: Cimi Regional Norte-2; equipe de Marabá

TERRA INDÍGENA: OROROBÁ

POVO: ATIKUM

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório.

DESCRIÇÃO: As famílias indígenas estão vivendo num aglomerado de lotes dentro de um projeto de assentamento para reforma agrária. Há anos reivindicam junto à Funai a regularização fundiária dessa terra como reserva indígena, mas até o momento nenhum procedimento foi iniciado para atender o pedido dos índios.

FONTE: Cimi Regional Norte-2; equipe de Marabá

TERRA INDÍGENA: GUAJANAIRA

POVO: GUAJAJARA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório.

DESCRIÇÃO: As famílias indígenas estão vivendo em lotes dentro de um projeto de assentamento para reforma agrária. Há anos reivindicam junto à Funai a regularização fundiária de suas terras em reserva indígena, mas até o momento nenhum procedimento foi iniciado para atender o pedido dos índios.

FONTE: Cimi Regional Norte-2; equipe de Marabá

POVO: ATIKUM

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório.

DESCRIÇÃO: As famílias indígenas estão vivendo em lotes dentro de um projeto de assentamento para reforma agrária. Há anos reivindicam junto à Funai a regularização fundiária de suas terras em reserva indígena, mas até o momento nenhum procedimento foi iniciado para atender o pedido dos índios.

FONTE: Cimi Regional Norte-2; equipe de Marabá

TERRA INDÍGENA: AMANAYE

POVO: AMANAYE

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório.

DESCRIÇÃO: Desde 1945 que o governo do estado do Pará reconhece como de domínio e usufruto exclusivo das famílias indígenas que viviam na confluência dos rios Surubiju e Ararandewa, uma área de 240.000 hectares. Atualmente a terra está praticamente invadida por madeireiros, fazendeiros, e o órgão indigenista não tomou nenhuma providência para a regularização fundiária da terra indígena. Os índios já denunciaram a situação de invasão e cobram da Funai um Grupo de estudo para os procedimentos necessários a essa regularização.

FONTE: Cimi Regional Norte-2; equipe de Marabá



Acampamento Guarani-Kaiowá, em Mato Grosso do Sul

PERNAMBUCO – 3 Casos**TERRA INDÍGENA:** PIPIPÃ**POVO:** PIPIPÃ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório.**DESCRIÇÃO:** O GT da Funai realizou levantamento na área indígena entre de 2003 e 2005. No entanto, o relatório de identificação da terra ainda não foi publicado.**FONTE:** *Lideranças indígenas***TERRA INDÍGENA:** KAPINAWÁ**POVO:** KAPINAWÁ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório.**DESCRIÇÃO:** Os índios reivindicam parte do território que ficou de fora quando da demarcação e homologação da TI Kapinawá, pela Funai. A área está incrustada dentro da fazenda de propriedade de Romildo Mariano, que após abandonar a propriedade, retornou para transformá-la em pousada para turistas que visitam o Parque Nacional do Vale do Catimbal. Após retomada os índios aguardam providências da Funai que prometeu discutir o assunto junto a Coordenação Geral de Identificação e Delimitação, em Brasília. Por sua vez, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) entrou com pedido de reintegração de posse. O impasse permanece e nenhuma providência foi adotada por parte da Funai.**FONTE:** *Assessoria Jurídica - Regional Cimi NE***TERRA INDÍGENA:** TRUKÁ**POVO:** TRUKÁ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Obras do PAC.**DESCRIÇÃO:** Como consequência da construção do eixo norte da transposição do rio São Francisco, e dos interesses que envolvem o território, o processo de identificação da área reivindicada pelos Truká se encontra paralisado.**FONTE:** *Cimi Regional/NE, equipe de Pernambuco***RIO GRANDE DO SUL – 14 Casos****TERRA INDÍGENA:** ACAMPAMENTO**POVO:** GUARANI MBYA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório.**DESCRIÇÃO:** Os indígenas estão vivendo em barracas de lona na beira da estrada. Reivindicam à Funai a criação de um grupo de trabalho para proceder aos estudos de identificação e delimitação de uma terra que consideram como terra Guarani. E, enquanto isso não acontece, pedem que lhes seja destinada uma área em condições dignas de sobrevivência, para o assentamento das famílias que estão vivendo em acampamento.**FONTE:** *Correio do Brasil,RJ, 17/06/2011***TERRA INDÍGENA:** MATO PRETO**POVO:** GUARANI**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório.**DESCRIÇÃO:** Enquanto a comunidade esperava a portaria declaratória da TI Mato Preto, foi surpreendida com a decisão do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo que decidiu rever o relatório circunstanciado elaborado pela Funai. Enquanto isso, a comunidade continua sofrendo sem as mínimas condições de vida digna.**FONTE:** *Cimi Sul - Equipe Porto Alegre***TERRA INDÍGENA:** PASSO GRANDE DA FORQUILHA**POVO:** KAINGANG**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Descumprimento de prazos para demarcação.**DESCRIÇÃO:** Após oito meses da publicação da Portaria Declaratória, a Funai não contratou empresa para realizar a demarcação física da área indígena, bem como não criou o Grupo de Trabalho para efetuar o levantamento fundiário. Enquanto isso, a comunidade permanece em péssimas condições de vida.**FONTE:** *Cimi Sul - Equipe Porto Alegre***TERRA INDÍGENA:** RIO DOS ÍNDIOS**POVO:** KAINGANG**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório.**DESCRIÇÃO:** Sob ameaça de agricultores, a Funai iniciou o levantamento fundiário sem concluí-lo. Já se passaram dois anos e o prazo para realização do levantamento se esgotou sem nenhuma providência. Por outro lado, o governo do RS se omite em assumir o reassentamento e indenização para os agricultores.**FONTE:** *Cimi Sul - Equipe Porto Alegre***TERRA INDÍGENA:** MATO CASTELHANO**POVO:** KAINGANG**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório.**DESCRIÇÃO:** Há mais de 2 anos foi publicada portaria de criação do GT para identificação e delimitação da TI. O levantamento ainda não foi concluído. Com isso, a comunidade vive insegura, às margens de estradas e sem as mínimas condições de sobrevivência.**FONTE:** *Cimi - Equipe Porto Alegre***TERRA INDÍGENA:** LAJEADO DO BUGRE**POVO:** KAINGANG**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório.**DESCRIÇÃO:** Há mais de 1 ano foi publicada portaria de criação do GT para identificação e delimitação da TI. O levantamento ainda não foi concluído. Com isso, a comunidade vive insegura, às margens de estradas e sem as mínimas condições de sobrevivência.**FONTE:** *Cikmi - Equipe Porto Alegre***TERRA INDÍGENA:** CARAZINHO**POVO:** KAINGANG**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório.**DESCRIÇÃO:** Há quase 2 anos foi publicada portaria de criação do GT para identificação e delimitação da TI. O levantamento ainda não foi concluído. Com isso, a comunidade vive insegura, às margens de estradas e sem as mínimas condições de sobrevivência.**FONTE:** *Cimi Sul - Equipe Porto Alegre***TERRA INDÍGENA:** XINGU**POVO:** KAINGANG**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório.**DESCRIÇÃO:** Há mais de 2 anos foi publicada portaria de criação do GT para identificação e delimitação da TI. O relatório foi enviado para a Funai, mas ainda não foi publicado. Com isso, há várias ações judiciais com ameaça de despejo da comunidade, que vive insegura e sem as mínimas condições de sobrevivência.**FONTE:** *Cimi Sul - Equipe Porto Alegre*



Acampamento Kaingang, em Fraiburgo, Santa Catarina

TERRA INDÍGENA: KANDÓIA

POVO: KAINGANG

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório.

DESCRIÇÃO: Morosidade da Funai em analisar o relatório circunstanciado, publicado há mais de dois anos. Com isso, a comunidade vive insegura, às margens de estradas e sem as mínimas condições de sobrevivência.

FONTE: Cimi Sul - Equipe Porto Alegre

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

POVO: GUARANI MBYA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório.

DESCRIÇÃO: Estas terras estão para estudos de identificação e delimitação desde 2008. A comunidade reclama de falta de agilidade da Funai para resolver a situação. Com isso, os índios estão em áreas reduzidas sem condições de plantio, água potável e espaço para transitar.

FONTE: Doc. Conselho de Articulação do Povo Guarani, 07/02/2011 - Equipe Cimi Porto Aleg

TERRA INDÍGENA: IRAPUÁ

POVO: GUARANI MBYA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: A publicação de identificação e delimitação se concretizou em 2010, porém os Guarani continuam fora de sua terra tradicional. Os índios cobram agilização da Funai pois estão em uma área reduzida vivendo em condições precárias.

FONTE: Cimi Sul - Equipe Porto Alegre

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

POVO: GUARANI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório.

DESCRIÇÃO: A comunidade aguarda solução para regularização da Tekoá Porã, desapropriada pelo governo estadual no ano de

2000. O governo do estado ainda não finalizou as indenizações e não cumpriu o protocolo de intenções para efetuar o pagamento. Atualmente a comunidade ocupa apenas a metade da área desapropriada.

FONTE: Doc. Conselho de Art. Povo Guarani, 07/02/2011

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

POVO: GUARANI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório.

DESCRIÇÃO: A comunidade aguarda promessa da Funai em criar um Grupo de Trabalho o que até agora não foi cumprido. São várias famílias vivendo em pequenas porções de terra.

FONTE: Doc. Conselho de Art.do Povo Guarani, 7/02/12

TERRA INDÍGENA: CANTAGALO

POVO: GUARANI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório.

DESCRIÇÃO: A aldeia Cantagalo é uma das mais antigas do estado. Os estudos já foram concluídos, mas a terra continua invadida. Além da demora na regularização da terra, animais dos vizinhos invadem a terra e comem as plantações da comunidade.

FONTE: Doc. Conselho Art.Povo Guarani, 7/2/2011; Cimi Sul

RONDÔNIA – 2 Casos

TERRA INDÍGENA: KARITIANA

POVO: KARITIANA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório.

DESCRIÇÃO: Duas comunidades do povo Karitiana estão vivendo no espaço do território tradicional não demarcado pela Funai, desde a década de 1980, e vêm cobrando da Funai e dos demais órgãos competentes a demarcação do seu território tradicional que ficou fora da área demarcada, que são aldeias e cemitérios e outros lugares sagrados para os indígenas. Estes lugares são considerados lugar de recriação

cultural, religiosa e física. Foram criados grupos de trabalhos pela Funai para realizar estudos antropológicos, mas que não foram concluídos. Agora os indígenas esperam o término dos trabalhos dos antropólogos com a criação do novo grupo de trabalho que foi constituído este ano. A preocupação dos indígenas é a grande mobilização dos fazendeiros que invadem seu território desde a década de 90. Um grupo de políticos do Estado, aliados dos fazendeiros, organiza uma audiência pública para contrapor aos direitos dos indígenas.

FONTE: Informação Cimi Regional Rondônia - 11/10/2011

TERRA INDÍGENA: RIO NEGRO OCAIA

POVO: ORO WARI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Descumprimento de prazos para demarcação.

DESCRIÇÃO: A terra indígena passou a ter novos limites que incidem sobre a reserva extrativista Pakaa Novos onde ainda permanecem seringueiros. Os indígenas reivindicam a demarcação física da terra.

FONTE: Cimi Regional RO-Equipe Guajará-Mirim

RORAIMA – 2 Casos

TERRA INDÍGENA: SERRA DA MOÇA

POVO: MAKUXI, WAPIXANA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório.

DESCRIÇÃO: A comunidade reivindica a revisão dos limites da terra indígena, cujo processo se arrasta há muitos anos.

FONTE: CIR - Conselho Indígena de Roraima, 2011

TERRA INDÍGENA: ARAPUÁ

POVO: WAPIXANA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório.

DESCRIÇÃO: Não há nenhum tipo de investimento em infraestrutura na terra indígena. A comunidade aguarda há muitos anos uma resposta do governo para sua regularização.

FONTE: Conselho Indígena de Roraima-CIR

SANTA CATARINA – 8 Casos

TERRA INDÍGENA: TEKOKA DJU MIRIM

POVO: GUARANI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório.

DESCRIÇÃO: Em outubro de 2004, lideranças Guarani de SC reivindicaram à presidência da Funai a criação de GTs para as terras Guarani que estavam sem providência. Depois de idas e vindas para a criação do GT, em setembro último a Funai lançou o edital para contratação de antropólogo e ambientalista para formar o Grupo de Trabalho. Enquanto aguarda solução a população sofre a invasão de moradores das redondezas que não respeitam os limites da terra indígena e colocam gado dentro da terra que dizima a plantação da comunidade.

FONTE: Cimi Regional Sul - Equipe Florianópolis, fevereiro 2011

TERRA INDÍGENA: YAKÁ PORÃ

POVO: GUARANI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório.

DESCRIÇÃO: Há anos as lideranças reivindicam à Funai que inicie o processo de regularização fundiária da terra indígena. Em 2009 as lideranças da Comissão Nhemonguetá enviaram correspondência à Funai/CGID cobrando novamente a criação de GT de identificação. Enquanto a situação continua sem solução, a comunidade vive insegura sob pressão e ameaçada de ação judicial, promovida pela prefeitura de Joinville que se diz proprietária da área. A comunidade não consegue acessar recursos públicos e projetos de assistência porque os órgãos públicos insistem na tese de que a terra não está regularizada.

FONTE: Cimi Regional Sul - Equipe Florianópolis, fevereiro 2011



Devido à morosidade na regularização de suas terras, indígenas são obrigados a viver em acampamentos à beira de rodovias

TERRA INDÍGENA: RETA/ITAJU**POVO:** GUARANI**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório.

DESCRIÇÃO: Há anos as lideranças reivindicam à Funai para que inicie o processo de regularização fundiária da terra indígena. A partir de uma reunião em 2007, a Fundação se propôs solucionar o problema fundiário das terras Guarani e solicitou a antropólogos que elaborassem o plano operacional para a criação de GT para identificação das terras ainda sem providência. Depois de idas e vindas, até o presente não se tem solução a respeito. A população sofre com a insegurança e com a ameaça de construção de várias obras que irão impactar diretamente a comunidade indígena, como a obra do Contorno Ferroviário de São Francisco do Sul, a Costa do Encanto, a duplicação da BR-280.

FONTE: *Cimi Regional Sul - Equipe Florianópolis, fevereiro 2011***TERRA INDÍGENA:** FRAIBURGO**POVO:** KAINANG**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório.

DESCRIÇÃO: Desde 2011 os índios cobram da Funai a identificação de uma terra onde está a Empresa Renar Maçãs S/A. A empresa entrou com uma ação na Justiça Federal pedindo reintegração de posse. O Juiz Federal que estava com o processo solicitou a Funai e ao MPF para se manifestar ao relação ao caso. A Funai através do administrador, Pedro Possamai e da Procuradora Federal Lucimar Hofmann Bogo, informaram ao juiz que os indígenas iriam desocupar a área. Por sua vez, o Procurador da República respondeu ao juiz que fosse dada reintegração de posse à autora sem uso de força policial, bastando comunicação por meio de oficial de justiça. Os índios então foram despejados de sua terra. Em seguida o Procurador da República entrou com uma ação contra Funai cobrando a criação de um GT. A Funai enviou a antropóloga Maria Helena de Amorim para fazer relatório preliminar, mas o procurador desistiu da ACP (Ação Civil Pública).

FONTE: *Cimi Sul, equipe Florianópolis***TERRA INDÍGENA:** IBIRAMA - LA KLÃO**POVO:** XOKLENG**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Construção ilegal de barragem.

DESCRIÇÃO: A Barragem Norte, construída na década de 70, e considerada uma importante obra para conter as cheias que atingem várias cidades do Vale do Itajaí, submergiu mais de 900 hectares de terra fértil do povo Xokleng. Em função desta ocupação, a Justiça Federal condenou a União e o Estado

de Santa Catarina a cumprirem o Protocolo de Intenções assinado em Jan/1992 para a compensação dos prejuízos da comunidade indígena. O processo de revisão de limites da terra continua parado. Os índios continuam habitando as encostas do Alto Vale do Itajaí que anualmente sofrem com as chuvas.

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Florianópolis***TERRA INDÍGENA:** PIRAI**POVO:** GUARANI**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório.

DESCRIÇÃO: Desde 2009 a situação da TI Pirai continua sem solução. Após suspensão da Portaria Declaratória 2.907, assinada pelo então Ministro da Justiça Tarso Genro, várias liminares foram suspensas anulando a decisão do MJ. A licitação para contratação de empresa para fazer a demarcação física depende de decisão do atual Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que terá que revogar a última Portaria de nº 2.564, de agosto de 2010.

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Florianópolis***TERRA INDÍGENA:** TARUMÃ**POVO:** GUARANI**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Descumprimento de prazos para demarcação.

DESCRIÇÃO: Desde 2009 a situação da TI Tarumã continua sem solução. Após suspensão da Portaria Declaratória 2.747, assinada pelo então Ministro da Justiça Tarso Genro, várias liminares foram suspensas anulando a decisão do MJ. A licitação para contratação de empresa para fazer a demarcação física depende de decisão do atual Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que terá que revogar a última Portaria de nº 2.564 de agosto de 2010.

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Florianópolis***TERRA INDÍGENA:** MORRO ALTO**POVO:** GUARANI**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Descumprimento de prazos para demarcação.

DESCRIÇÃO: Desde 2009 a situação da TI Morro Alto continua sem solução. Após suspensão da Portaria Declaratória 2.813, assinada pelo então Ministro da Justiça Tarso Genro, várias liminares foram suspensas anulando a decisão do MJ. A licitação para contratação de empresa para fazer a demarcação física depende de decisão do atual Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que terá que revogar a última Portaria de nº 2.564, de agosto de 2010.

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Florianópolis*

Conflitos relativos a direitos territoriais

Em 2011 foram registrados 11 casos de conflitos relativos a direitos territoriais. Tivemos registros de conflitos no Amazonas (1), Mato Grosso (1), Mato Grosso do Sul (3), Pará (1), Paraíba (1), Pernambuco (2), Rio Grande do Sul (1) e Santa Catarina (1).

Continuam ocorrendo conflitos relacionados à instalação de empreendimentos de infraestrutura. Os povos Truká e Pipipã, em Pernambuco, sofrem com o desmatamento, diminuição da caça e problemas sociais decorrentes da Transposição do Rio São Francisco. Na Paraíba, indígenas do povo Tabajara lutam contra a instalação de uma fábrica de cimento em território por eles reivindicado. Já em Santa

Catarina, o Ministério Público Federal ingressou com ação contra a construção de uma pequena central hidrelétrica. Segundo o MPF, há indícios de irregularidades entre as quais a falta de estudos dos impactos sobre a comunidade indígena, do povo Xokleng.

Em Mato Grosso do Sul, indígenas do povo Guarani-Kaiowá tiveram seus poucos pertences destruídos, após serem expulsos de uma área retomada. O local está incluído nas portarias dos grupos de estudos da Funai. E também o povo Terena sofre pressões, muito fortes, vindas dos fazendeiros que impedem, na base da força, a regularização de terras, em Sidrolândia.



Foto: Egon Heck/Cimi

Acampamento Guarani-Kaiowá, em Mato Grosso do Sul

CONFLITOS RELATIVOS A DIREITOS TERRITORIAIS

11 Casos

AMAZONAS – 1 Caso

TERRA INDÍGENA: MURUTINGA

POVO: APURINÃ, MURA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório.

DESCRIÇÃO: A prefeitura de Autazes contratou um antropólogo para contestar o relatório da Funai no processo de demarcação das terras indígenas do povo Mura e Apurinã. O processo de demarcação das terras indígenas de Autazes remonta o início dos anos de 1970. Essa demora vem provocando perdas de terras, que hoje tem formato de ilhas e rodeadas de fazendas de rebanhos de búfalos e também vem causando vários conflitos entre os Mura e pecuaristas. Segundo o coordenador da Funai de Manaus, Odiney Hayden, o anúncio da demarcação também causa expectativa entre os índios e, ao mesmo tempo, reacende a pressão dos pecuaristas e

políticos do município. A Funai estaria organizando a ida de um engenheiro agrimensor ao município para completar informações para o processo de formação.

FONTE: Vice Tuxaua Maria Brada; *acrítica*, 5/5/2011 Cimi Regional Norte-1

MATO GROSSO – 1 Caso

TERRA INDÍGENA: UIRAPURU

POVO: PARESI

DESCRIÇÃO: Fazendeiros e indígenas estão em litígio causado pela colheita de soja plantada em terras indígenas. Os fazendeiros questionam a demarcação, mas o representante da Funai, Carlos Márcio V. Barros, desconhece a ilegalidade do processo e acrescenta que a área já foi homologada, faltando apenas indenizar as benfeitorias.

FONTE: Alô Brasília online-DF. 23/02/2011

MATO GROSSO DO SUL – 3 Casos**TERRA INDÍGENA:** ACAMPAMENTO**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Incêndio.

DESCRIÇÃO: Indígenas que ocupavam uma área entre as fazendas Maringá e Santa Rita tiveram seu acampamento destruído pelo fogo. O local foi invadido por homens encapuzados e armados. Segundo o líder Solano, os indígenas que fugiram para a mata, para se proteger, foram, dias depois, novamente atacados por funcionários da Fazenda Santa Rita. Os poucos pertences que haviam restado foram destruídos e até mesmo a comida foi levada. A área foi ocupada no dia 9 de agosto e é reivindicada pelos indígenas como Tekoha (terra tradicional), uma parte do território denominado como Pyelito Kuê. O local está incluído nas portarias da Funai que formaram Grupos de Trabalho para estudos em 26 municípios da região sul do MS, visando o reconhecimento e demarcação de terras indígenas. Foram encontrados dezenas de cartuchos de munição calibre 12 antitumulto (balas de borracha) e há indício de formação de milícia armada. O MPF trata o caso como genocídio, já que foi cometida violência motivada por questões étnicas contra uma coletividade indígena.

FONTE: *midiamax-MS, 14/08/2011; 6a.Câmara de Coordenação e Revisão, 19/08/2011; Cimi 31/8*

POVO: GUARANI KAIOWÁ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Agrotóxico.

DESCRIÇÃO: Índios Guarani denunciam que a Shell e o colosso brasileiro dos combustíveis, Cosan, operam juntos por meio da marca Raizen. Parte do etanol comercializado, vendido como biocombustível, é produzido da cana de açúcar plantada na terra ancestral dos Guarani. Segundo a denúncia, desde que a indústria começou a operar a saúde das comunidades piorou. As crianças, adultos e até os animais ficam doentes. Ervas medicinais estão desaparecendo e os peixes e plantas afetadas.

FONTE: *6a.Câmara de Coordenação e Revisão, Índios e Minorias, 08/09/2011*

POVO: TERENA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Conflito fundiário.

DESCRIÇÃO: Técnicos da Funai foram impedidos de ter acesso a áreas reivindicadas pelo povo Terena. A equipe do órgão indigenista percorria áreas ocupadas por indígenas de Mato Grosso do Sul, realizando avaliação de benfeitorias em fazendas que incidem sobre territórios indígenas. A notícia ainda dá conta de que fazendeiros contrataram seguranças particulares para as fazendas.

FONTE: *G1, 09/07/2011*

PARÁ – 1 Caso**TERRA INDÍGENA:** AMANAYE**POVO:** AMANAYE**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Conflito fundiário.

DESCRIÇÃO: Após as famílias indígenas fugirem de sua terra depois de um conflito entre índios e não índios invasores, as famílias foram viver com seus parentes numa outra área fora da terra recém-demarcada. Atualmente querem retornar, mas se sentem inseguros pois a terra está invadida. Solicitam providências da Funai para a remoção e desintração dos invasores.

FONTE: *Cimi Regional Norte-2; equipe de Marabá*

PARAÍBA – 1 Caso**TERRA INDÍGENA:** TABAJARA**POVO:** TABAJARA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Repressão policial.

DESCRIÇÃO: No dia 9 de novembro o povo retomou parte de seu

território tradicional, que está sendo reivindicado pela comunidade. A área foi vendida para a empresa de cimento Cerâmica Elizabeth. No dia 30, uma operação policial para a desocupação da área surpreendeu os índios, e as tentativas de diálogo com o governo e com a Funai foram em vão. Foram 200 policiais da tropa de choque, cavalaria, canil, um batalhão de elite, helicópteros além de quase uma centena de seguranças privados da empresa, que despejaram os índios de forma violenta.

FONTE: *Cimi Regional/NE, equipe de Pernambuco*

PERNAMBUCO – 2 Casos**TERRA INDÍGENA:** PIPIPÁ**POVO:** PIPIPÁ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Obras do PAC.

DESCRIÇÃO: Lideranças relatam que as obras do canal de Transposição do rio S. Francisco está prejudicando o ecossistema da Reserva Biológica da Serra Negra, devido ao desmatamento e escavação para construção de dois reservatórios anexos. Todas as obras implementadas desconsideram a existência de terras indígenas, situação que não se altera mesmo que a denúncia já tenha sido feita em anos anteriores.

FONTE: *Lideranças indígenas*

TERRA INDÍGENA: TRUKÁ**POVO:** TRUKÁ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Obras do PAC.

DESCRIÇÃO: O território indígena está sendo atingido pelas obras da transposição do rio São Francisco. A construção do eixo norte do canal causou graves impactos ambientais como desmatamento e perda da caça além dos problemas sociais como consumo de drogas, aumento da prostituição, alcoolismo, desestruturação da cadeia produtiva na agricultura, endividamento das famílias e o desemprego, em continuidade à denúncia feita em anos anteriores.

FONTE: *Cimi Regional/NE, equipe Pernambuco*

RIO GRANDE DO SUL – 1 Caso**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS**POVO:** GUARANI MBYA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Estradas - construção e pavimentação.

DESCRIÇÃO: As comunidades Guarani que vivem nas beiras das BRs 290 e 116, entre os municípios de Guaíba, Pelotas e Arroio do Ratos estão preocupadas com os projetos de duplicações dessas estradas. Os acordos feitos com o DNIT ainda não foram cumpridos. Tampouco a Funai se manifestou sobre o assunto.

FONTE: *Doc. Conselho de Articulação do povo Guarani - 07/02/2011, Equipe Cimi Porto Alegre*

SANTA CATARINA – 1 Caso**TERRA INDÍGENA:** RIO DOS PARDOS**POVO:** XOKLENG**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Construção de hidrelétrica (PCH).

DESCRIÇÃO: O Ministério Público Federal ajuizou ação civil contra a Fundação do Meio Ambiente (FTMA), a Hidrelétrica Pardos S/A e ao IBAMA, requerendo a suspensão do licenciamento ambiental para construção da PCH Rio dos Pardos. Para o MPF a instalação de uma PCH próxima da TI vai interferir na vida da comunidade causando danos ambientais. Há indícios de irregularidades entre as quais a falta de estudos dos impactos sobre a comunidade indígena localizada a 1,5 km da barragem. O responsável pelo relatório mencionou de forma genérica a existência de comunidades indígenas na região. Os índios cobram um posicionamento da Funai.

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Florianópolis*

Invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio

Em 2011 voltou a crescer o número de invasões possessórias e exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio indígena: 42 casos. Em 2010 foram registrados 33 casos. Tais violências atentam diretamente contra a vida das comunidades indígenas, já que os recursos naturais são vitais para sua reprodução física e cultural.

Os casos ocorreram nos estados do Acre (2), Amazonas (4), Distrito Federal (1), Maranhão (8), Mato Grosso (3), Pará (8), Pernambuco (2), Rio Grande do Sul (1), Rondônia (4), Roraima (4), Santa Catarina (1) e Tocantins (4).

Observamos a intensificação das invasões e exploração ilegal de recursos nos estados do Maranhão e do Pará, com 8 casos registrados para cada unidade da federação, envolvendo pesca ilegal, desmatamento, invasão do território, danos ao meio ambiente e até incêndio.

Os povos indígenas Awá-Guajá, Guajajara, Kanela, Krikati e Ka'apor, do estado do Maranhão, sofrem com a invasão madeireira em suas terras. No caso do povo Awá-Guajá, da terra indígena Awá, a situação é ainda mais delicada, visto que parte da população deste povo ainda encontra-se em situação de isolamento. Povos indígenas isolados do estado

de Rondônia também estão ameaçados pela presença de garimpeiros e madeireiros.

Em Roraima o povo Yanomami vem denunciando a construção de pequenos aeroportos clandestinos e a entrada de garimpeiros em seu território para a retirada de minérios. A poluição dos rios com mercúrio tem provocado doenças nos indígenas e a morte de animais. Essa situação parece ser um retrocesso às décadas finais do século XX, quando as comunidades Yanomami, de diversas regiões no interior da terra indígena, sofreram com esses mesmos tipos de invasões a ponto de registrarem-se inúmeros óbitos em função da contaminação por doenças epidêmicas e por poluição das águas.

Em Mato Grosso, o povo Xavante ainda espera o retorno à terra Marãiwatsedé. Mesmo com a confirmação, pelo TRF da 1ª Região, da legalidade do procedimento administrativo de demarcação de suas terras, e a determinação da retirada dos invasores, o que se vê é a continuidade do processo de devastação de seu território. O Instituto de Pesquisas Especiais (INPE) detectou que dentro dessa terra indígena foram desmatados 68,8 km², o maior foco do país.



Foto: Wajako Myky

Exploração madeireira ameaça terra indígena Myky

INVASÕES POSSESSÓRIAS, EXPLORAÇÃO ILEGAL DE RECURSOS NATURAIS E DANOS DIVERSOS AO PATRIMÔNIO

42 Casos

No Brasil

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

POVO: DIVERSOS

TIPO DE DANO/CONFLITO: Obras do PAC.

DESCRIÇÃO: Conforme relatório da Anistia Internacional, o crescimento econômico do Brasil, a expansão do agronegócio e a construção de grandes obras, aumentam o risco para os indígenas. A ameaça, segundo o documento, não se refere somente ao projeto em si, mas dos efeitos colaterais. Muitas pessoas migram para a região foco dos investimentos, aumentam as invasões por madeireiros e garimpeiros, tudo isso acompanhado dos problemas gerados por alcoolismo e prostituição presentes nos locais dos empreendimentos. Um dos projetos mais polêmicos se refere à Hidrelétrica de Belo Monte que irá mexer com grandes contingentes populacionais atingindo a vida e o habitat de indígenas e não indígenas moradores da região. Na região, indígenas já acionaram o Ministério Público Federal, pois o início das obras de Belo Monte já afetaram a qualidade da água do rio Xingu.

FONTE: Agência Brasil, 05/08/2011

ACRE – 2 Casos

TERRA INDÍGENA: KAMPA DO RIO AMÔNEA

POVO: ASHANINKA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão e exploração madeireira.

DESCRIÇÃO: Índios Ashanika na região de fronteira entre Brasil e Peru, denunciaram a invasão de madeireiros peruanos em terras indígenas brasileiras. Foram descobertas duas clareiras de exploração de madeira em área onde vivem cerca de 500 pessoas desse povo. O problema de exploração ilegal de madeira na região acontece desde 2001. Os movimentos indígenas denunciam que a falta de fiscalização na fronteira favorece a ação de narcotraficantes e a extração ilegal de madeira.

FONTE: 6a.Câmara de Coordenação e Revisão, 31/8/2011; G1, 08/08/2011; Pág.20 AC,10/08/11

TERRA INDÍGENA: ALTO RIO PURUS

POVO: KULINA (MADIJA)

TIPO DE DANO/CONFLITO: Caça ilegal.

DESCRIÇÃO: Caçadores liderados por fazendeiros que moram perto da aldeia invadem com frequência a terra indígena para caçar com cachorros e vender a carne na cidade de Manoel Urbano.

FONTE: Cimi Regional A/O, equipe Manoel Urbano

AMAZONAS – 4 Casos

POVO: DIVERSOS

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão.

DESCRIÇÃO: Estimulados por um loteamento municipal, invasores extrapolaram os limites fundiários da terra indígena. Famílias da aldeia afirmam que um grupo de invasores desmatou 60 metros de comprimento da área onde vivem. A área está localizada no município de Manaus, foi regularizada pela prefeitura e reconhecida pela Funai.

FONTE: 6a.Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minoria, 11/07/2011

TERRA INDÍGENA: TENHARIM MARMELOS

POVO: TENHARIN

TIPO DE DANO/CONFLITO: Extração ilegal de madeira.

DESCRIÇÃO: Segundo denúncia de um servidor da coordenação regional do Madeira da Funai, vem aumentando a pressão de invasores e grileiros na terra indígena. Foram identificados dois quilômetros de terra desmatada e encontrado um acampamento com vários maquinários. Os indígenas estão apreensivos porque além de desmatarem os invasores também fazem ameaças à comunidade.

FONTE: *acritica.uol.com*, 15/08/2011

TERRA INDÍGENA: ALTO RIO NEGRO

POVO: BANIWA, BARÉ, TUKANO, TUYUKA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Pesca ilegal.

DESCRIÇÃO: Indígenas acusam a empresa de turismo norte-americana Acute Angling de realizar turismo e pesca esportiva durante dois meses em terra demarcada, sem autorização das comunidades. Embora os denunciados tenham sido flagrados no início do mês em plena captura do tucunaré, os organizadores da pesca esportiva assim como seus equipamentos foram liberados. Os pacotes turísticos continuam a ser vendidos.

FONTE: *acritica.uol.com.br*, 22/11/2011; presidente da FOIRN

TERRA INDÍGENA: JARAWARA / JAMAMADI / KANAMARI

POVO: JAMAMADI, JARAWARA, KANAMARI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Pesca ilegal.

DESCRIÇÃO: Os indígenas, através da FOCIMP, denunciam invasões de pescadores que retiram ilegalmente tartarugas, tracajás, entre outras atividades ilícitas, como exploração de madeira, castanha e caça.

FONTE: *Lideranças indígenas*, 6/12/2011

DISTRITO FEDERAL – 1 Caso

POVO: FULNI-Ô

TIPO DE DANO/CONFLITO: Conflito fundiário.

DESCRIÇÃO: A empresa de construção civil, Emplavi, invadiu uma área, denominada pelos indígenas de Santuário dos Pajés, desmatando o cerrado nativo, erguendo muros, torres de segurança e colocando homens armados para defender a terra invadida. Não-índios que protestavam contra essa invasão foram violentamente agredidos e muitos foram algemados e presos.

FONTE: 6a.Câmara de Coordenação e Revisão, Índios e Minorias, 07/10/2011; Cimi 3/11/11

MARANHÃO – 8 Casos

TERRA INDÍGENA: AWÁ

POVO: AWÁ-GUAJÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Desmatamento.

DESCRIÇÃO: Segundo a Delegacia de Repressão a Crimes contra o Meio Ambiente 946km² de madeira já foram retirados ilegalmente das terras indígenas que cercam o município de Buriticupu. Desde 1992, quando as terras foram demarcadas, o povo Awá-Guajá vive sob a ameaça de madeireiros, cuja atividade clandestina impõe danos ambientais, biológicos e

sociais a esse povo que foi contatado pela Funai na década de 1970. Ainda há famílias que vivem nas matas, em situação de isolamento e, portanto, em estado de vulnerabilidade muito aumentado. O delegado que participou da Operação Mauritània, acredita que a repressão aos crimes ambientais pode contribuir para a proteção dos Awá-Guajá.

FONTE: *Hejmakomã, liderança; 6 Câmara, 10/10/ Época 9/2, Último Segundo, 1º/9/2011*

TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA

POVO: AWÁ-GUAJÁ, GUAJAJARA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Desmatamento.

DESCRIÇÃO: A Reserva Biológica do Gurupi, área de preservação permanente, e três terras indígenas estão invadidas por madeireiros e pela produção de maconha, transformando o local em área de tráfico e consumo da droga.

FONTE: *Extra Online - RJ, 19/02/2011*

TERRA INDÍGENA: KANELA

POVO: KANELA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Danos ao meio ambiente.

DESCRIÇÃO: A terra indígena está invadida por caçadores o que provoca problemas para a alimentação da comunidade.

FONTE: *Regional Cimi/MA, equipe Imperatriz, dezembro 2011*

TERRA INDÍGENA: KRIKATI

POVO: KRIKATI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Danos ao meio ambiente.

DESCRIÇÃO: A terra indígena possui várias nascentes gravemente afetadas pela degradação ambiental provocada por madeireiros que exploram o território e seus recursos naturais.

FONTE: *Regional Cimi/MA, equipe Imperatriz, dezembro 2011*

TERRA INDÍGENA: PORQUINHOS - CANELA APÃNJEKRA

POVO: KANELA APANIEKRA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Extração ilegal de madeira.

DESCRIÇÃO: Há uma constante invasão da terra indígena pelos madeireiros que retiram ilegalmente madeira da região, gerando um clima de tensão.

FONTE: *Regional Cimi/MA, equipe Imperatriz, dezembro 2011*

TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA

POVO: AWÁ-GUAJÁ, ISOLADOS

TIPO DE DANO/CONFLITO: Destruição de casas da aldeia.

DESCRIÇÃO: Invasão de madeireiros na terra indígena Awá deixaram um rastro de destruição. Caminhões saíram carregados de toras. Tratores passaram por cima do acampamento destruindo os tapiri onde os indígenas acampam. Áreas tradicionais de caça foram devastadas. Há indícios de que os Awá, Isolados, se encontravam na área quando foram atacados, não sendo mais vistos desde então. Há anos que as ações de madeireiros ocorrem livremente dentro da terra indígena, com o trânsito de caminhões apinhados de toras de ipê e demais espécies de árvores. Além da dilapidação do patrimônio nacional, o assédio dos madeireiros coloca em risco a vida e a segurança dos indígenas, impedindo-os de usufruírem do território tradicional. Conforme declaração de Igor Almeida, assessor da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, citando a Convenção 169 da OIT – Organização Internacional do Trabalho: “Então o que temos ali na Terra Indígena Araribóia é a violação de um pacto internacional. Não é a primeira vez que denunciamos as violações ali”.

FONTE: *Cimi - Assessoria Comunicação 6/01/12; Comissão OAB/MA, SMDH, 13/01/12; Cimi Reg./MA*



Foto: Cimi Maranhão

Desmatamento na Terra Indígena Awá Guajá

TERRA INDÍGENA: ALTO TURIAÇU

POVO: KA'APOR

TIPO DE DANO/CONFLITO: Desmatamento.

DESCRIÇÃO: A terra indígena está devastada pela ação dos madeireiros. Os índios são por eles aliciados e operações de apreensão de equipamentos têm conseguido poucos resultados. Os caminhões, tratores afugentam os pássaros e a caça, provocam o assoreamento de rios e igarapés, destroem caminhos de coleta de frutos, diminuindo assim as principais fontes de alimentação das famílias no território. A ausência de serviços e políticas públicas têm levado inúmeras aldeias localizadas em municípios às margens da BR-316 a situações degradantes de fome, violência, e de desrespeito aos direitos humanos.

FONTE: Lideranças indígenas

TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA

POVO: AWÁ-GUAJÁ, GUAJAJARA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Extração ilegal de madeira.

DESCRIÇÃO: Uma operação do Ibama desmontou uma serraria ilegal que processava madeira extraída ilegalmente da Reserva Biológica do Gurupi e das terras indígenas Awá, Carú, Araribóia e Alto Turiaçu, na região do município de Buriticupu, no noroeste do Maranhão. A serraria RN Santos Moraes já tinha sido embargada em agosto de 2010, mas nesta quinta-feira (1/9), ao chegar ao local, os agentes do Ibama encontraram os lacres rompidos e o pátio cheio de madeira nativa já serrada. O Ibama apreendeu 70 metros cúbicos de madeira e equipamentos da serraria.

FONTE: Revista Globo Rural

MATO GROSSO – 3 Casos

TERRA INDÍGENA: MARÃIWATSEDÉ

POVO: XAVANTE

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão.

DESCRIÇÃO: A proposta do governo de Mato Grosso de transferir os indígenas da Terra Indígena Marãiwatsédé para outra área da região do Araguaia não encontra respaldo legal. Os Xavante lutam há décadas pelo reconhecimento e plena ocupação de seu território tradicional. Essa terra está homologada desde 1998 para posse permanente e usufruto exclusivo do povo Xavante, e registrada em cartório como propriedade da União Federal. O TRF-1ª Região, em 2010, confirmou a decisão de primeiro grau que reconheceu a legalidade do procedimento administrativo de demarcação e determinou a retirada dos ocupantes não indígenas assim como a recuperação das áreas degradadas. Em maio último, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) detectou que dentro dessa terra indígena foram desmatados 68,8 km², o maior foco do país.

FONTE: A Gazeta MT, 22/05/11; G1, 9/07/11; Correio Braziliense, 15/07/2011; Cimi 8/8/11

TERRA INDÍGENA: CAPOTO/JARINA

POVO: KAYAPÓ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Pesca ilegal.

DESCRIÇÃO: Pescadores foram pegos em flagrante no interior da terra indígena. Além disso, pousadas instaladas ao longo da terra indígena têm incluídos em seus pacotes a possibilidade de o cliente usufruir os benefícios naturais do lugar, o que é ilegal, pois de um lado do rio está a terra indígena e, do outro, o Parque Nacional do Xingu, ambos com entrada proibida.

FONTE: 6ª Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias, 1º/09/2011

Foto: Gilberto Veira/Cimi Mato Grosso



Grandes extensões de áreas desmatadas, em Mato Grosso

TERRA INDÍGENA: URUBU BRANCO

POVO: TAPIRAPÉ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Extração ilegal de madeira.

DESCRIÇÃO: Interessados unicamente em extrair madeira de pau-brasil da região de mata fechada, os invasores, contratados por um fazendeiro da região, já haviam explorado aproximadamente três km da área indígena.

FONTE: G1 /MT, 13/10/2011; Regional MT 13/10/11

PARÁ – 8 Casos

TERRA INDÍGENA: KAYABI

POVO: KAYABÍ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Pesca ilegal.

DESCRIÇÃO: Pescadores ilegais construíram uma precária instalação comercial para receber pescadores predatórios em uma área de preservação permanente dentro da terra indígena. O recurso pesqueiro é protegido por lei e é a base da alimentação dos indígenas nessa região. O Ibama lavrou 10 autos de infração, que fazem parte do plano de combate à grilagem de terras e crimes ambientais cometidos na terra indígena Kayabi, nos municípios de Apicás (MT) e Jacareacanga (PA).

FONTE: 6a. Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias, 15/07/2011

TERRA INDÍGENA: KAYAPÓ

POVO: KAYAPÓ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Desmatamento.

DESCRIÇÃO: A primeira investida contra exploração de madeira na reserva dos Kayapó ocorreu em novembro de 2010. Em maio de 2011, no entanto, foi constatado que três serrarias haviam voltado a operar ilegalmente e uma nova serraria se instalou no entorno da área protegida.

FONTE: 6a. Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias, 24/08/2011

TERRA INDÍGENA: ALTO RIO GUAMÁ

POVO: TEMBÉ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão.

DESCRIÇÃO: Ao longo do rio Gurupi, pelo menos 11 aldeias indígenas vivem acudadas em terras que, pela lei, deveriam ser protegidas. Cerca de 50% dos 279 mil ha foram invadidos por traficantes, desmatadores ou fazendeiros. Ultimamente chegaram também garimpeiros, interessados em retirar amostras e pedras do solo.

FONTE: 6a. Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias, 06/09/2011

TERRA INDÍGENA: MARÓ

POVO: ARAPIUM, BORARI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Desmatamento.

DESCRIÇÃO: Há anos os povos que habitam a terra indígena empreendem uma luta cotidiana para preservação dos recursos naturais e manutenção do território que ocupam, necessário à sobrevivência das famílias indígenas que habitam a região historicamente. Há uma invasão constante por parte de empresas madeireiras e fazendeiros, seja na extração de madeira ou na extinção da floresta para criação de gado. Árvores importantes à sobrevivência indígena são marcadas para posterior extração irregular, como maçaranduba, louro-faia, jatobá, pequiá, itaúba, etc. Essa devastação, com todas as consequências ambientais que provoca, incide na saúde das pessoas, uma vez que majoritariamente utilizam as ervas medicinais da Amazônia para o tratamento de doenças e feridas. Essa luta do povo para impedir a ação dos madeireiros

já provocou ameaças de morte e agressões aos líderes que se destacam nessa luta.

FONTE: Relatório da DHECSA Brasil, setembro/2011

TERRA INDÍGENA: SORORÓ

POVO: SURUÍ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Danos ao meio ambiente.

DESCRIÇÃO: Com o aumento da densidade populacional no entorno da terra indígena, estão escasseando os recursos naturais dessa terra, com a caça ilegal, que comporta três modalidades: caça esportiva, de subsistência e comercial. Por outro lado, as explosões de rocha em minas localizadas próximas à reserva está espantando a fauna local.

FONTE: Cimi Regional Norte-2; equipe de Marabá

TERRA INDÍGENA: SORORÓ

POVO: SURUÍ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Incêndio.

DESCRIÇÃO: Todos os anos, fazendeiros localizados em torno da terra indígena, ao realizarem queimadas, acabam atingindo a terra indígena, ocasionando danos ambientais graves à comunidade. Os índios solicitam que o Ibama e a Funai realizem os projetos de reflorestamento na reserva, como também que se implantem nas aldeias e junto aos colonos e fazendeiros programas de combate às queimadas e monitoramento dessas ações.

FONTE: Comunidade das aldeias Itahy e Sororo

TERRA INDÍGENA: ANAMBÉ

POVO: ANAMBÉ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Desmatamento.

DESCRIÇÃO: Grupos de madeireiros dos municípios de Moju, Tailândia e Mocajuba, aliciando e dividindo as lideranças, vêm destruindo a terra indígena com a exploração ilegal de madeira.

FONTE: Cimi Regional Norte-2, equipe de Marabá

TERRA INDÍGENA: SORORÓ

POVO: SURUÍ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Estradas - construção e pavimentação

DESCRIÇÃO: A rodovia aberta na década de 1970 corta cerca de 11 km da T.I. Sororó. Os índios denunciam a ausência de sinalização e manutenção desse trecho da rodovia o que resulta na incidência de assaltos, despejo de corpos, de dejetos e ainda a incidência de incêndios florestais que penalizam a reserva todos os anos, durante o tempo seco. Não houve indenização pelo Estado frente aos danos causados à comunidade.

FONTE: Cimi Regional Norte-2; equipe Marabá

PERNAMBUCO – 2 Casos

TERRA INDÍGENA: PIPIPÃ

POVO: PIPIPÃ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Desmatamento.

DESCRIÇÃO: O desmatamento ilegal por parte de fazendeiros está prejudicando a caça e a produção de mel. A madeira retirada é destinada a produção de carvão para venda e atinge a região do Caldeirão, passando pela Lagoa Grande até a Serra do Pipipã. O IBAMA já foi informado e não adotou nenhuma providência.

FONTE: Lideranças indígenas; Cimi/NE, 2011

TERRA INDÍGENA: PIPIPÃ

POVO: PIPIPÃ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão.

DESCRIÇÃO: Os indígenas denunciam a entrada de caçadores dentro da reserva biológica de Serra Negra. A reserva pertence ao território tradicional dos povos Kambiwá e Pipipã. Devido a morosidade da Funai, a área, que aguarda identificação, se tornou alvo de caçadores e visitantes sem nenhum controle das autoridades.

FONTE: Lideranças indígenas

RIO GRANDE DO SUL – 1 Caso

POVO: GUARANI MBYA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão.

DESCRIÇÃO: O governador Tarso Genro autorizou, através da Fundação Estadual de Proteção Ambiental, a implementação de indústrias de gasoduto dentro de TI em estudo para demarcação. Os índios fizeram denúncia ao MPF.

FONTE: Conselho de Articulação do Povo Guarani e Cimi Sul - Equipe Porto Alegre

RONDÔNIA – 4 Casos

TERRA INDÍGENA: SETE DE SETEMBRO

POVO: SURUÍ DE RONDÔNIA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão e exploração madeireira.

DESCRIÇÃO: Rondônia responde por 21% dos 165 kms. desmatados na Amazônia, cujo desmatamento cresceu 72% em relação a maio de 2010. A área dos Suruí faz parte de um corredor etnoambiental, que abriga as terras indígenas e unidades de conservação e passou ultimamente a ser visada novamente por madeireiros. Estes aliciam os índios com promessas de dinheiro e oferta de bebida alcoólica.

FONTE: www.paiter.org, 29/6/2011; *O Globo*, 5/7/11; *Ronda Notícias*, 18/7/2011

TERRA INDÍGENA: RIO GUAPORÉ

POVO: DIVERSOS

TIPO DE DANO/CONFLITO: Danos ao meio ambiente.

DESCRIÇÃO: Desde o ano de 2004, dragas bolivianas retiram cascalho do leito do rio Guaporé às margens da terra indígena com os consequentes danos ambientais e sociais: desmoroamento de barrancos, fechamento da entrada da baía que dá acesso à aldeia, alcoolismo e promiscuidade com os trabalhadores que frequentam a aldeia.

FONTE: Cimi Regional/RO, Equipe Guajará-Mirim

TERRA INDÍGENA: SERRA DA CUTIA

POVO: ISOLADOS

TIPO DE DANO/CONFLITO: Garimpo.

DESCRIÇÃO: Foram encontrados grupos isolados há 20 anos. Em 1999, durante um vôo entre as Resex Cautário e Rio Ouro Preto, um seringueiro avistou uma maloca no local. No início do mesmo ano, indígenas das terras Sagarana e Guaporé encontraram vestígios de índios isolados em suas roças. Após a criação do Parque Nacional da Serra da Cutia, o Cimi alertou sobre existência de um povo isolado, embora a ONG Canindé negasse o fato. Neste ano, a equipe da Funai encontrou vestígios de isolados na região. A existência de garimpeiros no local é uma grave ameaça para esses indígenas.

FONTE: Cimi Regional/RO, equipe Guajará-Mirim e indígenas das T.I. Sagarana e Guaporé

TERRA INDÍGENA: URU-EU-WAU-WAU

POVO: ISOLADOS

TIPO DE DANO/CONFLITO: Danos ao meio ambiente.



Extração ilegal de areia, na terra indígena do povo Tupinambá, Bahia

DESCRIÇÃO: Em novembro/2011, ossadas humanas foram encontradas por um pescador na mata da Resex Cautário. Uma liderança indígena que já percorreu a área afirma a existência de uma trilha de índios sem contato que começa a apenas três km. de uma fazenda do município. Invasões constantes de pescadores, garimpeiros e madeireiros colocam em perigo a existência de isolados.

FONTE: Liderança Miguelém; sites www.suasnoticias.com.br; www.comando190.com.br, 11/11

RORAIMA – 4 Casos

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

POVO: YANOMAMI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Garimpo ilegal.

DESCRIÇÃO: A presença de garimpeiros na região é constante. O grupo que vem praticando a exploração trabalha no local há cerca de três meses e informou aos índios que vai subir o rio para buscar mais minérios, afetando outras aldeias indígenas. A água do rio Mucajai, que é fonte hídrica do povo, está cada vez mais barrenta, dificultando a pesca. Conforme denúncia da deputada federal, Janete Capiberibe/AP, a ofensiva dos garimpeiros na terra Yanomami, com o aumento da extração de ouro se deve ao preço que esse metal está alcançando no mercado internacional. Os garimpeiros, segundo ela, estão construindo pequenos aeroportos clandestinos e operando vôos ilegais. Davi Kopenawa, presidente da Associação Yanomami, apresentou as denúncias a diversos órgãos federais, mas os crimes continuam ocorrendo sem qualquer ação do Estado. A extração ilegal do garimpo poluindo as águas dos rios com mercúrio está provocando doenças nos indígenas e a morte de animais.

FONTE: monitormercantil.com.br, 31/08/2011; *Jornal da Câmara-DF*, 02/09/2011

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

POVO: YANOMAMI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Pesca ilegal.

DESCRIÇÃO: Pescadores ilegais foram vistos em seis barcos grandes e três pequenos na região da área indígena.

FONTE: *Jornal Monte Roraima*, 8/02/2011

TERRA INDÍGENA: RAPOSA SERRA DO SOL

POVO: MAKUXI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Extração ilegal de madeira.

DESCRIÇÃO: Segundo denúncia do CIR, madeireiros, possivelmente venezuelanos contratados por brasileiros proprietários de madeireiras na Venezuela, estão retirando ilegalmente madeira na terra indígena e transportando para o país vizinho.

FONTE: *CIR-Conselho Indígena de Roraima*, 2011

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

POVO: YANOMAMI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Roubo.

DESCRIÇÃO: Indígenas da região de Papiú denunciaram que um grupo de garimpeiros, armados de espingarda, invadiu o posto de saúde da comunidade e levou os medicamentos existentes no local. Os indígenas participavam de uma cerimônia na aldeia e havia poucas pessoas perto do posto e da pista de pouso de aviões. A liderança Davi Kopenawa declarou, também, que os garimpeiros estão constantemente furtando as roças, levando bananas e macaxeira, deixando os Yanomami sem comida. Segundo a Hutukara Associação Yanomami, a presença de garimpeiros na terra indígena tem se intensificado.

FONTE: *6a. Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias*, 05/08/2011

SANTA CATARINA – 1 Caso

TERRA INDÍGENA: CONQUISTA

POVO: GUARANI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Desmatamento para pastagem.

DESCRIÇÃO: A terra indígena foi declarada conforme portaria 953 de 4/06/2010. Vizinhos à área invadem a terra, o gado come as roças dos indígenas e a vegetação nativa. Os não indígenas ao invadir acampam, fazem fogueira e pescam no rio que corta a terra.

FONTE: *Cimi Regional Sul-Equipe Florianópolis*, fevereiro 2011

TOCANTINS – 4 Casos

TERRA INDÍGENA: APINAYÉ

POVO: APINAJÉ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Pesca predatória.

DESCRIÇÃO: Em duas semanas, 35 toneladas de peixes foram retiradas do rio Tocantins, nas margens da Usina Hidrelétrica de Estreito/MA. O prejuízo que afeta pescadores, ribeirinhos e índios não será compensado pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE), segundo os pescadores da região.

FONTE: *O Girassol/TO*, 07/04/2011

TERRA INDÍGENA: PARQUE DO ARAGUAIA

POVO: JAVAÉ, KARAJÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Danos ao meio ambiente.

DESCRIÇÃO: Os índios denunciam a invasão de seu território por caçadores, pescadores, madeireiros. A área chega a ser usada para realização de rally de motos e veículos, causando destruição do meio ambiente. Há caravanas acampadas nas margens dos rios com excesso de consumo de bebida alcoólica e prática de tiro ao alvo em jacarés e patos selvagens. Segundo um dos índios, eles são ameaçados de morte se tentarem intervir, sendo que a situação ocorre nos dois lados da ilha, em Tocantins e no Mato Grosso. Os lagos e rios próximos estão sendo explorados de todas as formas e há carcaças de peixe pirarucu nas margens. Os indígenas alegam que não têm a quem recorrer. Quando denunciam à Funai o órgão alega falta de recursos. O indígena conclui “estamos vendo nosso patrimônio acabar e não podemos fazer nada”.

FONTE: *6a. Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias*, 04/11/2011

TERRA INDÍGENA: XERENTE

POVO: XERENTE

TIPO DE DANO/CONFLITO: Poluição e exploração de água.

DESCRIÇÃO: Próximo à terra indígena há uma grande plantação de cana-de-açúcar. A irrigação é feita com água de um rio cuja nascente é dentro da área indígena. Com isso a água do córrego está diminuindo e poluída com o despejo de agrotóxico, causando escassez em cerca de 11 aldeias. Além disso, a queimada da cana está ocasionando danos à saúde da comunidade, com problemas respiratórios que atingem principalmente as crianças.

FONTE: *Cimi Regional GO/TO*

TERRA INDÍGENA: KRAHOLÂNDIA

POVO: KRAHÔ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Incêndio.

DESCRIÇÃO: Fazendeiros atearam fogo em terras próximas à área indígena, atingindo algumas aldeias, queimando roçados e casas. O casal de indígenas tentou apagar pois o fogo estava em direção da roça onde moravam. O fogo atingiu rapidamente o local onde se encontrava a esposa do indígena que foi atingida e não resistiu aos ferimentos.

FONTE: *Marina Krahô, irmã da vítima; Cimi Regional GO/TO*



Capítulo II

Violência contra a pessoa

- 65 Assassinato
- 74 Tentativa de assassinato
- 78 Homicídio culposo
- 80 Ameaça de morte
- 82 Ameaças várias
- 85 Lesões Corporais Dolosas
- 87 Abuso de poder
- 88 Racismo e discriminação étnico cultural
- 92 Violência Sexual

Foto: Cimi/Mato Grosso do Sul



Policial da Força Nacional de Segurança examina boné, de Nisio Gomes, encontrado no local do seu assassinato

Assassinatos

Foram registrados 51 assassinatos de indígenas em 2011. Em 2010 este número foi de 60 assassinatos. O estado do Mato Grosso do Sul continua com o maior número de casos, com 32 vítimas ou 62,7% das ocorrências, em relação ao restante do país. Naquele estado as vítimas ocorreram entre os povos Guarani-Kaiowá (27), Terena (2), Guarani Nhandeva (2) e Ofayé-Xavante (1).

Cresceu o número de assassinatos no estado da Bahia, com a ocorrência de 5 casos. Todas as vítimas eram do povo Pataxó. Constam, ainda, assassinatos nos estados de Pernambuco, Alagoas, Maranhão, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Acre, Pará e Tocantins.

Estado	Povo Indígena	Nº de vítimas
Mato Grosso do Sul	Guarani-Kaiowá, Terena, Guarani Nhandeva e Ofayé-Xavante	32
Bahia	Pataxó	5
Pernambuco	Xukuru	3
Alagoas	Katokim	2
Maranhão	Kanela e Timbira	2
Minas Gerais	Maxakali	2
Rio Grande do Sul	Kaingang	2
Acre	Poyanawa	1
Pará	Guajajara	1
Tocantins	Karajá	1
Total de vítimas		51

As vítimas do sexo masculino somam 41 pessoas, as do sexo feminino 10. Do total de vítimas, 4 eram menores, inclusive um bebê de 9 meses.

Os registros mostram que 19 assassinatos foram resultado de brigas, sendo que em 13 casos houve consumo ou abuso de álcool como elemento facilitador. Foram registrados 3 casos que sugerem latrocínio. Dois casos envolveram conflito fundiário. Em 22 casos, o motivo permanece desconhecido ou ignorado.

Como nos anos anteriores predomina o uso de armas brancas, com 28 casos. Registraram-se 15 assassinatos com armas de fogo e 5 casos de estrangulamento.

Também ocorreram dois casos envolvendo diretamente conflitos pela posse da terra. O de maior repercussão ocorreu em Mato Grosso do Sul, tendo como vítima o Cacique Nísio Gomes. O indígena teve seu acampamento invadido por um grupo de homens armados que o assassinaram e sequestraram seu corpo. Até hoje o corpo de Nísio Gomes continua desaparecido.

Assassinatos no Brasil

A tabela com os números de assassinatos ocorridos entre 2003 e 2011, mostra uma média de 55 vítimas no período. Mostra também que mais de 500 indígenas foram assassinados em 9 anos, de acordo com nossos registros.

Se isolarmos os números referentes a Mato Grosso do Sul, é possível detectar uma inflexão no número de casos em 2007, quando os assassinatos de indígenas cometidos em Mato Grosso do Sul passou a ser maior do que a metade dos casos ocorridos no país. Em 2011 os casos de Mato Grosso do Sul representam 62% do total de assassinatos ocorridos em todo o país.

Assassinatos no Brasil

2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total	Média anual
42	37	43	58	92	60	60	60	51	503	55,8

Assassinatos no Brasil e no Mato Grosso do Sul

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total	Média
Total Brasil	42	37	43	58	92	60	60	60	51	503	55,8
Nº absoluto MS:	13	16	28	28	53	42	33	34	32	279	31
Nº absoluto restante:	29	21	15	30	39	18	27	26	19	224	24,8
MS (%):	33%	43%	65%	48%	58%	70%	54%	57%	62%	55%	54,5

Mato Grosso do Sul: 62,7% de todos os assassinatos no país em 2011

Ao analisar os dados dos assassinatos ocorridos em Mato Grosso do Sul chega-se à constatação de que lá a violência está inserida dentro de um contexto que não se altera há décadas. Ou seja, as violações aos direitos humanos dos indígenas são históricas e refletem uma realidade onde os indígenas são discriminados pela sociedade envolvente; onde as comunidades vivem em acampamentos de beira de estradas ou confinadas em áreas e reservas diminutas; onde o poder público é submisso aos interesses dos latifundiários ou dos empresários da cana de açúcar, álcool e do gado e contrários aos direitos indígenas; onde o órgão indigenista e os demais órgãos assistenciais não foram estruturados para atender as demandas das comunidades indígenas no que tange aos serviços de saúde, educação, atividades produtivas, proteção e fiscalização das áreas demarcadas e fundamentalmente para garantir que os procedimentos demarcatórios de terras em andamento ou a serem iniciados transcorram de maneira serena e que sejam concluídos.

Os povos indígenas, em Mato Grosso do Sul, recebem atenção da sociedade ou dos órgãos de assistência quando há alguma repercussão no Brasil e exterior em função dos assassinatos de suas lideranças que lutam pela demarcação de terras, quando há alguma epidemia ou endemia nas aldeias, quando são divulgadas informações sobre os altos

índices de desnutrição e mortalidade infantil. Segundo o Ministério Público Federal a taxa de homicídios entre os Guarani-Kaiowá é de 100 para cada 100 mil habitantes, quatro vezes a média nacional.

Tendo como referência esse contexto se pode concluir que as violências internas, praticadas entre os indígenas e as externas, cometidas contra lideranças, famílias, comunidades e contra os povos no estado têm como causa principal a questão fundiária. E isso se evidencia quando se analisam os dados e se verifica que os maiores índices de violências acontecem dentro das reservas de Dourados e de Amambaí. Nelas estão concentradas metade da população

Assassinatos por município de MS em 2011:

Município	N.º de vítimas
Dourados	14
Amambaí	6
Caarapó	2
Juti	2
Paranhos	2
Antônio João	1
Brasilândia	1
Coronel Sapucaia	1
Japorã	1
Miranda	1
Tacuru	1

Foto: Laila Menezes



Indígenas exigem a prisão dos assassinos de suas lideranças, em Mato Grosso do Sul

Guarani-Kaiowá, que é de aproximadamente 40 mil pessoas. Ou seja, há uma espécie de confinamento humano, onde as relações sociais, culturais e religiosas se desarmonizam gerando uma série de conflitos. Por sua vez, as violências contra os indígenas estão diretamente relacionadas às lutas pela demarcação das terras. Os povos se mobilizam e enfrentam o poder público, bem como os ocupantes das terras que são reivindicadas e reconhecidas como de ocupação tradicional, embora algumas delas tenham sido tituladas pelo governo federal e estadual e entregues aos atuais “proprietários”.

Acontecimentos que caracterizam esta realidade de violências foram:

– o ataque efetuado por homens armados ao acampamento M’Barakay, município de Iguatemi, onde residem mais de 30 pessoas. Os agressores dispararam tiros e feriram várias crianças e idosos que não conseguiram fugir. Depois atearam fogo nos barracos de lona;

– o assassinato de Nizio Gomes que liderava a comunidade Guayviri, no município de Amambaí. Um grupo de homens fortemente armados invadiu o local onde a comunidade estava acampada e efetuou diversos disparos contra os indígenas. De acordo com os relatos de integrantes da comunidade agredida, Nizio foi executado com um tiro no pescoço e outro no peito. Seu corpo foi arrastado e levado pelos assassinos.

ASSASSINATO

50 Casos – 51 Vítimas

ACRE – 1 Caso – 1 Vítima

23/8/2011

VÍTIMA: Abraão Barboza da Costa

POVO: POYANAWA

TERRA INDÍGENA: POYANAWA

MUNICÍPIO: MANCIO LIMA

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia.

DESCRIÇÃO: O indígena foi encontrado dentro de sua casa, acreditava-se que ele tenha sido morto do lado de fora e arrastado para dentro. A polícia trabalha com a tese de latrocínio, pois foi levada quantia em dinheiro e alguns pertences.

MEIO EMPREGADO: Arma branca.

FONTE: 6ª Câmara de Coordenação e Revisão - 26/8/2011

ALAGOAS – 2 Casos – 2 Vítimas

20/08/2011

VÍTIMA: L. M. C.

POVO: KATOKIM

TERRA INDÍGENA: KATOKIM

MUNICÍPIO: DELMIRO GOUVEIA

DESCRIÇÃO: O acusado e a vítima discutiram após a saída de uma festa. O acusado confessou à polícia que matou por ciúmes e está à disposição da justiça.

MEIO EMPREGADO: Arma branca.

FONTE: Regional Cimi/NE, cratonoticias.wordpress, 22/8/2011

07/12/2011

VÍTIMA: João Henrique dos Santos

POVO: KATOKIM

TERRA INDÍGENA: KATOKIM

MUNICÍPIO: PARICONHA

LOCAL DA AGRESSÃO: Figueiredo

DESCRIÇÃO: A vítima estava de bicicleta numa estrada vicinal quando foi atingida com vários tiros por dois homens que estavam numa moto. Não há informações sobre o que motivou o crime.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo.

FONTE: Cimi Regional/NE

BAHIA – 5 Casos – 5 Vítimas

28/08/2011

VÍTIMA: Ubaldo Ferreira da Conceição

POVO: PATAXÓ

TERRA INDÍGENA: BARRA VELHA

MUNICÍPIO: ITAMARAJU

LOCAL DA AGRESSÃO: Bar, próximo à aldeia Trevo.

DESCRIÇÃO: Segundo o acusado, ele e a vítima discutiam num bar enquanto bebiam. Brigaram e a vítima foi atingida com um facão. O acusado confessou o crime e foi preso na delegacia do município e está à disposição da Justiça.

MEIO EMPREGADO: Arma branca.

FONTE: Cimi Regional LE - Equipe Itabuna, 29/08/2011; G1, 29/08/2011

07/10/2011

VÍTIMA: João Carlos Vieira França

POVO: PATAXÓ

TERRA INDÍGENA: CARAMURU CATARINA PARAGUAÇU

MUNICÍPIO: PORTO SEGURO

LOCAL DA AGRESSÃO: Porto Seguro.

DESCRIÇÃO: O indígena foi executado quando transitava por uma rua em Porto Seguro. Três homens em uma moto seriam os responsáveis pelo crime. A motivação e os autores permanecem desconhecidos pela delegacia do município que investiga o homicídio.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo.

FONTE: 6a. Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias, 10/10/2011

21/05/2011

VÍTIMA: Gilvan da Cruz Mariano

POVO: PATAXÓ

TERRA INDÍGENA: COROA VERMELHA

MUNICÍPIO: SANTA CRUZ CABRALIA

DESCRIÇÃO: A vítima estava com um amigo num bar e os dois trajavam camisas iguais. Houve uma discussão do amigo com o acusado. Este saiu do bar e quando voltou atirou em Gilvan. Familiares pensam que o tiro não era para ele e sim para o amigo que vestia camisa idêntica. A vítima foi socorrida e encaminhada ao hospital mas não resistiu.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo.

FONTE: Cimi Regional/LE, Bahia

11/06/2011**VÍTIMA:** Liliane Santana**POVO:** PATAXÓ**TERRA INDÍGENA:** ALDEIA VELHA**MUNICÍPIO:** PORTO SEGURO

DESCRIÇÃO: A acusada de ter cometido o crime prestou depoimento na delegacia de Arraial D'Ajuda e foi liberada. Os Pataxó de Aldeia Velha bloquearam a estrada de acesso ao Arraial em protesto contra a morte da indígena e pela liberação da acusada.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo.**FONTE:** Cimi Regional /LE**MARÇO/2011****VÍTIMA:** Josenildo Braz da Conceição**POVO:** PATAXÓ**TERRA INDÍGENA:** BARRA VELHA**MUNICÍPIO:** PORTO SEGURO**LOCAL DA AGRESSÃO:** Parque Nacional de Monte Pascoal.

DESCRIÇÃO: O corpo da vítima foi exumado e, após exames do Instituto Médico Legal, os legistas confirmaram que o indígena foi assassinado. O suspeito é um homem conhecido na região por envolvimento com crimes de pistolagem.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo e arma branca.**FONTE:** Cimi Regional/LE**MARANHÃO – 2 Casos – 2 Vítimas****26/08/2011****VÍTIMA:** C.K.C.**POVO:** KANELA**TERRA INDÍGENA:** KANELA**MUNICÍPIO:** BARRA DO CORDA**LOCAL DA AGRESSÃO:** Povoado Escondido, interior de Barra do Corda.

DESCRIÇÃO: A indígena foi encontrada morta. Após perícia no local, a polícia constatou que a vítima foi morta a pauladas. Constatou-se também que a vítima foi violentada e, ao reagir ao estupro, foi assassinada. Nas investigações os policiais apontam para dois suspeitos que já têm a prisão preventiva decretada. A esposa de um dos suspeitos prestou depoimento na delegacia de Barra do Corda, confirmando que o marido chegou em casa com a roupa suja de sangue.

MEIO EMPREGADO: Peça de madeira.**FONTE:** Pastoral Ind. Diocese de Grajaú, 6ª Câmara de Coordenação e Revisão - 1/9/2011**18/09/2011****VÍTIMA:** Solenilson Krepum Kateyê**POVO:** TIMBIRA**TERRA INDÍGENA:** GERALDA/TOCO PRETO**MUNICÍPIO:** GRAJAU**LOCAL DA AGRESSÃO:** Bar da cidade de Itaipava do Grajaú.

DESCRIÇÃO: Autor e vítima estavam em um bar da cidade, quando houve uma discussão entre os dois. O indígena apossou-se de uma faca, mas não desferiu golpe. O acusado sacou um revólver e atirou, tendo a vítima morte instantânea. O acusado fugiu em uma moto. Na cidade havia apenas um policial na delegacia que alegou não ter condições de sair para procurar o acusado, e não registrou o boletim de ocorrência.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo.**FONTE:** Pastoral Indigenista Diocese de Grajaú - 19/09/2011**MATO GROSSO DO SUL – 31 Casos – 32 Vítimas****14/082011****VÍTIMA:** Antonio Savala**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** AMAMBAI**MUNICÍPIO:** AMAMBAI**LOCAL DA AGRESSÃO:** Aldeia Amambai.

DESCRIÇÃO: Após um desentendimento entre vítima e agressor, o indígena foi assassinado. Segundo informações o autor teria vindo do Paraguai dias atrás para residir na aldeia onde ocorreu o fato. Após a prática do crime o autor foi entregue pelos moradores à Polícia Militar.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo e arma branca.**FONTE:** A Gazeta News - 15/08/2011**2/1/2011****VÍTIMA:** Ilaria de Souza, Maria Sávala**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS**MUNICÍPIO:** DOURADOS**LOCAL DA AGRESSÃO:** Aldeia Bororo.

DESCRIÇÃO: As indígenas estavam em casa quando foram assassinadas com golpes de facão. De acordo com as informações, foram 3 pessoas que agrediram os moradores. Ilaria foi encontrada morta na mata nas proximidades da casa. Maria foi encontrada no quintal da casa. O indígena Dorial Sávala está internado no hospital pois foi ferido por um golpe de facão.

MEIO EMPREGADO: Arma branca.**FONTE:** Aquidauana News, 3/1/2011**7/1/2011****VÍTIMA:** Laurinda Terena**POVO:** TERENA**TERRA INDÍGENA:** LIMÃO VERDE**MUNICÍPIO:** AMAMBAI**LOCAL DA AGRESSÃO:** Aldeia Limão Verde.

DESCRIÇÃO: A vítima foi morta a facadas por uma adolescente. Ela chegou a ser socorrida e encaminhada ao Hospital Regional de Amambai, mas não resistiu. A adolescente foi localizada e contou na delegacia que consumiu bebida alcoólica com amigos, quando se desentendeu e atacou a indígena.

MEIO EMPREGADO: Arma branca.**FONTE:** A Gazeta News/JG, 9/1/2011**17/1/2011****VÍTIMA:** Gaudio Paim**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** CAARAPÓ**MUNICÍPIO:** CAARAPO**LOCAL DA AGRESSÃO:** Aldeia Tey Kuê.

DESCRIÇÃO: O indígena foi encontrado morto em uma estrada vicinal na aldeia Tey'Kuê. De acordo com a perícia ele foi assassinado com um tiro nas costas e um facada no peito. A vítima estava desaparecida sendo vista pela última vez na companhia de um cunhado quando teria saído para beber e não voltou mais.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo e arma branca.**FONTE:** Dourados Agora.com.br - 17/1/2011**16/1/2011****VÍTIMA:** Lauro Lopes**POVO:** GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Bororo.

DESCRIÇÃO: A vítima foi encontrada por servidores da Fundação Nacional de Saúde, com dois golpes de faca no pescoço. Moradores disseram que o indígena e foi encontrado nas proximidades do local onde bebia.

MEIO EMPREGADO: Arma branca.

FONTE: *Correio do Estado* - 17/1/2011

17/01/2011

VÍTIMA: Fátima de Oliveira

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Jaguapiru.

DESCRIÇÃO: O corpo foi localizado por três garotos indígenas em uma pedreira desativada. Ela estava desaparecida há três dias. Segundo familiares ela saiu de casa para comprar alimentos em um mercadinho na MS-156 e não foi mais vista. A polícia não descarta a hipótese dela ter sido vítima de violência sexual.

MEIO EMPREGADO: Estrangulamento.

FONTE: 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF - 21/01//2011

08/02/2011

VÍTIMA: Jacinto Goularte

POVO: GUARANI NHANDÉVA

TERRA INDÍGENA: YVY KATU

MUNICÍPIO: JAPORA

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Porto Lindo.

DESCRIÇÃO: A vítima foi morta a facadas. O indígena e o autor bebiam instantes antes do crime. Houve um desentendimento, por motivo desconhecido. O autor procurou o capitão da aldeia para comunicar o caso e não encontrando, fugiu.

MEIO EMPREGADO: Arma branca.

FONTE: *Aquidauana News* - 09/02/2011

17/02/2011

VÍTIMA: Genivaldo de Moraes

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: SETE CERROS

MUNICÍPIO: CORONEL SAPUCAIA

LOCAL DA AGRESSÃO: Terreno baldio.

DESCRIÇÃO: Um adolescente foi encontrado decapitado, próximo à vila onde morava. Não há informações sobre quem praticou o crime e os motivos.

MEIO EMPREGADO: Arma branca.

FONTE: *A Gazeta News* - 18/02/2011

19/02/2011

VÍTIMA: Geraldo Assunção Penajo

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: JARARÁ

MUNICÍPIO: JUTI

LOCAL DA AGRESSÃO: Áldeia Jarará.

DESCRIÇÃO: A vítima foi assassinada por três homens e uma mulher. A polícia está investigando o caso. Foram apreendidas as armas utilizadas no crime e os supostos autores foram encaminhadas à Cadeia de Caarapó.

MEIO EMPREGADO: Arma branca.

FONTE: *Dourados News* - 20/02/2011

09/03/2011

VÍTIMA: Romão Cunha Martins

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Jaguapiru.

DESCRIÇÃO: A vítima foi encontrada dentro da casa onde morava na aldeia. As lideranças indígenas avisaram a polícia. Os policiais constataram que na porta da casa havia sinais de arrombamentos e o veículo da vítima fora depredado. Um adolescente confessou o crime.

MEIO EMPREGADO: Arma branca.

FONTE: 6ª Câmara de Coordenação e Revisão - MPF - 10/03/2011; 6/6/2011



Foto: Cimi/Melo Grosso do Sul

Cartucho de munição encontrado em acampamento Guarani-Kaiowá, MS

27/03/2011**VÍTIMA:** Jorge Arce**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** AMAMBAL**MUNICÍPIO:** AMAMBAL**LOCAL DA AGRESSÃO:** Terreno baldio - Terminal Rodoviário de Amambai.**DESCRIÇÃO:** A vítima foi encontrada em um terreno baldio. De acordo com a perícia, a vítima foi atingida por uma facada na altura do peito. A polícia ainda investiga o caso.**MEIO EMPREGADO:** Arma branca.**FONTE:** Midia Max - 27/03/2011**06/05/2011****VÍTIMA:** Felícia Romeiro**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS**MUNICÍPIO:** DOURADOS**LOCAL DA AGRESSÃO:** Bar da aldeia.**DESCRIÇÃO:** A vítima estava em um bar bebendo com outro indígena, e depois de algum tempo o acusado começou agredir-la com pauladas. A filha da vítima que presenciou o fato tentou ajudá-la mas também foi agredida. A vítima foi encaminhada em estado grave para o hospital, onde não resistiu aos ferimentos vindo a falecer.**MEIO EMPREGADO:** Espancamento.**FONTE:** 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF - 09/05/2011**23/5/2011****VÍTIMA:** Jacir Ramos**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS**MUNICÍPIO:** DOURADOS**LOCAL DA AGRESSÃO:** Aldeia Jaguapiru.**DESCRIÇÃO:** A vítima estava desaparecida há dois dias. Foi encontrada pelo irmão ao lado da cama na sua casa. O irmão contou à polícia que um veículo Ford/Ka foi alugado para a vítima por um amigo que sumiu do local. A polícia civil trabalha com as hipóteses de latrocínio e crime passional.**MEIO EMPREGADO:** Arma branca.**FONTE:** O Progresso Notícia de Dourados e Região - 25/5/2011**25/5/2011****VÍTIMA:** Antonio Gabriel**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** JAGUPIRÉ**MUNICÍPIO:** DOURADOS**LOCAL DA AGRESSÃO:** Aldeia Jaguapiru.**DESCRIÇÃO:** A vítima foi morta dentro da própria casa. Em depoimento a acusada não soube explicar os motivos que a levaram a cometer o crime, pois estava embriagada.**MEIO EMPREGADO:** Arma branca.**FONTE:** 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF - 26/5/2011**11/6/2011****VÍTIMA:** Silvio de Melo da Silva**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** CAARAPÓ**MUNICÍPIO:** CAARAPO**LOCAL DA AGRESSÃO:** Aldeia Tey'Kuê.**DESCRIÇÃO:** A vítima foi até a casa do acusado pelo crime para tratar de assuntos relativos a trabalho. No local ambos passaram a ingerir bebida alcoólica e em seguida tiveram uma discussão. O corpo da vítima foi encontrado 150 metros da casa do

acusado. O acusado foi detido pelas lideranças da aldeia e encaminhado para a Delegacia de Polícia Civil de Caarapó.

MEIO EMPREGADO: Arma branca.**FONTE:** Caarapó News - 11/6/2011 e Fatimanews.com.br**14/6/2011****VÍTIMA:** Ronaldo Gonçalves**POVO:** OFAYE-XAVANTE**TERRA INDÍGENA:** OFAYÉ-XAVANTE**MUNICÍPIO:** BRASILANDIA**LOCAL DA AGRESSÃO:** Matagal no município de Brasilândia.**DESCRIÇÃO:** A vítima foi encontrada em um matagal por moradores da região. O corpo da vítima apresentava diversas perfurações. Ainda não há informações sobre suspeitos. O corpo foi encaminhado ao Instituto Médico Legal de Três Lagoas.**MEIO EMPREGADO:** Arma branca.**FONTE:** Capital News.com.br - 17/6/11**1/7/2011****VÍTIMA:** Neri Cavalheiro**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** TAQUARA**MUNICÍPIO:** JUTI**LOCAL DA AGRESSÃO:** Juti.**DESCRIÇÃO:** Houve um desentendimento entre autor e vítima. O adolescente confessou o crime na presença do Conselho Tutelar.**MEIO EMPREGADO:** Arma branca.**FONTE:** Aquidauana News - MS - 9/7/2011**11/7/2011****VÍTIMA:** Homem**POVO:** GUARANI NHANDÉVA**TERRA INDÍGENA:** TAKARITY / IVYKWARUSU (PARAGUASSÚ)**MUNICÍPIO:** PARANHOS**LOCAL DA AGRESSÃO:** Aldeia Paraguassu.**DESCRIÇÃO:** Na tentativa de impedir que a esposa fosse estuprada, a vítima foi esfaqueada e morta pelo acusado. O corpo foi levado ao Instituto Médico Legal de Ponta Porã. A polícia procura o suspeito que levou a arma do crime.**MEIO EMPREGADO:** Arma branca.**FONTE:** 6ª Câmara de Coordenação e Revisão - 12/7/2011**10/7/2011****VÍTIMA:** Jeremias Chamorro**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** AMAMBAL**MUNICÍPIO:** AMAMBAL**LOCAL DA AGRESSÃO:** Aldeia de Amambai.**DESCRIÇÃO:** O indígena foi encontrado morto por moradores no meio de milharal. A polícia não descartou a hipótese de latrocínio. Nenhum suspeito foi preso.**MEIO EMPREGADO:** Arma branca.**FONTE:** 6ª Câmara de Coordenação e Revisão - 11/7/2011**11/7/2011****VÍTIMA:** R.S.R**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** ALDEIA CAMPESTRE**MUNICÍPIO:** ANTONIO JOAO**LOCAL DA AGRESSÃO:** Cabeceira Comprida.**DESCRIÇÃO:** O adolescente foi encontrado morto em uma vegetação, na fronteira do Brasil com o Paraguai. Populares disseram que ouviram disparo e gritos de pedido de socorro na noite

anterior. O adolescente morava com a família em um barraco de lona a poucos metros de onde o corpo foi encontrado.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo.

FONTE: 6ª Câmara de Coordenação e Revisão - Índios e Minorias, 12/7/2011

20/7/2011

VÍTIMA: Júnior Avila de Arruda

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA AGRESSÃO: Estrada vicinal, região do “Brejinho”.

DESCRIÇÃO: A vítima caminhava em companhia de uma amiga, quando surgiu um homem que sacou uma arma e disparou contra o indígena. As lideranças indígenas foram acionadas e agentes de saúde da Funasa prestaram os primeiros socorros. O índio faleceu antes de chegar ao hospital.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo.

FONTE: Agora MS - o endereço da notícia - 21/7/2011

30/7/2011

VÍTIMA: Walmir Guimarães Machado

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA AGRESSÃO: MS-156, próximo das Aldeias Jaguapiru e Bororo.

DESCRIÇÃO: Após uma discussão os suspeitos agrediram a vítima com pedaços de madeira e com um facão. O indígena foi socorrido pelo Corpo de Bombeiro, mas não resistiu aos ferimentos. De acordo com a Polícia Civil, dois dos suspeitos pelo crime são menores de idade.

MEIO EMPREGADO: Arma branca.

FONTE: G1 - 30/7/2011; Campograndenews, 30/072011

23/08/2011

VÍTIMA: Lurdesvoni Pires

POVO: TERENA

TERRA INDÍGENA: CACHOEIRINHA

MUNICÍPIO: MIRANDA

DESCRIÇÃO: Num atentado ocorrido no dia 03/06, contra o ônibus escolar que transportava alunos das comunidade Terena que voltavam às suas aldeias, a indígena sofreu graves ferimentos causados por queimaduras. Ficou internada na Santa Casa

de Campo Grande mas não resistiu aos ferimentos. A morte da jovem ocorreu logo após a realização de uma assembléia do povo Guarani Kaiowá, onde lideranças do povo Terena denunciaram a omissão e demora na punição dos responsáveis pelo atentado.

MEIO EMPREGADO: Fogo.

FONTE: Cimi - Regional MS, 23/08/2011

12/09/2011

VÍTIMA: Afonso Gonçalves Romeiro

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: JAGUAPIRÉ

MUNICÍPIO: TACURU

DESCRIÇÃO: Após um desentendimento com o seu irmão, a vítima foi morta a facadas.

MEIO EMPREGADO: Arma branca.

FONTE: Correio do Estado - 12/09/2011

14/09/2011

VÍTIMA: Jeferson Rodrigues

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Bororó.

DESCRIÇÃO: A vítima estava na casa do pai quando foi agredido. O autor do crime foi detido por lideranças indígenas que o entregaram à Polícia Civil.

MEIO EMPREGADO: Arma branca.

FONTE: Douradosnews, 14/05/2011

16/10/2011

VÍTIMA: Auzir Vargas

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

DESCRIÇÃO: Segundo informações da Polícia Civil o indígena foi comprar combustível na casa do suspeito. Após abastecer a moto a vítima não pagou o valor combinado. Houve briga e o suspeito é acusado de ter dado pauladas na vítima que não resistiu.

MEIO EMPREGADO: Pedaço de madeira.

FONTE: 6a. Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias, 18/10/2011



Foto: Laíla Menezes

Manifestação exige fim de genocídio contra povo Guarani-Kaiowá, MS

02/11/2011

VÍTIMA: Corina Cabreira

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Jaguapiru.

DESCRIÇÃO: A vítima estava no interior de sua residência na companhia do filho adolescente de 14 anos. A casa foi invadida por um desconhecido que praticou o crime. A polícia informou que a vítima vinha sofrendo ameaças há algum tempo por ter adotado uma criança.

MEIO EMPREGADO: Arma branca.

FONTE: 6a. Câmara de Coordenação e Revisão, 04/11/2011;capitalnews.com.br, 3/11/11

28/SETEMBRO/2011

VÍTIMA: Teodoro Ricardi

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: YPO'I E TRIUNFO

MUNICÍPIO: PARANHOS

LOCAL DA AGRESSÃO: Fazenda São Luiz.

DESCRIÇÃO: O indígena morreu no acampamento na fazenda São Luiz que está em estudos para demarcação. Os moradores estão no local graças a autorização da Justiça. Segundo testemunhas a vítima foi espancada por vários homens e não chegou a ir para um hospital porque não havia transporte disponível.

MEIO EMPREGADO: Espancamento.

FONTE: Paranhos News, setembro/2011

18/11/2011

VÍTIMA: Nizio Gomes

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: GUA Y VIRI (LIMA CAMPO)

MUNICÍPIO: AMAMBAL

LOCAL DA AGRESSÃO: Acampamento Pyelito Kuê.

DESCRIÇÃO: Um grupo de homens armados chegou à área de caminhonete e efetuou disparos contra o indígena. O corpo da vítima foi levado pelos agressores para local desconhecido e não se tem informações sobre o seu paradeiro. A área em disputa faz parte de um TAC (Termo de Ajuste de Conduta) assinado em Brasília, pelo Ministério Público, Funai e lideranças indígenas da região, em novembro de 2007. O TAC prevê a retomada dos Tekoha, a área tradicional originária de cerca de 39 comunidades indígenas, expulsas da terra por fazendeiros que ocupam a área.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo.

FONTE: midiamaxnews, 18/11/2011

09/12/2011

VÍTIMA: Arildo Fernandes

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Jaguapiru.

DESCRIÇÃO: Segundo informações de populares, o jovem saiu de casa para ir à Igreja quando foi assassinado. A polícia apura o caso.

MEIO EMPREGADO: Arma branca.

FONTE: Maryuska Pavão com Osvaldo Duarte, 10/12/2011

18/12/2011

VÍTIMA: Sérgio Gauto Benites

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAL

MUNICÍPIO: AMAMBAL

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Amambai.

DESCRIÇÃO: O indígena foi encontrado morto pelo capitão da aldeia que acionou a polícia. Não há informações sobre suspeitos ou motivos.

MEIO EMPREGADO: Arma branca.

FONTE: midiamaxnews, 18/12/2011



Manifestação exige fim de violência contra povos indígenas no MS

MINAS GERAIS – 2 Casos – 2 Vítimas**10/9/2011****VÍTIMA:** Paulinho Bogardakis**POVO:** TERENA**MUNICÍPIO:** MATEUS LEME**LOCAL DA AGRESSÃO:** Rua Juscelino Kubitschek.

DESCRIÇÃO: No momento em que acontecia um assalto, um dos assaltantes que estava numa moto, abordou a vítima dizendo: “É você, o que está querendo?”. No mesmo instante disparou contra o indígena e fugiu levando sua bolsa. O indígena foi encaminhado para o Pronto Socorro, onde recebeu atendimento, mas não resistiu aos ferimentos. De acordo com a polícia a vítima morava sozinho e costumava dar palestras em escolas.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo.**FONTE:** *Jornal Hoje em Dia - MG - 11/9/2011***10/11/2011****VÍTIMA:** Bebê**POVO:** MAXAKALI**TERRA INDÍGENA:** MAXAKALI**MUNICÍPIO:** SANTA HELENA DE MINAS

DESCRIÇÃO: Após consumir bebida alcoólica dentro da aldeia, e durante uma briga, o acusado teria matado o bebê de 9 meses. Vários índios ficaram feridos, entre eles o pai da criança, e foram levados para um hospital da região.

MEIO EMPREGADO: Arma branca.**FONTE:** *GI MG, 11/11/2011***PARÁ – 1 Caso – 1 Vítima****10/7/2011****VÍTIMA:** Juricei Guajajara**POVO:** GUAJAJARA**MUNICÍPIO:** CUMARU DO NORTE**LOCAL DA AGRESSÃO:** Bar da Cidade.

DESCRIÇÃO: O acusado confessou o crime e disse que agiu em legítima defesa. Segundo ele a vítima começou a agredi-lo, ele reagiu e matou o indígena. Foi preso por uma guarnição militar.

MEIO EMPREGADO: Espancamento.**FONTE:** *6ª Câmara de Coordenação e Revisão - 13/7/2011***PERNAMBUCO – 3 Casos – 3 Vítimas****24/04/2011****VÍTIMA:** José Fabrício Ferreira Lima**POVO:** XUKURU**TERRA INDÍGENA:** XUKURU**MUNICÍPIO:** PESQUEIRA**LOCAL DA AGRESSÃO:** Aldeia Brejinho na zona rural do município.

DESCRIÇÃO: A vítima estava em uma festa de casamento, quando foi atingida por um tiro de espingarda calibre 20. Não resistiu ao ferimento e faleceu no local. O acusado não foi encontrado.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo.**FONTE:** *Núcleo SJCC/Caruaru - Do NE10, 25/04/2011***16/6/2011****VÍTIMA:** Antonio Cordeiro dos Santos**POVO:** XUKURU**TERRA INDÍGENA:** XUKURU**MUNICÍPIO:** PESQUEIRA**LOCAL DA AGRESSÃO:** Rua Carlito Didier - Bairro da Pitanga.

DESCRIÇÃO: A vítima foi surpreendida por um homem armado que se aproximou a pé e disparou seis tiros, vindo a falecer no local. Após o crime o autor fugiu e até o momento não foi encontrado.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo.**FONTE:** *6ª Câmara de Coordenação e Revisão - 20/6/2011***29/8/2011****VÍTIMA:** Evandro Ferreira Guilhermino**POVO:** XUKURU**TERRA INDÍGENA:** XUKURU**MUNICÍPIO:** PESQUEIRA**LOCAL DA AGRESSÃO:** Sítio Guarda.

DESCRIÇÃO: O acusado era cunhado da vítima, mas tinham uma rixa antiga e após ingerirem bebida alcoólica, discutiram. O autor do crime fugiu do local em uma moto. A vítima foi socorrida ainda com vida, mas faleceu ao dar entrada no hospital.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo.**FONTE:** *6ª Câmara de Coordenação e Revisão - 31/8/2011***RIO GRANDE DO SUL – 2 Casos – 2 Vítimas****23/01/2011****VÍTIMA:** Jucelaine Alfaiate**POVO:** KAINANG**TERRA INDÍGENA:** MONTE CASEROS**MUNICÍPIO:** IBIRAIARAS

LOCAL DA AGRESSÃO: Capela Sta. Catarina, numa estrada próxima à comunidade de Vila Nova.

DESCRIÇÃO: A vítima foi encontrada morta com ferimentos no rosto. Não há informações sobre autor e motivo.

MEIO EMPREGADO: Espancamento.**FONTE:** *Jornal Zero Horas/RS - 24/01/2011***17/04/2011****VÍTIMA:** Luiz Rosa**POVO:** KAINANG**TERRA INDÍGENA:** MONTE CASEROS**MUNICÍPIO:** IBIRAIARAS**LOCAL DA AGRESSÃO:** Cidade de Ibiraiaras.

DESCRIÇÃO: A vítima participava de um baile em comemoração ao Dia do Índio na Área Indígena. Após a agressão, uma das lideranças da aldeia apresentou o suspeito de praticar o crime, que segundo informações de testemunhas seria morador de outra reserva. O suspeito está detido no presídio estadual do município.

MEIO EMPREGADO: Espancamento.**FONTE:** *Jornal Zero Hora - 18/04/2011***TOCANTINS – 1 Caso – 1 Vítima****11/09/2011****VÍTIMA:** Cleber Hawarari Achuré Karajá**POVO:** KARAJÁ**TERRA INDÍGENA:** KARAJÁ SANTANA DO ARAGUAIA**MUNICÍPIO:** SANTA FE DO ARAGUAIA**LOCAL DA AGRESSÃO:** Aldeia Xambioá.

DESCRIÇÃO: Vítima e acusado costumavam discutir. Após beberem numa festa, brigaram por motivo de cobrança de dívidas. O indígena foi atingido por uma faca e não resistiu.

MEIO EMPREGADO: Arma branca.**FONTE:** *Pai da vítima; Cimi Regional GO/TO*

Tentativa de assassinato

Foram contabilizadas 30 tentativas de assassinato no ano de 2011, registradas nos estados do Amazonas (2), Mato Grosso do Sul (27) e Paraná (1). Houve um aumento assustador em relação ao ano de 2010, que registrou 18 casos, mais especificamente nos casos envolvendo Mato Grosso do Sul.

Em Mato Grosso do Sul, os casos saltaram de 11 ocorrências registradas em 2010, para 27 em 2011. Além de casos envolvendo violência interna, também ocorreram ataques de homens armados a comunidades acampadas às margens de estradas. A exemplo do que ocorreu em uma estrada vicinal, no município de Iguatemi, contra um grupo Guarani-Kaiowá.

Destacamos também um ataque covarde desferido contra um ônibus escolar que transportava indígenas de diversas comunidades do povo Terena, e que retornava às suas aldeias. O ônibus foi cercado, apedrejado e incendiado. O ataque resultou na morte de uma indígena Terena que não resistiu aos graves ferimentos causados pelas queimaduras.

Foto: Cimi Mato Grosso do Sul



Indígenas do Acampamento Guayviri, MS

TENTATIVA DE ASSASSINATO

30 Casos – 94 Vítimas

AMAZONAS – 2 Casos – 8 Vítimas

19/05/2011

VÍTIMA: Raimundo Mura, Zilda Moura, Cinco filhos

POVO: MURA

MUNICÍPIO: MANAUS

LOCAL DA AGRESSÃO: Conjunto Cidadão 12, Rua Coletora A.

DESCRIÇÃO: Dois coquetéis Molotov foram jogados na casa do cacique Raimundo Mura. De acordo com testemunhas três veículos, uma S10 e um Siena de cor preta, e uma Hilux cor prata estavam rondando o conjunto desde o final da tarde. No momento do ataque estavam na casa o cacique, sua esposa, Zilda Moura, da etnia Mura, e mais cinco filhos. Para lideranças da região, os ataques são represálias à luta empreendida pelo direito de conseguir moradias para pelo menos 500 pessoas.

MEIO EMPREGADO: Ataque com coquetel molotov.

FONTE: Kleiton Renzo - www.d24am.com

20/05/2011

VÍTIMA: Jair

POVO: MIRANHA

MUNICÍPIO: MANAUS

LOCAL DA AGRESSÃO: Rua Coletora 2, Conjunto Cidadão 12.

DESCRIÇÃO: O indígena, do povo Miranha, teve sua casa incendiada. O imóvel foi parcialmente destruído. Este foi o segundo atentado ocorrido naquela semana. Segundo lideranças da região, os indígenas estão sendo vítimas de atentados, por lutarem por direitos como moradia digna.

MEIO EMPREGADO: Incêndio.

FONTE: acritica.uol.com.br

MATO GROSSO DO SUL – 27 Casos – 85 Vítimas

14/08/2011

VÍTIMA: Romualdo Savala

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia de Amambai.

DESCRIÇÃO: Durante uma briga na aldeia o indígena foi ferido por outro que teria vindo do Paraguai para residir na aldeia onde ocorreu o fato. Após praticar o crime o autor foi entregue pelos moradores à Polícia Militar.

MEIO EMPREGADO: Arma branca.

FONTE: Site A Gazeta News, 15/08/2011

6/1/2011**VÍTIMA:** Ismael Martins**POVO:** GUARANI NHANDÉVA**TERRA INDÍGENA:** CAARAPÓ**MUNICÍPIO:** CAARAPO**LOCAL DA AGRESSÃO:** Aldeia em Tey Kuê.**DESCRIÇÃO:** O indígena foi vítima de tentativa de homicídio. Segundo informações de sua esposa, os agressores eram conhecidos e teriam ferido o seu marido com golpes de facão.**MEIO EMPREGADO:** Arma branca.**FONTE:** Caarapó News/PX 7/1/2011 e Midiamax.com em 10/1/2011**17/1/2011****VÍTIMA:** Moacir Cabreira Benitz**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS**MUNICÍPIO:** DOURADOS**LOCAL DA AGRESSÃO:** Aldeia Bororo.**DESCRIÇÃO:** O indígena sofreu tentativa de homicídio, próximo à escola. Segundo relatou aos policiais, ele caminhava quando dois homens saíram do meio do mato e começaram a efetuar disparos, atingindo o braço esquerdo da vítima. Foram feitas buscas na aldeia e foi encontrado um cinturão contendo 30 munições calibre 22. Os suspeitos estão foragidos.**MEIO EMPREGADO:** Arma de fogo.**FONTE:** Dourados News - 18/1/2011**22/1/2011****VÍTIMA:** Ademilson Conciánza Verga**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** PANAMBIZINHO**MUNICÍPIO:** DOURADOS**LOCAL DA AGRESSÃO:** Terra Indígena Panambizinho.**DESCRIÇÃO:** Depois de uma discussão, motivada pela disputa de um fardo de arroz, ocorreu uma briga entre dois irmãos e um acabou esfaqueando o outro. A vítima foi encaminhada ao atendimento médico.**MEIO EMPREGADO:** Arma branca.**FONTE:** Aquidauana News - 22/1/2011**1/2/2011****VÍTIMA:** Caiane Rodrigues**POVO:** GUARANI NHANDÉVA**TERRA INDÍGENA:** CAARAPÓ**MUNICÍPIO:** CAARAPO**LOCAL DA AGRESSÃO:** Aldeia Tey Kuê.**DESCRIÇÃO:** A vítima foi atacada a golpes de faca e atingida por duas vezes. Foi socorrida pela liderança indígenas e encaminhada para o hospital municipal. A autora foi presa e encaminhada à delegacia da Polícia Civil.**MEIO EMPREGADO:** Arma branca.**FONTE:** Fatima News 2/2/2011**17/2/2011****VÍTIMA:** Sebastião Vidal**POVO:** GUARANI NHANDÉVA**TERRA INDÍGENA:** CAARAPÓ**MUNICÍPIO:** CAARAPO**LOCAL DA AGRESSÃO:** Aldeia Tey Kue.**DESCRIÇÃO:** O autor desferiu golpes de faca durante um briga na cabeça da vítima que foi socorrida pelos moradores. A vítima foi encaminhada para o hospital local e o autor detido pelo capitão da aldeia até a chegada da polícia militar.**MEIO EMPREGADO:** Arma branca.**FONTE:** Midiamax News - 18/2/2011**21/2/2011****VÍTIMA:** Jovem**POVO:** GUARANI NHANDÉVA**TERRA INDÍGENA:** CAARAPÓ**MUNICÍPIO:** CAARAPO**DESCRIÇÃO:** A vítima estava indo para a casa da mãe quando foi atacada por dois homens que deram golpes de facão no rosto e na cabeça da jovem que desmaiou. Segundo relato da polícia civil há indícios de que a jovem foi vítima de violência sexual.**MEIO EMPREGADO:** Arma branca.**FONTE:** Correio do Estado - 21/2/2011**28/4/2011****VÍTIMA:** Alescio Ramires Quevedo**POVO:** GUARANI NHANDÉVA**TERRA INDÍGENA:** CAARAPÓ**MUNICÍPIO:** CAARAPO**LOCAL DA AGRESSÃO:** Aldeia Tey Kuê.**DESCRIÇÃO:** A vítima foi atingida pelo sogro com golpes de facão. O autor acusa o genro de ter mexido na residência de um de seus filhos e por esse motivo teria desferido os golpes. O indígena foi encaminhado para o hospital e o autor detido por lideranças e entregue na delegacia de polícia civil.**MEIO EMPREGADO:** Arma branca.**FONTE:** 6ª Câmara de Coordenação e Revisão - 2/5/2011**6/6/2011****VÍTIMA:** Valdirinho Quevedo Vera**POVO:** GUARANI NHANDÉVA**TERRA INDÍGENA:** CAARAPÓ**MUNICÍPIO:** CAARAPO**LOCAL DA AGRESSÃO:** Aldeia Tey Kuê.**DESCRIÇÃO:** O indígena foi esfaqueado durante uma briga. Ele estava em uma festa quando se desentendeu com um parente. Foi encaminhado para o hospital e o suspeito ainda não foi localizado.**MEIO EMPREGADO:** Arma de fogo.**FONTE:** Campo Grande News - 6/6/2011**23/6/2011****VÍTIMA:** Arildo Alessandro Rocha, Almir da Silva**POVO:** GUARANI NHANDÉVA**TERRA INDÍGENA:** CAARAPÓ**MUNICÍPIO:** CAARAPO**LOCAL DA AGRESSÃO:** Aldeia Tey Kuê.**DESCRIÇÃO:** Almir da Silva foi esfaqueado após uma briga. Relatos dizem que ele e Arildo Rocha iniciaram uma discussão seguida de agressão. Após ser atingido por Arildo Rocha, este perdeu a posse da faca e, por sua vez, foi atingido por Almir da Silva.**MEIO EMPREGADO:** Arma branca.**FONTE:** 6ª Câmara de Coordenação e Revisão - 27/6/2011**16/07/2011****VÍTIMA:** Cléber Vilhalva**POVO:** GUARANI NHANDÉVA**TERRA INDÍGENA:** CAARAPÓ**MUNICÍPIO:** CAARAPO**LOCAL DA AGRESSÃO:** Aldeia Tey Kuê.**DESCRIÇÃO:** A vítima foi ferida por duas facadas. O indígena foi encaminhado para o hospital. A polícia ainda não conseguiu detalhes do crime.**MEIO EMPREGADO:** Arma branca.**FONTE:** Correio do Estado Online - MS - 18/7/2011

20/7/2011**VÍTIMA:** Homem**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** TAKARITY / IVYKWARUSU (PARAGUASSÚ)**MUNICÍPIO:** PARANHOS**LOCAL DA AGRESSÃO:** Estrada vicinal de uma aldeia indígena.

DESCRIÇÃO: Segundo relato do indígena, ele estava seguindo de motocicleta pela estrada próxima a aldeia, quando sofreu uma tentativa de assalto por dois homens encapuzados. Os bandidos estavam armados com faca e arma de fogo e apontaram a arma para sua cabeça. O indígena conseguiu, correndo, escapar dos tiros. A vítima conseguiu pedir socorro e acionou a polícia.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo e arma branca.**FONTE:** Capital News - 20/7/2011**5/7/2011****VÍTIMA:** Orlandino Obelar**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** CAARAPÓ**MUNICÍPIO:** CAARAPO**LOCAL DA AGRESSÃO:** Aldeia Tey Kuê.

DESCRIÇÃO: O indígena teve cortes na cabeça, ombro, mão, região lombar e nariz. A suspeita, que seria sogra da vítima, não foi presa e o indígena foi internado no Hospital São Matheus.

MEIO EMPREGADO: Arma branca.**FONTE:** Aquidauana News - 6/7/2011**30/8/2011****VÍTIMA:** Elizeu de Freiras**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**MUNICÍPIO:** IGUATEMI**LOCAL DA AGRESSÃO:** Periferia da cidade de Iguatemi.

DESCRIÇÃO: Após um desentendimento, a vítima foi ferida com golpes de faca e posteriormente foi encaminhada para o hospital de Dourados por conta da gravidade dos ferimentos. O autor foi preso pela Polícia Militar. Autor e vítima residem na periferia de Iguatemi.

MEIO EMPREGADO: Arma branca.**FONTE:** 6ª Câmara de Coordenação e Revisão - 1/9/2011**2/1/2011****VÍTIMA:** Dorival Sávala**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS**MUNICÍPIO:** DOURADOS**LOCAL DA AGRESSÃO:** Aldeia Bororó.

DESCRIÇÃO: O indígena foi ferido por um golpe de facão. A vítima estava em casa com mais duas pessoas de sua família, quando foi abordada por três pessoas que agrediram os moradores e levaram um botijão de gás e uma bicicleta. As lideranças levaram dois adolescentes até a delegacia da Polícia Civil, apontando-os como envolvidos na tentativa de assassinato, mas os adolescentes negaram e foram liberados. A vítima está internada no hospital e a polícia espera a sua melhora para tentar esclarecer o crime.

MEIO EMPREGADO: Arma branca.**FONTE:** Aquidauana News - 3/1/2011**3/6/2011****VÍTIMA:** Atos Rodrigues Martins**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS**MUNICÍPIO:** DOURADOS**LOCAL DA AGRESSÃO:** Aldeia Jaguapiru.

DESCRIÇÃO: A adolescente agrediu a vítima com uma enxada que está em estado grave. A polícia localizou o acusado que no depoimento não soube explicar o motivo do crime.

MEIO EMPREGADO: Enxada.**FONTE:** 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF - 6/6/2011**23/08/2011****VÍTIMA:** Comunidade**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** M'BARAKAY**MUNICÍPIO:** IGUATEMI**LOCAL DA AGRESSÃO:** Estrada vicinal em Iguatemi/MS.

DESCRIÇÃO: Trinta indígenas que estavam acampados às margens da estrada foram atacados por cerca de 20 homens armados. Conforme relato do antropólogo do MPF, Marcos Ferreira Lima, os agressores dispararam vários tiros, ferindo crianças e idosos que não conseguiram fugir, e depois atearam fogo nos barracos, pertences e mantimentos do grupo. O ataque sofrido pelos indígenas soma-se a outras situações análogas ocorridas, nos últimos anos, com um grande número de comunidades no Mato Grosso do Sul. A morosidade do governo federal em demarcar as terras tradicionais dos povos indígenas e a não identificação e punição dos seus agressores constituem-se em anuência e incentivo ao processo de terror e genocídio imposto aos Guarani-Kaiowá no MS.

MEIO EMPREGADO: Arma branca.**FONTE:** 6ª Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias, 29/8 e 8/9/2011; Cimi 9/9/11**03/06/2011****VÍTIMA:** Estudantes**POVO:** TERENA**TERRA INDÍGENA:** CACHOEIRINHA**MUNICÍPIO:** MIRANDA

DESCRIÇÃO: Lideranças do povo indígena denunciaram o ataque sofrido contra o ônibus escolar que transportava indígenas para suas aldeias. Num primeiro momento o ônibus foi cercado e pedras foram atiradas, estourando os vidros. Em seguida, objetos pegando fogo foram atirados contra o ônibus numa tentativa de incendiá-lo. Quatro alunos sofreram queimaduras e um deles foi internado na Santa Casa de Campo Grande.

MEIO EMPREGADO: Fogo.**FONTE:** Cimi/MS, 04/06/2011; midiamax news, 06/06/2011

5/9/2011

VÍTIMA: Homem

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: JARARÁ

MUNICÍPIO: JUTI

DESCRIÇÃO: A vítima estava tentando acalmar o acusado que chegou ameaçando membros da família, pois estava embriagado, e acabou sendo atacado. Sofreu ferimentos na cabeça e teve um dedo decepado.

MEIO EMPREGADO: Arma branca.

FONTE: 6ª Câmara de Coordenação e Revisão - 8/9/2011

30/08/2011

VÍTIMA: Mulher

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: ITACO'A

MUNICÍPIO: ITAPORA

LOCAL DA AGRESSÃO: Itaporã.

DESCRIÇÃO: A vítima foi agredida com duas facadas. O motivo foi uma discussão, cujo teor não foi revelado. Segundo informações após ouvir o pedido de socorro a vizinha ligou para a polícia. O autor foi encontrado pela polícia escondido em um matagal.

MEIO EMPREGADO: Arma branca.

FONTE: 6ª Câmara de Coordenação e Revisão

22/10/2011

VÍTIMA: A.A.V.

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Bororó.

DESCRIÇÃO: A adolescente foi esfaqueada pelo marido enquanto dormia. O acusado acabou contido por outros indígenas que o conduziram à delegacia de polícia. A vítima permanece internada no Hospital da Vida.

MEIO EMPREGADO: Arma branca.

FONTE: CapitalNews.com.br, 22/10/2011

10/10/2011

VÍTIMA: Amâncio Fernandes

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Bororó.

DESCRIÇÃO: O indígena foi atingido por golpes de faca, ficando em estado grave no Hospital da Vida. Os motivos da agressão não foram esclarecidos e o autor não foi encontrado pela Polícia.

MEIO EMPREGADO: Arma branca.

FONTE: aquidauanews, 10/10/2011

OUTUBRO/2011

VÍTIMA: Leopoldo Pires Gonçalves

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Bororó.

DESCRIÇÃO: Pai e filho se desentederam. O pai não queria que o filho ingerisse bebida alcoólica. Acabaram brigando e o pai do rapaz ficou gravemente ferido.

MEIO EMPREGADO: Pedaco de madeira.

FONTE: 6ª. Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias, 03/10/2011

6/11/2011

VÍTIMA: Osmar Fernandes da Silva

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Bororó.

DESCRIÇÃO: A vítima foi surpreendida por dois indígenas e um deles, armado com um facão, agrediu o indígena. Ele foi socorrido pela Sesai e encaminhado para o Hospital da Vida, onde permanece internado.

MEIO EMPREGADO: Arma branca.

FONTE: 6ª. Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias, 07/11/2011

10/11/2011

VÍTIMA: Gregória Benites Vera

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA AGRESSÃO: Terra Indígena Dourados.

DESCRIÇÃO: A vítima foi imobilizada e espancada pelo marido. Ela foi encaminhada ao hospital da Vida onde permanece internada. O agressor foi conduzido à delegacia e autuado em flagrante.

MEIO EMPREGADO: Espancamento e arma branca.

FONTE: Midiamaxnews -Jornal Eletrônico de Mato Grosso do Sul - 11/11/2011

09/10/2011

VÍTIMA: Adolescente

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: CAARAPÓ

MUNICÍPIO: CAARAPO

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Tey Kuê.

DESCRIÇÃO: De acordo com o registro policial, uma adolescente foi esqueada pela cunhada. A vítima foi socorrida e encaminhada ao Hospital São Mateus.

MEIO EMPREGADO: Arma branca.

FONTE: campograndenews, -9/10/2011

28/11/2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: GUA Y VIRI (LIMA CAMPO)

MUNICÍPIO: IGUATEMI

LOCAL DA AGRESSÃO: Acampamento Pyelito Kuê.

DESCRIÇÃO: O acampamento foi atacado por pistoleiros que atiraram contra as barracas de lona. Os indígenas, cercados, buscavam proteção. O ataque teve como principal intenção materializar ameaça de que se os indígenas não saíssem do local até à noite, seriam expulsos à força. A ação dos atiradores durou cerca de duas horas.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo.

FONTE: Informe do Cimi, 28/11/2011

PARANÁ – 1 Caso – 1 Vítima**06/12/2011**

VÍTIMA: Homem

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: TEKOKHA ARAGUAJU

MUNICÍPIO: TERRA ROXA

LOCAL DA AGRESSÃO: Associação de Pescadores de Terra Roxa
DESCRIÇÃO: A Polícia Militar foi chamada para coibir um confronto entre grupos e um indígena foi atingido. A vítima foi encaminhada ao hospital municipal e posteriormente a Toledo.

MEIO EMPREGADO: Arma branca.

FONTE: 6ª. Câmara de Coordenação e Revisão, Índios e Minorias, 10/12/2011

Homicídio culposo

Registraram-se 12 casos de homicídio culposo em 2011, com 12 vítimas. Todos os casos envolveram atropelamentos, cujas vítimas eram 10 pedestres e 2 pessoas de bicicleta. Cinco motoristas fugiram do local sem prestar socorro às vítimas

As 12 vítimas estão entre os povos Ka'apor (1), do Maranhão; Paresi (1), de Mato Grosso; Guarani-Kaiowá (4) e Terena (1), de Mato Grosso do Sul; Guarani (4), do Paraná; e Kaingang (1), do Rio Grande do Sul.

Chama a atenção o elevado número de ocorrências no estado do Paraná, com 4 casos registrados em 2011. No ano anterior, a situação foi ainda pior. De acordo com a Polícia Rodoviária Federal, em 2010 aconteceram 82 atropelamentos no trecho da BR-277 que corta a terra indígena Rio das Cobras, sendo que 41 destas ocorrências causaram a morte de indígenas.

Em Mato Grosso do Sul uma triste coincidência: o indígena atropelado teve o mesmo destino de seu pai, morto em 1999. As famílias Guarani-Kaiowá deste acampamento aguardam há mais de 10 anos a regularização de suas terras.

Foto: Laila Menezes



Em vários casos, motoristas fogem do local sem prestar socorro às vítimas

HOMICÍDIO CULPOSO

12 Casos – 12 Vítimas

MARANHÃO – 1 Caso – 1 Vítima

MARÇO/2011

VÍTIMA: Tazirã Ka'apor

POVO: KA'APOR

TERRA INDÍGENA: ALTO TURIAÇU

MUNICÍPIO: CENTRO DO GUILHERME

LOCAL DA AGRESSÃO: Proximidade da aldeia Axiguienda.

DESCRIÇÃO: O jovem foi atropelado por um caminhão conduzido pelo madeireiro, nas proximidades da aldeia, e não resistiu. Não há outras informações.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento.

FONTE: Cimi Regional/MA

MATO GROSSO – 1 Caso – 1 Vítima

17/01/2011

VÍTIMA: Edmiro Akenazokemaize

POVO: PARESI

TERRA INDÍGENA: PARECI

MUNICÍPIO: CAMPO NOVO DO PARECIS

LOCAL DA AGRESSÃO: Próximo de uma aldeia, em Campo Novo do Pareci

DESCRIÇÃO: A criança estava numa picape e desceu junto com outros

indígenas para ver o defeito mecânico do veículo. Foi atropelado por um caminhão que trafegava em alta velocidade. A criança foi levada a um hospital em Campo Grande mas não resistiu. O motorista não foi identificado.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento.

FONTE: Diário de Cuiabá/MT, 22/01/2011

MATO GROSSO DO SUL – 5 Casos – 5 Vítimas

28/06/2011

VÍTIMA: Sidney Cario de Souza

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: ACAMPAMENTO APYKA' Y

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA AGRESSÃO: Região Curral do Arame, a 7 km de Dourados.

DESCRIÇÃO: A morte do indígena é uma consequência direta do drama que estão vivendo os indígenas do MS, acampados em beira de estrada, visto a demora na demarcação das terras a que têm direito. As famílias que vivem nesse acampamento estão há mais de 10 anos aguardando a regularização de suas terras, sobrevivendo precariamente. Por uma triste coincidência o indígena agora atropelado e morto teve a mesma morte de seu pai, em 1999, nas terras reivindicadas

pelo grupo indígena como Tekoha Jukeri'y, pertencentes atualmente a uma fazenda.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento.

FONTE: Eco Agência, 09/07/2011

03/09/2011

VÍTIMA: Valdir Pinto

POVO: TERENA

TERRA INDÍGENA: CACHOEIRINHA

MUNICÍPIO: MIRANDA

DESCRIÇÃO: Três indígenas trafegavam de bicicleta pela MS 446 quando foram atropelados. O motorista, que não prestou socorro, chegou a ser localizado mas fugiu. Uma das vítimas não resistiu e faleceu no local.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento.

FONTE: 6a.Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias, 06/09/2011

08/06/2011

VÍTIMA: Carlos Ximenes

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBÁ

MUNICÍPIO: AMAMBÁ

LOCAL DA AGRESSÃO: Rodovia MS-289, entre Coronel Sapucaia e Amambai.

DESCRIÇÃO: A vítima foi atropelada na rodovia MS-289 e não resistiu. O motorista fugiu sem prestar socorro. Logo após o acidente os indígenas da aldeia Taquaperi interditaram a rodovia até a chegada da polícia.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento.

FONTE: midiamaxnews, 09/06/2011

15/11/2011

VÍTIMA: Elida Lopes

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: SASSORÓ

MUNICÍPIO: PONTA PORA

LOCAL DA AGRESSÃO: BR-463, Ponta Porã.

DESCRIÇÃO: A vítima estava sem documentos pessoais, sendo identificada por parentes. O motorista que a atropelou fugiu.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento.

FONTE: campograndenews, 16/11/2011

30/11/2011

VÍTIMA: Homem

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA AGRESSÃO: BR-463.

DESCRIÇÃO: O indígena estava andando de bicicleta na rodovia BR-463, Dourados, quando foi atropelado e arrastado por vários metros, não resistindo aos ferimentos.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento.

FONTE: www.capitalnews.com., 1/12/2011

PARANÁ – 4 Casos – 4 Vítimas

19/01/2011

VÍTIMA: Josiane Ninhkan Aníbal

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: RIO DAS COBRAS

MUNICÍPIO: NOVA LARANJEIRAS

LOCAL DA AGRESSÃO: BR-473-Nova Laranjeiras.

DESCRIÇÃO: Três crianças foram atropeladas na rodovia Br 473. Duas estão em estado grave e Josiane não resistiu. O motorista fugiu sem prestar socorro. Não foram informadas as circunstâncias do atropelamento.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento.

FONTE: O Globo online, 21/01/2011

28/03/2011

VÍTIMA: Homem

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: RIO DAS COBRAS

MUNICÍPIO: NOVA LARANJEIRAS

LOCAL DA AGRESSÃO: Trecho da BR-277 que corta a terra indígena.

DESCRIÇÃO: A vítima estava na aldeia para o velório de outro índio. Morreu atropelado dentro da reserva indígena, embora fosse de outra reserva. A Polícia Rodoviária Federal registrou, em 2010, 82 acidentes no trecho da BR-277 que passa dentro da aldeia de Rio das Cobras, metade deles, 41, com mortes de indígenas. Segundo o representante da Funai, Adir Carlos Veloso, além da alta velocidade dos veículos, outro motivo é o alto índice de alcoolismo entre os indígenas.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento.

FONTE: 6a.Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias, 30/03/2011

24/09/2011

VÍTIMA: Homem

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: RIO DAS COBRAS

MUNICÍPIO: NOVA LARANJEIRAS

LOCAL DA AGRESSÃO: Próximo à entrada da Reserva indígena, na BR-277

DESCRIÇÃO: O índio estava próximo à BR-277 local onde os indígenas vendem artesanato.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento.

FONTE: 6a.Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias, 28/09/2011

25/09/2011

VÍTIMA: Criança

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: RIO DAS COBRAS

MUNICÍPIO: NOVA LARANJEIRAS

LOCAL DA AGRESSÃO: Próximo à entrada da Reserva indígena, na BR-277.

DESCRIÇÃO: A criança atravessava a estrada para encontrar a mãe e outras crianças do outro lado da pista, quando foi atropelada.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento.

FONTE: 6a.Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias, 28/09/2011

RIO GRANDE DO SUL – 1 Caso – 1 Vítima

13/02/2011

VÍTIMA: Alcindo Inacio

TERRA INDÍGENA: LOMBA DO PINHEIRO

MUNICÍPIO: PORTO ALEGRE

LOCAL DA AGRESSÃO: RS-122, km 58.

DESCRIÇÃO: O indígena foi atropelado e morto por um carro que trafegava no sentido Porto Alegre-Caxias do Sul. A vítima chegou a ser socorrida pelo Samu mas não resistiu aos ferimentos.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento.

FONTE: Zero Hora Online

Ameaça de morte

Foram registrados 11 casos de ameaça de morte em 2011, 9 a mais que em 2010. Tais ocorrências se deram nos estados de Alagoas, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Rio Grande do Sul e Rondônia.

Em Alagoas, um indígena do povo Kalankó foi chamado por fazendeiros que o ameaçaram de morte dizendo que “para resolver o problema, bastava matar as lideranças”. Já na Paraíba, um indígena do povo Tabajara vem sofrendo ameaças de morte por liderar a retomada das terras de seu povo. Em dezembro de 2011, o cacique ingressou no programa de proteção a Defensores de Direitos Humanos, da Presidência da República.

Foto: Comunidade Indígena Tabajara-PE



Ao centro, Cacique Edinaldo Tabajara, ameaçado de morte em virtude da luta pela terra, na Paraíba

AMEAÇA DE MORTE

11 Casos – 10 Vítimas

ALAGOAS – 2 Casos – 1 Vítima

ABRIL/2011

VÍTIMA: 80 famílias

POVO: KARAPOTÓ

TERRA INDÍGENA: KARAPOTÓ

MUNICÍPIO: SAO SEBASTIAO

LOCAL DA AGRESSÃO: Fazenda Salobra.

DESCRIÇÃO: Os índios denunciam que estão sendo ameaçados de morte por pistoleiros a serviço de um fazendeiro da região sul de Alagoas. Eles ocupam a fazenda Salobra e alegam que a fazenda faz parte de uma área tradicionalmente indígena. Segundo o cacique Chiquinho Karapotó, a atual reserva não é suficiente para acolher as etnias existentes no município. “Estamos sem lugar para plantar” disse o cacique.

MEIO EMPREGADO: Ameaça de morte.

FONTE: *Alô Brasília online-DF*, 28/04/2011

10/09/2011

VÍTIMA: Paulo Kalankó

POVO: KALANKÓ

TERRA INDÍGENA: KALANKÓ

MUNICÍPIO: AGUA BRANCA

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Kalankó.

DESCRIÇÃO: Quando retornava da cidade, o cacique Paulo foi chamado por fazendeiros que o ameaçaram dizendo que “para resolver o problema, bastava matar as lideranças”.

MEIO EMPREGADO: Ameaça de morte.

FONTE: *Cacique Paulo Kalankó; Cimi Regional NE*

AMAZONAS – 1 Caso

03/11/2011

VÍTIMA: Comunidades

POVO: PAUMARI

TERRA INDÍGENA: PAUMARI DO RIO ITUXI

MUNICÍPIO: LABREA

DESCRIÇÃO: Possesores que não mais habitam a terra indígena há mais de 11 anos ameaçaram os indígenas dizendo que ninguém mais iria coletar castanha em sua própria terra. As ameaças foram feitas nas seguintes terras indígenas: Igarapé Grande; Canacuri; Curriã; Boa Esperança; Acimã; Paumari do Lago; Marahã e Pedreira do Amazonas. Os indígenas foram ameaçados na presença do Coordenador e mais dois funcionários da Funai em Lábrea. Segundo as lideranças, os possesores exigem serem indenizados para deixar o território indígena, invadido há mais de uma década por exploradores eventuais.

MEIO EMPREGADO: Ameaças.

FONTE: *Lideranças indígenas*, 6/12/2011

MATO GROSSO – 1 Caso – 3 Vítimas

20/10/11

VÍTIMA: Reginaldo, Cacique Carlos, Liderança

POVO: TAPIRAPÉ

TERRA INDÍGENA: URUBU BRANCO

MUNICÍPIO: CONFRESA

DESCRIÇÃO: Os indígenas Carlos e Reginaldo Tapirapé e outras lideranças receberam ameaças de morte através de telefonemas.

Ao saber dos fatos, a Polícia Federal foi ao município para averiguar a situação e ouvir os indígenas. Com a saída dos policiais os índios temem pela sua segurança.

MEIO EMPREGADO: Ameaça de morte.

FONTE: Regional Mato Grosso, jan/2012

MATO GROSSO DO SUL – 1 Caso

04/04/2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: TERENA

TERRA INDÍGENA: CACHOEIRINHA

MUNICÍPIO: MIRANDA

LOCAL DA AGRESSÃO: Terra Indígena.

DESCRIÇÃO: A terra indígena está invadida por fazendeiros - o procedimento administrativo foi suspenso pelo STF. O grupo de indígenas realizou uma retomada em duas fazendas que estão dentro da área que foi declarada de ocupação tradicional dos terena. Conforme relatos, quando entraram na fazenda Charqueado sofreram intimidações e ameaças. Na outra fazenda, Petrópolis, 20 pistoleiros ameaçaram os indígenas dando tiros para o alto, apesar da presença de policiais militares. O clima é de tensão e medo. Os indígenas temem ataques por parte dos fazendeiros, que a todo instante gritam que vão retirar o grupo de indígenas do local, nem que para isso seja necessário abrir fogo contra eles.

MEIO EMPREGADO: Ameaça de morte.

FONTE: Informe - Cimi - 05/04/2011

MINAS GERAIS – 1 Caso – 1 Vítima

1/8/2011

VÍTIMA: Santo Caetano Barbosa

POVO: XAKRIABÁ

TERRA INDÍGENA: XAKRIABA

MUNICÍPIO: SAO JOAO DAS MISSOES

LOCAL DA AGRESSÃO: Estrada principal que dá acesso à aldeia.

DESCRIÇÃO: O indígena retornava para a aldeia, quando percebeu que dois carros bloqueavam a estrada principal que dá acesso à área e, percebendo a movimentação dos ocupantes dos veículos, fugiu. O indígena relata que recebe ameaças de forma constante, principalmente após seu envolvimento na luta pela ampliação do território Xakriabá. Em reunião realizada entre o grupo técnico da Funai e fazendeiros da comunidade, as ameaças de morte feitas pelos fazendeiros se tornaram públicas. Um dos proprietários da fazenda chegou a dizer que ele mesmo daria conta de “algumas cabeças”. Informa ainda que já denunciou a vários órgãos responsáveis, sem que nenhuma providência tenha sido tomada para garantir a segurança dele e de sua comunidade.

MEIO EMPREGADO: Ameaça de morte.

FONTE: 6ª Câmara de Coordenação e Revisão - 5/8/2011

PARÁ – 2 Casos – 3 Vítimas

2011

VÍTIMA: José Carlos Ferreira

POVO: ARARA

TERRA INDÍGENA: ARARA DA VOLTA GRANDE DO XINGU

MUNICÍPIO: SENADOR JOSE PORFIRIO

LOCAL DA AGRESSÃO: Dentro e fora da terra indígena.

DESCRIÇÃO: Com a demarcação física da terra indígena, as ameaças passaram a ser direcionadas à vítima, por ser pessoa de refe-

rência da aldeia e ser defensor do rio Xingu, na luta contra Belo Monte. Hoje a liderança vive escoltada por agentes da Polícia Federal, mais especificamente por agentes da Força Nacional, sempre que estiver no município de Altamira.

MEIO EMPREGADO: Ameaças.

FONTE: Relato do próprio ameaçado

2011

VÍTIMA: Tamekware-yma, Kokoa

POVO: PARAKANÃ

TERRA INDÍGENA: APYTEREWA

MUNICÍPIO: SAO FELIX DO XINGU

DESCRIÇÃO: Os indígenas foram procurados na Casa do Índio por pessoas que dirigiam um carro com vidros escuros, sem identificação, e tais pessoas fizeram ameaças de mortes aos indígenas.

MEIO EMPREGADO: Ameaça de morte.

FONTE: Relato dos ameaçados

PARAÍBA – 1 Caso – 1 Vítima

2011

VÍTIMA: Edinaldo - cacique

POVO: TABAJARA

TERRA INDÍGENA: TABAJARA

MUNICÍPIO: CONDE

LOCAL DA AGRESSÃO: Mucatu.

DESCRIÇÃO: O cacique Edinaldo, que liderou a retomada de Mucatu, vem sofrendo ameaças de morte desde 2008. Somente em dezembro de 2011 ele entrou no programa de proteção a Defensores de Direitos Humanos da Presidência da República.

MEIO EMPREGADO: Ameaça de morte.

FONTE: Cimi Regional/N E, equipe de Pernambuco

RIO GRANDE DO SUL – 1 Caso – 1 Vítima

ABRIL/2011

VÍTIMA: Ireni Franco

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: PASSO GRANDE DA FORQUILHA

MUNICÍPIO: CACIQUE DOBLE

LOCAL DA AGRESSÃO: Nas proximidades do acampamento indígena.

DESCRIÇÃO: O cacique sofreu ameaça de morte de um agricultor que ocupa a terra indígena em processo de demarcação. Foi feita ocorrência policial.

MEIO EMPREGADO: Ameaça de morte.

FONTE: Lideranças da comunidade

RONDÔNIA – 1 Caso

2011

VÍTIMA: Lideranças

POVO: KAXARARI

TERRA INDÍGENA: KAXARARI

MUNICÍPIO: PORTO VELHO

LOCAL DA AGRESSÃO: Extrema/RO.

DESCRIÇÃO: A Justiça Federal concedeu ganho de causa numa ação movida pela comunidade para que fosse incluído nos limites do território tradicional os lugares sagrados e que estavam fora da demarcação atual. Fazendeiros invadiram o local e ameaçaram o povo de extermínio.

MEIO EMPREGADO: Ameaça de morte.

FONTE: Cimi Regional/RO, equipe Sede Porto Velho

Ameaças várias

Foram registrados 13 casos de variadas ameaças nos estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul.

Além de ameaças a indivíduos, também se registraram ameaças a toda uma comunidade. Foi o que ocorreu no Rio Grande do Sul, contra o acampamento de uma comunidade do povo Kaingang. Revoltado contra a ocupação de um terreno pela comunidade, o pretense proprietário ameaçou queimar os barracas dos indígenas.

Também tivemos o registro de 7 casos de retenção de cartões, envolvendo 71 vítimas. Foram registradas ocorrências nos estados do Amazonas, Maranhão, Mato

Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. Na maioria dos casos, são comerciantes que, de forma ilegal, retêm os cartões dos indígenas, além de suas senhas bancárias. Também são retidos cartões do Bolsa Família, de aposentadorias, além de cartões bancários.

No Amazonas foi registrado um caso em que a acusada, além de se apossar do cartão das vítimas, obteve delas procuração e com isso movimentou pelo menos R\$ 200 mil em empréstimos ilegais, através dos cartões de aposentadoria dos indígenas.

Foram vítimas, indígenas dos povos Apurinã, Deni, Guajajara, Guarani-Kaiowá, Ofayé-Xavante e Guarani.



Comunidade do Povo Kaingang vivendo à beira de rodovia, sofrendo ameaças de todos os tipos

AMEAÇAS VÁRIAS

13 Casos – 140 Vítimas

ALAGOAS – 1 Caso

08/12/2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: XUKURU-KARIRI

TERRA INDÍGENA: XUKURU-KARIRI

MUNICÍPIO: PALMEIRA DOS INDIOS

LOCAL DA AGRESSÃO: Sítio Salgado.

DESCRIÇÃO: Agentes da Polícia Federal, acompanhados pelo gerente de uma fazenda que incide sobre terra reivindicada, invadiram o local retomado, fotografaram, tentando localizar as lideranças e proferiram ameaças contra a comunidade.

MEIO EMPREGADO: Ameaças.

FONTE: Cimi Regional NE

AMAZONAS – 2 Casos – 35 Vítimas

15/06/2011

VÍTIMA: Famílias indígenas

POVO: APURINÃ

TERRA INDÍGENA: APURINÃ IGARAPÉ SÃO JOÃO

MUNICÍPIO: TAPAUÁ

DESCRIÇÃO: Segundo o chefe de coordenação técnica da Funai, Edilson P.da Silva, é comum que indígenas assinem procurações em nome de pessoas que vivem na cidade para facilitar o pagamento da aposentadoria, já que o deslocamento até a sede do município leva vários dias. Aproveitando a confiança dos indígenas, e com procurações assinadas por eles, a acusada fez uma movimentação bancária de pelo menos R\$ 200 mil em empréstimos ilegais. Ao desconfiarem de que sua aposentadoria estaria vindo pela metade devido aos descontos dos empréstimos bancários, os indígenas cobraram da acusada e esta alegou que os cartões deles estavam bloqueados.

MEIO EMPREGADO: Retenção de cartão e senha bancária.

FONTE: Correio do Brasil/RJ, 24/06/2011

2011

VÍTIMA: Comunidades

POVO: DENI

TERRA INDÍGENA: ALDEIA ALIANÇA / FURO PRETO

MUNICÍPIO: ITAMARATI

LOCAL DA AGRESSÃO: Comunidades: Morada Nova, Terra Nova, Boiador, Itaúba, Flexal, Sta.Luzia, S.João.

DESCRIÇÃO: Cartões de bolsa família e de crédito de vários indígenas, professores, aposentados, agentes de saúde, agricultores, ficavam retidos pelo comerciante. Este os convenceu a deixar os cartões em seu estabelecimento para retirar no final do mês seus benefícios e saldar as dívidas com aquisição de mercadorias. Muitas vezes, mesmo quitada a dívida o cartão não era devolvido ao dono, e estes eram obrigados a comprar mais mercadorias, com valores exorbitantes, e muitas vezes com a data de validade vencida. Além disso foram efetuados empréstimos com os cartões, sem consentimento dos indígenas.

MEIO EMPREGADO: Apropriação indébita de cartão.

FONTE: Cimi Regional Norte-1

BAHIA – 1 Caso – 1 Vítima

3/02/2011

VÍTIMA: Maria Valdelice de Jesus

POVO: TUPINAMBÁ

TERRA INDÍGENA: TUPINAMBÁ

MUNICÍPIO: ILHEUS

DESCRIÇÃO: A liderança tupinambá foi presa por agentes da Polícia Federal. Prestou depoimento e foi transferida para a ala feminina do presídio de Itabuna. Os indígenas estão preocupados com a saúde da liderança que é hipertensa e não teve condições de levar os medicamentos. Posteriormente foi transferida para prisão domiciliar.

MEIO EMPREGADO: Ameaça à vida.

FONTE: Vermelho online, 05/02/2011

MARANHÃO – 2 Casos – 2 Vítimas

2011

VÍTIMA: Francisco Paulino Guajajara

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA

MUNICÍPIO: AMARANTE DO MARANHÃO

DESCRIÇÃO: Comerciante de supermercado exige dos indígenas o cartão de sua aposentadoria como garantia de pagamento da conta que o indígena realizará em seu estabelecimento. Nesta situação existem vários outros indígenas.

MEIO EMPREGADO: Apropriação indébita de cartão.

FONTE: Cimi MA - Equipe Imperatriz - dezembro/2011

2011

VÍTIMA: Silvio Santana da Silva

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA

MUNICÍPIO: AMARANTE DO MARANHÃO

LOCAL DA AGRESSÃO: Amarante do Maranhão.

DESCRIÇÃO: Os funcionários da coordenação regional da Funai em Imperatriz iniciaram uma campanha contra o coordenador da COAPIMA -(Coordenação das Organizações e Articulação dos Povos Indígenas do Maranhão) criando um clima de ameaça. O indígena também tem recebido várias ameaças dos madeireiros que desejam continuar realizando sua atividades ilícitas dentro da terra indígena.

MEIO EMPREGADO: Agressão verbal.

FONTE: Cimi MA - Equipe Imperatriz - Dezembro/2011

MATO GROSSO DO SUL – 5 Casos – 35 Vítimas

JANEIRO/2011

VÍTIMA: Mulher

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: ITAPORA

LOCAL DA AGRESSÃO: Pedreira Santa Maria.

DESCRIÇÃO: Testemunhas informaram que a acusada vende produtos alimentícios aos indígenas a preços superfaturados e que se apropria de Cartão do Bolsa Família para garantir o pagamento.

MEIO EMPREGADO: Apropriação indébita de cartão.

FONTE: acritica.net, Campo Grande/MS, 25/01/2011

05/06/2011**VÍTIMA:** Indígenas**POVO:** OFAYE-XAVANTE**TERRA INDÍGENA:** OFAYÉ-XAVANTE**MUNICÍPIO:** BRASILANDIA**LOCAL DA AGRESSÃO:** Destilaria Debrasa/MS.**DESCRIÇÃO:** O acusado estava com 19 cartões de bancos, senhas e códigos de segurança de indígenas que trabalham na Destilaria Debrasa.**MEIO EMPREGADO:** Retenção de cartão e senha bancária.**FONTE:** 6a. Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias, 07/06/2011**2011****VÍTIMA:** Famílias indígenas**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS**MUNICÍPIO:** DOURADOS**DESCRIÇÃO:** Os indígenas estão sendo explorados por comerciantes que ficam com os cartões bancários de aposentados, pensionistas ou beneficiários de programas do governo federal para garantir o pagamento de compras. O comerciante vende a prazo para o indígena, mas retém o cartão. No dia do recebimento do pagamento os comerciantes levam grupos de indígenas para o interior dos bancos para sacarem o benefício. O dinheiro recebido serve para quitar a dívida junto ao comércio, que abre novo “crédito” para as compras do mês seguinte. A prática realizada sem nenhuma fiscalização abre margem para verdadeiros roubos, já que alguns indígenas não sabem quais foram os valores sacados e se estas quantias são, de fato, o que eles tinham consumido nos estabelecimentos. De acordo, ainda, com as lideranças, a retenção do cartão gera o que eles chamam de “escravidão financeira” do indígena, já que ele sempre vai permanecer endividado naquele estabelecimento e assim perde a liberdade de procurar atendimento em outras mercearias e buscar melhores preços.**MEIO EMPREGADO:** Retenção de cartão e senha bancária.**FONTE:** Correio do Estado/MS, 14/06/2011**OUTUBRO/2011****VÍTIMA:** Comunidade**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** ACAMPAMENTO**MUNICÍPIO:** PARANHOS**LOCAL DA AGRESSÃO:** Propriedade rural próxima ao assentamento Vicente de Paula.**DESCRIÇÃO:** Comerciante com estabelecimento próximo ao acampamento indígena vendia bebida alcoólica às pessoas que ali vivem. Para garantir o recebimento da venda ele confiscava documentos pessoais e retinha cartões do programa Bolsa Família. Além dos documentos foram apreendidos no local garrafas de cervejas estrangeiras, garrafas de cachaça e diversas cadernetas onde o suspeito anotava as vendas feitas aos indígenas.**MEIO EMPREGADO:** Apropriação indébita de cartão.**FONTE:** 6a. Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias, 20/10/2011**27/11/2011****VÍTIMA:** Lideranças**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** MBARAKA'Y**MUNICÍPIO:** IGUAATEMI**DESCRIÇÃO:** Lideranças acompanhadas de dirigentes da APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), de representantes de entidades de apoio, de funcionários da Funai e da comitiva do Governo Federal, que realizava visita oficial ao acampamento, foram intimidados por fazendeiros e representante do Sindicato Rural, que filmaram e fotografaram as lideranças indígenas e seus apoiadores. Ao ser questionado por sua ausência para acompanhar a visita que fora feita à comunidade, o prefeito reagiu com agressividade verbal e foi preciso ser contido pelos agentes da Força Nacional de Segurança.**MEIO EMPREGADO:** Agressão verbal.**FONTE:** Informe do Cimi, 28/11/2011; Liderança do povo Guarani Kaiowá, 28/11/2011**RIO GRANDE DO SUL – 2 Casos – 67 Vítimas****2011****VÍTIMA:** Comunidade**POVO:** KAINGANG**TERRA INDÍGENA:** ACAMPAMENTO**MUNICÍPIO:** SANTA MARIA**LOCAL DA AGRESSÃO:** Imediações da rodoviária de Sta. Maria/RS.**DESCRIÇÃO:** Famílias Kaingang estão vivendo num acampamento há mais de dois anos. Na primeira assembleia popular indígena, em 12 de maio, na presença de representantes do MPF, da prefeitura e do estado. As autoridades assumiram o compromisso de encontrar um local para que famílias Guarani e Kaingang fossem assentadas em área definitiva. Além disso, eles se comprometeram com a instalação de uma infraestrutura mínima no local onde as famílias estão acampadas, pois não há luz, água potável, instalações sanitárias. Como forma de pressão, para que as reivindicações fossem atendidas, os indígenas ocuparam a parte central do terreno. O pretenso proprietário ameaçou queimar os barracos e falou que se armaria ou conseguiria alguém armado para fazer o que ele chama de justiça.**MEIO EMPREGADO:** Ameaça de morte.**FONTE:** SEDUFSM- Seção Sindical dos Docentes da UFSM, 13/06, 25/10 e 21/11/2011**2011****VÍTIMA:** Comunidade**POVO:** GUARANI MBYA**TERRA INDÍGENA:** CANTAGALO**MUNICÍPIO:** PORTO ALEGRE**DESCRIÇÃO:** Comerciante que se estabeleceu próximo à área Canta Galo se apropriou de cartões de pessoas da comunidade, como forma de garantia do pagamento das compras.**MEIO EMPREGADO:** Retenção de cartão e senha bancária.**FONTE:** Cimi Regional Sul - Equipe Porto Alegre

Lesões Corporais Dolosas

Em 2011 registraram-se 13 casos de lesões corporais dolosas, com 19 vítimas. Em 2010 foram registrados 13 casos.

Dentre as causas das lesões corporais temos: 3 atropelamentos, tiros de balas de borracha, 5 casos envolvendo agressões físicas, além de 3 espancamentos.

No caso da ocorrência envolvendo tiros de borracha, um indígena do povo Jaminawá, do estado do Acre, acabou perdendo a visão do olho esquerdo. A agressão se deu quando 200 policiais começaram a atirar durante uma reintegração de posse de um terreno ocupado por indígenas da região.



Foto: Cimi Mato Grosso do Sul

Guarani-Kaiowá, MS, tem corpo atingido por balas de borracha

LESÕES CORPORAIS DOLOSAS

13 Casos – 19 Vítimas

ACRE – 2 Casos – 2 Vítimas

30/01/2011

VÍTIMA: Francisco Nunes da Silva Jaminawá

POVO: JAMINAWÁ

TERRA INDÍGENA: JAMINAWA / ENVIRA

MUNICÍPIO: RIO BRANCO

LOCAL DA AGRESSÃO: Cruzamento das ruas Minas Gerais com a Leblon, bairro Ivete Vargas/Rio Branco.

DESCRIÇÃO: O índio atravessava a rua em companhia de uma mulher e uma criança de colo quando foi atropelado. Em estado grave, sofreu fraturas e suspeita de traumatismo craniano, foi conduzido ao Pronto Socorro de Rio Branco.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento.

FONTE: 6a. Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias, 02/02/2011

14/07/2011

VÍTIMA: Adelson Junqueira

POVO: JAMINAWÁ

MUNICÍPIO: BRASILEIA

LOCAL DA AGRESSÃO: Bairro Sanaúma, Brasileira/AM.

DESCRIÇÃO: Moradores indígenas da região ocupavam uma área na cidade. Não houve negociação para o cumprimento de reintegração de posse, 200 policiais começaram a atirar e a vítima foi atingida no olho esquerdo perdendo a visão.

MEIO EMPREGADO: Balas de Borracha.

FONTE: Cimi Regional A/O, equipe Rio Branco; A Gazeta

BAHIA – 2 Casos – 2 Vítimas

ABRIL/2011

VÍTIMA: Homem

POVO: PATAXÓ

TERRA INDÍGENA: BARRA VELHA

MUNICÍPIO: BARRA VELHA

LOCAL DA AGRESSÃO: Vila de Caraíva.

DESCRIÇÃO: O indígena sofreu uma agressão de um canoieiro que faz a travessia do rio que dá acesso à vila de Caraíva. A vítima sofreu um golpe de remo no rosto e teve que ser internado.

MEIO EMPREGADO: Agressões físicas.

FONTE: Último Segundo, 4/04/2011

26/09/2011

VÍTIMA: Mulher

POVO: PATAXÓ

TERRA INDÍGENA: COROA VERMELHA

MUNICÍPIO: SANTA CRUZ CABRALIA

DESCRIÇÃO: A vítima contou que um policial civil a espancou dentro de sua própria casa. Afirmou que o investigador de polícia e outros três agentes foram até sua casa em busca de eletrodomésticos que alegaram foram roubados pelo filho da vítima.

MEIO EMPREGADO: Espancamento.

FONTE: Cimi Regional/LE

MARANHÃO – 1 Caso – 1 Vítima**08/09/2011****VÍTIMA:** Kamairu Awá Guaja**POVO:** AWÁ-GUAJÁ**TERRA INDÍGENA:** CARU**MUNICÍPIO:** BOM JARDIM**LOCAL DA AGRESSÃO:** Próximo a aldeia Tiracambu.

DESCRIÇÃO: O indígena foi agredido e espancado tendo lesões em várias partes do corpo por um madeireiro enquanto caçava. Depois que a Funai fez uma apreensão de armas dos madeireiros que atuavam na Terra Indígena, os indígenas ficaram vulneráveis e solicitaram proteção da Funai, que não tomou as providências devidas.

MEIO EMPREGADO: Agressões físicas.**FONTE:** *Regional Maranhão - janeiro/2012***MATO GROSSO DO SUL – 4 Casos – 6 Vítimas****14/08/2011****VÍTIMA:** Mariana Morales, Uma criança**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** AMAMBAL**MUNICÍPIO:** AMAMBAL**LOCAL DA AGRESSÃO:** Rodovia MS-386.

DESCRIÇÃO: A vítima seguia com o filho, de bicicleta, em direção à reserva onde reside, quando foi atropelada por uma caminhonete que, após o acidente, teria fugido em direção à cidade, sem prestar socorro. As vítimas foram encaminhadas para o Pronto Socorro do Hospital Regional de Amambai para receber atendimento médico.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento.**FONTE:** *6a. Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias, 16/08/2011***07/08/2011****VÍTIMA:** Arcelino Ribeiro**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS**MUNICÍPIO:** DOURADOS**LOCAL DA AGRESSÃO:** Aldeia Bororó.

DESCRIÇÃO: A vítima foi espancada e ferida pelo enteado que estava alcoolizado. O padrasto foi socorrido e encaminhado ao Hospital da Vida.

MEIO EMPREGADO: Arma branca.**FONTE:** *6a. Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias, 09/08/2011***17/01/2011****VÍTIMA:** Eriovaldo Duarte Arguelho Lopes**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS**MUNICÍPIO:** DOURADOS**LOCAL DA AGRESSÃO:** Rua Santos Dumont, Vila Rosa.

DESCRIÇÃO: Eriovaldo foi agredido e sofreu ferimentos no rosto e na cabeça. Recebeu socorro de uma equipe de bombeiros e encaminhado ao Hospital da Vida.

MEIO EMPREGADO: Agressões físicas.**FONTE:** *6a. Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias, 19/01/2011***19/05/2011****VÍTIMA:** Mulher e criança**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** JAPORÁ**MUNICÍPIO:** JAPORA**LOCAL DA AGRESSÃO:** Aldeia.

DESCRIÇÃO: Segundo relato de testemunhas, o acusado estava embriagado e agrediu a mulher e o filho. A polícia foi chamada e quando chegou ao local o acusado já tinha sido contido pelo capitão da aldeia.

MEIO EMPREGADO: Espancamento.**FONTE:** *Dourados News, 20/05/2011***MINAS GERAIS – 1 Caso – 3 Vítimas****10/11/2011****VÍTIMA:** Homem**POVO:** MAXAKALI**TERRA INDÍGENA:** MAXAKALI**MUNICÍPIO:** SANTA HELENA DE MINAS**LOCAL DA AGRESSÃO:** Área Indígena.

DESCRIÇÃO: Três pessoas ficaram feridas depois de um briga entre índios do povo Maxakali. Segundo a Polícia Militar tudo começou depois que vários índios consumiram bebida alcoólica dentro da aldeia. Os índios que ficaram feridos foram levados para um hospital da região. Os Maxakali autorizaram o acesso somente da equipe da Funai, que informou que o conflito foi controlado.

MEIO EMPREGADO: Agressões físicas.**FONTE:** *Correio 24 horas / Notícias - 11/11/2011***PARANÁ – 2 Casos – 3 Vítimas****19/01/2011****VÍTIMA:** Marilza Ninkan Aníbal, Taíza Mendes**POVO:** GUARANI**TERRA INDÍGENA:** RIO DAS COBRAS**MUNICÍPIO:** NOVA LARANJEIRAS**LOCAL DA AGRESSÃO:** BR-473, em Nova Laranjeiras.

DESCRIÇÃO: As crianças foram atropeladas, ficaram gravemente feridas e foram internadas no hospital. O motorista fugiu sem prestar socorro. As circunstâncias do atropelamento não foram informadas.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento.**FONTE:** *O Globo Online, 21/01/2011***22/10/2011****VÍTIMA:** Pedro Lourenço**POVO:** GUARANI NHANDÉVA**TERRA INDÍGENA:** YVYPORÃ LARANJINHA**MUNICÍPIO:** SANTA AMELIA**LOCAL DA AGRESSÃO:** Um bar no município de Santa Amélia/PR.

DESCRIÇÃO: Dois irmãos bebiam num bar quando iniciaram uma discussão e um deles foi esfaqueado. A vítima foi socorrida por populares e levada até o Hospital Vitória Pavam.

MEIO EMPREGADO: Arma branca.**FONTE:** *6a. Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias***PERNAMBUCO – 1 Caso – 2 Vítimas****SETEMBRO/2011****VÍTIMA:** Rita Prosperina da Silva Barbalha e a filha**POVO:** TRUKÁ**TERRA INDÍGENA:** TRUKÁ**MUNICÍPIO:** SOBRADINHO

DESCRIÇÃO: Mãe e filha foram agredidas por um homem dentro do veículo da Funasa. Os motivos das agressões não foram esclarecidos.

MEIO EMPREGADO: Agressões físicas.**FONTE:** *www.sobradinhoreporter.com, 16/09/2011*

Abuso de poder

Registraram-se 2 casos de abuso de poder. Mesmo número observado em 2010.

Chama atenção a truculência por parte dos policiais envolvidos nos dois casos. No Amazonas, familiares informam que a vítima sofreu ameaças para confessar um

roubo e só teriam conseguido visita-lo, após oito dias preso. Relatam ainda que casas da comunidade foram invadidas e mais duas pessoas foram levadas para supostamente confessarem roubos. A vítima alega não ter participado de nenhum roubo e, segundo testemunhas, ele estaria na aldeia no dia do roubo.



Foto: Arquivo Cimi

Povo Suruí, Pará

ABUSO DE PODER

2 Casos – 1 Vítima

AMAZONAS – 1 Caso – 1 Vítima

2011

VÍTIMA: Gessiam dos Santos Aragão

POVO: PAUMARI

TERRA INDÍGENA: PAUMARI DO CUNIUÁ

MUNICÍPIO: TAPAUÁ

DESCRIÇÃO: O indígena foi preso acusado de roubo e porte ilegal de arma. A avó do acusado disse que o neto estava em casa quando os policiais o chamaram para conversar dando voz de prisão, sem apresentar nenhuma documentação. Familiares disseram que o rapaz sofreu ameaças dos policiais para confessar o roubo. Após oito dias na prisão é que conseguiram visitá-lo. Gessiam estava com a cabeça cortada, hematomas pelas costas e os dedos e palmas das mãos com inchaço. A truculência dos policiais não parou aí. Lauro Paumari, avô de Gessiam disse que os policiais invadiram as casas, e, com xingamentos, levaram mais duas pessoas dizendo para confessarem roubos que não haviam cometido. Também pegaram as espingardas dos moradores e levaram os cartuchos. Gessiam alega não ter participado do roubo, e segundo testemunhas, ele estava na aldeia no dia do roubo.

MEIO EMPREGADO: Agressão física e verbal.

FONTE: Cimi Regional Norte-1

PARÁ – 1 Caso

JULHO/2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: SURUÍ

TERRA INDÍGENA: SORORÓ

MUNICÍPIO: SAO GERALDO DO ARAGUAIA

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Itahy.

DESCRIÇÃO: Após queimadas florestais na terra indígena, durante o período seco de 2011, os indígenas resolveram comercializar algumas unidades de madeira derrubada para ajudar na sobrevivência de suas famílias. Foram denunciados pela Funai à Polícia Federal e ao Ibama. Isto desencadeou uma grande operação com mais de 30 policiais fortemente armados, por terra e pelo ar. Sem apurar a legitimidade da denúncia, entraram nas aldeias de forma violenta, aterrorizando homens, mulheres e crianças.

MEIO EMPREGADO: Repressão policial.

FONTE: Comunidade indígena Aikewar

Racismo e discriminação étnico culturais

No decorrer de 2011 foram registrados 20 casos de racismo e discriminação étnico culturais, 7 casos a mais em relação a 2010. São comuns no país, muitas expressões de racismo e discriminação sofridas por indígenas no Brasil.

Foram registrados casos em Alagoas, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rondônia, Roraima e Santa Catarina.

Foto: Laíla Menezes



Persiste, em nosso país, a discriminação contra os povos indígenas e seus elementos culturais

RACISMO E DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO CULTURAIS

20 Casos – 12 Vítimas

ALAGOAS – 1 Caso – 3 Vítimas

08/12/2011

VÍTIMA: Antonio Ricardo da Silva, Ana Maria dos Santos, Celso Celestino

POVO: XUKURU-KARIRI

TERRA INDÍGENA: FAZENDA CANTO

MUNICÍPIO: PALMEIRA DOS INDIOS

LOCAL DA AGRESSÃO: 5a. Delegacia Regional de Polícia.

DESCRIÇÃO: As vítimas sofreram ameaças quando da retomada na fazenda localizada no Sítio Salgado, mas o chefe da polícia se negou a registrar Boletim de Ocorrência. As lideranças indígenas afirmam que o chefe de polícia não quis fazer o boletim de ocorrência porque são indígenas e estão em luta pela demarcação de suas terras.

MEIO EMPREGADO: Discriminação cultural.

FONTE: Cimi Regional NE

AMAZONAS – 3 Casos**ABRIL/2011****VÍTIMA:** Comunidade**POVO:** APURINÃ**MUNICÍPIO:** MANAUS**LOCAL DA AGRESSÃO:** Bairro de Tarumã.

DESCRIÇÃO: Representantes da comunidade indígena da área urbana de Manaus, no bairro Tarumã, denunciam que os motoristas da empresa de ônibus das linhas 226, 126 e 059, que faz o itinerário na via pública próxima à área indígena, não param nas paradas de ônibus pelo fato de ali residirem os indígenas. A comunidade também se sente discriminada pela Funai que não reconhece como indígenas.

MEIO EMPREGADO: Discriminação cultural.**FONTE:** D24am.com., 28/04/2011**2011****VÍTIMA:** Índios em Manaus**POVO:** SATERÊ-MAWE**LOCAL DA AGRESSÃO:** Área urbana de Manaus.

DESCRIÇÃO: Povos indígenas radicados na cidade de Manaus/AM são alvo de discriminação nos estudos e no ambiente de trabalho. Uma das dificuldades encontrada pelos Saterê-Mawê quando se instalaram no Conjunto Santos Dumont, na cidade, foi a resistência dos moradores do local. Na ocasião, segundo um dos indígenas, “eles diziam que a gente não deveria estar aqui, que tínhamos que voltar para a floresta”. Nas escolas há uma discriminação velada entre os adultos, mas que se revela de forma mais forte entre as crianças. Conforme narrou o tuxaua Moisés, “... Quando uma criança indígena faz algo melhor do que os outros alunos, eles não aceitam e passam a ofender as crianças indígenas.... Há casos de crianças que não aguentam e deixam de ir à escola”.

MEIO EMPREGADO: Discriminação cultural.**FONTE:** 6a.Câmara de Coordenação e Revisão**2011****VÍTIMA:** Crianças**POVO:** DIVERSOS**MUNICÍPIO:** MANAUS**LOCAL DA AGRESSÃO:** Escola Municipal, zona oeste de Manaus.

DESCRIÇÃO: O MPF/AM recomendou à Secretaria de Educação de Manaus a investigação de denúncias de maus-tratos contra crianças indígenas em uma escola municipal na zona oeste da capital. As vítimas teriam de 4 a 10 anos de idade e seriam alunos da Escola Municipal Santo André. Segundo a Procuradoria, as crianças eram forçadas a carregar água e areia em baldes de cinco litros, durante o horário de aula. Há denúncias também de uso de palavrões e ofensas contra a origem indígena das crianças, feitas pela diretora da unidade de ensino. De acordo com a assessoria da Secretaria Municipal de Educação, a diretora da escola foi afastada e a denúncia é investigada há dois meses.

MEIO EMPREGADO: Discriminação cultural.**FONTE:** G1**BAHIA – 3 Casos – 2 Vítimas****2011****VÍTIMA:** Mulher**POVO:** GUARANI MBYA**MUNICÍPIO:** SALVADOR**LOCAL DA AGRESSÃO:** Condomínio em Salvador.

DESCRIÇÃO: A vítima denunciou a acusada, que na ocasião era síndica de um prédio em Salvador, de tê-la ofendido quando a indígena passou a usar trajes típicos um ano após mudar-se para o novo local. Segundo a cultura do povo, o uso de vestimentas características deve ser iniciado após o primeiro ano, pois esse período é considerado de adaptação, como estratégia de sobrevivência. A acusada tentou dissuadir a indígena de usar os trajes típicos de sua cultura, e a mudar do local. Além disso a ofendeu comparando os índios a macacos e acusando a vítima do sumiço de móveis do condomínio.

MEIO EMPREGADO: Discriminação cultural.**FONTE:** Procuradora da República da Bahia, 27/04/2011**14/12/2011****VÍTIMA:** Povos Indígenas**POVO:** DIVERSOS**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS**MUNICÍPIO:** SALVADOR**LOCAL DA AGRESSÃO:** Audiência na Comissão de Agricultura/BA.

DESCRIÇÃO: Durante audiência na Comissão de Agricultura da Câmara Legislativa da Bahia, o deputado chamou os índios de “cachaceiros”. Ele teria feito esta consideração ao se opor que sejam dadas mais terras aos indígenas. Deputados presentes à audiência, se assustaram com a declaração do colega.

MEIO EMPREGADO: Declarações preconceituosas.**FONTE:** Anaind, 15/12/2011**2011****VÍTIMA:** Cícero Marinheiro**POVO:** TUMBALALÁ**TERRA INDÍGENA:** TUMBALALÁ**MUNICÍPIO:** CURACA**LOCAL DA AGRESSÃO:** Prefeitura Municipal.

DESCRIÇÃO: Em agosto de 2011, o prefeito e vice-prefeito de Abare foram caçados por decisão da Justiça Estadual. Cícero Marinheiro, cacique do povo Tumbalalá e vereador, foi eleito prefeito através de eleição indireta dos vereadores. Para impedir que ele assumisse a prefeitura, os vereadores contrários, como também os adversários da causa indígena fecharam a Prefeitura Municipal.

MEIO EMPREGADO: Discriminação cultural.**FONTE:** Regional Cimi NE**DISTRITO FEDERAL – 1 Caso****05/04/2011****MUNICÍPIO:** BRASILIA**LOCAL DA AGRESSÃO:** Brasília - DF.

DESCRIÇÃO: Em nota divulgada no dia 05/04/2011, a direção da Fundação Nacional do Índio (Funai), afirmou que: “nas Tis Paquicamba, Arara da Volta Grande do Xingu e Juruna do Km 17, vivem populações que passaram por processos de miscigenação, isto é, que se misturaram com população não indígena”. Para o Cimi, com a nota o órgão indigenista reforça a visão racista, ainda predominante na sociedade brasileira, sobre a existência de duas categorias indígenas, os índios puros e os índios misturados. Com essa distinção, de maneira sutil, o órgão insinua que na aplicação dos direitos indígenas poderia haver uma diferenciação, onde os primeiros, por serem puros, teriam mais direito do que os segundos.

MEIO EMPREGADO: Declarações preconceituosas na imprensa.**FONTE:** Cimi

MARANHÃO – 1 Caso**2011****VÍTIMA:** POVO AWÁ-GUAJÁ**TERRA INDÍGENA:** CARU**MUNICÍPIO:** BOM JARDIM

DESCRIÇÃO: Os indígenas que necessitam de tratamento no polo de Sta. Inês sofrem com as condições precárias de alojamento. Há somente um quarto e um banheiro e estão sempre lotados. Quando são encaminhados aos hospitais públicos em São Luís, muitas vezes são barrados pelos guardas que pedem documentos de identificação que não possuem, e, além disso, sentem-se vítimas de discriminação pelos funcionários por não falarem a língua portuguesa, tendo dificuldade para se fazer entender.

MEIO EMPREGADO: Discriminação cultural.**FONTE:** Cimi Regional Maranhão - Equipe Awá**MATO GROSSO DO SUL – 4 Casos – 3 Vítimas****24/08/2011****VÍTIMA:** Estudantes**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**MUNICÍPIO:** CAMPO GRANDE**LOCAL DA AGRESSÃO:** Aldeia urbana Água Bonita-Campo Grande/MS

DESCRIÇÃO: Três estudantes foram proibidos pela direção de uma escola da rede municipal de falar sua língua materna, o guarani, nas dependências da unidade escolar. Segundo relataram, tiveram que assinar um livro-ata assumindo formalmente o compromisso

MEIO EMPREGADO: Discriminação cultural.**FONTE:** 6a.Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias, 08/09; midia-maxnews 3/9/11**2011****VÍTIMA:** Comunidade**POVO:** GUATÓ**TERRA INDÍGENA:** GUATÓ**MUNICÍPIO:** CORUMBA**LOCAL DA AGRESSÃO:** Aldeia Uberaba.

DESCRIÇÃO: Lideranças da comunidade protestaram contra a divulgação de informações inverídicas que jornais do estado veicularam sobre a comunidade Guató. Segundo as notícias, a comunidade havia cobrado de membros do projeto Rondon para autorizar visita à aldeia. Os índios esclareceram que não havia autorização da Funai para a atividade mas que, ainda assim, o cacique autorizou verbalmente a reunião dos membros do projeto disponibilizando a Igreja para tanto. Que os estudantes e pesquisadores do projeto visitaram as casas da comunidade e realizaram atividades com as crianças e que, em nenhum momento, foi cobrado qualquer valor ou produto para autorizar as atividades.

MEIO EMPREGADO: Declarações preconceituosas na imprensa.**FONTE:** MS NOTÍCIAS, 30/07/2011**01/08/2011****VÍTIMA:** Comunidade**POVO:** GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS**MUNICÍPIO:** DOURADOS

DESCRIÇÃO: Opiniões expressas pelo Governador de Mato Grosso do Sul têm causado indignação entre os indígenas. Questionado

pela imprensa sobre a Vila Olímpica Indígena inaugurada mas ainda sem funcionar por falta de administração, o governador proferiu palavras preconceituosas contra a comunidade, dizendo, entre outras coisas, que agora deveriam dar “papinha e camisinha para índios do MS”.

MEIO EMPREGADO: Declarações preconceituosas.**FONTE:** Cimi Regional MS, 01/08/2011**MAIO/2011****VÍTIMA:** POVO GUARANI KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** TAKUARA**MUNICÍPIO:** JUTI**LOCAL DA AGRESSÃO:** São Paulo.

DESCRIÇÃO: O cacique Marcos Veron foi assassinado em janeiro de 2003 em Mato Grosso do Sul. Houve várias mudanças de datas para o julgamento dos acusados assim como o local: do Mato Grosso do Sul para São Paulo, a pedido do MPF/MS onde, segundo o MPF, poderia ter um resultado parcial. No último julgamento, em São Paulo, as testemunhas foram impedidas, pela juíza que presidia a sessão, de se expressar em guarani, embora houvesse um pedido do MPF para que fossem ouvidas na própria língua. Por conta disso, o Ministério Público Federal se retirou do caso. O júri foi adiado novamente e não há nova data para que os trabalhos sejam retomados.

MEIO EMPREGADO: Discriminação cultural.**FONTE:** Sul/News,4/ maio/2011**PERNAMBUCO – 1 Caso – 1 Vítima****20/11/2011****VÍTIMA:** Hiloda Pankararu**POVO:** PANKARARU**TERRA INDÍGENA:** ENTRE SERRAS**MUNICÍPIO:** TACARATU

DESCRIÇÃO: O programa Report Record da TV Record transmitiu uma reportagem sensacionalista expondo conflitos internos do povo Pankararu sem embasamento e aprofundamento necessários. A comunidade passa por dificuldades devido a questão fundiária, de desocupação de posseiros de suas terras tradicionais. A notícia criminalizava a cacique ferindo a imagem da comunidade. A reportagem incitou o preconceito e questionou os critérios de ser ou não índio e deslegitimando a cacique enquanto liderança. Como resultado dessa situação, a cacique e seus netos sofreram perseguição nas cidades vizinhas de Petrolândia e Tacaratu.

MEIO EMPREGADO: Discriminação cultural.**FONTE:** Cimi Regional NE, equipe Pernambuco**RONDÔNIA – 3 Casos – 2 Vítimas****24/07/2011****VÍTIMA:** Elias Barbosa Figueira**POVO:** MIQUELENO**TERRA INDÍGENA:** MIQUELENHOS DO RIO SÃO MIGUEL**MUNICÍPIO:** SAO FRANCISCO DO GUAPORE**LOCAL DA AGRESSÃO:** Ariquemes/RO.

DESCRIÇÃO: O pai da vítima requereu à Sesai auxílio-funeral pela morte de sua filha em acidente de trânsito. O chefe da Casai negou o auxílio alegando que a vítima não tinha carteira indígena. Uma missionária do Cimi recebeu a mesma resposta quando solicitou a concessão do auxílio. A família

assumiu o enterro e assinou um contrato com uma funerária comprometendo o DPVAT (Danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres). O indígena entrou em contato com o Pastor de sua Igreja para providenciar o funeral. A empresa contratada cobrou um valor muito alto pelo trabalho. Para receber o DPVAT o pastor contactou um corretor que cobrou 30% do valor que o indígena tinha direito de receber pelo seguro. Os gastos funerários ficaram no valor de R\$4.000,00, mais a porcentagem cobrada pelo corretor. Assim, o indígena foi duplamente excluído de requerer seus direitos, tanto em relação ao auxílio funeral quanto ao valor do seguro obrigatório, para cujo recebimento não há necessidade de intermediários.

MEIO EMPREGADO: Discriminação cultural.

FONTE: Familiares da vítima; Equipe do Cimi Regional RO, novembro/2011

2011

VÍTIMA: José Clebes Oliveira dos Santos

POVO: PURUBORA

TERRA INDÍGENA: PUROBORÁ

MUNICÍPIO: SERINGUEIRAS

LOCAL DA AGRESSÃO: Seringueiras/RO.

DESCRIÇÃO: O indígena passou num concurso público na área da educação para trabalhar no município de Seringueiras do Guaporé. Usou para tanto sua carteira de identidade indígena, não encontrando problemas nesse município. Quando precisou autenticar uma declaração no cartório civil de Porto Velho, não conseguiu com o argumento de que a carteira indígena, emitida pela Funai, não tem legalidade. A Funai se omitiu ao não assistir o indígena para resolver o problema quanto à sua identidade.

MEIO EMPREGADO: declarações discriminatórias.

FONTE: Vítima e equipe do Cimi Regional RO em Porto Velho, novembro/2011

SETEMBRO/2011

VÍTIMA: Silvano Oro At e M.Oro At

POVO: KARIPUNA DE RONDÔNIA

TERRA INDÍGENA: KARIPUNA

MUNICÍPIO: NOVA MAMORE

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Linha 31.

DESCRIÇÃO: Um funcionário da Sesai fez ocorrência policial contra a comunidade indígena argumentando que lideranças o teriam recebido armados. O que ocorreu é que o referido funcionário ao chegar à aldeia para examinar a falta de água potável destratou a comunidade, dizendo que eles teriam que tomar água de lama igual a porco. Houve uma briga e o funcionário ameaçou os indígenas. Um menor, irmão da liderança, apontou uma espingarda velha, quebrada, e sem cartucho pedindo que o homem fosse embora. Um jornal local, sem ter ouvido a versão da comunidade, publicou a ocorrência no jornal e na versão online, o que resultou em comentários difamatórios, discriminando os povos indígenas. Segundo, ainda, a liderança, o funcionário estava alcoolizado.

MEIO EMPREGADO: Declarações preconceituosas na imprensa.

FONTE: Cimi Regional/RO, equipe Guajarã-Mirim

RORAIMA – 2 Casos

24/06/2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: MAKUXI

TERRA INDÍGENA: SÃO MARCOS

MUNICÍPIO: PACARAIMA

DESCRIÇÃO: No dia 24/06/2011, em sua coluna no Jornal de Brasília, o jornalista Claudio Humberto usou a expressão “Índio pilantra quer dinheiro”. A seguir nota do jornalista: “Não bastam o governador cassado e a maior enchente da história de Roraima, em calamidade pública: os índios da Reserva São Marcos impediram que uma empresa de engenharia recuperasse trecho da BR-174 Norte, em Pacaraima. Índio pilantra quer dinheiro: só libera o acesso após “negociar” com o governo estadual. Peitaram o Ministério Público e a Polícia Federal, colocando as famílias diante das máquinas”.

MEIO EMPREGADO: Declarações preconceituosas na imprensa.

FONTE: Jornal de Brasília, 24/06/2011

MAIO/2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: DIVERSOS

TERRA INDÍGENA: RAPOSA SERRA DO SOL

MUNICÍPIO: PACARAIMA

DESCRIÇÃO: Decorridos dois anos da homologação da TI Raposa Serra do Sol, foram publicadas em jornais e revistas declarações preconceituosas contra os povos da terra indígena afirmando, entre outras coisas, que os indígenas “se dedicam ao desmatamento e ao garimpo ilegais”. Acrescentam, ainda, que a miséria seria certa entre os povos da terra homologada divulgando imagens que mostram indígenas recolhendo lixo o que não reflete a situação desses povos. As imagens do lixão de Boa Vista são de pessoas de vários segmentos excluídos, entre os quais um pequeno grupo de indígenas que, morando na capital, não tem acesso a uma sobrevivência digna.

MEIO EMPREGADO: Declarações preconceituosas na imprensa.

FONTE: Cimi Norte I; Revista Veja, Jornal TVBand, maio/2011

SANTA CATARINA – 1 Caso – 1 Vítima

13/12/2011

VÍTIMA: Menor

POVO: XOKLENG

TERRA INDÍGENA: IBIRAMA - LA KLÃO

MUNICÍPIO: FLORIANOPOLIS

LOCAL DA AGRESSÃO: Rodoviária de Florianópolis.

DESCRIÇÃO: O indígena estava na Rodoviária acompanhado por professor da UFSC, sua esposa e uma amiga que foram levá-lo para encontrar com o seu pai, após realizar o vestibular, para retornar para a Terra Indígena. Um funcionário da empresa de ônibus, que faz o transporte de passageiros na região, se dirigiu ao rapaz mandando sair e chamando-o de ladrão. Mesmo informado de que o menor estava acompanhado do pai e dos amigos, o funcionário continuou com as ofensas e ameaçou o professor.

MEIO EMPREGADO: Declarações preconceituosas.

FONTE: Cimi Regional SUL-SC; B.O. n.00104-2011-24624

Violência Sexual

Em 2011 aumentou o número de casos e de vítimas envolvendo violência sexual. Foram registrados 17 casos de violência sexual, com 39 vítimas, todas do sexo feminino. 12 casos envolveram menores de idade. Constam casos nos estados do Amazonas, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Roraima e Tocantins.

Do total, 8 casos aconteceram no Mato Grosso do Sul, somando-se ao quadro de uma realidade extremamente violenta e desestruturada, sofrida pelas comunidades Guarani-Kaiowá daquele estado.

Foto: Arquivo Cimi



VIOLÊNCIAS SEXUAIS PRATICADAS CONTRA INDÍGENAS NO BRASIL

17 Casos – 39 Vítimas

AMAZONAS – 1 Caso – 15 Vítimas

2011

VÍTIMA: Jovens

POVO: DIVERSOS

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: AUTAZES

DESCRIÇÃO: Conforme denúncia da Funai, dezenas de índias da cidade estão sendo aliciadas e estupradas por clientes da Wet-A-Line Tours. A empresa promove turismo sexual com índias da região. Um americano e cinco brasileiros já foram denunciados como suspeitos.

MEIO EMPREGADO: Abuso sexual.

FONTE: Diário de Pernambuco; Folha de S.Paulo, 12 e 17/7/2011; Cimi Regional N-1;

BAHIA – 1 Caso – 8 Vítimas

26/07/2011

VÍTIMA: Crianças

POVO: TUPINAMBÁ

TERRA INDÍGENA: TUPINAMBÁ

MUNICÍPIO: BELMONTE

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Patiburi localizada em Boca do Córrego.

DESCRIÇÃO: O indígena é acusado de abusar sexualmente de 8 crianças, com idade entre 3 a 11 anos. O indígena vivia em Patiburi. Segundo a Polícia Civil os abusos vinham sendo praticados há aproximadamente um ano e foram descobertos pela mãe de uma das vítimas que relatou para a cacique, Maria do Carmo Querino Santos. Esta averiguou e acabou tomando

conhecimento de outros abusos semelhantes por parte do acusado. Segundo a delegada o acusado ameaçava as vítimas com um facão e dizia que mataria os pais das crianças, caso fosse denunciado. A polícia foi chamada e o criminoso preso.

MEIO EMPREGADO: Abuso sexual.

FONTE: *Alô Brasília online - DF - 26/07/2011*

MARANHÃO – 1 Caso – 1 Vítima

2011

VÍTIMA: Taiuaa

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA

MUNICÍPIO: AMARANTE DO MARANHÃO

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Juçara.

DESCRIÇÃO: A adolescente foi surpreendida por um indígena que ameaçou-a com uma faca e abusou sexualmente dela.

MEIO EMPREGADO: Ameaças.

FONTE: *Cimi MA - Equipe Imperatriz - Dezembro/2011*

MATO GROSSO – 2 Casos – 2 Vítimas

MARÇO/2011

VÍTIMA: Adolescente

POVO: CHIQUITANO

TERRA INDÍGENA: CHIQUITANO

MUNICÍPIO: PORTO ESPERIDIAO

LOCAL DA AGRESSÃO: Comunidade Mangueiral.

DESCRIÇÃO: O acusado é viúvo e mora com seus três filhos em uma fazenda que fica próximo da área onde reside a família da adolescente. O acusado foi preso na propriedade onde trabalha.

MEIO EMPREGADO: Abuso sexual.

FONTE: *A Gazeta - 30/6/2011*

SETEMBRO/2011

VÍTIMA: criança

POVO: APIAKÁ

TERRA INDÍGENA: APIAKÁ / KAYABI

MUNICÍPIO: JUARA

DESCRIÇÃO: A criança sofreu abuso sexual. O acusado foi preso e confessou o crime ao delegado.

MEIO EMPREGADO: Estupro.

FONTE: *6a. Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias, 10/10/2011*

MATO GROSSO DO SUL – 8 Casos – 8 Vítimas

22/2/2011

VÍTIMA: Criança

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADO

LOCAL DA AGRESSÃO: Dourados.

DESCRIÇÃO: Segundo boletim de ocorrência a menina estava próxima a uma faculdade da cidade quando foi atacada por um homem. A vítima foi atendida por uma equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (s)amu e encaminhada ao Hospital Universitário. O suspeito ainda não foi localizado.

MEIO EMPREGADO: Estupro.

FONTE: *correiodoestado.com.br/noticias/indigenas - 23/2/2011*

11/3/2011

VÍTIMA: Mulher

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Bororo.

DESCRIÇÃO: Segundo relato da vítima ela estava em casa na noite do ocorrido, quando seu primo chegou embriagado e praticou o estupro. A indígena deu entrada no Hospital Universitário. A polícia investiga o caso.

MEIO EMPREGADO: Estupro.

FONTE: *correiodoestado.com.br/noticia/indigena - 11/3/2011*

29/04/2011

VÍTIMA: Menor

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Jaguapiru.

DESCRIÇÃO: A vítima estava na casa da família na companhia de um irmão, quando um homem aparentando 35 anos chegou e avisou aos garotos que seus pais haviam sofrido um acidente e que ele os levaria até o local. Os adolescentes acompanharam o homem que a certa altura falou para o irmão da vítima voltar para casa, momento em que levou a menor para um matagal, onde cometeu a violência. O caso foi registrado na delegacia.

MEIO EMPREGADO: Estupro.

FONTE: *6ª Câmara MPF 2/5/2011; Sitio Dourados News em 1/5/2011*

26/05/2011

VÍTIMA: Criança

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Jaguapiru.

DESCRIÇÃO: De acordo com a polícia civil, o acusado, um adolescente, abusou sexualmente de uma criança. O acusado é irmão de criação da mãe da criança, vítima do abuso. Ao tomar conhecimento do fato, a mãe pediu ajuda ao capitão da aldeia. O acusado foi detido pelos moradores e levado para a delegacia de polícia.

MEIO EMPREGADO: Estupro.

FONTE: *MPF - 6ª Câmara de Coordenação e Revisão 27/05/2011*

4/7/2011

VÍTIMA: Indígena

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia de Dourados.

DESCRIÇÃO: O autor confessou que vinha espancando a ex-mulher e que na madrugada do ocorrido, invadiu a casa dela e tentou ter relações sexuais à força. A vítima conseguiu correr e pediu socorro ao pai. O autor foi conduzido à delegacia, e enquadrado na lei Maria da Penha.

MEIO EMPREGADO: Espancamento e tentativa de estupro.

FONTE: *Correio do Estado.com.br 4/7/2011*

18/7/2011

VÍTIMA: Criança

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA AGRESSÃO: Terreno baldio na Rua Manoel Rassiem - Jardim Universitário - Dourados.

DESCRIÇÃO: Segundo testemunhas, a menina brincava em companhia do irmão em frente à residência, quando sumiu. O pai foi procurar a filha e flagrou a criança no colo do acusado. Entrou em luta corporal com ele e conseguiu detê-lo com a ajuda de populares. O agressor foi preso.

MEIO EMPREGADO: Abuso sexual.

FONTE: CapitalNews.com.br 19/7/2011

2/8/2011

VÍTIMA: Criança

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia Bororó.

DESCRIÇÃO: A vítima foi assediada por um desconhecido que se aproximou quando a criança estava na companhia de uma amiga indo para casa. Conforme o boletim de ocorrência, o autor teria tentado arrastá-la para o mato. Ela reagiu e o homem fugiu.

MEIO EMPREGADO: Abuso sexual.

FONTE: 6ª Câmara de Coordenação e Revisão - 8/8/2011

11/11/2011

VÍTIMA: Adolescente

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: PORTO LINDO



Fonte: Arquivo Cimi.

MUNICÍPIO: JAPORA

DESCRIÇÃO: De acordo com a PM a adolescente contou à mãe e para o Conselho Tutelar que estava sozinha em sua residência quando foi atacada e estuprada por um homem que fugiu em seguida.

MEIO EMPREGADO: Estupro.

FONTE: campograndenews.com, 12/11/2011

RORAIMA – 3 Casos – 4 Vítimas

JULHO//2011

VÍTIMA: Adolescente

POVO: YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

MUNICÍPIO: ALTO ALEGRE

LOCAL DA AGRESSÃO: Aldeia yanomami de Kumixi.

DESCRIÇÃO: Uma adolescente foi atacada e abusada sexualmente, dentro da área indígena, por um funcionário do Ministério da Saúde (setor de Infraestrutura do Distrito Sanitário Yanomami). A adolescente estava grávida. O caso foi comunicado ao Superintendente da Polícia Federal e à Procuradoria da República de Roraima.

MEIO EMPREGADO: Abuso sexual.

FONTE: Isto É - 08/08/2011 - Band News FM 27/07/2011

2011

VÍTIMA: Adolescentes

TERRA INDÍGENA: RAPOSA SERRA DO SOL

MUNICÍPIO: BOA VISTA

LOCAL DA AGRESSÃO: Boa Vista.

DESCRIÇÃO: As vítimas, duas irmãs, sofriam abuso sexual e pediram ajuda para vizinhos para tomarem providências. O agressor foi denunciado à polícia, no entanto, desapareceu juntamente com as vítimas.

MEIO EMPREGADO: Abuso sexual.

FONTE: Marineide P.Costa-Organização dos Indígenas na cidade de Boa Vista

2011

VÍTIMA: Criança

POVO: MAKUXI

TERRA INDÍGENA: MANOÁ/PIUM

MUNICÍPIO: BONFIM

LOCAL DA AGRESSÃO: Camarú-Região da Serra da Lua.

DESCRIÇÃO: A vítima sofreu abuso sexual. O agressor foi denunciado à polícia, onde alegou estar alcoolizado.

MEIO EMPREGADO: Abuso sexual.

FONTE: Pastoral Indigenista de Roraima; Equipe Serra da Lua

TOCANTINS – 1 Caso – 1 Vítima

2011

VÍTIMA: Odília Ribeiro Apinajé

POVO: APINAJÉ

TERRA INDÍGENA: APINAYÉ

MUNICÍPIO: TOCANTINOPOLIS

LOCAL DA AGRESSÃO: Caminho em direção à aldeia.

DESCRIÇÃO: O acusado ofereceu carona para a vítima até a aldeia e na metade do caminho parou e carro e contra a vontade da indígena tentou estuprá-la. Ao chegar próximo à aldeia, mandou que ela descesse e a ameaçou com uma arma.

MEIO EMPREGADO: Abuso sexual.

FONTE: Cimi Regional GO/TO, dezembro/2011



Capítulo III

Violência por Omissão do Poder Público

- 97 Suicídio e tentativa de suicídio
- 101 Desassistência na área de saúde
- 110 Morte por desassistência à saúde
- 113 Mortalidade infantil
- 116 Disseminação de bebida alcoólica e outras drogas
- 118 Desassistência na área de educação escolar indígena
- 124 Desassistência geral



Indígenas bloqueiam rodovia, em Santa Catarina, exigindo melhoria no atendimento à saúde

Suicídio e tentativa de suicídio

Em 2011 foram registrados 26 suicídios. As vítimas eram 14 homens, 6 mulheres e, em 2 casos, não há identificação do sexo. A grande maioria das vítimas, 13, pertence ao povo Guarani-Kaiowá, de Mato Grosso do Sul. Foram também registrados 3 casos, com 3 vítimas, no estado do Amazonas, entre os povos Mayoruna e Kanamari; 4 casos, com 4 vítimas, no estado de Roraima, junto aos povos Makuxi e Wapixana; e 2 casos, com 6 vítimas no estado do Tocantins, junto ao povo Karajá.

Uma pessoa ingeriu veneno, 20 pessoas se enforcaram e em 5 casos não houve informação sobre o meio empregado.

Chama atenção o fato de o suicídio envolver, sobretudo, pessoas jovens e até muito jovens. Das vítimas, 6 eram menores, havendo uma concentração de casos na faixa de 15 a 19 anos, com 6 vítimas.

Faixa etária	Número de vítimas
10 – 14	2
15 – 19	6
20 – 24	4
25 – 29	1
30 – 39	2
40 – 44	-
45 – 49	-
50 – 54	-
Acima de 55 anos	4

A baixa idade das vítimas tem sido uma constante nos episódios registrados em anos anteriores e em 2011 também. No entanto, dois aspectos das ocorrências atuais devem ser destacados:

- 1) 4 vítimas com mais de 55 anos; e
- 2) Ocorrências entre povos diferentes.

Das 4 vítimas com idade maior de 55 anos, temos 1 homem e 1 mulher, respectivamente de 69 e 70 anos, ele Kanamari, ela Mayoruna, ambos da terra indígena Vale do Javari, Amazonas. As duas outras vítimas, também 1 homem de 57 anos e 1 mulher de 71 anos, ambos Guarani-Kaiowá, de Mato Grosso do Sul. Enforcaram-

-se, três deles, porque não há informação sobre o meio empregado pela senhora Guarani-Kaiowá. O que é preciso enfatizar nesses 4 casos é que são pessoas que viviam em duas regiões muito críticas: o Vale do Javari, onde a doença mata e parece totalmente fora de controle, e Mato Grosso do Sul, onde uma situação genocida, a mais alta taxa de violências contra povos indígenas no Brasil, é o contexto cotidiano da vida das comunidades. O que será que esses dois senhores e duas senhoras quiseram dizer com seus gestos?

Além disso, as ocorrências de suicídio entre os Karajá, no Tocantins, passam a preocupar porque tem aumentado nos últimos dois anos. Em 2011 foram 6 suicídios consumados e 8 tentativas, somando 14 vítimas.

Em um caso registrado na terra indígena Lima Campo, em Mato Grosso do Sul, os familiares precisaram esperar cerca de 19 horas para que a polícia comparecesse ao local para realização da perícia técnica.

A situação entre os Kaiowá Guarani do Mato Grosso do Sul mostra-se dramática e extremamente preocupante. De acordo com os dados desse relatório foram registradas 13 ocorrências, o que significa uma taxa de mortalidade por suicídio de 32,5/100.000. Para a Organização Mundial da Saúde, um índice de 12,5 mortes por 100.000 pessoas já é considerado muito alto. Segundo o DSEI-MS essa taxa é de 62,01/100.000, pois registrou 45 ocorrências em 2011.

Os registros do Cimi indicam os seguintes dados ao longo de 9 anos.

2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
22	16	28	19	23	34	18	13	13

Nos relatórios anteriores expressamos, por diversas vezes, a suspeita de que haveria muito mais casos do que aqueles que publicávamos. Finalmente, uma fonte mais precisa, proveniente da área de saúde – DIASI/DSEI-MS/SESAI - traz à luz números muito maiores, revelando a gravidade da situação que atinge o povo Guarani-Kaiowá.

Dados do DIASI/DSEI-MS – 2000 a 2011

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Nº de Suicídios	45	41	55	53	42	50	40	40	60	42	42	45*	555*

* Dados sujeitos a revisão e alteração.

SUICÍDIO

22 Casos – 26 Vítimas

AMAZONAS – 3 Casos – 3 Vítimas

25/01/2011

VÍTIMA: I. U.

IDADE: 15 anos

POVO: MAYORUNA

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Flores

DESCRIÇÃO: A adolescente, de 15 anos, se suicidou enforcando-se.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: DSEI Vale do Javari

13/01/2011

VÍTIMA: M. C. M.

IDADE: 70 anos

POVO: MAYORUNA

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Terrinha

DESCRIÇÃO: A indígena, de 70 anos, se suicidou enforcando-se.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: DSEI Vale do Javari

27/08/2011

VÍTIMA: J. P.

IDADE: 69 anos

POVO: KANAMARI

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bananeira

DESCRIÇÃO: O indígena, de 69 anos, se suicidou enforcando-se.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: DSEI Vale do Javari

MATO GROSSO DO SUL – 13 Casos – 13 Vítimas

07/08/2011

VÍTIMA: Adolescente

IDADE: 16 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAL

MUNICÍPIO: AMAMBAL

DESCRIÇÃO: O adolescente se enforcou com uma corda amarrada em uma travessa da casa onde residia. Não se sabe o motivo.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: 6a.Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias, 09/08/2011

28/01/2011

VÍTIMA: A.L.P

IDADE: 71 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: ARROIO KORÁ

MUNICÍPIO: PARANHOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Arroio Korá - MS

DESCRIÇÃO: A vítima foi encontrada pela filha quando chegou em casa. O capitão da aldeia não soube informar o motivo que levou a a idosa a tirar a própria vida. O caso foi registrado no 1º distrito Policial de Paranhos.

FONTE: Midiamx.com/noticias - 28/01/2011

5/3/2011

VÍTIMA: A.O

IDADE: 21 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: JAPORÁ

MUNICÍPIO: TACURU

DESCRIÇÃO: O indígena usou o próprio cinto para passar em volta do seu pescoço e se amarrar em um viga de suporte do telhado da casa. O Corpo foi encontrado por familiares. A polícia civil de Novo Mundo atendeu a ocorrência.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: Midiamax.com.br - Jornal eletrônico de MS, 5/03/2011

17/4/2011

VÍTIMA: V.L.R

IDADE: 20 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAL

MUNICÍPIO: AMAMBAL

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Adeia Amambai

DESCRIÇÃO: A indígena amarrou uma corda e se pendurou em uma mangueira no quintal de sua casa. Não há dados sobre o motivo.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: Campo Grande News.com.br/cidades, 17/04/2011

10/5/2011

VÍTIMA: A.S

IDADE: 30 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: ÑANDE RU MARANGATU

MUNICÍPIO: ANTONIO JOAO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Cerro Marangatu

DESCRIÇÃO: O indígena cometeu o suicídio dentro de casa. Conforme relato da esposa à Polícia Civil, na noite anterior a vítima ingeriu bebida alcoólica. Ela saiu de casa e só retornou no dia seguinte. Quando chegou encontrou o marido morto. A vítima estava com uma fita de tecido amarrada no pescoço e outra ponta em uma das vigas.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: Campo Grande News.com.br/cidades

19/5/2011

VÍTIMA: B.L.

IDADE: 25 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: O indígena usou um cinto de nylon para tirar a vida. Ele foi encontrado por sua esposa de manhã, pendurado em uma viga da casa onde morava. Conforme relato da esposa à polícia, ele passou a noite ingerindo bebida alcoólica. Estava desempregado e teria tentado, outras vezes, cometer suicídio, mas fora impedido por parentes.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: Aquidauanews.com, 19/05/2011

12/6/2011

VÍTIMA: Jovem

IDADE: 18 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo.

DESCRIÇÃO: O jovem foi encontrado morto. Ele estava amarrado em uma árvore da aldeia Bororo.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento.

FONTE: *Jornal dia a dia.com.br*, 03/07/2011

24/7/2011

VÍTIMA: J.G.M.

IDADE: 17 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiru.

DESCRIÇÃO: O jovem foi encontrado pela irmã com uma corda amarrada no pescoço. De acordo com o relato da irmã à Polícia Civil, o rapaz estava muito triste há dias por conta de problemas familiares. O corpo foi encaminhado ao Instituto Médico Legal.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento.

FONTE: *6ª Câmara de Coordenação e Revisão* - 26/7/2011

07/12/2011

VÍTIMA: Adolescente

IDADE: 14 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó.

DESCRIÇÃO: O indígena havia ingerido bebida alcoólica e brigado com a esposa. A mulher saiu de casa e quando voltou encontrou a vítima presa por um pano a uma viga de madeira.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento.

FONTE: *Campograndenews*, 08/12/2011

14/08/2011

VÍTIMA: F.M.S.

IDADE: 33 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiru.

DESCRIÇÃO: O indígena foi encontrado pela manhã na aldeia Jaguapiru. Segundo a polícia civil, ele usou um fio de eletricidade em uma árvore perto da casa onde morava. Os familiares encontraram o indígena ainda com vida, mas ele não resistiu.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento.

FONTE: *Midiamax - MS* 14/08/2011

23/08/2011

VÍTIMA: Adolescente

IDADE: 14 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: LIMA CAMPO

MUNICÍPIO: PONTA PORA

DESCRIÇÃO: O adolescente foi encontrado pendurado por uma corda no interior de uma choupana na aldeia. Além do sofrimento pela morte da vítima, os parentes precisaram esperar 19 horas para que a polícia comparecesse ao local para a perícia técnica. Segundo os policiais estes não poderiam entrar na aldeia sem autorização expressa da Funai.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento.

FONTE: *6a. Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias*, 25/08/2011

Foto: Laila Menezes



A omissão do poder público leva muitos indígenas a cometerem suicídio

27/08/2011

VÍTIMA: Homem

IDADE: 19 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: TAKARITY / IVYKWARUSU (PARAGUASSÚ)

MUNICÍPIO: PARANHOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Paraguassu.

DESCRIÇÃO: O corpo foi encontrado amarrado com um cinto em uma árvore. Não se sabe o motivo.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento.

FONTE: 6a. Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias, 29/08/2011

13/08/2011

VÍTIMA: H.P

IDADE: 57 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: PANAMBI

MUNICÍPIO: DOURADINA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Lagoa Rica.

DESCRIÇÃO: O corpo do indígena foi encontrado pela filha amarrado por uma corda em um galho de árvore. A perícia esteve no local e o corpo encaminhado ao IML.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento.

FONTE: Midiamax -MS - 13/08/2011

RORAIMA – 4 Casos – 4 Vítimas**2011**

VÍTIMA: Mulher Makuxi

IDADE: 22 anos

POVO: MAKUXI

TERRA INDÍGENA: SÃO MARCOS

MUNICÍPIO: BOA VISTA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aakan - Região Baixo São Marcos.

DESCRIÇÃO: Os casos registrados de suicídios em Roraima ocorreram entre os povos Ingarikó, Makuxi e Wapixana. O assunto é pouco conhecido. Nos lugares onde ocorrem os suicídios, percebe-se abandono da parte do governo e falta de investimentos em políticas públicas que beneficiem as comunidades, especialmente os jovens. Há também relatos de suicídios de indígenas que vivem na cidade.

FONTE: Pastoral Indigenista de Roraima - Equipe São Marcos e Murupú

2011

VÍTIMA: Adolescente

IDADE: 15 anos

POVO: WAPIXANA

TERRA INDÍGENA: MALACACHETA

MUNICÍPIO: CANTA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tabalascada - Região Serra da Lua.

DESCRIÇÃO: Os casos registrados de suicídios em Roraima ocorreram entre os povos Ingarikó, Makuxi e Wapixana. O assunto é pouco conhecido. Nos lugares onde ocorrem os suicídios, percebe-se abandono da parte do governo e falta de investimentos em políticas públicas que beneficiem as comunidades, especialmente os jovens. Há também relatos de suicídios de indígenas que vivem na cidade.

FONTE: Marineide Peres da Costa, membro da Organização Indígenas da Cidade (Boa Vista)

2011

VÍTIMA: Indígena Makuxi

POVO: MAKUXI

MUNICÍPIO: BOA VISTA

DESCRIÇÃO: Os casos registrados de suicídios em Roraima ocorreram entre os povos Ingarikó, Makuxi e Wapixana. O assunto é pouco conhecido. Nos lugares onde ocorrem os suicídios, percebe-se abandono da parte do governo e falta de investimentos em políticas públicas que beneficiem as comunidades, especialmente os jovens. Há também relatos de suicídios de indígenas que vivem na cidade.

FONTE: Denise Almeida de Souza (membro da Organização Indígenas da cidade de Boa Vista)

2011

VÍTIMA: Indígena Makuxi

IDADE: 24 anos

POVO: MAKUXI

TERRA INDÍGENA: RAPOSA SERRA DO SOL

MUNICÍPIO: PACARAIMA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Barro - Região de Surumu.

DESCRIÇÃO: Os casos registrados de suicídios em Roraima ocorreram entre os povos Ingarikó, Makuxi e Wapixana. O assunto é pouco conhecido. Nos lugares onde ocorrem os suicídios, percebe-se abandono da parte do governo e falta de investimentos em políticas públicas que beneficiem as comunidades, especialmente os jovens. Há também relatos de suicídios de indígenas que vivem na cidade.

FONTE: CIR - Conselho Indígena de Roraima

TOCANTINS – 2 Casos – 6 Vítimas**DESDE JULHO**

VÍTIMA: Indígenas Karajá

POVO: KARAJÁ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Santa Izabel do Morro.

DESCRIÇÃO: Segundo dados da própria comunidade, desde julho de 2011, 07 jovens provocaram sua morte, através da prática do enforcamento (03 casos ocorreram em 2012). O problema do alcoolismo foi apontado como causa principal das mortes. Os indígenas reclamam da omissão da Funai e da Funasa e pediram o apoio do governo. Parte da comunidade acredita que as causas dos suicídios seja de ordem espiritual.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento.

FONTE: Rizza Matos / São Félix do Araguaia

30/05/2011

VÍTIMA: Indígenas Karajá

POVO: KARAJÁ

DESCRIÇÃO: Dois casos de suicídios foram registrados no mês de maio de 2011, um de envenenamento e outro de enforcamento. Segundo relato, todos jovens na faixa etária de 15 a 28 anos.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento / Envenenamento

FONTE: Comunidade indígena

TENTATIVA DE SUICÍDIO**TOCANTINS – 8 Casos – 8 Vítimas****30/05/2011**

VÍTIMA: S/D

POVO: KARAJÁ

DESCRIÇÃO: Foram registrados 8 casos de tentativa de suicídios. Todos eram jovens (homens e mulheres) com idade entre 15 a 28 anos.

FONTE: Comunidade indígena

Desassistência na área de saúde

Em 2011 registramos 53 casos de desassistência na área de saúde. A situação de descaso na área da saúde atinge mais de 35 mil pessoas, em diversas regiões do país.

Constam casos em 16 estados: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e Tocantins. O estado do Amazonas se destaca com 8 casos.

Em todas as regiões do Brasil as comunidades e povos reclamam e protestam contra o governo brasileiro, em especial contra o ministro da Saúde, em função do abandono a que estão submetidos os distritos sanitários e os pólos base. Não há profissionais em saúde, não há medicamentos, equipamentos, transporte e muito menos assistência nas

áreas indígenas. Os povos e comunidades, através de suas lideranças, alegam que os problemas no atendimento à saúde se agravam com o processo de transição das responsabilidades pela assistência da Funasa para a Sesai.

Os dados que apresentamos demonstram que a paralisia na assistência trouxe a tona os problemas crônicos da política de atenção à saúde que são: a omissão e morosidade do governo no tocante às ações preventivas e curativas nas áreas indígenas; a desestruturação dos espaços de controle social que era exercido pelos povos indígenas através dos conselhos locais e distritais que inviabilizaram a possibilidade de participação indígena nas discussões da política de saúde; a falta de recursos humanos e financeiros para os serviços em saúde e o custeio das ações em área.



Foto: Cimi/Norte/

Indígena Yanomami, Amazonas

DESASSISTÊNCIA NA ÁREA DE SAÚDE

53 Casos – 35.015 Vítimas

ACRE – 4 Casos – 53 Vítimas

ABRIL/2011

VÍTIMA: Horácio Meireles Lima Jaminawá

POVO: JAMINAWÁ

TERRA INDÍGENA: JAMINAWA / ENVIRA

MUNICÍPIO: RIO BRANCO

DESCRIÇÃO: O indígena está agonizando na Casai, num ambiente insalubre e sem assistência médico-hospitalar. As instalações são inadequadas, um esgoto corre a céu aberto, ventiladores estão quebrados não há leitos ou macas suficientes. O indígena faz tratamento contra tuberculose e sente constantes dores. Na Casa de Passagem não há administração efetiva, e o médico responsável não tem nem o prontuário do doente.

MEIO EMPREGADO: Falta de estrutura na Casa do Índio.

FONTE: A Gazeta do Acre, 05/04/2011

2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: DIVERSOS

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: RIO BRANCO

DESCRIÇÃO: Indígenas representantes de sete etnias do Acre, sul do Amazonas e noroeste de Rondônia acamparam em frente à Funasa, desde o mês de novembro de 2010, para denunciar os problemas que enfrentam. Ao procurar a Casai (Casa de Apoio à Saúde Indígena), os indígenas se deparam com a falta de profissionais de saúde, do alto índice de mortalidade nas aldeias por doenças como febre amarela e hepatite, escassez de recursos para as famílias carentes, além do desvio de verbas destinadas ao atendimento da Casai na capital.

MEIO EMPREGADO: Falta de estrutura na Casa do Índio.

FONTE: 6a.Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias, 31/05/2011; Página 20, 6/4/

2011

VÍTIMA: Crianças

POVO: KAXINAWÁ, KULINA

TERRA INDÍGENA: ALTO RIO PURUS

MUNICÍPIO: SANTA ROSA DO PURUS

DESCRIÇÃO: Desde meados de dezembro/2011 as crianças vêm apresentando os sintomas do rotavírus. O quadro é de vômito e diarreia. Os casos ocorreram em 20 das 46 aldeias na região do município, onde há 3 mil índios, e a Sesai não tomou as devidas providências no sentido de garantir assistência continuada para combater o alastramento da doença.

MEIO EMPREGADO: Água contaminada, falta de assistência médica.

FONTE: Cimi Regional A/O; TV/Gazeta, 19/01/2012

2011

VÍTIMA: Homens e Mulheres

POVO: ASHANINKA

TERRA INDÍGENA: KAMPA E ISOLADOS DO RIO ENVIRA

MUNICÍPIO: FEIJO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Alto Bonito.

DESCRIÇÃO: Vários indígenas sofreram problemas com diarreia, vômito e febre. A equipe médica multidisciplinar não atende as aldeias dos altos Rios há dois anos.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico.

FONTE: Cimi Regional A/O, equipe Rio Branco

ALAGOAS – 1 Caso

19/04/2011

VÍTIMA: Comunidades

POVO: KARAPOTÓ, KARUAZU, KATOKIM, WASSU COCAL, XOKÓ, XUKURU-KARIRI

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: ARAPIRACA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias de Alagoas e Sergipe.

DESCRIÇÃO: O DSEI/AL-SE dispõe de 19 motoristas oficiais no quadro institucional, quando a necessidade é de 40, para atender as necessidades dos pólos-base. Segundo os responsáveis, eles aguardam desde janeiro liberação de recursos para contratação de motoristas. Conforme as palavras do procurador do MPF/AL, José Godoy, sobre o atendimento à saúde dos povos indígenas de Alagoas e Sergipe “Neste momento, ocorre a pior desassistência já vista, chegando ao limite da paralisação total da saúde indígena no estado de Alagoas. A recomendação é para que o Estado tome providências para restabelecer emergencialmente a assistência de saúde destinada às populações indígenas de Alagoas e Sergipe”. Enquanto a transição do atendimento à saúde da Funasa para a SESAI não for concluída, permanecem as responsabilidades da Fundação, explica o procurador. Sem médico nos postos das aldeias, sem atendimento nos postos municipais, sem transporte para levar os doentes, dificuldade para obter medicamentos, os povos indígenas estão sofrendo as consequências da desassistência dos órgãos competentes.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral.

FONTE: MPF/AL, 19/04; 26/8 e 05/09/2011; 21/10/2011

AMAPA – 2 Casos

2011

VÍTIMA: Comunidades

POVO: DIVERSOS

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: OIAPOQUE

DESCRIÇÃO: Cerca de 40 caciques das várias comunidades do Amapá procuraram o Ministério Público Federal para relatar a situação precária do atendimento à saúde. Os casos de malária aumentaram, o pagamento dos profissionais que trabalham nas aldeias está atrasado há quatro meses, faltam medicamentos e condições para atender aos indígenas.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico.

FONTE: 6a.Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias, 05/07/2011

2011

POVO: WAIAMPI

TERRA INDÍGENA: WAIÁPI DO ALTO AMAPARI

MUNICÍPIO: PEDRA BRANCA DO AMAPARI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Manilha.

DESCRIÇÃO: Uma equipe de investigadores, composta de agentes da Polícia Federal, procuradores do MPF e funcionários da Funai foi formada para averiguar a situação dos 14 mil índios do estado do Amapá. Não encontraram apenas “falta de atendimento médico”. Encontraram uma tragédia. Na aldeia Manilha, como em outras aldeias visitadas, havia apenas um absoluto abandono: prateleiras vazias nas farmácias, remédios com validade vencida, ausência de agentes de saúde, doentes

entregues ao destino. Em matas onde picadas de cobra são frequentes, faltava soro antiofídico. Por falta do remédio, uma índia teve de amputar o braço.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico e medicamentos.

FONTE: Revista Época, 14/05/2011

AMAZONAS – 10 Casos – 24.144 Vítimas

2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: DENI

TERRA INDÍGENA: DENI

MUNICÍPIO: LABREA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Cidadezinha, Marrecão, Viagem, Volta Grande, Sucurihá.

DESCRIÇÃO: Há três anos sem receber atendimento à saúde, os indígenas Deni, considerados semi-isolados, estão sofrendo redução em sua população devido ao alto índice de mortalidade, sobretudo infantil. Segundo o coordenador geral da Focimp - Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus, José Raimundo Lima, as aldeias da região estão desassistidas há muito tempo. Conforme declarou, 60% da população dos Deni estão infectados com alguma doença, inclusive malária.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico.

FONTE: Acrítica.uol, 30/05/2011

08/07/2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: HIXKARYANA

TERRA INDÍGENA: NHAMUNDÁ / MAPUERA

MUNICÍPIO: NHAMUNDA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Várias aldeias.

DESCRIÇÃO: Os doentes estão sem lugar para tratamento porque a Casai do município de Nhamundá está sem condições de atendimento e o aluguel do novo local não foi providenciado pela prefeitura, embora houvesse acordo para isso com a Sesai, visto que o município teria recebido verbas para isso do governo federal.

MEIO EMPREGADO: Falta de estrutura na Casa do Índio.

FONTE: Correio do Estado/MS, 09/07/2011

2011

VÍTIMA: Comunidades

POVO: DIVERSOS

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: BOCA DO ACRE

DESCRIÇÃO: As hepatites B e D atingem a vida dos indígenas do Acre e do resto da Amazônia. A doença é complexa e o atendimento é agravado pelas distâncias. Mas a doença tem vacina e é a única saída para a população enfrentar esse problema. Segundo a enfermeira de uma das aldeias há 54 casos documentados de hepatite B e nove de hepatite D, que é a forma mais agressiva da doença. O vírus da hepatite D atinge a pessoa se ela estiver também infectada pelo vírus da hepatite B, o que pode acarretar cirrose.

MEIO EMPREGADO: Atraso na vacinação contra hepatite.

FONTE: Jornal Floripa, 01/08/2011

JUNHO/2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: DIVERSOS

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: LABREA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Lábrea.

DESCRIÇÃO: Pacientes alojados na Casai em Lábrea/AM recebem comida vinda apenas de doações de terceiros, como missionários ou comerciantes. A população da região é atendida pelo DSEI - Distrito Sanitário Especial Indígena, do Médio Purus. Nessa região há 14 etnias diferentes. Segundo um dos pacientes, algumas vezes, ficam o dia todo sem alimentação. Muitos deles precisaram interromper o tratamento e voltar para suas aldeias. Outro problema é a falta de transporte para que os pacientes voltem a suas aldeias. Em junho, José Raimundo Lima Apurinã afirmou que a Sesai chegou a realizar uma intervenção no Dsei do Médio Purus, mas nenhuma medida efetiva foi tomada.

MEIO EMPREGADO: Falta de alimentação e assistência.

FONTE: 6a. Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias

MARÇO/2011

VÍTIMA: Indígenas na Casai

POVO: DIVERSOS

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: MANAUS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Manaus, aldeias do Amazonas.

DESCRIÇÃO: Conforme informação de Mara Cambeba, conselheira distrital de saúde indígena, o problema da falta de autorização de passagens para que os doentes, já curados, retornem às suas aldeias, atingiu, há dois meses, 31 indígenas que terminaram o tratamento e que não obtiveram autorização para viajar de volta às aldeias.

MEIO EMPREGADO: Falta de transporte para doentes.

FONTE: www.acritica.com.br, 16/03/2011

16/08/2011

VÍTIMA: Comunidades

POVO: DIVERSOS

TERRA INDÍGENA: ALTO RIO NEGRO

MUNICÍPIO: SAO GABRIEL DA CACHOEIRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Várias comunidades.

DESCRIÇÃO: Os indígenas que vivem na região de São Gabriel da Cachoeira (24 mil pessoas) estão sem atendimento de saúde em suas comunidades. O problema foi causado devido ao atraso no repasse dos recursos da Funasa para a ONG que atua na região. Com os salários atrasados há quase dois meses, os profissionais de saúde entraram em greve. Com a paralisação foram fechados 19 locais de atendimento que prestam assistência às comunidades e executam programas do governo, como campanhas de vacinação. São 340 profissionais de saúde, entre enfermeiros, médicos, técnicos de enfermagem e dentistas. Segundo o presidente da Foirn - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, a interrupção nos atendimentos não é uma novidade. A situação já vem se arrastando há mais de dois anos.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico.

FONTE: A Crítica, 18/08/2011; abril.com, 02/09/2011

21/08/2011

VÍTIMA: Comunidades

POVO: DIVERSOS

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: MANAUS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias no Amazonas.

DESCRIÇÃO: Em reunião realizada pelos pacientes atendidos na Casai, estes expuseram uma série de situações e precariedades vividos por eles na Casa do Índio. O índio Baniwa Moisés Luiz da Silva, abandonou sua estada na Casai e voltou para a aldeia, sem o tratamento para o seu antebraço quebrado. Estava com muitas dores e com dificuldade para se movimentar mas com a demora no atendimento voltou para a aldeia com medo de

perder seu trabalho. São mais de 100 pacientes que aguardam durante meses por uma primeira consulta. Eles se queixam de que os profissionais têm pouca experiência, há falta de interesse em agilizar as consultas, não há médicos suficientes, tudo isso acrescido do isolamento do local, km-25 da rodovia AM-010, que impede a comunicação dos doentes com seus familiares.

MEIO EMPREGADO: Falta de estrutura na Casa do Índio.

FONTE: 6a.Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias, 25/08/2011

JULHO/2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: KANAMARI, MAYORUNA

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI

MUNICÍPIO: ATALAIA DO NORTE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Lago Grande.

DESCRIÇÃO: Segundo denúncia do cacique da Aldeia Lago Grande, os medicamentos enviados para a aldeia estavam todos com a validade vencida.

MEIO EMPREGADO: Falta de medicamentos.

FONTE: Cacique da Aldeia Lago Grande; Cimi Reg. Norte-1, setº/2011, Ag.Not.13/12/2011

2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: KAMBEBA, MARUBO, MIRANHA, TUKANO

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: MANAUS

DESCRIÇÃO: Representantes dos vários povos da Amazônia e da Coiab denunciaram, durante audiência realizada na Assembleia Legislativa do Amazonas, práticas de desvio de recursos destinados à gestão de saúde nas comunidades indígenas do estado. As comunidades não concordam com o modelo de administração terceirizada para gerir a saúde o que, segundo elas, favorece a prática de ilícitos. Além do mais não há médicos nas aldeias nem uma política de fornecimento de remédios para áreas indígenas.

MEIO EMPREGADO: Desvio de verba.

FONTE: 6a.Câmara de Coordenação e Revisão, Índios e Minorias, 07/10/2011

2011

VÍTIMA: Comunidades

POVO: KANAMARI, KORUBO, KULINA, MARUBO, MATIS, MAYORUNA

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI

MUNICÍPIO: ATALAIA DO NORTE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Várias comunidades.

DESCRIÇÃO: Há um grande número de indígenas, cerca de 4.000, de diversos povos, além de grupos isolados que vivem na região do Vale do Javari, onde a hepatite está fazendo inúmeras vítimas. Segundo denúncia, mais de 85% da população está contaminada por um ou mais vírus da hepatite, sobretudo do tipo "B", a mais perigosa. Sob risco de extinção os povos se uniram numa campanha, lançada em Manaus, para combater a acelerada escalada de mortes na região.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico.

FONTE: Cimi Regional Norte I, 28/10/2011

GOIÁS – 1 Caso

2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: TAPUIA

TERRA INDÍGENA: CARRETÃO I

MUNICÍPIO: RUBIATABA

DESCRIÇÃO: O carro que presta serviço à saúde circula de forma precária, pneus carecas, quase sem freio, colocando em risco a vida dos pacientes que precisam percorrer cerca de 50 kms para ser atendidos nos municípios vizinhos. Além disso, os motoristas enfrentam atraso no pagamento de seus salários.

MEIO EMPREGADO: Transporte precário.

FONTE: Cimi Regional GO/TO

MARANHÃO – 5 Casos – 273 Vítimas

MARÇO/2011

VÍTIMA: Homem

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: BACURIZINHO

MUNICÍPIO: GRAJAU

DESCRIÇÃO: O indígena apresenta tetraplegia decorrente de acidente automobilístico ocorrido em 2004, passando a apresentar diversas perturbações em seu estado de saúde, que o obriga ao uso de medicamentos de forma continuada. Há dois anos ele não vem recebendo essa medicação de forma regular. Após uma reunião na Procuradoria da República/MA com a presença do indígena, da Funai e do DSEI/MA ficou claro que o problema no fornecimento de medicamentos atinge a coletividade de índios na mesma situação de dependência do poder público.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico e medicamentos.

FONTE: 6a.Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias, 06/06/2011

2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: KRIKATI

TERRA INDÍGENA: KRIKATI

MUNICÍPIO: MONTES ALTOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia São José.

DESCRIÇÃO: A comunidade está sofrendo um surto de leishmaniose. As lideranças indígenas buscaram informar a situação para a Funasa/Sesai, mas a situação persiste e o problema de saúde se alastra.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico.

FONTE: Regional Cimi/MA, equipe Imperatriz, dezembro/2011

Foto: Laila Menezes



Acampamento indígena, em Mato Grosso do Sul

2011

VÍTIMA: Comunidade
POVO: AWÁ-GUAJÁ
TERRA INDÍGENA: CARU
MUNICÍPIO: BOM JARDIM

DESCRIÇÃO: Os indígenas que necessitam de tratamento no polo de Sta. Inês sofrem com as condições precárias de alojamento. Há somente um quarto e um banheiro e estão sempre lotados. Quando são encaminhados aos hospitais públicos em São Luis, muitas vezes são barrados pelos guardas que pedem documentos de identificação que não possuem, e, além disso, sentem-se vítimas de discriminação pelos funcionários por não falarem a língua portuguesa, tendo dificuldade para se fazer entender.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral.

FONTE: Cimi Regional/MA, equipe AWÁ

FEVEREIRO/2011

VÍTIMA: Crianças
POVO: AWÁ-GUAJÁ
TERRA INDÍGENA: CARU
MUNICÍPIO: BOM JARDIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Awá e Tiracambu.

DESCRIÇÃO: Como consequência do desmatamento causado pelos madeireiros, a região que provê a subsistência dos indígenas está ameaçada. Famílias ficam impossibilitadas de coletar mel, frutos, caça. As crianças são as maiores vítimas, já nascem com baixo peso. A Funasa chegou a acompanhar uma criança de dois anos que não conseguia andar, prometendo o envio de suplemento alimentar à comunidade, o que não ocorreu.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral.

FONTE: Cimi Regional/MA, equipe AWÁ

2011

VÍTIMA: Comunidade
POVO: KA'APOR
TERRA INDÍGENA: ALTO TURIAÇU
MUNICÍPIO: CENTRO DO GUILHERME

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Piquizeiro e Cumaru.

DESCRIÇÃO: Indígenas e servidores da saúde nas aldeias denunciaram que estão há dois anos sem realizar a campanha de vacinação, por falta de vacinas e infra-estrutura.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico.

FONTE: Cimi Regional/MA

MATO GROSSO – 7 Casos – 81 Vítimas

JANEIRO/2011

VÍTIMA: Crianças
POVO: XAVANTE
TERRA INDÍGENA: PARABUBURE
MUNICÍPIO: CAMPINAPOLIS

DESCRIÇÃO: Das duas mil crianças nascidas em 2009, 60 morreram de doenças respiratórias, parasitárias e infecciosas. Neste ano até a presente data (janeiro), oito crianças estão internadas em estado crítico, com sintomas de pneumonia, desnutrição e desidratação. Segundo o secretário de Saúde de Campinópolis, o quadro é preocupante. "Não tem agente de saúde, as equipes estão incompletas". O hospital de Barra do Garças não tem pediatra e não aceita mais cuidar das crianças indígenas. Uma ambulância da Funasa está parada por motivo de pequenos reparos. Ao final do ano de 2011 foram contabilizadas 89 mortes de crianças Xavante.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico.

FONTE: O Estado de S.Paulo, 13/01/2011

JANEIRO/2011

VÍTIMA: Comunidade
POVO: XAVANTE
TERRA INDÍGENA: PARABUBURE
MUNICÍPIO: CAMPINAPOLIS

DESCRIÇÃO: Os indígenas estão internados na Casai - Casa do Índio que está sem condições de atendimento. Nas palavras do tenente-coronel Agnaldo Pereira de Souza, ex-superintendente da Defesa Civil de Mato Grosso, "é desumano, os indígenas ficam todos misturados, deitados no chão, num ambiente mal iluminado, dominado pelo calor, mofo e mau cheiro. Muitas crianças estavam com sarna e não havia nenhum tipo de isolamento, elas se misturavam às outras".

MEIO EMPREGADO: Falta de estrutura na Casa do Índio.

FONTE: O Estado de S.Paulo, 13/01/2011; Expresso MT, 27/04/2011

MAIO/2011

VÍTIMA: Comunidades
POVO: DIVERSOS
TERRA INDÍGENA: VÁRIAS
MUNICÍPIO: BRASNORTE

DESCRIÇÃO: Um grupo de 100 indígenas de diversas etnias do MT ocupou a sede do DSEI de Cuiabá para cobrar mais investimentos na saúde. Alegam que não há médicos, nem transporte, nem medicamentos. Conforme os representantes do movimento indígena, a situação nas aldeias piorou após o início do processo de transição da gestão da saúde indígena da Funasa para a Sesai-Secretaria Nacional de Saúde Indígena. Os carros que servem o polo base para que as equipes visitem as aldeias que ficam até 100 km de distância da cidade, estão sem manutenção, quebrados, sem nenhum conserto. As lideranças alegam que pediram providências por meio de ofícios, mas como não obtiveram resposta decidiram ocupar a sede do distrito.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral

FONTE: A Gazeta/MT, 27/05/2011; 6a.Câmara de Coordenação e Revisão, 27/05 e 27/06/2011

16/08/2011

VÍTIMA: Comunidades
POVO: BORORO, CHIQUITANO, GUATÓ, UMUTINA, XAVANTE
TERRA INDÍGENA: VÁRIAS
MUNICÍPIO: CUIABA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias do MT.

DESCRIÇÃO: Caciques de diferentes aldeias do MT visitaram a Casai - Casa de Assistência à Saúde Indígena, e denunciaram o descaso em relação ao tratamento de saúde dispensado aos indígenas que precisam de tratamento. O secretário-adjunto de Direitos Humanos do estado acompanhou a vistoria e afirmou que a situação do local é de total desrespeito à população indígena. Segundo o pesquisador Estevão Takane, Bakairi, alguns indígenas vão até a Casai fazer tratamento de uma enfermidade e acabam adquirindo outra. As instalações estão péssimas, janelas quebradas, não há medicação, funcionários despreparados, esgoto correndo a céu aberto, lixo descartado em local inadequado.

MEIO EMPREGADO: Falta de estrutura na Casa do Índio.

FONTE: 6a.Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias, 18/08/2011

2011

VÍTIMA: Comunidade
POVO: XAVANTE
TERRA INDÍGENA: SANGRADOURO/VOLTA GRANDE
MUNICÍPIO: GENERAL CARNEIRO

DESCRIÇÃO: Conforme pesquisa realizada pela Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), a população indígena do Mato Grosso

corre risco de uma epidemia de diabetes. Foram detectados 30 casos num grupo de mil índios. O número é 1.500% maior que na população branca, onde há dois portadores para cada mil pessoas. A mudança na dieta tradicional com abandono de alimentos como o milho, abóbora, feijão, cará, mandioca e as carnes de caça, como consequência de invasões e desmatamento, é apontada como uma das principais causas para o avanço da doença, que se espalha de forma alarmante entre as comunidades.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral.

FONTE: www.odocumento.com.br, 06/11/2011

2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: XAVANTE

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: BARRA DO GARCAS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Xavante em Barra do Garças.

DESCRIÇÃO: Cerca de 40 veículos que integravam a frota da Funasa e que prestavam assistência às aldeias estão apodrecendo em oficinas e no pátio da Casai em Aragarças, divisa entre MT e GO. A rede de assistência que o órgão prestava para as comunidades indígenas foi desativada, desde o processo de substituição da Funasa pela Sesai, pondo em risco a qualidade de vida dos povos da região, visto que as viaturas eram utilizadas quase que diariamente no transporte de indígenas, alimentos e, principalmente, para o socorro emergencial nas aldeias.

MEIO EMPREGADO: Falta de transporte para doentes.

FONTE: *Diário de Cuiabá/MT*, 20/08/2011

2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: MYKY

TERRA INDÍGENA: MENKU (MYKY)

MUNICÍPIO: BRASNORTE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Japuira.

DESCRIÇÃO: Falta de infraestrutura para a equipe de enfermeiros e técnicos de saúde. O atendimento está praticamente inviabilizado pela falta de apoio material.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura.

FONTE: *Cimi Regional Mato Grosso*

MATO GROSSO DO SUL – 5 Casos

2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

DESCRIÇÃO: Conforme declaração da professora Érika Kaneta Ferri, em artigo da edição de janeiro da revista acadêmica Saúde Coletiva, Dourados é a região do MS onde se registram os maiores índices de transmissão de DSTs. Essa situação está associada a vários fatores, como a proximidade das aldeias dos centros urbanos, trabalho fora das aldeias, prostituição, drogas etc.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral.

FONTE: *Folha de Dourados*, 01/02/2011

ABRIL/2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: TERENA

TERRA INDÍGENA: CACHOEIRINHA

MUNICÍPIO: MIRANDA

DESCRIÇÃO: Os indígenas reivindicam melhoria no transporte dos doentes para o hospital da cidade. A ambulância que faz o transporte está em péssimo estado e muitas vezes os doentes com medo de se arriscarem preferem pagar um táxi a utilizar o transporte da Funasa.

MEIO EMPREGADO: Falta de transporte para doentes.

FONTE: *Aquidauana News*, 09/04/2011; *Izidio Albuquerque Terena*

2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: CAARAPÓ

MUNICÍPIO: CAARAPO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Tey Kuê.

DESCRIÇÃO: Indígenas de Dourados e Caarapó, enfrentam dificuldades para conseguir medicamentos nas farmácias da reserva.



Criança do povo Urubu Kaapor, Pará

Remédios considerados simples, como xarope, antigripal, anti-inflamatórios, soro fisiológico, estão em falta. O atendimento médico também é precário no posto de saúde, onde as consultas não são realizadas no período da tarde.

MEIO EMPREGADO: Falta de medicamentos.

FONTE: *gl.globo.com/MS*, 28/10/2011

10/10/2011

VÍTIMA: Comunidade Indígena

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Bororó e Jaguapiru.

DESCRIÇÃO: Não foram aplicados os repasses passados pelo governo federal para melhoria dos postos de saúde mantidos pela Prefeitura de Dourados nas comunidades indígenas Guarani Kaiowá. A situação deste povo continua degradante. As informações são do Ministério Público Federal que realizou inspeção nos locais entre os meses de setembro e outubro. Foram encontrados lixo hospitalar nos banheiros, arquivos enferrujados, cadeiras rasgadas, portas sem maçanetas, etc. Um dos postos chegou a ser interditado pela Vigilância Sanitária por falta de limpeza. Três postos de saúde foram construídos abaixo do nível da rua e, quando chove, a enxurrada invade os prédios.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura.

FONTE: *Jornal Floripa - 10/10/2011; Procuradoria Regional do MS 11/10/2011; Fátima News*

19/04/2011

VÍTIMA: Comunidade Indígena

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Dourados.

DESCRIÇÃO: A falta de estrutura está comprometendo a saúde dos indígenas nas aldeias de Dourados. Os postos de saúde precisam de reformas urgentes, faltam materiais, equipamentos e as frotas de veículos estão sucateadas. Um veículo da imprensa flagrou veículos da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) abandonados no pátio da entidade, e também obtiveram informações de que salas nas unidades de saúde estariam interditadas por causa de infiltrações. Não há vacina nem curativos.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral.

FONTE: *Fatima News - 19.4/2011*

MINAS GERAIS – 1 Caso

20/10/2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: PATAXÓ

TERRA INDÍGENA: PATAXÓ

MUNICÍPIO: CARMESIA

DESCRIÇÃO: Uma Unidade Básica de Saúde na aldeia, em Carmésia, foi instalada por meio de um convênio com a prefeitura. Em audiência na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, na Comissão de Participação Popular, o deputado André Quintão (PT) informou que a unidade está fechada, não cumprindo o seu propósito por falta de infraestrutura básica, como esgoto, fossa e caixa d'água.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura.

FONTE: *racismoambiental*, 21/10/2011

PARÁ – 2 Casos

2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: DIVERSOS

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: MARABA

DESCRIÇÃO: O processo de transição na atenção à saúde indígena, da Funasa para Sesai, vem causando sérios problemas no atendimento aos povos que dependem do Polo Base de Marabá. A Casai, Casa de Apoio ao Índio, está em péssimas condições. Segundo relato de lideranças indígenas, o local não dispõe de técnicos de enfermagem em número adequado, nem pessoal de limpeza, o lixo está espalhado nas áreas de circulação e os próprios pacientes fazem a limpeza do local. Não há médico contratado, faltam equipamentos, veículos e verbas para deslocamentos de profissionais até as aldeias que são atendidas pelo Polo Base.

MEIO EMPREGADO: Falta de estrutura na Casa do Índio.

FONTE: *MPF/PA, Assessoria de Comunicação*, 06/09/2011

2011

VÍTIMA: Comunidades

POVO: ATIKUM, GUAJAJARA, GUARANI MBYA, SURUÍ

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: BOM JESUS DO TOCANTINS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Itahy; Sororó; Akrãti; Ororubá, Kanain; Guajajara; Nova Jacundá.

DESCRIÇÃO: As comunidades denunciam a Sesai pela piora no atendimento à saúde. Problemas antigos estão intensificados como a falta de medicamentos, construção de infraestrutura adequada, recursos para deslocamento, saneamento básico, entre outros.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral.

FONTE: *Comunidades indígenas das várias aldeias*

PERNAMBUCO – 2 Casos – 10.406 Vítimas

ABRIL DE 2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: PANKARÁ

TERRA INDÍGENA: PANKARÁ

MUNICÍPIO: CARNAUBEIRA DA PENHA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Comunidade Indígena Pankará.

DESCRIÇÃO: Devido a transição da Funasa para Sesai, terminou o contrato com motoristas responsáveis pelo transporte das emergências na área indígena. Não foi aberta licitação para recontratar novos profissionais. O resultado foi a retirada dos carros que atendem a comunidade em casos de emergência.

MEIO EMPREGADO: Falta de transporte para doentes.

FONTE: *Lideranças indígenas*

2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: PANKARARU

TERRA INDÍGENA: PANKARARU

MUNICÍPIO: PETROLANDIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Pankararu e Entre Serras.

DESCRIÇÃO: Os índios denunciam a falta de transporte emergencial e a má vontade dos motoristas em executar o serviço.

MEIO EMPREGADO: Falta de transporte para doentes.

FONTE: *Lideranças indígenas*

RIO GRANDE DO SUL – 2 Casos – 1 Vítima**08/08/2011****VÍTIMA:** Comunidades**POVO:** GUARANI, KAINGANG**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS**MUNICÍPIO:** PORTO ALEGRE**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Várias aldeias no RS.

DESCRIÇÃO: Os indígenas bloquearam sete estradas estaduais que cortam os territórios tradicionais para reivindicar melhores condições na área da saúde, luta essa que está sendo travada há cerca de 10 anos. Solicitam a criação de uma DSEI-Distrito Sanitário Especial Indígena específico para o estado. No RS vivem aproximadamente 40 mil indígenas atendidos por um único DSEI referente às regiões Sul e Sudeste do País, cuja estrutura não suporta a demanda. Conforme as lideranças indígenas, os problemas já começam com a falta de saneamento, péssima qualidade da água e a inexistência de casas de saúde e atendimento especial aos indígenas, conforme exige a Constituição Federal.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico.**FONTE:** 6a. Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias, 09/08/2011**JUNHO/2011****VÍTIMA:** Suzana Benites**POVO:** GUARANI MBYA**TERRA INDÍGENA:** ACAMPAMENTO**MUNICÍPIO:** SANTA MARIA**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Arenal.

DESCRIÇÃO: A indígena estava grávida e teve parto prematuro. Foi internada em estado grave e foi diagnosticada com pneumonia. Ela é mãe de Rodrigo Martins que morreu dois dias após o nascimento. A comunidade vive em condições precárias à beira da BR-392, abrigando-se em barracos de lona, expostos ao descaso das autoridades do município de Santa Maria, inclusive da Funai.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico.**FONTE:** Equipe Cimi Porto Alegre, Relatório de Atividades, junho e julho de 2011**RONDÔNIA – 4 Casos – 56 Vítimas****SETEMBRO/2011****VÍTIMA:** Indígenas na cidade**POVO:** PAUMARI**MUNICÍPIO:** PORTO VELHO**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Crispim.

DESCRIÇÃO: Indígenas residentes em Rondônia reclamam que não recebem atendimento de saúde e assistência social por serem de Lábrea e estarem vivendo fora da aldeia. No bairro onde moram alugam pequenos cômodos onde residem oito famílias. A Casai de Porto Velho se recusa a atendê-los sem o encaminhamento da Casai de Lábrea/AM, além da ausência de assistência por parte da Funai. Por outro lado, relatam que têm muitas dificuldades para serem atendidos pela rede pública de saúde.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico.**FONTE:** Ministério Público/RO- Assessoria de comunicação, 05/09/2011**02/05/2011****VÍTIMA:** Comunidades**POVO:** DIVERSOS**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS**MUNICÍPIO:** PORTO VELHO

DESCRIÇÃO: Cerca de 120 indígenas representantes de etnias de Rondônia, sul do Amazonas e nordeste de Mato Grosso

ocuparam a sede da Funasa em Porto Velho. O coordenador da Opiam-Organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira, Joab Muram, declarou que não há atendimento médico, medicamentos e nem transporte de ambulância em casos de emergência. Os indígenas solicitam a regularização dos contratos para assistência à saúde. A assessoria de imprensa da Funasa em Brasília confirmou a ocupação, mas informou que o órgão não é mais responsável pela saúde indígena, que passa a ser responsabilidade da Sesai.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico.**FONTE:** Rondônia ao Vivo, 02/05/2011**2011****VÍTIMA:** Indígenas na cidade**POVO:** KAXINAWÁ, PAUMARI**MUNICÍPIO:** PORTO VELHO**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Indígenas na cidade.

DESCRIÇÃO: O órgão responsável pela saúde indígena, SESAI, nega serviço de atendimento à saúde aos indígenas que vivem na cidade. O caso foi denunciado e a Procuradora da República do MPF/Porto Velho cobrou mais de uma vez esse atendimento.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico.**FONTE:** Cimi Regional/RO, equipe da sede em Porto Velho**2011****VÍTIMA:** Mai Arowá**POVO:** SALAMÃI**TERRA INDÍGENA:** SAGARANA**MUNICÍPIO:** GUAJARA-MIRIM

DESCRIÇÃO: A indígena, portadora de necessidades especiais, foi submetida a uma cirurgia de colostomia em agosto de 2009 e a cirurgia para ligação do intestino foi marcada para dali a seis meses. A paciente realizou várias viagens da aldeia até a Casai de Guajará-Mirim e deste município até Porto Velho sem conseguir realizar consultas e exames. Até o presente, a cirurgia não foi realizada, aumentando os momentos de constrangimento, por motivo de falta de bolsas plásticas que atendam à sua necessidade.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico.**FONTE:** Cimi Regional/RO, equipe Guajará-Mirim**RORAIMA – 4 Casos – 1 Vítima****2011****VÍTIMA:** Comunidade**POVO:** YANOMAMI**TERRA INDÍGENA:** YANOMAMI**MUNICÍPIO:** SANTA ISABEL DO RIO NEGRO**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Ixima.

DESCRIÇÃO: Os Yanomami reclamam da falta de atendimento médico e de falhas na distribuição de medicamentos. Segundo Carlito Yanomami, a última vez que os indígenas da aldeia receberam visita de um médico foi em dezembro/2010. Além dos casos graves de malária, o problema da falta de água potável está causando doenças nas crianças.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral.**FONTE:** 6a. Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias, 08/07/2011**2011****VÍTIMA:** Comunidade**POVO:** YANOMAMI**TERRA INDÍGENA:** YANOMAMI**MUNICÍPIO:** ALTO ALEGRE**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Várias comunidades.

DESCRIÇÃO: A presença de garimpeiros em área indígena está causando aumento nos problemas de saúde nas comunidades. Segundo Dario Kopenawa, de 2002 até o presente existem mais de 3 mil garimpeiros dentro da terra indígena. A água está contaminada pelo mercúrio utilizado na extração dos minérios. Há um grande aumento de casos de doenças como malária e diarreia. Além disso, conforme destaca a liderança indígena, não há remédios nem vacinas, os postos de saúde estão velhos, precisando de reforma e os técnicos trabalham sem as mínimas condições para o atendimento aos doentes.

MEIO EMPREGADO: Água contaminada.

FONTE: Folha de Boa Vista, RR, 17/06/2011

2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: DIVERSOS

TERRA INDÍGENA: RAPOSA SERRA DO SOL

MUNICÍPIO: UIRAMUTA

DESCRIÇÃO: Há um surto de beribéri nas comunidades indígenas do município de Uiramutã. Além da falta de vitamina B1, importante para fortalecer o organismo e evitar a doença, os pacientes apresentavam a falta de outras vitaminas e alto índice parasitário. Conforme declarou a médica que atua na região, o problema foi ocasionado em especial pelas péssimas condições de saneamento básico e saúde como um todo.

MEIO EMPREGADO: Falta de estrutura sanitária.

FONTE: Folha de Boa Vista/RR, 05/12/2011

FEVEREIRO/2011

VÍTIMA: Nivalda Paulino

POVO: MAKUXI

TERRA INDÍGENA: RAPOSA SERRA DO SOL

MUNICÍPIO: BOA VISTA

Foto: Gil de Catreu/Cimi Rondônia



Indígenas Pakaa Nova, Rondônia

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Olho d'Água-Região das Serras.

DESCRIÇÃO: Após o parto, a indígena foi diagnosticada com mioma no útero. Depois de três internações seu quadro piorou mas mesmo assim foi liberada pela maternidade, com a alegação de que o hospital não tinha pessoal suficiente para realizar a cirurgia.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento emergencial.

FONTE: Cimi Regional Norte I; Jornal Monte Roraima, 2/2/2011

SANTA CATARINA – 1 Caso

2011

VÍTIMA: Comunidades

POVO: GUARANI, KAINGANG, XOKLENG

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: FLORIANOPOLIS

DESCRIÇÃO: Indígenas Kaingang, Guarani e Xokleng de diversas aldeias de SC fecharam a BR 101 Km 190, para chamar atenção da sociedade sobre as irregularidades do edital 001/2011 para a contratação de ONGs que prestariam serviços à saúde indígena. A Sesai teria credenciado apenas uma instituição para atender toda população. Com isso manteve de fora as 20 ONGs que já estariam dando atendimento às comunidades. O convênio com a SPDM que ganhou a licitação ainda não dispõe de técnicos para atender as aldeias. Os índios alegam que não foram consultados sobre estas mudanças. Depois do fechamento da rodovia, os indígenas ocuparam o prédio da sede do Distrito Sanitário Indígena.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico.

FONTE: Cimi - Regional Sul, 13/9/2011 e Diário Catarinense, 13/9/2011

TOCANTINS – 2 Casos

2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: DIVERSOS

TERRA INDÍGENA: PANKARARU

MUNICÍPIO: GURUPI

DESCRIÇÃO: Segundo o cacique Genildo Pankararú, a Casai (Casa de Saúde Indígena) está funcionando de forma precária e os índios que necessitam de atendimento estão pedindo socorro. O atendimento à saúde indígena está passando por um processo de transição da Funasa para a Sesai o que está provocando várias irregularidades. Empresas que cuidam da alimentação e da limpeza não estão recebendo salários atrasados, o que ocasiona uma série de problemas. Não há alimentação, material de higiene, limpeza, remédios, consultas e exames não estão disponíveis pelo SUS.

MEIO EMPREGADO: Falta de estrutura na Casa do Índio.

FONTE: 6A.Câmara de Coordenação e Revisão, Índios e Minorias

05/05/2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: KARAJÁ, KRAHÔ

TERRA INDÍGENA: XAMBIOÁ

MUNICÍPIO: SANTA FE DO ARAGUAIA

DESCRIÇÃO: Estudantes da comunidade receberam cestas básicas e logo após o consumo muitas adoeceram. Verificou-se que a data de validade estava vencida e que as mesmas cestas iriam ser enviadas para o povo Krahô.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral.

FONTE: Adriano Gomes Karajá e Maria da Flor Krahô; Cimi Regional GO/TO

Morte por desassistência à saúde

A morte pode ser a consequência final da desassistência à saúde. São mortes, em geral, evitáveis, caso existissem políticas eficazes de atendimento à saúde, infraestrutura adequada nas comunidades e pessoas bem preparadas para o trabalho médico voltado para a população indígena.

Em 2011 foram registrados 15 casos de morte por desassistência à saúde, com 44 vítimas, superando as mortes ocorridas em 2010, que foram 25. Os casos referem-se aos estados do Acre (2 vítimas), Amazonas (14), Bahia (1), Mato Grosso (1), Pará (1), Roraima (23) e Tocantins (2).

Os dados coletados pelo Cimi no ano de 2011 são parciais. No entanto, informações que chegam das diferentes regiões do país dão conta de que a mortalidade por desassistência é muito maior do que os dados apresentados. Há casos, como numa aldeia Yanomami, em Roraima, com uma população de 210 habitantes, em que 23 pessoas

morreram em consequência da malária. Os Yanomami, através de Dário Kopenawa, denunciam que a área está sendo invadida por garimpeiros e que estes são os portadores das doenças. O mosquito pica o garimpeiro doente e depois transmite a doença aos Yanomami, e muitos acabam adoecendo e morrem sem assistência.

Situações igualmente graves são verificadas na região do Rio Purus e Juruá, nos estados do Amazonas e Acre, onde as comunidades denunciam o abandono a que estão submetidos e a incidência de doenças infecciosas que tem levado a população a adoecer e a morrer muito rapidamente. Também são muito graves as realidades dos povos que vivem no Vale do Javari, Amazonas. Lá existem povos que têm população reduzida sofrendo risco de extinção, em função de doenças como: hepatite B, tuberculose, pneumonia, malária, entre outras.

Foto: Madalena Borges/Cimi Maranhão



Posto de saúde em situação precária, no Maranhão

MORTE POR DESASSISTÊNCIA À SAÚDE

15 Casos – 44 Vítimas

ACRE – 1 Caso – 2 Vítimas

2011

VÍTIMA: s/d

POVO: ASHANINKA

TERRA INDÍGENA: KAMPA E ISOLADOS DO RIO ENVIRA

MUNICÍPIO: FEIJO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Rio Bonito.

DESCRIÇÃO: Cerca de 12 indígenas estavam sofrendo com problemas de vômito, febre e diarreia. Dois pacientes foram levados pelos parentes em barco a remo para tratamento mas visto o longo período de viagem, 12 dias, não resistiram. Há dois anos que a equipe médica multidisciplinar não comparece nas aldeias dos altos Rios.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico.

FONTE: Cimi Regional A/O, equipe Rio Branco

AMAZONAS – 8 Casos – 14 Vítimas

MAIO/2011

VÍTIMA: Mulher

POVO: APURINÃ

TERRA INDÍGENA: DENI

MUNICÍPIO: LABREA

DESCRIÇÃO: A indígena viajou sete dias de Lábrea a Manaus, em busca de atendimento, mas não resistiu. A falta de atendimento médico, de medicamentos e de transporte são os principais problemas que atingem as populações do Médio Purus.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico.

FONTE: Nacional-Repórter Nacional, 09/06/2011

05/07/2011

VÍTIMA: Adolescente

POVO: YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

MUNICÍPIO: SANTA ISABEL DO RIO NEGRO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Pukimera.

DESCRIÇÃO: Os indígenas informaram que tem aumentado o número de casos de malária nas aldeias da região onde ocorreu a morte da menina. Segundo eles, a saúde da mulher e da criança está abandonada. Conforme declarou um dos familiares, no período de transição da Funasa para a Sesai estão ocorrendo muitas falhas. Sem prevenção as pessoas ficam doentes e acabam morrendo.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico.

FONTE: 6a.Câmara de Coordenação e Revisão Índios e minorias, 08/07/2011

24/10/2011

VÍTIMA: Regiane Rodrigues Duarte

POVO: MARUBO

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI

MUNICÍPIO: ATALAIA DO NORTE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Vale do Javari.

DESCRIÇÃO: Os servidores da saúde, com os salários atrasados por quatro meses, paralisaram suas atividades na área, ficando a comunidade totalmente desassistida de microscopista. Houve atraso no diagnóstico de malária da paciente e ela debilitada por ser portadora do vírus da hepatite B, não resistiu ao tratamento da malária vindo a falecer.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico.

FONTE: Cimi Regional Norte I - equipe Vale do Javari, novembro/2011

05/08/2011

VÍTIMA: Luíza Rodrigues Marubo

POVO: MARUBO

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI

MUNICÍPIO: ATALAIA DO NORTE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Maronal.

DESCRIÇÃO: A paciente estava em estado grave e sem condições de suportar uma remoção. Foi solicitada a presença de um profissional de saúde para realizar o atendimento em área, o que não ocorreu. A vítima não resistiu a complicações respiratórias e faleceu.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico.

FONTE: Familiares da vítima - sobrinhos

2011

VÍTIMA: 06 crianças, Ancião

POVO: DENI

TERRA INDÍGENA: DENI

MUNICÍPIO: TAPAUA

DESCRIÇÃO: Lideranças indígenas denunciam descaso pela falta de profissionais de saúde, medicamentos e transporte adequado para locomoção dos doentes. Esta situação vem ocorrendo desde 2008 com agravamento no ano de 2011, onde sete pessoas morreram por falta de assistência médica nas aldeias Cidadezinha, Viagem e Samaúma. Dentre elas seis crianças e um idoso de 71 anos. A causa das mortes são gripe forte, diarreia, febres, tuberculose, infecção urinária.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico.

18/02/2011

VÍTIMA: N. M.

POVO: MAYORUNA

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Soles.

DESCRIÇÃO: A indígena foi vítima de hepatite viral crônica.

FONTE: DSEI Vale do Javari

20/03/2011

VÍTIMA: Ana Noeva Mayoruna

POVO: MAYORUNA

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Cruzeirinho.

DESCRIÇÃO: A indígena foi vítima de cirrose hepática terminal, hemorragia digestiva alta e hepatite viral crônica.

FONTE: DSEI Vale do Javari

11/01/2011

VÍTIMA: Carlito Tururo

POVO: KANAMARI

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia São Luis.

DESCRIÇÃO: O indígena foi vítima de insuficiência hepática, cirrose hepática e HB.

FONTE: DSEI Vale do Javari

BAHIA – 1 Caso – 1 Vítima

DEZEMBRO/2011

VÍTIMA: Ezequias dos Santos

POVO: PATAXÓ

TERRA INDÍGENA: PATAXÓ

MUNICÍPIO: PRADO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Água Bela.

DESCRIÇÃO: O adolescente sofreu um acidente e lesionou o nervo ciático de uma das pernas que ficou muito inflamada. Foi encaminhado ao hospital local onde foi medicado. Como as dores persistissem foi enviado um fax para o hospital de Teixeira de Freitas solicitando atendimento urgente. O indígena chegou ao hospital junto com familiares mas houve excessiva demora burocrática e o jovem não resistiu.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento emergencial.

FONTE: portaldooextremosul.com., 20/12/2011

MATO GROSSO – 1 Casos – 1 Vítima

JANEIRO/2011

VÍTIMA: Mulher

POVO: XAVANTE

TERRA INDÍGENA: PARABUBURE

MUNICÍPIO: CAMPINAPOLIS

DESCRIÇÃO: Houve demora no encaminhamento da indígena para o hospital de Barra do Garças. O bebê já estava morto e ela não resistiu às complicações pós-parto. Segundo liderança Xavante Antonio Tseredzao, nesse processo de transição da Funasa para a Sesai eles se sentem abandonados nas aldeias. Não há transporte embora seis viaturas estão paradas no pátio da Funasa.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico.

Foto: Egon Heck/Cimi



Comunidade Guarani-Kaiowá reivindica melhorias na saúde

FONTE: O Estado de S.Paulo, 08/01/2011

PARÁ – 1 Caso – 1 Vítima

2011

VÍTIMA: Lucilene Silva Alves

POVO: TEMBÉ

TERRA INDÍGENA: TEMBÉ

MUNICÍPIO: SANTA MARIA DO PARA

DESCRIÇÃO: A vítima apresentou complicações pós-parto e foi encaminhada para o hospital onde permaneceu três dias em observação sem atendimento médico, vindo a falecer.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico.

FONTE: Cimi Regional Norte-2; Indígenas

RORAIMA – 1 Caso – 23 Vítimas

JANEIRO/2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

MUNICÍPIO: BOA VISTA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia localizada na fronteira com a Venezuela.

DESCRIÇÃO: Um dos maiores problemas do garimpo na terra Yanomami é a transmissão de doenças, trazidas pelos garimpeiros. No início do ano, a médica Rosimary Queirós constatou a morte de 19 Yanomami por malária. Segundo ela não há dúvida de que o mosquito da malária picou garimpeiros doentes e contaminou os índios. Após a chegada de socorro morreram mais 4 indígenas, chegando a um total de 23 mortes de uma vez. Esse número corresponde a mais de 10% dessa comunidade que conta com 210 pessoas.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico.

FONTE: Globo Natureza

TOCANTINS – 2 Casos – 2 Vítimas

24/09/2011

VÍTIMA: Josefa Krahô

POVO: KRAHÔ

TERRA INDÍGENA: KRAHOLÂNDIA

MUNICÍPIO: ITACAJA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Morro do Boi.

DESCRIÇÃO: A indígena sentiu fortes dores no tórax e foi encaminhada ao polo base do município. A enfermeira disse que não havia médico e a mandou de volta para a aldeia. Os sintomas pioraram e o indígena faleceu.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico.

FONTE: Familiar da vítima - Cimi Regional GO/TO

2011

VÍTIMA: Julivanda Wake Calisto

POVO: XERENTE

TERRA INDÍGENA: XERENTE

MUNICÍPIO: TOCANTINIA

DESCRIÇÃO: A vítima não teve acompanhamento médico durante a gravidez. Quando entrou em trabalho de parto, não havia transporte, apesar de terem ligado várias vezes solicitando o transporte da grávida. O parto foi feito na aldeia mas houve complicações e a adolescente não resistiu.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento emergencial.

FONTE: Família da vítima e Cimi Regional TO/GO

Mortalidade na infância

Em 2011 subiu o número de crianças menores de 5 anos, mortas por causas facilmente tratáveis. Tivemos 126 vítimas. Enquanto em 2010, morreram 92 crianças. Tivemos casos registrados nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Continua em destaque a situação desesperadora do povo Xavante (MT). Apesar de todas as denúncias feitas em 2010, quando foram registrados 60 óbitos de crianças Xavante, o quadro só se agravou. Em 2011, foram registradas 89 mortes de crianças, dentre as quais 56 menores de 1 ano e 33 mortes de crianças com idade entre 1 e 4 anos.

Segundo os próprios indígenas, a situação precária a que estão submetidos foi agravada com o processo de transição da Funasa (Fundação Nacional de Saúde) para a Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena).

Chama também a atenção, a situação enfrentada pelo povo Kaxinawá, do estado do Acre, onde foram registradas pelo menos 10 mortes de crianças na terra indígena Alto Rio Purus. Também no Vale do Javari, Amazonas, os índices de mortalidade infantil são alarmantes, somente em 2011 foram registrados 11 óbitos. Essa realidade, somada aos adultos que estão acometidos por doenças, aponta para que em poucos anos ocorra a extinção de povos indígenas no Vale do Javari.

MORTALIDADE INFANTIL

16 Casos – 126 Vítimas

ACRE – 1 Caso – 10 Vítimas

DEZEMBRO/2011

VÍTIMA: Crianças

POVO: KAXINAWÁ, KULINA

TERRA INDÍGENA: ALTO RIO PURUS

MUNICÍPIO: SANTA ROSA DO PURUS

DESCRIÇÃO: Casos de mortalidade infantil com febre alta, diarreia aguda, vômitos, ocorreram em 20 das 46 aldeias na região de Santa Rosa do Purus onde há 3 mil índios. A maioria das crianças tinha menos de um ano de vida. Há suspeita de que o problema seja causado por rotavirus, doença transmitida por contato de pessoa a pessoa por meio de água, alimentos e objetos contaminados.

MEIO EMPREGADO: Água contaminada.

FONTE: Agência Brasil, 19/01/2012;

AMAPA – 1 Casos – 7 Vítimas

2011

VÍTIMA: 07 recém-nascidos

POVO: WAIAMPI

TERRA INDÍGENA: WAIÁPI DO ALTO AMAPARI

MUNICÍPIO: PEDRA BRANCA DO AMAPARI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Manilha.

DESCRIÇÃO: Uma equipe de investigadores, composta de agentes da Polícia Federal, procuradores do MPF e funcionários da Funai foi formada para averiguar a situação dos 14 mil índios do estado do Amapá. Não encontraram apenas “falta de atendimento médico”. Encontraram uma tragédia. No cemitério da aldeia Manilha, no município de Pedra Branca do Amapari, sete recém-nascidos Waiampi haviam sido enterrados antes da chegada dos investigadores. Os bebês morreram sem receber qualquer assistência médica.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico.

FONTE: Revista Época, 14/05/2011

AMAZONAS – 5 Casos – 11 Vítimas

MAIO/2011

VÍTIMA: Crianças

POVO: DENI

TERRA INDÍGENA: DENI

MUNICÍPIO: LABREA

DESCRIÇÃO: A morte das crianças resulta da falta de atendimento médico, de medicamentos e de transporte, problemas que, segundo a Focimp, Federação das Organizações Indígenas do médio Purus, atingem a população indígena na região.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico.

FONTE: Nacional-Repórter Nacional, 09/06/2011

DEZEMBRO/2011

VÍTIMA: Crianças

POVO: KANAMARI, KULINA

TERRA INDÍGENA: KANAMARI DO RIO JURUÁ

MUNICÍPIO: EIRUNEPE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Novo Repouso, Nova Família, Morada Nova, Nova Fronteira, Canamari.

DESCRIÇÃO: As crianças morreram entre dezembro/2011 e janeiro/2012 como consequência de um surto de doença diarreica aguda que atingiu as aldeias indígenas. O Ministério da Saúde confirmou que investiga um surto dessa doença em crianças menores de dois anos. Conforme informações da SESAI, o atendimento à saúde na região, de difícil acesso, é feita pelo DSEI Médio rio Solimões e afluentes.

MEIO EMPREGADO: Desidratação.

FONTE: acritica.com, 30/01/2012

25/03/2011

VÍTIMA: C.K.

POVO: KANAMARI

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Remancinho.

DESCRIÇÃO: A criança, de 10 meses e 1 dia, foi vítima de diarreia aguda, febre, vômito e desnutrição.

FONTE: DSEI Vale do Javari

07/03/2011

VÍTIMA: M. N. C.

POVO: MARUBO

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Pentiaquinho.

DESCRIÇÃO: A criança, de 10 meses e 2 dias, foi vítima de pneumonia grave.

FONTE: DSEI Vale do Javari

20/04/2011

VÍTIMA: C. D. V.

POVO: MARUBO

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Maronal.

DESCRIÇÃO: A criança, de 1 ano e 5 meses, foi vítima de choque séptico e pneumonia.

FONTE: DSEI Vale do Javari

MATO GROSSO – 1 Caso – 89 Vítimas

2011

VÍTIMA: Crianças

POVO: XAVANTE

TERRA INDÍGENA: PARABUBURE

MUNICÍPIO: CAMPINAPOLIS

DESCRIÇÃO: Conforme informações prestadas pela Assessoria de Imprensa da Secretaria Nacional de Saúde Indígena (Sesai), ocorreram 56 mortes de crianças menores de um ano e 33 mortes entre um e quatro anos, no ano de 2011, totalizando 89 mortes. As crianças já chegavam desnutridas ao hospital e morreram de diarreia e pneumonia. A situação precária pela qual passam os índios foi agravada com o processo de transição da Funasa para Sesai. Conforme declaração de um dos indígenas, eles estão abandonados nesse processo de transição e sem nenhuma estrutura de atendimento. Os índios estão adoecendo e não têm transporte pois as viaturas estão paradas no pátio da Funasa em Barra do Garças. O governador do Mato Grosso homologou decreto que declarou estado de emergência na saúde da Campinópolis devido à frequência anormal



Foto: Arquivo Cimi

Conforme a própria Sesai, na terra indígena Parabubure, do povo Xavante, 89 crianças foram vítimas de mortalidade infantil

de casos de desnutrição e mortes de crianças indígenas oriundas das aldeias do município.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico.

FONTE: *O Estado de S.Paulo*, 8 e 13/01/2011; Assessoria Imprensa da SESAI

RIO GRANDE DO SUL – 2 Casos – 2 Vítimas

13/JUNHO/2011

VÍTIMA: Rodrigo Martins

POVO: GUARANI MBYA

TERRA INDÍGENA: ACAMPAMENTO

MUNICÍPIO: SANTA MARIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Arenal.

DESCRIÇÃO: O recém-nascido nasceu prematuro e viveu apenas dois dias. Sua mãe estava com pneumonia e também veio a falecer após o parto. A comunidade vive à beira de uma rodovia, em barracos de lona, na terra Arenal, localizada no barranco da BR-392. Os órgãos de assistência, Funai, Sesai e a Prefeitura de Santa Maria não prestaram assistência à comunidade.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico.

FONTE: *Equipe Cimi Porto Alegre - Relatório de Atividade, junho e julho de 2011*

13/07/2011

VÍTIMA: Amilta

POVO: GUARANI MBYA

TERRA INDÍGENA: CAPIVARI

MUNICÍPIO: CAPIVARI

DESCRIÇÃO: A criança faleceu devido a uma pneumonia. A comunidade vive acampada à beira da RS-040, Km 60 sem água potável e saneamento básico. Raramente recebem visitas da Sesai, que alega falta de recursos e de combustível para atender a comunidade.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico.

FONTE: *Cimi - Equipe Porto Alegre*

RONDÔNIA – 1 Caso – 1 Vítima

2011

VÍTIMA: Criança

POVO: CANOÉ

TERRA INDÍGENA: SAGARANA

MUNICÍPIO: GUAJARA-MIRIM

DESCRIÇÃO: A criança apresentou diarreia e vômitos e a mãe procurou o posto da aldeia que não tinha medicação. No dia seguinte a criança foi encaminhada para Guajará-Mirim porém não resistiu. Na localidade não há água potável nem saneamento e muitas crianças apresentaram o mesmo quadro.

MEIO EMPREGADO: Falta de água potável.

FONTE: *Cimi Regional/RO, equipe de Guajará-Mirim*

RORAIMA – 2 Casos – 3 Vítimas

8/01/2011

VÍTIMA: Criança

POVO: WAPIXANA

TERRA INDÍGENA: ARAPUÁ

MUNICÍPIO: ALTO ALEGRE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Arapuá.

DESCRIÇÃO: A criança estava com pneumonia e não havia transporte para levá-la ao hospital, para que recebesse o tratamento, e ela não resistiu.

MEIO EMPREGADO: Falta de transporte para doentes.

FONTE: *Maria Natalia B.Silva - Cimi Norte-1 (RR)*

ABRIL/2011

VÍTIMA: Criança

POVO: WAPIXANA

TERRA INDÍGENA: ARAPUÁ

MUNICÍPIO: ALTO ALEGRE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Região de Taiano.

DESCRIÇÃO: As crianças receberam atendimento médico na Casai, mas a doença já estava muito avançada. Faltam informações sobre essa doença - agravamento de Calazar (Leishmaniose visceral, causada por protozoários) - na comunidade.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico.

FONTE: *Pastoral Indigenista de Roraima/Equipe do Taiano*

TOCANTINS – 3 Casos – 3 Vítimas

23/01/2011

VÍTIMA: Recem-nascido

POVO: XERENTE

TERRA INDÍGENA: XERENTE

MUNICÍPIO: TOCANTINIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Miracema.

DESCRIÇÃO: A indígena Jucilene Waiktadi, mãe do recém-nascido, não teve acompanhamento pré-natal. Dirigiu-se ao hospital de Miracema e diagnosticaram Eclampsia (pressão alta antes do parto). O médico se recusou a atender alegando que a Funasa encaminhava os pacientes já à beira da morte. A indígena foi diretamente para o hospital de Palmas mas logo após o parto a criança não resistiu.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento emergencial.

FONTE: *Família da vítima e Cimi Regional GO/TO*

18/02/2011

VÍTIMA: Jeomar Xerente

POVO: XERENTE

TERRA INDÍGENA: XERENTE

MUNICÍPIO: TOCANTINIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Miracema.

DESCRIÇÃO: A criança chegou a ser internada no hospital de Miracema por uns três dias quando retornou à aldeia. Continuou com os mesmos sintomas, diarreia, vômito, fraqueza, febre. Acionaram os servidores que trabalham no polo base, mas demoraram a chegar. A criança não resistiu.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento emergencial.

FONTE: *Família da vítima e Regional GO/TO*

2011

VÍTIMA: Walisom Komkro Xerente

POVO: XERENTE

TERRA INDÍGENA: XERENTE

MUNICÍPIO: TOCANTINIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Miracema.

DESCRIÇÃO: A criança ficou internada nove dias e recebeu alta sem estar curada. Voltaram para o hospital de Miracema, porém com o agravamento do estado de saúde a criança foi encaminhada para o hospital infantil em Palmas mas não resistiu.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento emergencial.

FONTE: *Família da vítima e Cimi Regional GO/TO*

Disseminação de bebida alcoólica e outras drogas

Foram registrados 8 casos de disseminação de bebida alcoólica e outras drogas em comunidades indígenas, em 2011. Foram relatados casos nos estados da Acre, Goiás, Maranhão, Pará, Roraima e Tocantins.

A venda de bebidas alcoólicas para indígenas, dentro ou fora de terras indígenas, é proibida. Mesmo assim, a disseminação de álcool é um problema para várias comunidades. Destaque para o estado de Roraima, que teve o registro de 3 casos, 2 na terra indígena Raposa Serra do Sol e 1 caso na terra indígena Yanomami.

Também é preocupante a entrada de drogas nas comunidades indígenas. Uma criança indígena do povo Apurinã,

do estado do Acre, foi vítima de overdose de oxi, produto derivado da cocaína.

O consumo de bebida alcoólica tem aumentado nas áreas indígenas, em consequência de uma variada gama de fatores: falta de terra para as comunidades; falta de política de assistência preventiva em saúde; falta de profissionais que orientem e capacitem as lideranças das comunidades, acerca dos efeitos e problemas que o uso de álcool acarreta; a realidade de abandono a que os povos estão submetidos em função de uma política indigenista que desrespeita as diferenças étnicas, culturais, os saberes e os direitos dos povos indígenas.



Mesmo sendo proibida, a disseminação de bebida alcoólica continua ocorrendo em comunidades indígenas

DISSEMINAÇÃO DE BEBIDA ALCOÓLICA E OUTRAS DROGAS

8 Casos – 3 Vítimas

ACRE – 2 Casos – 2 Vítimas

25/02/2011

VÍTIMA: Adolescente

POVO: KULINA

TERRA INDÍGENA: KULINA DO MÉDIO JURUÁ

MUNICÍPIO: SANTA ROSA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Santa Júlia.

DESCRIÇÃO: A adolescente, acompanhada dos avós, foi encontrada embriagada na antiga feira livre de Sena Madureira. Embora seja proibida por lei a venda de bebida alcoólica para os indígenas, os comerciantes continuam vendendo.

MEIO EMPREGADO: Consumo de bebida alcoólica.

FONTE: Agência Continet, 25/02/2011

2011

VÍTIMA: Criança

POVO: APURINÃ

TERRA INDÍGENA: SERUINI MARIENÊ

MUNICÍPIO: PAUINI

DESCRIÇÃO: A criança, desnutrida e com a intervenção do Conselho Tutela de Rio Branco, foi hospitalizada com overdose de oxi, produto da cocaína. Conforme declarações da índia Sanipa que vive em Pauini, o uso de drogas está ligado diretamente do consumo de álcool, e a cachaça tem sido trocada por álcool etílico. Os indígenas da região plantam maconha para consumir e trocar por óleo, açúcar, sabão.

MEIO EMPREGADO: Consumo de bebida alcoólica e drogas.

FONTE: O Globo, 20/04/2011

GOIÁS – 1 Caso**2011****VÍTIMA:** Comunidade**POVO:** TAPUIA**TERRA INDÍGENA:** CARRETÃO I**MUNICÍPIO:** RUBIATABA

DESCRIÇÃO: A falta de fiscalização na venda de bebida alcoólica para os indígenas vem trazendo graves transtornos, provocando o aumento de brigas e conflitos na comunidade e causando dependência principalmente entre os jovens.

MEIO EMPREGADO: Consumo de bebida alcoólica.**FONTE:** Eunice Rocha Tapuia, na Comissão Dir.Humanos em Brasília; Cimi Regional GO/TO**MARANHÃO – 1 Caso – 1 Vítima****2011****VÍTIMA:** Kiriba Guajajara**POVO:** GUAJAJARA**TERRA INDÍGENA:** ARARIBÓIA**MUNICÍPIO:** AMARANTE**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Juçaral.

DESCRIÇÃO: Há uma grande movimentação de traficantes de drogas nas proximidades da terra indígena. Os traficantes visam o aliciamento de indígenas. Lideranças têm medo de denunciar os fatos em função de possíveis represálias. Não há ação da polícia a respeito.

MEIO EMPREGADO: Transporte de drogas e falta de fiscalização.**FONTE:** Cimi Regional/MA, equipe Imperatriz, dezembro 2011**PARÁ – 1 Caso****2011****VÍTIMA:** Comunidades**POVO:** TEMBÉ**TERRA INDÍGENA:** ALTO RIO GUAMÁ**MUNICÍPIO:** PARAGOMINAS**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** 11 aldeias.

DESCRIÇÃO: Ao longo do rio Gurupi, as aldeias vivem acudadas em terras que, pela lei, deveriam ser protegidas. Cerca de 50% da terra indígena já foram invadidas por traficantes, desmatadores ou fazendeiros e ultimamente garimpeiros. Uma das consequências é o consumo e tráfico de drogas que estão atingindo as comunidades, que são ameaçadas pelos traficantes.

MEIO EMPREGADO: Consumo de bebida alcoólica e drogas.**FONTE:** 6a.Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias, 06/09/2011**RORAIMA – 2 Casos****2011****VÍTIMA:** Comunidade**POVO:** MAKUXI**TERRA INDÍGENA:** RAPOSA SERRA DO SOL**MUNICÍPIO:** PACARAIMA**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Barro.

DESCRIÇÃO: Há aumento do consumo de bebida alcoólica dentro da terra indígena, o que tem provocado graves conflitos internos, cujas principais vítimas são mulheres e crianças. Também há consumo de bebida alcoólica entre os estudantes. A comunidade alega falta de políticas públicas voltadas para os jovens.

MEIO EMPREGADO: Consumo de bebida alcoólica.**FONTE:** CIR-Conselho Indígena de Roraima, 2011**2011****VÍTIMA:** Comunidade**POVO:** YANOMAMI**TERRA INDÍGENA:** YANOMAMI**MUNICÍPIO:** CARACARAI**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Região de Ajarani.

DESCRIÇÃO: Os indígenas que comercializam seus produtos na cidade recebem valores irrisórios dos comerciantes. Além disso gastam o pouco que recebem em bebidas alcoólicas. Como consequência tornam-se violentos e são agredidos verbalmente e expulsos dos locais onde há bebida para vender. Na cidade de Caracarái não há posto da Funai ou representante desse órgão. Há falta de fiscalização na venda de bebidas para os indígenas embora essa venda seja proibida.

MEIO EMPREGADO: Consumo de bebida alcoólica e falta fiscalização.**FONTE:** Pastoral Indigenista de Roraima-Equipe itinerante**TOCANTINS – 1 Caso****2011****VÍTIMA:** Comunidade**POVO:** KARAJÁ**TERRA INDÍGENA:** KARAJÁ SANTANA DO ARAGUAIA**MUNICÍPIO:** SAO FELIX DO ARAGUAIA

DESCRIÇÃO: Apesar da criação de normas para coibir o consumo de álcool e drogas nas aldeias Karajá, as mortes decorrentes da dependência química continuam ocorrendo. As medidas foram estabelecidas durante seminário promovido em outubro de 2010 pelo Ministério Público de Tocantins em S. Felix do Araguaia. O alto índice de consumo de álcool favorece a violência. Segundo a indígena Deboréa Karajá as normas não estão sendo colocadas em prática e os indígenas estão precisando de ajuda.

MEIO EMPREGADO: Consumo de bebida alcoólica e falta fiscalização.**FONTE:** 24horas News, 18/07/2011

Desassistência na área de educação escolar indígena

Mais do que duplicaram os casos de desassistência na área de educação escolar indígena em 2011. Foram registrados 37 casos. Em 2010, foram 16 os casos. Tivemos ocorrências nos estados do Acre, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Pernambuco, Rondônia, Roraima e São Paulo.

O aumento destes casos indica que muitos problemas

estruturais da educação indígena são enfrentados pelas comunidades. O maior número de casos, 14, foi registrado no estado do Pará. As principais reclamações das comunidades se devem à falta de educação diferenciada e de escolas. Em outros estados há reclamações devido à falta de infra-estrutura, de material escolar, atraso no pagamento a servidores e até falta de água.

Foto: Egon Heck/Cimi



Escola indígena em MS funcionando de forma improvisada

DESASSISTÊNCIA NA ÁREA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

37 Casos – 15.702 Vítimas

ACRE – 1 Caso

2011

VÍTIMA: Estudantes

POVO: KAXINAWÁ

TERRA INDÍGENA: ALTO RIO ENVIRA

MUNICÍPIO: FEIJO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Seringal do Curralinho.

DESCRIÇÃO: Há mais de dois anos as escolas da terra indígena se encontram em estado de abandono, destelhadas e sem as mínimas condições para funcionamento.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura.

FONTE: Cimi Regional A/O, equipe Rio Branco

AMAZONAS – 1 Casos – 311 Vítimas

2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: DENI

TERRA INDÍGENA: DENI

MUNICÍPIO: TAPAUÁ

DESCRIÇÃO: Os indígenas reclamam que há anos não têm assistência educacional adequada nas aldeias: falta material didático, merenda e estrutura material. As aulas acontecem na casa do professor ou na casa comunitária sem carteira e bancos para sentar. Tudo é improvisado. Um professor da aldeia Samaúma declara que a merenda não chega às aldeias e que a própria comunidade tem que dar um jeito de apanhá-la na cidade. A Secretaria Municipal de Educação alega falta de recursos para disponibilizar o material.

MEIO EMPREGADO: Falta material escolar e infra-estrutura.

FONTE: Cimi Norte I

MARANHÃO – 2 Casos – 12.000 Vítimas

1º SEMESTRE/2011

VÍTIMA: Estudantes

POVO: DIVERSOS

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: SAO LUIS

DESCRIÇÃO: Graves falhas na prestação do serviço comprometeram o acesso à merenda escolar durante o primeiro semestre de 2011. O alimento, quando chegava, estava estragado e insuficiente em quantidade além de incompatível com os hábitos culturais e alimentares de cada povo. A fiscalização realizada pelo MPF/MA e pela Funai apurou que a entrega e a destinação dos alimentos não são acompanhados pela Secretaria de Educação do Estado, que terceiriza o serviço.

MEIO EMPREGADO: Falta de merenda escolar.

FONTE: 6a. Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias, 09/08/2011

03/10/2011

VÍTIMA: Estudantes

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: SAO LUIS

DESCRIÇÃO: Segundo o vereador Guajajara, José Arão Marizer Lopes, um total de 982 docentes estão sendo prejudicados, pois não recebem salário desde junho/2011. Os estudantes

indígenas, cerca de 12 mil, espalhados pelos 19 polos escolas do Maranhão estão sem assistir aula.

MEIO EMPREGADO: Atraso no pagamento de professores.

FONTE: 6a. Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias, 07/10/2011

MATO GROSSO DO SUL – 2 Casos – 195 Vítimas

2011

VÍTIMA: Estudantes

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: YPO'I E TRIUNFO

MUNICÍPIO: PARANHOS

DESCRIÇÃO: As crianças e adolescentes da comunidade estão fora das salas de aula porque foram impedidas de se locomover dentro da fazenda onde os indígenas estão acampados, para pegar o ônibus escolar.

MEIO EMPREGADO: Conflito fundiário e cerc. do direito de ir e vir.

FONTE: 6a. Câmara de Coordenação e Revisão, Índios e Minorias, 09/03/2011

2011

VÍTIMA: Estudantes

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: CAARAPÓ

MUNICÍPIO: CAARAPO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Tey Kuê.

DESCRIÇÃO: Os alunos do ensino fundamental da escola municipal Nãdejara Bocajá estão sem água há quase um mês. Um poço artesiano fornece água para o colégio e toda a aldeia, mas constantemente apresenta problemas. Sem água, as aulas foram reduzidas, ameaçando o ano letivo.

MEIO EMPREGADO: Falta água na escola.

FONTE: g1.globo.com/MS, 30/10/11

PARÁ – 14 Casos

2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: ARARA

TERRA INDÍGENA: ARARA DA VOLTA GRANDE DO XINGU

MUNICÍPIO: SENADOR JOSE PORFIRIO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Terra Wangã.

DESCRIÇÃO: Conforme denúncia, a escola da comunidade tem apenas uma sala que atende a várias turmas por dia. O ensino não é diferenciado e os profissionais em educação não têm formação para trabalhar com indígenas.

MEIO EMPREGADO: Falta educação diferenciada.

FONTE: Cimi Regional Norte-2; equipe Xingu

2011

VÍTIMA: Duas Comunidades

POVO: JURUNA

TERRA INDÍGENA: PAQUIÇAMBA

MUNICÍPIO: SENADOR JOSE PORFIRIO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Paquiçamba; Aldeia Nova Muratu.

DESCRIÇÃO: Conforme denúncia das comunidades, a escola conta com apenas uma sala de aula que atende a várias turmas por dia. Não há ensino diferenciado, nem profissionais em educação com formação para trabalhar com indígenas.

MEIO EMPREGADO: Falta infra-estrutura e educ. diferenciada.

FONTE: Cimi Regional Norte-2; equipe Xingu

2011

VÍTIMA: Oito Comunidades

POVO: XIKRIM

TERRA INDÍGENA: TRINCHEIRA / BACAJÁ

MUNICÍPIO: SENADOR JOSE PORFIRIO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Patikrô, Pikaika, Bakajá, Mrotidjam, Kenkudjô, Komoktikó, Krãnhô.

DESCRIÇÃO: Conforme denúncia das comunidades, a escola conta com apenas uma sala onde atende a várias turmas por dia. O ensino não é diferenciado e os profissionais em educação não têm formação para trabalhar com indígenas.

MEIO EMPREGADO: Falta educação diferenciada e salas de aula.

FONTE: Cimi Regional Norte-2; equipe Xingu

2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: ASURINI

TERRA INDÍGENA: KOATINEMO

MUNICÍPIO: ALTAMIRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Ita-Aka.

DESCRIÇÃO: Conforme denúncia dos indígenas não há escola na comunidade para atender às crianças e adolescentes.

MEIO EMPREGADO: Falta de escola.

FONTE: Cimi Regional Norte-2; equipe Xingu

2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: ASURINI

TERRA INDÍGENA: KOATINEMO

MUNICÍPIO: ALTAMIRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Koatinemo.

DESCRIÇÃO: Conforme denúncia da comunidade, a escola conta com apenas uma sala de aula que atende a várias turmas por dia. O ensino não é diferenciado, nem há profissionais

em educação com formação para trabalhar com indígenas.

MEIO EMPREGADO: Falta educação diferenciada e salas de aula.

FONTE: Cimi Regional Norte-2; equipe Xingu

2011

VÍTIMA: Duas comunidades

POVO: ARAWETÉ

TERRA INDÍGENA: ARAWETÉ IGARAPÉ IPIXUNA

MUNICÍPIO: ALTAMIRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Araditi; Aldeia Ta-Akati.

DESCRIÇÃO: Lideranças indígenas denunciam a falta de escola nas comunidades.

MEIO EMPREGADO: Falta de escola.

FONTE: Cimi Regional Norte-2; equipe Xingu

2011

VÍTIMA: Quatro comunidades

POVO: ARAWETÉ

TERRA INDÍGENA: ARAWETÉ IGARAPÉ IPIXUNA

MUNICÍPIO: ALTAMIRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias: Adjurant; Ipixuna, Pakanã, Paratati.

DESCRIÇÃO: Conforme denúncia das comunidades, a escola conta com apenas uma sala de aula que atende a várias turmas por dia, a estrutura é precária, o ensino não é diferenciado e os profissionais em educação não têm formação para trabalhar com indígenas.

MEIO EMPREGADO: Falta educação diferenciada e infra-estrutura.

FONTE: Cimi Regional Norte-2; equipe Xingu

2011

VÍTIMA: Duas comunidades

POVO: PARAKANÃ

TERRA INDÍGENA: APYTEREWA

MUNICÍPIO: SAO FELIX DO XINGU

Foto: Diego Pelizzari/Cimi Sul



Sala de aula improvisada, em comunidade do povo Guarani Nhandeva, Paraná

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Paranopiona e Kwarahia-Pya.

DESCRIÇÃO: Lideranças denunciam a falta de escolas nas comunidades tanto para crianças como para adolescentes.

MEIO EMPREGADO: Falta de escola.

FONTE: Cimi Regional Norte-2; equipe Xingu

2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: KAYAPÓ

TERRA INDÍGENA: KARARAHÔ

MUNICÍPIO: ALTAMIRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Kararaô.

DESCRIÇÃO: Lideranças denunciam que a escola local tem apenas uma sala de aula para atender várias turmas por dia. A estrutura é precária, o ensino não é diferenciado e os profissionais em educação não têm formação para trabalhar com indígenas.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura e educ. diferenciada.

FONTE: Cimi Regional Norte-2; equipe Xingu

2011

VÍTIMA: Três comunidades

POVO: ARARA

TERRA INDÍGENA: ARARA

MUNICÍPIO: MEDICILANDIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias: Laranjal, Nova Aldeia Arara, Cachoeira Seca.

DESCRIÇÃO: Lideranças denunciam que as escolas das comunidades têm apenas uma sala de aula para atender a várias turmas por dia. O ensino não é diferenciado e os profissionais em educação não têm formação para trabalhar com indígenas.

MEIO EMPREGADO: Falta infra-estrutura e educ. diferenciada

FONTE: Cimi Regional Norte-2; equipe Xingu

2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: CUJUBIM

TERRA INDÍGENA: CACHOEIRA SECA

MUNICÍPIO: PLACAS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Cujubim.

DESCRIÇÃO: Lideranças denunciam a falta de escola na comunidade tanto para crianças como para adolescentes.

MEIO EMPREGADO: Falta de escola.

FONTE: Cimi Regional Norte-2; equipe Xingu

2011

VÍTIMA: Duas comunidades

POVO: XIPÁYA

TERRA INDÍGENA: XIPÁYA

MUNICÍPIO: ALTAMIRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias: Tukamã, Tukaya.

DESCRIÇÃO: Lideranças denunciam que as escolas das comunidades têm apenas uma sala de aula para atender a várias turmas por dia. A estrutura é imprópria para uso, o ensino não é diferenciado e os profissionais em educação não têm formação para trabalhar com indígenas.

MEIO EMPREGADO: Falta infra-estrutura e educ. diferenciada.

FONTE: Cimi Regional Norte -2; equipe Xingu

2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: KURUAYA

TERRA INDÍGENA: KURUAYA

MUNICÍPIO: ALTAMIRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Curuá.

DESCRIÇÃO: Lideranças denunciam que a escola da comunidade tem apenas uma sala de aula para atender várias turmas por dia. A estrutura é imprópria para uso, o ensino não é diferenciado e os profissionais em educação não têm formação para trabalhar com indígenas.

MEIO EMPREGADO: Falta infra-estrutura e educ. diferenciada.

FONTE: Cimi Regional Norte-2; equipe Xingu

2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: KURUAYA

TERRA INDÍGENA: KURUAYA

MUNICÍPIO: PLACAS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Irinapãin.

DESCRIÇÃO: Lideranças denunciam que não há escola na comunidade tanto para as crianças como para os adolescentes.

MEIO EMPREGADO: Falta de escola.

FONTE: Cimi Regional Norte-2; equipe Xingu

PARANÁ – 1 Caso – 340 Vítimas

ABRIL/2011

VÍTIMA: Estudantes

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: APUCARANA

MUNICÍPIO: TAMARANA

DESCRIÇÃO: A direção da escola mandou os alunos de volta para casa e suspendeu as atividades por falta de luz elétrica, merenda e materiais escolares. Segundo o cacique Juscelino Virginio, eles cobram da prefeitura e esta os remete ao estado que por sua vez responde que a responsabilidade é do município. Com esse jogo de empurra ninguém assume a responsabilidade pelo prejuízo sofrido pelos alunos.

MEIO EMPREGADO: Falta de recursos.

FONTE: 6a.Câmara de Coordenação e Revisão, Índios e Minorias, 05/04/2011

PERNAMBUCO – 1 Caso – 1.100 Vítimas

26/11/2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: DIVERSOS

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: CABROBO

DESCRIÇÃO: Durante encontro da COPIPE, foi feita denúncia de que a situação dos professores indígenas continua irregular e com contrato temporário. Para agravar ainda mais o problema, o Ministério Público lançou nota proibindo o Estado de renovar os contratos para o ano de 2012.

MEIO EMPREGADO: Falta professor indígena.

FONTE: COPIPE - Comissão de Professores Indígenas de Pernambuco

RONDÔNIA – 5 Casos – 810 Vítimas

2011

VÍTIMA: Estudantes

POVO: ARUÁ, KUJUBIM, MAKURAP, ORO WARI, ORO WIN, TUPARI

TERRA INDÍGENA: URU-EU-WAU-WAU

MUNICÍPIO: GUAJARA-MIRIM

DESCRIÇÃO: Escolas dos municípios de Guajará-Mirim e de Nova Mamoré, com cerca de 12 povos indígenas, não têm ensino médio, embora grande número de alunos já concluíram o ensino fundamental, havendo aldeias com 100 alunos nessa

situação. Não há uma política pública para implantação do ensino médio nas aldeias.

MEIO EMPREGADO: Falta de implantação de ensino médio.

FONTE: Cimi Regional/RO-Equipe Guajará-Mirim

2011

VÍTIMA: Estudantes T.I.Guaporé

POVO: ARUÁ, CANOÉ, KUJUBIM, MAKURAP, TUPARI, WAYORÓ

TERRA INDÍGENA: RIO GUAPORÉ

MUNICÍPIO: GUAJARA-MIRIM

DESCRIÇÃO: Alunos cursando do 6º ao 9º anos, passaram o ano letivo de 2011 fora da sala de aula por falta de professores.

MEIO EMPREGADO: Falta professor indígena.

FONTE: Cimi Regional RO, Equipe Guajará-Mirim

2011

VÍTIMA: Estudantes

POVO: DIVERSOS

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: GUAJARA-MIRIM

DESCRIÇÃO: Escolas indígenas dos municípios de Guajará-Mirim e de Nova Mamoré, onde vivem 12 povos indígenas, passaram os anos de 2010 e 2011 sem material escolar, sendo que a merenda chegou apenas no final do ano letivo de 2011, após pressão dos indígenas que levaram a denúncia ao MPF.

MEIO EMPREGADO: Falta de material e merenda escolar.

FONTE: Cimi Regional/RO, equipe Guajará-Mirim

2011

VÍTIMA: Estudantes

POVO: CANOÉ, ORO NAO', ORO WARAM (ORO WARI)

TERRA INDÍGENA: PAKAAS NOVAS

MUNICÍPIO: GUAJARA-MIRIM

DESCRIÇÃO: As estudantes solicitaram bolsa para o pagamento da mensalidade do curso de técnica de enfermagem bem como auxílio para seu sustento na cidade. A Funai recusou alegando corte no orçamento. As estudantes moram na cidade em precárias condições e buscam se manter como diaristas em casas de família.

MEIO EMPREGADO: Falta de repasse de verba.

FONTE: Cimi Regional/RO, Equipe Guajará-Mirim

2011

VÍTIMA: Estudantes

POVO: MAKURAP, MASSAKÁ

TERRA INDÍGENA: RIO GUAPORÉ

MUNICÍPIO: GUAJARA-MIRIM

DESCRIÇÃO: Por falta de ensino médio na aldeia, os jovens estão cursando o primeiro ano no povoado de Surpresa. Não obtiveram ajuda da Funai para sua subsistência e estão passando dificuldades sem recursos para alimentação e material didático.

MEIO EMPREGADO: Falta de implantação de ensino médio.

FONTE: Cimi Regional RO, Equipe Guajará-Mirim

RORAIMA – 8 Casos – 946 Vítimas

2011

VÍTIMA: Estudantes

POVO: MAKUXI

TERRA INDÍGENA: RAPOSA SERRA DO SOL

MUNICÍPIO: NORMANDIA

DESCRIÇÃO: Os alunos relatam que com a falta de professores eles ficam a maior parte do semestre sem aula. Esse problema persiste há 20 anos. Reivindicam a qualificação de professores, tendo sido entregue o edital do processo seletivo mas sem resultado. Além desses problemas as escolas estão em



Crianças Guarani-Kaiowá, em acampamento indígena, MS

péssimo estado, sem material didático sem gasolina para o transporte escolar, sendo que até a merenda escolar não chega às escolas da região.

MEIO EMPREGADO: Falta de escola e professor indígena.

FONTE: *Folha e Boa Vista*, 13/04/2011

2011

VÍTIMA: Crianças-estudantes

POVO: MAKUXI

TERRA INDÍGENA: SÃO MARCOS

MUNICÍPIO: BOA VISTA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Mawixi.

DESCRIÇÃO: A escola onde as crianças estudam, referente ao ensino fundamental, está em péssimas condições com as paredes caindo aos poucos. Os alunos recebem aulas na maloca da comunidade, estrutura aberta e exposta ao sol e às fortes chuvas.

MEIO EMPREGADO: Falta de escola.

FONTE: *Comunidade de Mawixi*, 2011

2011

VÍTIMA: Estudantes

POVO: MAKUXI

TERRA INDÍGENA: RAPOSA SERRA DO SOL

MUNICÍPIO: NORMANDIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Várias comunidades na região do Baixo Cotingo.

DESCRIÇÃO: As escolas da região estão em estado precário. Não há merenda escolar, material didático, nem contratação de pessoal de apoio.

MEIO EMPREGADO: Falta de escola e material escolar.

FONTE: *Jornal Monte Roraima*, 14/04/2011

2011

VÍTIMA: Estudantes ensino fundamental e médio

POVO: MAKUXI

TERRA INDÍGENA: SÃO MARCOS

MUNICÍPIO: BOA VISTA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Mawixi.

DESCRIÇÃO: Os estudantes estão prejudicados, ficando muitos dias sem aula, devido à falta de transporte escolar regular. O micro-ônibus está sempre quebrado e não é substituído.

MEIO EMPREGADO: Falta de transporte escolar.

FONTE: *Comunidade de Mawixi*

2011

VÍTIMA: Estudantes do ensino fundamental e médio

POVO: MAKUXI, WAPIXANA

TERRA INDÍGENA: SÃO MARCOS

MUNICÍPIO: BOA VISTA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Vista Alegre.

DESCRIÇÃO: A estrutura física da escola estadual indígena professor Genival Thomé Macuxi foi considerada a mais precária do Baixo São Marcos. O telhado e o forro estão caindo aos poucos, os banheiros estão quebrados, não há pessoal de apoio. Embora a Secretaria de Educação tenha iniciado em 2003 a construção de uma nova escola, a estrutura continua inacabada e os alunos correndo perigo no prédio antigo.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura.

FONTE: *APIRR-Associação Professores Indígenas de Roraima - 2011*

2011

VÍTIMA: Alunos

POVO: MAKUXI, WAPIXANA

TERRA INDÍGENA: SÃO MARCOS

MUNICÍPIO: PACARAIMA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Lagoa Grande.

DESCRIÇÃO: A Escola Estadual Felinto Muller conta com apenas três salas de aulas para os 204 alunos. A estrutura física está péssima e os professores improvisam dando aulas debaixo das árvores. Por outro lado a falta de energia dificulta o ensino no período noturno.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura.

FONTE: *Comunidade Indígena do Lago Grande*

2011

VÍTIMA: Alunos de 16 cursos da UFRR

POVO: MAKUXI, WAPIXANA

TERRA INDÍGENA: RAPOSA SERRA DO SOL

MUNICÍPIO: BOA VISTA

DESCRIÇÃO: Segundo denúncias dos estudantes, a Funai não está repassando na data certa o auxílio prometido para ajudar os estudantes na capital (Boa Vista). A demora faz com que os alunos se atrasem no pagamento das contas de sua estadia na cidade e compromete a continuidade dos estudos na universidade.

MEIO EMPREGADO: Falta de repasse de verba.

FONTE: *Regional Cimi Norte-1; Jorrnal Monte Roraima*, 19/04/2011

JUNHO/2011

VÍTIMA: Estudantes

POVO: MAKUXI, WAPIXANA

TERRA INDÍGENA: SERRA DA MOÇA

MUNICÍPIO: BOA VISTA

DESCRIÇÃO: A merenda destinada aos alunos chegou estragada e foi devolvida. **MEIO EMPREGADO:** Falta de merenda escolar.

FONTE: *Pastora Indigenista/RR - Equipe São Marcos e Murupú*

SÃO PAULO – 2 Casos

2011

VÍTIMA: Estudantes

POVO: GUARANI MBYA

TERRA INDÍGENA: RIBEIRÃO SILVEIRA

MUNICÍPIO: BERTIOGA

DESCRIÇÃO: Na Escola Estadual Indígena Txeru Ba´e´Kua I, os alunos de sete turmas assistem aulas em cinco salas. Não há biblioteca, laboratório, internet, área de recreação e quando chove a escola fica cercada por lama. Segundo o resultado do último Enem esta escola foi a que obteve a pior nota média no estado de São Paulo.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura.

FONTE: *Camaçari Fatos e Fotos, fonte: Correio da Bahia*, 12/09/2011

2011

VÍTIMA: Indígenas moradores da cidade

POVO: DIVERSOS

MUNICÍPIO: SAO PAULO

DESCRIÇÃO: A Funai suspendeu os recursos monetários que eram repassados aos estudantes indígenas do Programa Pindorama da PUC-SP. Os funcionários da Funai alegaram que foi uma medida geral, para todos os estudantes indígenas do Brasil, e que também os estudantes do Pindorama não merecem o recurso porque a PUC-SP é uma universidade particular.

MEIO EMPREGADO: Falta de repasse de verba.

FONTE: *Pastoral Indigenista - Arquidiocese de São Paulo*

Desassistência geral

A categoria de falta de assistência geral às comunidades indígenas denuncia uma série de violações de direitos e omissões por parte dos órgãos governamentais, em âmbitos municipal, estadual e nacional. No ano de 2011 foram registrados 38 casos, um aumento de mais de 34% em relação aos 25 casos registrados em 2010.

Foram registrados casos em 16 diferentes estados do país: Acre, Alagoas, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, São Paulo e Tocantins. O estado com maior número de casos continuou sendo Mato Grosso do Sul, com 8 ocorrências.

Há casos relatando desassistência por parte da Funai, como no caso do prédio do órgão que encontra-se abandonado no município de Jutai, Amazonas, e da falta de água na casa do índio, localizada no município de Cândido de Abreu, Paraná; indígenas encontrados em situação análoga à de escravidão, e outros recebendo leite em pó já vencido, em Mato Grosso do Sul.

Os casos de trabalho escravo ou análogo à escravidão ocorreram tanto em estabelecimentos empresariais, quanto domésticos. Uma adolescente de 16 anos foi resgatada, em Manaus, por um delegado da Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente (DEPCA), acompanhado de um funcionário da Funai. A adolescente vivia numa casa de família e, em troca de frequentar a escola, realizaria o trabalho doméstico. Estava cuidando de duas crianças, além de realizar todo o trabalho doméstico e não estava, sequer, matriculada na escola. Quantos casos iguais a esse sem serem notificados?

Escravizar mulheres e meninas indígenas e negras para o trabalho doméstico foi uma prática corriqueira no período colonial, que atravessou o século XX com todas as suas repúblicas e, para nossa surpresa, reproduz-se até hoje.

Haja vista as duas ocorrências registradas no Mato Grosso do Sul envolvendo 16 homens Terena e 285 homens Guarani-Kaiowá, que foram encontrados em duas empresas, trabalhando em condições degradantes, inadequadas e sem proteção.

Foto: J. Ripper



Continuamos a registrar casos de indígenas encontrados em situação análoga à escravidão

DESASSISTÊNCIA GERAL

38 Casos – 11.054 Vítimas

ACRE – 2 Casos – 300 Vítimas

2011

VÍTIMA: Indígenas moradores da cidade

POVO: DIVERSOS

MUNICÍPIO: SENA MADUREIRA

DESCRIÇÃO: Indígenas vivendo em situação precária na cidade de Sena Madureira. Conforme declaração do deputado Gilberto Diniz, os índios vivem nas encostas do rio e na praça central da cidade mendigando e consumindo álcool. Há casos de prostituição quando até mesmo as crianças estão expostas. A reivindicação é pela construção de uma casa de apoio para minorar essa situação.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral.

FONTE: *O Rio Branco/AC*, 16/02/2011

2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: KAMPA

TERRA INDÍGENA: KAMPA E ISOLADOS DO RIO ENVIRA

MUNICÍPIO: FEIJO

DESCRIÇÃO: Os indígenas denunciam o abandono a que estão relegados por parte da Funai. Há mais de um ano não recebem a visita de agentes de saúde e crianças já morreram por falta de atendimento. Quando são chamados para participar de reuniões ficam acampados nas praias ou barrancos e passam fome. Muitos vivem juntando restos de comida no lixo e cantando latinhas para vender e comprar alimento. Quando as reuniões são desmarcadas eles não sabem quando voltarão a suas comunidades porque não há combustível e a Funai não se manifesta.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral

FONTE: *racismoambiental.net*, 1º/11/2011

ALAGOAS – 1 Caso

2011

VÍTIMA: 76 famílias, 60 famílias

POVO: KARAPOTÓ, XUKURU-KARIRI

TERRA INDÍGENA: XUKURU-KARIRI

MUNICÍPIO: PALMEIRA DOS INDIOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: T.I. Xukuru-Kariri e Karapotó.

DESCRIÇÃO: De acordo com o cacique Chiquinho, Xukuru-Kariri, a situação de abandono atinge 76 famílias da comunidade. Sem água, sem terra, sem educação e sem reconhecimento social. O cacique Jorge Bernabê, da comunidade Karapotó conta que cerca de 60 famílias vivem na comunidade sem condições de sobrevivência. “Não temos banheiro, muito menos água para beber, sofremos ameaças dos latifundiários”.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral.

FONTE: *6a.Câmara de Coordenação e Revisão*, 05/12/2011

AMAZONAS – 5 Casos – 489 Vítimas

JANEIRO/2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: MAYORUNA

TERRA INDÍGENA: MARAJAI

MUNICÍPIO: ALVARAES

DESCRIÇÃO: Pesquisa realizada na comunidade apontou alta incidência de coliformes fecais nos igarapés da aldeia. Desassistidos, os indígenas não têm acesso à energia elétrica nem saneamento básico. A falta de energia, que limita o uso do poço artesiano, a ausência de técnicas de armazenamento da água e o fácil acesso de pequenos rebanhos de gado aos igarapés, são as principais causas da contaminação da água. Assim a maioria dos indígenas é vitimada por doenças como diarreia, verminose e hepatite.

MEIO EMPREGADO: Água contaminada.

FONTE: *A Crítica/AM*, 10/01/2011

20/06/2011

VÍTIMA: Criança

POVO: YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

MUNICÍPIO: BARCELOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia do Polo Base Mariri.

DESCRIÇÃO: Aumentam os casos de indígenas que se ferem durante o manuseio de arma de fogo. A criança foi atingida por uma bala na cabeça e está na UTI do Hospital Santo Antonio, em Boa Vista, em estado grave. Segundo Dário Kopenawa, da Hutukara Associação Yanomami, o incidente aconteceu durante os preparativos de uma festa na aldeia. A menina se aproximou da arma e mexeu no gatilho da espingarda, ocorrendo o disparo. Conforme informou Dário, a entrada de espingardas nas aldeias yanomami aumentou nos últimos anos. O objeto é usado como moeda de troca de garimpeiros para explorar ouro. A situação já foi denunciada à Polícia Federal, Funai, Exército, mas não foram tomadas providências. Segundo a liderança indígena o problema acontece há 15 anos.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo.

FONTE: *Correio do Brasil/RJ*, 24/06/2011; *Folha de Boa Vista*, 22/06/2011

2011

VÍTIMA: Adolescente

POVO: SATERÊ-MAWE

MUNICÍPIO: MANAUS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Área urbana de Manaus.

DESCRIÇÃO: A adolescente de 16 anos que trabalhava há quatro meses como empregada doméstica, foi resgatada pela Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente e pela Funai. Além dos trabalhos com a casa ela cuidava de duas crianças menores de seis anos e não recebia nada pelas funções desempenhadas. O combinado com os pais da menina era que esta iria para a capital estudar e trabalhar, mas sequer estava matriculada em uma escola.

MEIO EMPREGADO: Trabalho escravo.

FONTE: *6a.Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias*, 13/04/2011

2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: TIKUNA

TERRA INDÍGENA: EVARÉ I

MUNICÍPIO: TABATINGA

DESCRIÇÃO: Os Tikuna do Alto Solimões estão sem água desde 2010. As funcionárias da escola caminham um quilômetro para buscar água no rio, que é usada na preparação da merenda dos alunos, sem passar por qualquer tratamento.

MEIO EMPREGADO: Água contaminada.

FONTE: *6a.Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias*, 04/09/2011

2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: KANAMARI, KULINA

TERRA INDÍGENA: KANAMARI DO RIO JURUÁ

MUNICÍPIO: JUTAI

DESCRIÇÃO: A desativação da coordenação técnica da Funai em Jutai, há mais de um ano, desde que o órgão promoveu uma mudança em sua estrutura, agravou a situação dos indígenas que se deslocam de suas aldeias até a sede do município para receber aposentadorias e proventos. O prédio, abandonado, permanece fechado. Segundo relatos de moradores do municípios, tem sido cada vez mais comum a presença de indígenas alcoolizados, dormindo nas ruas e com dificuldade de acesso à comida.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral.

FONTE: *acrítica.uol.com*, 13/01/2012

MARANHÃO – 1 Caso

2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: AWÁ-GUAJÁ

TERRA INDÍGENA: AWÁ

MUNICÍPIO: BOM JARDIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Tiracambu.

DESCRIÇÃO: Os índios se sentem abandonados pela Funai. Na casa de farinha, a prensa está quebrada e o telhado desabando. O arroz cultivado pela tribo deveria ser beneficiado na usina, mas o motor está quebrado há mais de um ano. A bomba no poço que abastece a aldeia não funciona. Alguns índios já se acidentaram tentando operar as máquinas. Na aldeia há um posto médico, mas sofre com estrutura precária. A maca está corroída pela ferrugem. O dentista atende num consultório improvisado com instrumentos só para pequenos serviços e extração de dentes.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral.

FONTE: *6a. Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias*, 10/10/2011; *Cimi/MA*

MATO GROSSO – 1 Caso

2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: XAVANTE

TERRA INDÍGENA: AREÕES

MUNICÍPIO: NOVA NAZARE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Tritopá.

DESCRIÇÃO: O sistema de abastecimento de água da aldeia está com problema há três anos e a empresa executora da obra não retornou ao local. A questão da água contaminada atinge várias aldeias dos povos de Mato Grosso. Somente 40% das comunidades Xavante possuem sistemas de tratamento, as outras utilizam a água dos rios para beber, cozinhar e tomar banho.

MEIO EMPREGADO: Falta de água potável.

FONTE: *A Gazeta/MT*, 20/02/2011

MATO GROSSO DO SUL – 8 Casos – 6.158 Vítimas

2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: TERENA

TERRA INDÍGENA: CACHOEIRINHA

MUNICÍPIO: MIRANDA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Passarinho, Moreira.

DESCRIÇÃO: Aldeias da região de Miranda continuam passando por extrema dificuldade em relação à alimentação familiar. As cestas básicas a que cada família tem direito não foram entregues pelo governo estadual, agravando um quadro de insegurança alimentar que perdura desde outubro de 2010.

MEIO EMPREGADO: Suspensão de cesta básica.

FONTE: *midiamaxnews*, 14/02/2011

25/01/2011

VÍTIMA: 16 homens

POVO: TERENA

TERRA INDÍGENA: LALIMA

MUNICÍPIO: MIRANDA

Foto: MPF/AC



Indígenas Jaminawá, Acre, nas ruas da capital do estado

DESCRIÇÃO: Os indígenas foram encontrados pela equipe do Ministério do Trabalho em situação análoga à de escravidão na fazenda Vargem Grande pertencente à Agropecuária Rio Miranda Ltda. O grupo dormia em barracos precários, de lona, cobertos com palha. Não havia água potável nem instalações sanitárias.

MEIO EMPREGADO: Trabalho escravo.

FONTE: *Outros Veículos*, 02/03/2011

JUNHO/2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: CAARAPO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó.

DESCRIÇÃO: Cerca de 1,9 tonelada de leite em pó já vencido foi distribuído às aldeias da região. Segundo a coordenadora da Funai em Dourados, não há como recolher o leite vencido já distribuído e nem há estoque para substituir o produto.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral.

FONTE: *Conjuntura on-line*, 11/07/2011; *Agora Campo Grande*, 08/07/2011

28/06/2011

VÍTIMA: 285 trabalhadores

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: NAVIRAI

DESCRIÇÃO: 285 indígenas foram encontrados em situação degradante na Infinity Agrícola S/A e na Usina Navirai. Trabalhavam debaixo de chuva e com temperatura de 10°C. Não tinham equipamentos de proteção e estavam em condições inadequadas de trabalho.

MEIO EMPREGADO: Trabalho escravo.

FONTE: *Correio do Estado/MS*, 27/07/2011

JULHO/2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: KURUSU AMBA

MUNICÍPIO: CORONEL SAPUCAIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Acampamento Kurusu Amba.

DESCRIÇÃO: As 70 famílias estão há mais de um mês sem receber as cestas básicas fornecidas pela Funai, e estão pedindo ajuda para conseguir alimentos. Segundo a Coordenadoria Regional da Funai as cestas não foram entregues porque a Conab- Cia.Nacional de Abastecimento, não repassou os alimentos à fundação.

MEIO EMPREGADO: Suspensão de cesta básica.

FONTE: *Midiamax-MS*, 18/08/2011

2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

DESCRIÇÃO: Agricultores da reserva indígena estão preocupados com o atraso no plantio das lavouras de subsistência. Segundo os índios, a Funai não entregou as sementes para a comunidade no início de outubro, época do começo do plantio. O atraso no programa de distribuição pode comprometer a alimentação de cerca de 400 famílias. Segundo o cacique Getúlio Oliveira, da aldeia Jaguapiru, a quantidade de sementes de milho que

chegou é muito pequena, estando disponíveis apenas cinco quilos para cada família, quando o ideal seriam, no mínimo, 20 quilos. Faltam ainda sementes de abóbora, feijão e amendoim. Há, ainda, falta de combustível para o único trator comunitário usado pelos agricultores para preparar a terra.

MEIO EMPREGADO: Falta de apoio à produção agrícola.

FONTE: *6a. Câmara de Coordenação e Revisão*, 04/11/2011, 9/11/2011; *G1*, 12/12/11

2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: CAARAPÓ

MUNICÍPIO: CAARAPO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Tey Kuê.

DESCRIÇÃO: Os indígenas bloquearam a estrada que liga a cidade de Caarapó a Laguna Carapã, em protesto contra a falta de água, remédios, escolas e médicos na aldeia. Segundo o líder indígena Otoniel Ricardo, há pelos menos 40 dias os índios bebem água suja de barro porque o equipamento que abastecia a aldeia estragou. Aumentou o número de problemas de saúde e as aulas nas escolas foram reduzidas. Segundo ainda a liderança indígena, o governo federal disponibilizou 1,3 milhão de reais para a construção de escolas mas o projeto não saiu do papel. Quanto à saúde há somente um médico para atender 5.400 índios.

MEIO EMPREGADO: Água contaminada, falta de assistência médica.

FONTE: *6a. Câmara de Coordenação e Revisão*, 04/11/2011

SETEMBRO/2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Jaguapiru e Bororó.

DESCRIÇÃO: Lideranças estimam que ao menos 6.000 pessoas estão sem água em suas casas. Quem não pode abastecer em poços artesanais utiliza água barrenta e contaminada de um córrego.

MEIO EMPREGADO: Água contaminada.

FONTE: *G1*, 25/01/2012

PARÁ – 3 Casos

15/09/2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: KAYAPÓ

TERRA INDÍGENA: KAYAPÓ

MUNICÍPIO: SAO FELIX DO XINGU

DESCRIÇÃO: O Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT) firmou um convênio com a comunidade indígena para construção de uma estrada que ligue a rodovia à aldeia, mas até o momento não foi cumprido o acordo. Os indígenas reivindicam também a construção de uma casa de saúde e um centro cultural, nada saiu do papel. A comunidade está ilhada sem possibilidade de se deslocar até um hospital ou transportar as castanhas que produzem.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura.

FONTE: *Jornal Eset.com* - 15/09/2011

2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: ARAPIUM, BORARI

TERRA INDÍGENA: MARÓ

MUNICÍPIO: SANTAREM

DESCRIÇÃO: Além dos problemas relatados no Relatório da Dhesca Brasil (Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais), referente à demora na demarcação da terra indígena, o desmatamento, a construção de estradas dentro da terra indígena para transportar a madeira tirada ilegalmente, a comunidade sofre com a ausência de atendimento à saúde, visto que há somente uma ambulância para todos os povos na extensão do rio Maró, e, dependendo da localidade, não há formas de comunicação, o que coloca vidas em risco por falta de assistência. No que se refere à educação, o povo tem direito à educação diferenciada, bilingue, e a escola da área indígena deverá considerar a realidade e cultura indígena ali vivenciada para o ministério das aulas. Além disso não foi entregue o material para construção da escola da Aldeia Novo Lugar, embora, de acordo com os próprios indígenas, já tenha sido liberado pelo MEC.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral.

FONTE: Relatório de DHESCA, setembro/2011

2011

VÍTIMA: Comunidade

TERRA INDÍGENA: MÃE MARIA

MUNICÍPIO: BOM JESUS DO TOCANTINS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Akrãti.

DESCRIÇÃO: Há quatro anos a comunidade Akrãtikatêjê se reorganizou enquanto povo, em um movimento aldeamento. Desde então não receberam qualquer apoio da Funasa/Sesai e da Seduc. Não há posto de saúde, escola, profissionais de saúde e da educação, água potável, saneamento.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral.

FONTE: Comunidade da aldeia Akrãti

PARAÍBA – 2 Casos**2011**

VÍTIMA: Comunidade

POVO: POTIGUARA

TERRA INDÍGENA: POTIGUARA (s)ÃO MIGUEL

MUNICÍPIO: BAI DA TRAIÇAO

DESCRIÇÃO: Desde 2009 os indígenas estão ameaçados de isolamento com a queda de uma ponte utilizada para ir à cidade. Se não forem tomadas providências para reconstrução da ponte a comunidade ficará sem acesso à educação e saúde.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura.

FONTE: Paraíba.com.br, 01/02/2011

JULHO/2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: POTIGUARA

TERRA INDÍGENA: POTIGUARA - MONTE MOR

MUNICÍPIO: RIO TINTO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Taepe.

DESCRIÇÃO: A aldeia encontra-se fora da área demarcada embora historicamente essa área sempre tenha sido considerada potiguara. A exclusão se deu pela pressão de proprietários rurais e usineiros que conseguiram prevalecer seus interesses. Foi verificado durante visita do Procurador da República, Duciran Farena, que os indígenas sobrevivem em condições extremamente precárias, e, conforme afirmou, a situação da aldeia é uma das piores dentre as aldeias potiguara. Estão cercados por propriedades rurais e plantios de cana. Não têm

liberdade para plantar nem reformar suas casas de taipa ou construir novas casas, sofrendo proibições e ameaças dos proprietários rurais. Não há educação indígena na aldeia, nem postos de saúde, nem saneamento. Não há água potável, nem poço artesiano, sendo que a água para consumo é retirada do riacho Taepe ou do rio Camaratuba, insalubre e contaminada por defensivos agrícolas.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral.

FONTE: MPF/PB, 06/07/2011 e 16/11/2011

PARANÁ – 3 Casos – 6 Vítimas**2011**

VÍTIMA: Mulheres e crianças

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: FAXINAL

MUNICÍPIO: CANDIDO DE ABREU

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Casai em Uvaranas.

DESCRIÇÃO: Duas mulheres e quatro crianças estão há um mês vivendo na Casa do Índio, e enfrentam uma série de dificuldades, incluindo a falta de água. O espaço cedido ao governo federal pela prefeitura não foi assumido de forma efetiva pela Funai e as famílias que dependem da estrutura são as mais afetadas.

MEIO EMPREGADO: Falta de estrutura na Casa do Índio.

FONTE: jmnews.com.br, 15/03/2011

2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: CASCABEL

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Cascavel/PR.

DESCRIÇÃO: Os índios que vão a Cascavel para comercializar produtos de artesanato ficam perambulando pelas ruas sem ter onde ficar. A questão é antiga e famílias inteiras, inclusive crianças, dormem ao lado do Terminal Rodoviário da cidade. Ficam expostos às madrugadas frias, e mantendo contato com bebida alcoólica e outras drogas.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral.

FONTE: 6a. Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias, 05/12/2011

2011

VÍTIMA: Comunidades

POVO: GUARANI NHANDÉVA

TERRA INDÍGENA: TEKHOHA ARAGUAJU

MUNICÍPIO: GUAIRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias em Guairá e Terra Roxa.

DESCRIÇÃO: As populações indígenas estão sem acesso aos serviços públicos a que têm direito. O MPF em Umuarama propôs uma ação civil pública perante a Justiça Federal contra a União, Funai, Estado do Paraná, municípios de Guairá e Terra Roxa, Copel e Sanepar. O objetivo é garantir que as populações tenham o mínimo acesso aos serviços públicos como água, luz, educação, saúde. Na ação o MPF solicitou, liminarmente, que os demandados cumpram as normas constitucionais e infraconstitucionais, prestando serviços adequados como educação, saúde, saneamento básico, fornecimento de energia elétrica, registro civil e indígena, fornecimento de alimentação e infraestrutura básica.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral.

FONTE: Paraná Online, 15/12/2011

PERNAMBUCO – 1 Caso – 4.000 Vítimas**2011****VÍTIMA:** Comunidade**POVO:** PANKARÁ**TERRA INDÍGENA:** PANKARÁ**MUNICÍPIO:** CARNAUBEIRA DA PENHA**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Comunidade Pankará.

DESCRIÇÃO: Em 2006 a Funasa instalou o sistema de abastecimento hídrico da Serra da Cacaria, mas depois de sua instalação o sistema não foi ativado. A estrutura física da obra impede o povo de acessar ao olho d'água para o abastecimento hídrico da comunidade.

MEIO EMPREGADO: Falta de água potável.**FONTE:** Lideranças indígenas**RIO GRANDE DO SUL – 5 Casos – 100 Vítimas****2011****VÍTIMA:** Comunidades**POVO:** GUARANI**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS**MUNICÍPIO:** BARRA DO RIBEIRO**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Petim, Passo Grande, Passo da Estância.

DESCRIÇÃO: A Funasa interrompeu o serviço de abastecimento de água às comunidades guarani, sem qualquer justificativa. Isso obrigou a que os indígenas utilizassem água de açudes ou rios próximos, considerada imprópria para o consumo, devido a sua coloração e presença de agrotóxicos.

MEIO EMPREGADO: Água contaminada**FONTE:** 6a.Câmara de Coordenação e Revisão, Índios e Minorias, 04/03/2011**JULHO/2011****VÍTIMA:** Comunidade**POVO:** GUARANI NHANDÉVA**TERRA INDÍGENA:** ESTIVA**MUNICÍPIO:** VIAMAO

DESCRIÇÃO: Na época mais fria do ano, as famílias enfrentam as baixas temperaturas praticamente sem nenhum abrigo. Crianças descalças, sem agasalho, disputam o espaço ao redor de uma fogueira acesa no campo aberto. Conforme o censo de 2010, a chance de um indígena estar na miséria é 10 vezes maior do que a de um não indígena.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral.**FONTE:** Zero Hora, 1º/08/2011**JULHO/2011****VÍTIMA:** Comunidade**POVO:** KAINGANG**TERRA INDÍGENA:** GUARITA**MUNICÍPIO:** REDENTORA

DESCRIÇÃO: Em julho, quando o RS atravessava a maior onda de frio da década, as crianças chegaram à escola descalças e de camiseta. Fazia perto de 0º e elas não tinham com o que se agasalhar. As aulas foram suspensas, até a temperatura subir. Conforme dados do censo de 2010, a chance de um indígena estar na miséria é 10 vezes maior do que a de um não indígena.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral.**FONTE:** Zero Hora, 1º/08/2011**2011****VÍTIMA:** Comunidade**POVO:** GUARANI MBYA**TERRA INDÍGENA:** AREIAL**MUNICÍPIO:** SANTA MARIA

Foto: Egon Heck/Cimi

Indígenas Guarani-Kaiowá em acampamento às margens de rodovia no estado do Mato Grosso do Sul

DESCRIÇÃO: Conforme foi constatado pelo MPF, a comunidade vive em miséria absoluta, carecendo de água encanada, energia elétrica, alimentação adequada e estrutura sanitária mínima. As famílias acampadas vivem em barracas de lona improvisadas, onde predominam a doença, a fome e a morte. Além de diversas internações hospitalares ocorreram mortes de crianças, menores de um ano, entre 2008 e 2011, por doenças relacionadas à falta de cuidados básicos de higiene e de assistência médica elementar.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral.

FONTE: MPF-Procuradoria Geral da República, 19/10/2011

2011

VÍTIMA: 10 famílias

POVO: GUARANI MBYA

TERRA INDÍGENA: ACAMPAMENTO

MUNICÍPIO: CAPIVARI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Porã/Capivari.

DESCRIÇÃO: As famílias Guarani vivem à beira da estrada sem água potável, energia elétrica e saneamento básico. Raramente recebem visita da equipe da Sesai. Alegam falta de recursos e de combustível para prestar atendimento à comunidade. O acampamento situa-se a menos de 80 Km de Porto Alegre onde está localizada a sede da Sesai.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral.

FONTE: Cimi - Equipe Porto Alegre

RONDÔNIA – 3 Casos – 1 Vítima

2011

VÍTIMA: Indígenas na cidade

POVO: DIVERSOS

MUNICÍPIO: GUAJARA-MIRIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Área urbana.

DESCRIÇÃO: Indígenas que residem na cidade e aqueles que moram na aldeia mas, por algum motivo, estão na cidade, são discriminados e desassistidos pela Funai. A entidade nega emissão de registro de identificação indígena, declarações para fins de benefício do INSS (aposentadoria, auxílio-doença, salário-maternidade). Está sendo desrespeitada a Instrução Normativa 45. Denúncias encaminhadas ao MPF não são resolvidas.

MEIO EMPREGADO: Ausência de documento.

FONTE: Cimi Regional/RO, equipe de Guajará-Mirim

2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: ORO WARAM (ORO WARI)

TERRA INDÍGENA: KARIPUNA

MUNICÍPIO: GUAJARA-MIRIM

DESCRIÇÃO: Após a tragédia ocorrida em 2006 que resultou na morte de seis pessoas e ferimentos graves em 17, com um caminhão fretado pelo órgão indigenista, a Funai assinou TAC onde se comprometeu a adquirir transporte para os indígenas e suas mercadorias. Porém até o presente o meio de transporte não foi adquirido e as famílias indígenas pagam fretes caros para se locomover.

MEIO EMPREGADO: Falta de transporte.

FONTE: Cimi Regional/RO, equipe Guajará-Mirim

2011

VÍTIMA: Daia Too Oro mon

POVO: ORO MON

TERRA INDÍGENA: RIBEIRÃO

MUNICÍPIO: NOVA MAMORE

DESCRIÇÃO: A vítima é viúva desde 2005 quando seu marido sofreu um acidente a serviço da Funai. A entidade se comprometeu a indenizá-la, mas até o presente a viúva não recebeu qualquer indenização e lhe é negada a declaração para entrar com pedido de pensão junto ao INSS. A denúncia foi encaminhada ao MPF não nada foi resolvido até o momento.

MEIO EMPREGADO: Recusa de documento indígena.

FONTE: Cimi Regional/RO, equipe Guajará-Mirim

RORAIMA – 1 Caso

JANEIRO/2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: MAKUXI, WAPIXANA

TERRA INDÍGENA: ARAÇÁ

MUNICÍPIO: AMAJARI

DESCRIÇÃO: A falta de energia elétrica na comunidade está afetando a vida dos índios no que se refere aos alunos que durante o dia terão que estudar num calor sufocante e à noite as aulas serão suspensas. O gerador que abastece o local quebrou e não há previsão para o conserto. Postes já tinham sido colocados para levar energia mas a obra foi suspensa por falta de pagamento, os postes retirados, e os buracos que ficaram são perigosos para as crianças que caíram e causaram a morte de vários animais. Quando chove, acumulam água e se tornam foco de mosquitos da dengue e malária.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral.

FONTE: Folha de Boa Vista, 04/02/2011

SÃO PAULO – 1 Caso

2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI, TERENA

TERRA INDÍGENA: ARARIBÁ

MUNICÍPIO: AVAI

DESCRIÇÃO: Vagões abandonados pelo DNIT estão estacionados indevidamente na área indígena e, conforme a Funai, os vagões engatados chegam a um km de extensão. Essa situação está causando problemas à comunidade pois impedem ou dificultam a circulação de pessoas dentro da área. A justificativa do DNIT é que há falta de espaço no Pátio de Triagem Paulista em Bauru, e que o lote está aguardando licitação.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral.

FONTE: 6a. Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias

TOCANTINS – 1 Caso

2011

VÍTIMA: Comunidade

POVO: JAVAÉ, KARAJÁ

TERRA INDÍGENA: PARQUE DO ARAGUAIA

MUNICÍPIO: FORMOSO DO ARAGUAIA

DESCRIÇÃO: Os índios denunciam a situação de calamidade em que estão vivendo. Há um grande índice de doença causada principalmente pela tuberculose, mortalidade infantil, consumo de bebida alcoólica, prostituição. A caça e a caça predatórias, realizadas por invasores, prejudica o estoque alimentar das comunidades.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência geral.

FONTE: 6a. Câmara de Coordenação e Revisão Índios e Minorias, 04/11/2011



Capítulo IV

Violência contra os Povos Indígenas isolados e de pouco contato

132 A violência contra os povos indígenas
isolados em 2011

A violência contra os povos indígenas isolados em 2011

Equipe do Cimi de apoio aos povos indígenas isolados

O Cimi lançou em junho de 2011 em parceria com a Edua (Editora da Universidade do Amazonas) o livro “Povos Indígenas Isolados na Amazônia: a luta pela sobrevivência”. O livro traz importantes informações sobre 90 ocorrências de indígenas isolados no Brasil e dá uma ideia do tamanho da violência que sofreram no passado e como essa vem se reproduzindo nos dias atuais.

Uma análise da realidade histórica e atual dos povos indígenas isolados desnuda as raízes mais profundas da contradição do capitalismo, que reproduz a sua essência (exploração, acumulação e dominação), mediante o ataque sistemático a todas as formas de vida no planeta. Por isso, sempre existe uma justificativa para desrespeitar e perseguir esses povos que já foram acusados de selvagens, traiçoeiros, preguiçosos, incapazes ou então de obstáculos ao desenvolvimento, ameaças à segurança nacional e, pasmem, até de privilegiados.

É interessante observar como sempre se alude a um pseudo interesse maior do país, (argumento repetido à exaustão), para desrespeitar os territórios indígenas. Curiosamente para salvaguardar os direitos dos cidadãos indígenas, sob nenhuma circunstância, é invocado o interesse maior do país. Daí conclui-se que para as elites políticas que governam o país ao longo dos anos, os povos indígenas não são importantes para o Brasil. Assim toda vez que se configura um conflito de interesses são os indígenas que são obrigados a ceder e se adequar. Quando não o fazem suas lideranças são mortas ou criminalizadas. Se contam com respaldo de um arcabouço jurídico-legal este é sistematicamente desrespeitado e atacado, seja por políticas governamentais (PAC, IIRSA), mediante interpretações restritivas do direito indígena pelo Judiciário (condicionantes do STF na Ação contra a TI Raposa Serra do Sol) ou por tentativas de mudança da legislação indigenista pelo poder Legislativo (PEC 215).

Este cenário é particularmente perverso para os povos indígenas isolados, cuja proteção entregue ao

Estado, obviamente sem a participação dos diretamente interessados, fica condicionada aos interesses econômicos incidentes em suas terras. Frequentemente, em função desses interesses a invisibilidade desses povos é usada para negar a sua existência. No caso, por exemplo, das hidrelétricas do rio Madeira o governo só admitiu a presença de indígenas isolados na área de influência dos empreendimentos, depois que estas obras já haviam recebido todas as licenças de implantação.

Casos de violência contra os povos indígenas isolados em 2011, situações de vulnerabilidade e exposição à violência.

1. Awá Guajá

Segundo lideranças Guajajara madeireiros atacaram um acampamento dos índios Awá Guajá isolados na TI Araribóia, no Maranhão, no mês de outubro de 2011, no qual uma criança teria sido queimada. Esse fato ganhou uma grande repercussão nacional e internacional.

Uma equipe formada por integrantes do Conselho Indigenista Missionário, da Comissão dos Direitos Humanos da OAB/MA e da Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos, esteve no local para averiguar a situação e puderam constatar, através dos vestígios encontrados, que de fato a agressão ao acampamento Awá-Guajá isolado ocorreu.

Os tratores madeireiros, literalmente, passaram por cima dos tapiris Awá. Ainda era possível observar os vestígios de fogueiras, embiras, árvores de onde tiraram mel, paus apontados com uma ferramenta rústica e suportes usados para subir nas árvores mais altas para a coleta de mel. Foram encontrados quatro vestígios de fogueiras, donde é possível deduzir, pelos hábitos dos Awá-Guajá, se tratar de quatro famílias. Uma liderança Guajajara afirma que se tratava de aproximadamente 30 pessoas.



Foto: Gilderlan Rodrigues da Silva/Cimi-MA

Integrantes do Cimi, OAB-MA e Sociedade Maranhense de Direitos Humanos comprovaram ação de madeireiros em área de isolados

As marcas da destruição eram visíveis e estavam por todos os lados. Além dos restos do acampamento Awá, foi encontrada uma grande quantidade de toras de madeira de lei no chão e mais árvores marcadas para o corte, estradas em boas condições de tráfego rasgando a mata, como também um acampamento madeireiro novo no local da violência. O acampamento estava vazio, mas as marcas indicavam que era temporário, talvez por conta da repercussão da notícia.

Desde o ataque ao acampamento Awá-Guajá, os indígenas não foram mais vistos na TI Araribóia. As lideranças Guajajara se sentem ameaçadas pelos madeireiros e foram proibidas de voltar a caçar na área em exploração. Pode-se constatar que a atividade madeireira continua a todo vapor, destruindo a última reserva de mata nativa desse território, local fundamental para a sobrevivência física e cultural dos Awá-Guajá.

Em 2011 surgiram mais relatos da presença de grupos do povo Awá-Guajá isolados ou livres nos territórios Krikati, Caru e Awá. O povo Krikati informou que um indígena avistou, nas proximidades da zona de caça, um grupo de aproximadamente 12 indígenas, que, pelas descrições, trata-se de um grupo Awá-Guajá. Nesse mesmo território um motorista de ônibus, trafe-

gando à noite pela estrada que passa dentro da terra indígena, comunicou às lideranças Krikati ter avistado uma família indígena atravessando de um lado para o outro da estrada, com as mesmas descrições do primeiro grupo. Segundo as lideranças Krikati esses relatos foram comunicados à Funai.

Indígenas Awá-Guajá da aldeia Awá, na TI Caru, informaram ter encontrado tapiris (abrigos de palhas) de um acampamento temporário de Awá-Guajá livre. Segundo os indígenas, “eram seis pequenos tapiris e no entorno uma grande quantidade de cascos de jabutis, caroços de inajás, casca de coco babaçu”. Pelas investigações, o grupo “não possui nenhuma ferramenta de corte, sendo as palhas, as madeiras e os cipós para a construção dos tapiris realizada somente com o uso das mãos”.

Os Awá-Guajá acreditam que “eles tenham deixado o acampamento por aqueles dias”. Estimaram que o grupo é composto de oito a dez pessoas. Os Awá-Guajá recolheram uma flecha e um cesto tradicional, ambos foram entregues ao funcionário da Funai local.

A primeira preocupação dos Awá-Guajá, ao relatarem a situação, é com a violência a que o grupo está exposto. “Os madeireiros vão matá-los! Os madei-

reiros continuam na floresta. Eles continuam a abrir estradas, aterrando pequenos rios e igarapés, construindo pequenas pontes. Eles também têm despejados grandes quantidades de pilhas, de embalagens de munição, de alimentos e de combustíveis nos rios”. De fato, os relatos dos Awá-Guajá, demonstram que os madeireiros continuam suas atividades no interior do território sem serem importunados.

2. Povo “Yviraparaquara”

Uma ossada humana foi encontrada no interior da TI Uru Eu Wau Wau, em Rondônia, próximo de um acampamento onde tinha um motor estacionário abandonado pelo morador da região Edson da Silva que havia se perdido na mata quando estava pescando e caçando no interior da terra indígena. A polícia civil e militar de São Francisco do Guaporé/RO foi informada e a notícia se espalhou pela imprensa escrita e falada. O grupo da Frente Etno-ambiental da Funai se deslocou até a região. Vicente, chefe da Coordenação Técnica da Funai de Ji Paraná confirma que trata-se de uma ossada/cadáver de indígena isolado que morava na região. Existem informações de que o caminho deste povo isolado, conhecido como “Yviraparaquara”, fica a menos de 5 km do pasto da fazenda que faz divisa com a terra Indígena Uru Eu Wau Wau.

3. Povo indígena isolado no Parque estadual Guajará Mirim ameaçado de extermínio

O povo indígena isolado no Parque estadual Guajará Mirim encontra-se extremamente ameaçado pela

construção da BR 421. Eles localizam-se no traçado do projeto da BR que fica entre os municípios de Ariquemes a Nova Mamoré. Os indígenas da região de Nova Mamoré relatam que ouviram dos que forçam a construção desta BR que já ocorreram mortes e que este povo deve ser exterminado antes que a Funai chegue e o localize, pois dessa forma seria inviabilizada a construção da BR 421 o que impediria a passagem pelo Parque estadual de Guajará Mirim.

4. Isolados na área de influência do complexo hidroelétrico do Rio Madeira

A construção do complexo hidroelétrico do Rio Madeira destruiu a cultura milenar dos povos indígenas livres que viviam às margens deste rio e mais de 10 sítios arqueológicos irão desaparecer com a extensão do alagamento, sem que fosse feito o mínimo de estudos sobre estas culturas. A Funai finalmente confirmou a presença de indígenas isolados do povo Katawixi na área de influência das obras.

5. Isolados do Alto Xinane

No mês de julho de 2011 a TI Xinane habitada por um povo indígena isolado foi invadida por narcotraficantes peruanos, que tomaram de assalto a Base de Vigilância da Frente de Proteção Etnoambiental Envira/Funai na região. Chegou a ser ventilado pela imprensa um possível massacre de indígenas isolados. O fato revela a situação de vulnerabilidade em que se encontram os povos indígenas isolados na região da fronteira Brasil-Peru e a fragilidade da proteção que recebem do Estado. Na



Povo indígena Xiname, no Acre



fronteira Brasil – Peru encontra-se a maior ocorrência de povos indígenas isolados do mundo.

6. Isolados no Mato Grosso

Os povos isolados do Rio Iquê, Rio Pardo e Piri-pkura continuam ameaçados com a invasão de seus territórios por madeireiros e fazendeiros.

Outra ameaça vem do Projeto de Lei do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Mato Grosso que não reconhece a existência de 9 terras Indígenas no estado, entre elas, as terras dos grupos de índios isolados TI Piri-pkura e TI Kawahiva do Rio Pardo.

7. Avá Canoeiro

Os Avá Canoeiro isolados da Ilha do Bananal estão seriamente ameaçados com os projetos de infraestrutura no entorno e dentro da Ilha planejados pelo governo do estado do Tocantins. A abertura e pavimentação da TO 500, a estrada conhecida como Transbananal, e a TO 242 que cortará a Ilha do Bananal ao meio ligando os estados do Tocantins, Mato Grosso e Pará, se construídas, atingirão o coração do território Avá.

Os constantes deslocamentos dentro e fora do território demarcado da Ilha do Bananal e a proximidade da cidade de assentamentos e fazendas também vêm colocando em risco a integridade física do povo Avá Canoeiro, em um possível conflito com os fazendeiros e pescadores no entorno do território indígena. Este povo vive em isolamento e evita contato até mesmo com outros povos que habitam a Ilha do Bananal.

Segundo relato de Miguel Karajá da aldeia Javaé Waotynga do lado do Tocantins, os Avá Canoeiro

compõem um grupo de cerca de 50 pessoas. Acredita-se que o grupo estivesse abrigado no interior da ilha, em região de floresta intacta. Porém, Miguel revela que o grupo parece deslocar-se para o norte da Ilha, a 55 km da cidade da Lagoa da Confusão, e a 35 km da sede do assentamento Loroty, onde se concentram os projetos de monoculturas com uma grande área desmatada.

Como evidência, ele aponta as roças de sua aldeia, onde diversos frutos e legumes foram colhidos de maneira muito rústica, uma bananeira foi cortada, sem ferramentas, outros vestígios como imitação de animais e presença na margem do rio Javaé seguindo as canoas dos Javaé, foram detectados pelos indígenas Javaé da aldeia Waotynga caracterizando a presença dos Avá Canoeiro dentro do território Javaé/Karajá.

Informações de indígenas Javaé do sul da Ilha, em 2011, também atestam que foram encontrados vestidos dos indígenas isolados nessa região da Ilha, em cujo entorno se concentra a maior parte das grandes fazendas de criação de gado, além de vários projetos de agronegócio com monocultivo de arroz, soja e melancia.

Os Avá-Canoeiro, também conhecidos na região por “Cara Preta”, são temidos pelos ribeirinhos, fazendeiros e indígenas, por suas habilidades com flechas e por usar o rosto pintado com jenipapo.

8. Isolados do Vale do Javari

A vida dos povos indígenas isolados do Vale do Javari está seriamente ameaçada com a disseminação de doenças entre os demais povos indígenas que habitam esta terra indígena devido à falta de um atendimento de saúde adequado. Nessa terra indígena localizam-se pelo menos 13 grupos indígenas isolados. Os contatos, que sempre aconteceram entre os povos isolados e os demais povos indígenas do Javari vêm se intensificando nos últimos anos. Esse fato associado à piora no quadro de saúde, onde doenças com hepatite, malária e gripe não são adequadamente prevenidas e tratadas, aumenta enormemente os riscos à vida dos indígenas isolados.

A grave situação de saúde na região, que se arrasta há anos, e que traz a desesperança para dentro das aldeias indígenas, já foi repetidas vezes denunciada aos órgãos competentes sem que as respostas necessárias fossem dadas. Os povos e organizações indígenas do Javari, com o apoio de diversas entidades da sociedade e da Igreja, em mais um esforço para chamar a atenção para o problema, na busca de uma solução definitiva lançaram em outubro de 2011 a Campanha “Povos Indígenas do Vale do Javari: Unidos pela saúde e pela vida”. ■

Fotos: Gleilson Miranda.





Capítulo V

Crônica de Violência **Povos vitimados pela ditadura**

138 A longa jornada das flechas silenciadas

A longa jornada das flechas silenciadas

Renato Santana

Editor do jornal *Porantim*

A manhã não rompeu para o cotidiano da aldeia Irantxe naquele dia. Acuado num canto da maloca, o ancião ouvia os tiros de carabina e os gritos de desespero de centenas de índios no terreiro da aldeia. O rosto espreitava, entre os fachos de um fim de luar, a correria e desespero empreendidos pelos assassinos. Sugavam as almas indígenas às dezenas, deixando os corpos nus para apodrecerem nas terras do paraíso saqueado. Na madrugada daquele início de século XX, apenas uma flecha zumbiu contra os algozes – seringueiros recebidos com afeição pelos Irantxe e instalados nas proximidades da aldeia, às margens dos baixios dos rios Cravari e Timalátiá, nas profundezas da Amazônia matogrossense.¹ As demais foram silenciadas.

Com o arco e flecha armado e apontado para a porta, o ancião estava decidido a sangrar o primeiro matador que por ali passasse. O olhar decidido contrastava com o perfil de seu povo: pacífico e tímido no contato com o branco. Talvez por isso, os seringueiros se espantaram ao ver um de seus assassinos despencar do alto da maloca, com uma flecha atravessada na glote. Apesar de pacífico, o ancião fez a flecha atravessar a parede de palha e parar direto no pescoço do atirador. Poderia ter sido um início de revolta, mas não houve chance. A fissura por sangue e morte só fez aumentar depois que a única flecha foi disparada; todas as outras foram caladas: os seringueiros colocavam os indígenas que ainda estavam vivos dentro das malocas, fechavam as saídas e ateavam fogo. Crianças, mulheres, idosos, homens. O que tinha vida na aldeia acabou incendiado nas palhoças ou morto à bala.

A matança, porém, não tinha ordem. Em meio ao caos, outros grupos faziam buracos nas partes altas das malocas e por ali passavam o cano das carabinas.

Atiravam aleatoriamente, sem distinguir sexo e idade. Um após outro indígena caía morto. Sem chances de qualquer reação, foram cercados numa emboscada organizada pelo seringueiro Domingos Antônio Pinto. Mal começaram as primeiras movimentações da manhã, os Irantxe foram atacados. Os mais novos ainda dormiam. As mulheres e os homens se preparavam para ir à roça e caçar. A matança começou pelos primeiros que saíram das malocas. Quem dentro delas decidiu se proteger acabou queimado ou morto em cativeiro. Quanto mais matavam, mais os seringueiros e seus comparsas se exaltavam; aos gritos, um atentava ao outro sobre indígenas que tentavam correr, saindo das malocas. O corpo do ancião, tal como os que foram assassinados dentro das malocas, seguiu na escuridão de uma manhã que nasceu em brasa e silenciosa na aldeia devastada.

Tal chacina, ocorrida antes da década de 1930, vitimou também quem tentou procurar indígenas que tivessem sobrevivido, conforme relatou em diário o padre jesuíta João Evangelista Dornstauder nas páginas de novembro de 1948:² “Luiz Gomes, Emiliano, Evaristo e Zé Mendes foram ao Paredão (local próximo ao trágico evento) atrás de mulher Irantxe. Zé Mendes chegou primeiro, olhou pelo buraco e foi morto. Então os seringueiros (uns 15) assaltaram os índios e depois os mataram a tiros”. Os seringueiros investiram mais vezes contra outros grupos Irantxe, sendo que em muitas vezes eles apenas atiravam ao redor da aldeia; os indígenas que não fugissem acabavam assassinados. Há relatos de mulheres penduradas de ponta cabeça em galhos de árvores, depois de estupradas, para serem retalhadas a facão. Assim foram tomando conta da terra e do espaço dos indígenas. Esses, por sua vez, se dispersaram pela região, divididos em grupos distintos. Em 1928 expedições percorreram igarapés do rio Cravari, à procura de

1 PEREIRA, Adalberto Holanda; SILVA, José de Moura. *História dos Münkú (Irantxe)*. Revista Pesquisas – Antropologia. Instituto Anchieta de Pesquisas. São Leopoldo: nº 28, p. 2, 1975.

2 Idem p. 3.



Foto: Renato Santana/Cimi

Povo Mýky, Mato Grosso, vítima do período ditatorial

aldeias Irantxe. No entanto, seus integrantes, entre eles indígenas Paresí, encontraram apenas picadas, vestígios, malocas abandonadas e artefatos. Tudo indicava que a opção dos indígenas era pelo isolamento voluntário, dado o massacre sofrido. Nas décadas seguintes, alguns grupos passaram a fazer contato, atraídos pelos jesuítas que assumem a Prelazia de Diamantino, em 1930. Dali nasce a primeira missão entre os indígenas, sob o signo da violência trazida pelos seringueiros e frentes agropecuárias que aos poucos se fixavam na região. A intenção dos jesuítas era localizar os Irantxe, o que acontece com o passar dos anos das mais variadas formas, inclusive fruto de conflito entre os povos, mas com algo em comum: os indígenas nunca falavam na língua própria; apenas reproduziam as palavras do branco e gesticulavam.

A atração destes indígenas suscitou nova problemática: a locomoção territorial forçada. Eram os tempos de Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Dessa forma, o governo determinava qual seria o melhor lugar para os indígenas, sem oferecer garantias para que os indígenas permanecessem no território de ocupação tradicional.

Mesmo nos casos de conflito com outros povos, pois nas fugas, com o território desprotegido da ação de seringueiros e invadido pelos inimigos históricos, os indígenas eram obrigados a fazer contato. Os Irantxe mantinham vendetas com os Beijo de Pau, índios com formação mais guerreira e que impunham correrias aos Irantxe. Com cada vez mais indígenas chegando aos postos do SPI, a solução encontrada foram as transferências.

Sobre o grupo Irantxe contatado, composto por 63 indivíduos, assim escreveu padre Dornstauder:³ “O SPI pretende assumir a administração exclusiva da tribo (sic). Sua ação até agora foi indecisa e insuficiente. O objetivo principal: recolher-los em lugar onde possam estar ao abrigo dos Tapanhuma (Beijo de Pau). Falou-se da mudança do Posto em maio de 1949. Indecisão do pessoal da inspetoria: se seria melhor trazê-los mais perto dos civilizados, e da zona de recursos ou então se será necessário aproximar-se mais deles”. Por fim, o SPI

³ Idem p. 11.

mantém um posto chamado de Major Libânio Coluizorecê, conhecido como Posto de Tolosa, em Utiariti, local da missão e internato jesuítas. Desse modo, a alternativa escolhida foi aproximá-los da ideia de 'civilização' do SPI. Algumas aldeias permanecem pelo rio Cravari. Padre Dornstauder, no entanto, conhecia bem o território ocupado tradicionalmente pelos Irantxe, entendendo os fluxos de migração ocasionados pelos conflitos entre os povos e se mantinha reticente quanto ao decidido pelo órgão indigenista.

A permissividade com relação a presença de invasores no território, em detrimento da garantia da ocupação permanente e exclusiva dos indígenas, logo mostrou suas consequências. Na segunda metade da década de 1950, os norte-americanos chegaram a abrir um campo de aviação entre duas aldeias Irantxe, no Cravari. Além de doenças, que matavam os indígenas em surtos incontroláveis de tifo, sarampo e gripe, a Companhia Seringueira Utiariti instalou seus trabalhadores da borracha, vindos de todo canto do país, junto às roças e aldeias Irantxe. Indígenas são mortos

em conflitos, mulheres são violentadas e crianças são roubadas. Nas aldeias, epidemias seguem matando os Irantxe e as crianças em idade escolar são retiradas das comunidades e levadas para o internato de Utiariti, onde são batizadas e educadas. Com as aulas, os indígenas inserem em suas vidas as relações sociais do branco, sendo o trabalho e a necessidade de terem um patrão⁴ as mais nocivas. Chega ao ponto dos Irantxe ficarem ressentidos com os jesuítas quando os religiosos passam a defender a vida na aldeia, com terras demarcadas, e não a 'escravidão' do trabalho nas seringas e demais postos da sociedade envolvente, interessada na mão de obra barata indígena. Posteriormente, na década de 1960, um grupo de jesuítas, entre eles Thomaz de Aquino Lisboa, desativou o internato sob a alegação de que a ação missionária deveria respeitar o modo de vida, a cosmologia e a permanência dos indígenas em seu território.

4 Idem p.15.

Foto: Renato Santana/Cimi.



Ancião Mýky, Mato Grosso



Tanto o SPI quanto os jesuítas sempre ouviram dos Irantxe contatados que existiam grupos isolados, arredios. Talvez pelo excesso de esforços que esse grupo já demandava os então chamados sertanistas e os próprios missionários indigenistas não se embrenharam nos pontos descritos pelos índios para buscar a atração com os isolados. A exceção ficou por uma tentativa infrutífera do padre Dornstauder. Apenas em 1969 ocorreu o primeiro sobrevôo nas áreas determinadas pelos Irantxe, tendo na expedição os padres Thomaz, Edgar e Dornstauder. Duas aldeias foram localizadas nas proximidades do rio Papagaio. Para os jesuítas, não tardaria para aqueles índigenas serem atacados tal como no passado o foram; as frentes agrícolas se expandiam cada vez mais e já chegavam perto do território indígena. A missão por terra, baseada nos roteiros traçados com os sobrevôos, descobre no rio Papagaio a barra de um córrego batizado pelo padre Alberto Holanda Pereira de Escondido, pois não era possível vê-lo de cima e nem mesmo os índigenas o conheciam.⁵

Além de padre Alberto, a expedição era composta pelos jesuítas Thomaz Aquino e Vicente Cañas e os índigenas Irantxe do Cravari José Tapurá, Maurício Tupsi, Armando Uiakuxi e o índio Rikbáktsa Odilon Aiquiniata. Pelo Escondido, os primeiros passos da missão rumo aos isolados se deu por uma estrada de seringa – sinal claro da presença cada vez mais próxima do branco às terras dos índios chamados de arredios. Caminham mais algumas horas e desembocam numa roça; o choro de uma criança se faz ouvir e a primeira casa é avistada. O cheiro de urucum pode ser sentido pelos índios da missão. Cerca de 30 metros adiante da casa toda a comunidade estava reunida; os ‘estrangeiros’ eram fitados com apreensão e curiosidade. Alguns homens armaram o arco e flecha, mas quando Tapurá e Tupsi falaram na língua, logo os isolados perceberam que se tratava de índios Mýky, como eles. Irantxe não era como se chamavam, mas Mýky. O processo histórico da colonização, portanto, deu nomes diferenciados para o mesmo povo – fenômeno comum por todo o país. O Escondido, enfim, era revelado para um contexto hostil aos povos indígenas do Mato Grosso.

Os caminhos abertos pelo marechal Cândido Rondon durante o final do século XIX, no centro-oeste brasileiro, com linhas telegráficas e mapeamentos de terreno, sem dúvida conduziram as forças produtivas

agrárias aos territórios indígenas daquela região. O país em nada estava preparado para entender os índios e seus direitos, mas, ao contrário, disposto a tirá-los de suas terras para explorar as potencialidades que elas ofereciam. A compreensão de missão, no entanto, tinha mudado radicalmente, sendo que Thomaz e Vicente, junto com os demais missionários da então Operação Anchieta (Opan) e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), defendiam a inculturação, um mergulho no modo de vida dos povos indígenas, em suas práticas culturais e ritualísticas. No início, passavam meses junto aos índios, estudando-os, aprendendo a língua e fazendo levantamentos etnográficos. Na terra, e somente nela, os missionários indigenistas entenderam que aquelas populações poderiam seguir um curso existencial próprio, autônomo, sendo esse um direito original que o Estado não poderia negar aos indígenas.

Com poucos anos passado do contato, por volta de 1972, já se discutia a demarcação do território Mýky. Cada vez mais a presença de fazendeiros e demais invasores ameaçavam o convívio dos indígenas. Áreas de caça e retirada do mel eram sistematicamente saqueadas e devastadas. Conflitos entre indígenas e medidores de terras contratados pelos fazendeiros eram constantes, criando um clima de hostilidade e violência. “Tendo sido informado do incidente do encontro dos índios com a turma de medição, os responsáveis pela Missão Anchieta iniciaram um diálogo direto com o interessado nas terras limítrofes do habitat dos Mùnkù (sic), o Sr. Mauro Tenuta. Alegava ele que a aldeia estava no fim da angulação do traçado de suas terras (...) os índios relutaram em aceitar proposta de colocar a aldeia um pouco mais para oeste, apesar das indenizações de tudo: das grandes extensões de derrubadas, plantações, 500 metros de pista feitas a golpes de machado. Isso seria feito com vagar, sem pressa”, escreveu Thomaz de Aquino em seu diário.⁶ Thomaz e Vicente Cañas rodavam toda a área indígena, alertando invasores que abriam estradas para acesso às fazendas limítrofes ao território de que aquela região era de posse dos Mýky. “(...) Digo que o trator está passando defronte da aldeia, a menos de 10 km dela. Estourar de revolta, nada adianta. Tinham-me garantido que não chegariam a 20 km da aldeia”, escreve⁷ Thomaz.⁸

Se antes os sobrevôos eram para localizar as aldeias isoladas, agora eles eram feitos para mapear

5 Idem p.27.

6 LISBOA, Thomaz de Aquino. *Os Índios Mýky: A Resistência de um Povo*. Edições Loyola. São Paulo: p. 45, 1979.

7 Idem p. 48.

8 Idem p. 49.

picadas de medição, estradas e de que forma a invasão no território estava se dando, além de quais eram as coordenadas geográficas da destruição. Cada vez mais os Mýky estavam encurralados pelos invasores. Thomaz descreve o espanto dos indígenas ao verem as imensas árvores amazônicas derrubadas: o que outrora era floresta, agora se transformava em estrada de terra para a passagem de todo tipo de interesse depredatório. O jesuíta então pede ao presidente da Funai, general Oscar Bandeira de Melo, que interdite a área: "(...) Já foi solicitado à Funai o decreto de reserva de uma área para os referidos índios. Os limites da mesma necessitam uma melhor indicação, a ser feita em breve, após consultar os próprios índios. Entretanto, solicito a V.S, em caráter de urgência, um documento que proíba a aproximação de qualquer pessoa numa área de 20 km a Oeste e a 6 km nos demais pontos cardeais ao redor da aldeia principal, para evitar que os índios sofram as consequências do contato com as frentes de penetração".⁹

Os espíritos, porém, não cessavam de movimentar os corações dos Mýky. Estes, porém, em nada habituados com os brancos encontram os trabalhadores dos fazendeiros derrubando árvores e, quando por alguma razão não entram em atrito, trocam com os índios objetos velhos por comida e utensílios. Thomaz mantinha boa relação com estes trabalhadores, mas em certa ocasião viu dentro do barraco de um deles flechas presas ao teto. Perguntou como o sujeito tinha conseguido o material. Tão logo veio a resposta: "Troquei com um índio". O jesuíta alertou os trabalhadores de que ali se tratava de terras indígenas e colocou uma placa com este aviso no início da picada. Horas depois o fazendeiro Mauro Tenuta a arrancou. A ação do invasor parece ter aberto caminho para uma violência de outro tipo, ocasionada pelo desenfreado número de não indígenas que chegavam às terras Mýky: as doenças. Quase três anos depois do contato e de todo cuidado dos missionários para não se transmitir doenças, três indígenas morrem e assim sucessivamente outros.

Por esse período, os Mýky enterravam os mortos dentro das copas das árvores; arrancavam a casca e a preenchiam com o corpo. Thomaz assim descreveu uma das mortes, a do indígena Yaukai: "(...) Pego-o pelo braço e o ajudo a se aliviar escarrando. Pega-me a mão e com ela aperta o estômago e parece aliviar-se de fundas dores de estômago. Xinunxi Alípio acha vantajoso fazer massagens com álcool. Logo depois delas, aplicamos compressas com álcool e deixamos Yaukai

suando, acreditando que baixava a febre. Armamos as redes e comemos batatas assadas, trazidas por Ximyuí. Não passamos muito tempo mergulhados no escuro da pequena casa, quando ouvimos gritos e choros: Yaukai acaba de morrer. Fico imóvel, apoiado na rede, entre os gritos e lamúrias. A triste situação supera minha capacidade de descrição".¹⁰

Padre Thomaz veria, mais adiante, que os perigos que circundavam os Mýky do Escondido seriam cada vez mais ameaçadores, tanto para os indígenas quanto para ele próprio. Em maio de 1974, o jesuíta seguia para a aldeia Mýky. O missionário decidiu parar num barracão de trabalhadores da frente de expansão agropecuária – homens que abriam estradas, picadas de medição e outros serviços do gênero contratados por fazendeiros. Com estes indivíduos, Thomaz costumava saber quais os destinos das estradas, o que seus patrões pretendiam, além de fazê-los respeitar e não praticar violências contra os indígenas. Um dos mais próximos a Thomaz era um paraguaio chamado Villa e foi ele quem, nessa ocasião, alertou ao jesuíta de que existia uma ordem do fazendeiro Mauro Tenuta de que Thomaz não poderia se dirigir para a aldeia pela estrada, mas apenas pelo rio Papagaio. O missionário consultou dois indígenas que estavam com ele e a decisão foi por seguir viagem, posto que até ali já tinham chego, apesar de Villa mais uma vez insistir para que o grupo não fosse.¹¹

No escuro da noite e uma hora e meia de caminhada depois Thomaz e os indígenas atingem a aldeia e se deparam com ela completamente destruída. Todos os Mýky tinham saído dela e tratores derrubavam casas, árvores e aos poucos acabavam com qualquer sinal de que naquele local viviam povos residentes da terra há incontável tempo. Thomaz, tomado por um acesso de raiva, pouco se importou com as consequências e interpelou o trabalhador que parecia ser o capataz da destruição, descrevendo o conflito assim em seu diário: "Pergunto se não sabem da combinação de levarem a estrada até dois quilômetros e deixarem intata a aldeia. Respondem que a Funai dera a ordem. Digo que por entrar a Funai na questão, não trato mais do assunto, do contrário, o trator pararia ali mesmo. Contestam que param só com ordem de Mauro e têm ordem dele de me impedir de passar para a aldeia. Digo que só me amarrando a uma árvore é que não vou. Retrucam que na próxima vez eu deverei trazer ordem por escrito. Digo que, para mim, Mauro não era nada naquela questão (...)".¹²

9 Idem p. 51.

10 Idem p. 59 a 60.

11 Idem p. 67

12 Idem p. 68

O jesuíta reparou ainda que os trabalhadores tinham levantado uma casa coberta de zinco e brasilite, com caixa d'água e bomba que puxava água do córrego usado pelos Mýky para beber, cozinhar e tomar banho. A construção era a sede da Fazenda Maloca, do invasor Mauro Tenuta. Mesmo sem nenhuma segurança, Thomaz e os indígenas seguiram atrás a aldeia para onde os Mýky foram, percorrendo uma picada iluminada pela luz da lua. Duas horas de caminhada depois, o jesuíta tem outra surpresa: todos os índios e índias estavam vestidos. Ali toda a história dos últimos meses foi descrita: Tenuta chegou aos indígenas dizendo que a Funai dera ordem para que eles abandonassem a aldeia. O cacique, que antes tinha entrado em conflito por duas ocasiões com os medidores do fazendeiro, expulsando-os das terras de seu povo, nada porde fazer, posto que tomou como ordem do governo o que era, na verdade, manipulação e mentira do fazendeiro. Porém, Tenuta prometeu levar para a aldeia nova mantimentos, instrumentos e roupas. Assim o fez: os Mýky foram enganados e o preço pago por Tenuta pelas terras, dentro da história por ele inven-

tada, foram 10 sacos de arroz, oito sacos de açúcar, 10 sacos de farinha de mandioca, um saco de feijão, facões, machados, foices, calças, camisas e botinas.

Thomaz segue para Cuiabá e na capital vai ter com Tenuta em seu escritório. A discussão foi tensa e aos gritos o fazendeiro expulsou o jesuíta, sem antes o advogado Maurício Tenuta, irmão do invasor, mostrar para o missionário uma queixa-crime à Secretaria de Segurança Pública de Mato Grosso contra suas ações entre os Mýky. Thomaz era acusado de incitar os indígenas contra a ordem em atos subversivos – estamos, afinal, num dos períodos de mais violência da ditadura militar contra opositores do regime. A queixa seria enviada também para a Polícia Federal, Funai, 16º Batalhão de Caçadores de Cuiabá e ao arcebispo de Cuiabá. Em contrapartida, Thomaz entrou em contato com padre Iasi, em Brasília, e pediu para que ele informasse a situação ao presidente da Funai, general Ismarth de Araújo, e pedisse para ele a interdição imediata da área Mýky até que o processo de demarcação fosse realizado. O ditador de plantão era Ernesto Geisel, que prontamente assinou a interdição



Foto: Renato Santana/Cimi

Crianças Mýky, Mato Grosso

tal como esperavam os missionários. A reintegração de posse também foi feita, lavrada pelo oficial de Justiça na presença de padre Iasi, dentro do barracão construído pelos homens de Tenuta na aldeia destruída.

Dois anos depois do episódio a Funai ainda não tinha iniciado os trabalhos de demarcação. Com isso, o clima de instabilidade com invasores era só questão de tempo para ser retomado. Em fevereiro de 1976, o fazendeiro Orlando Peraro procurou os M'ỹky e Thomaz para saber se dois lotes de terras que tinha comprado incidiam sobre a terra indígena em interdição. Comprovou-se que sim, então Peraro procurou a Funai para pedir permissão e adentrar à terra com o intuito de saber o quanto perderia. Tapurá, liderança entre os M'ỹky, decidiu abrir picadas de medição para deixar claro qual a área reivindicada pelos indígenas. Quando a equipe do fazendeiro chegou com os equipamentos, tentou ludibriar os indígenas dizendo que a picada aberta estava errada. Revoltados, os M'ỹky se armaram e deram um prazo para

a equipe de Peraro sair da terra indígena. Pintaram-se para a guerra. Logo após esse episódio, Mauro Tenuta procura Thomaz novamente, pois como a Funai não tinha feito a demarcação, o interdito ainda estava em vigor. Desse modo, o fazendeiro estava disposto a arcar com o processo topográfico. Em 23 de janeiro de 1978, 47 mil hectares foram demarcados com a publicação no Diário Oficial da União.



Thomaz de Aquino Lisbôa vive hoje em dia na Terra Indígena M'ỹky, no local para onde os indígenas fugiram quando o fazendeiro Mauro Tenuta inventou a história de que eles teriam de sair da aldeia antiga por ordem da Funai. O jesuíta inculturou-se, ou seja, passou a viver junto dos M'ỹky conforme os costumes e cosmologia do povo. Depois do contato com os M'ỹky, no final da década de 1960, nunca mais saiu de perto deles. Vicente

Foto: Renato Santana/Cimi



Maloca M'ỹky, Mato Grosso

Cañas, irmão jesuíta e principal companheiro de Thomaz na atuação missionária pelo Mato Grosso, inculturou-se entre os Enawenê-Nawê – povo que fica algumas horas depois, pelo rio Papagaio, dos M̃ky. Ambos estiveram no processo de contato com os povos que decidiram se envolver, então as relações dos missionários com os Enawenê e os M̃ky sempre foram de grande proximidade. Thomaz e Vicente não só os contataram, como também partilharam dos destinos desses indígenas. Vicente, porém, dividiu com esses índios a viagem mais misteriosa e profunda que a imaginação humana pode fazer: a morte. Tal como os Enawenê e M̃ky assassinados pelos brancos interessados em suas terras, Vicente foi martirizado de forma violenta e covarde, em tocaia na casa onde o missionário morava.

De tal violência, de tal perda, Thomaz nunca se recuperou. “O mais marcante para mim durante todo esse tempo que estou aqui foi o assassinato do Vicente. Nunca mais fui o mesmo. Minha cabeça pirou, passei a viver só com remédios, caso queira ficar normal. Ainda é pior quando do aniversário de morte do Vicente; minha primeira crise aconteceu um ano depois de sua morte”. Essa fala de Thomaz não está em livros ou jornais, mas foi dita a mim e ao coordenador do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) no Mato Grosso, Gilberto Vieira dos Santos, durante visita a Terra Indígena M̃ky, em agosto de 2011. Nunca um espaço foi encontrado para que tal entrevista fosse publicada de forma contextualizada, mas ao tratarmos das violências sofridas pelos indígenas daquela região do Mato Grosso não é possível esquecer as palavras de Thomaz durante conversa no terreiro em frente a casa do missionário, numa tarde amazônica ensolarada e de ruídos vindos da mata. Porém, antes de começar a responder as perguntas, depois de nos acomodarmos sobre o tronco caído de uma árvore, sob a sombra de outras ainda em pé, Thomaz silenciou; assim ficou por quase um minuto, como se mergulhasse em suas memórias mais profundas para lembrar um passado selado pela existência continuada dos M̃ky, em sua terra de ocupação tradicional e em luta por outra não incluída na demarcação feita antes da Constituição de 1988, mas também envolto de mortes e violências desenfreadas.

Vicente Cañas foi atacado em sua cabana, às margens do rio Juruena, na primeira quinzena de abril de 1987.¹³ Parou no local para descansar e se recompor, pois vinha da cidade de Brasnorte e iria para o território

Enawenê, onde travava intensa batalha para a demarcação das terras desses índios - que viveram em situação de isolamento até julho de 1974. Conflitos foram registrados entre os Enawenê e os invasores, sendo que a tensão culminou com o assassinato de Vicente, já ameaçado de morte. O corpo do missionário foi encontrado pelo próprio Thomaz, acompanhado de indígenas e companheiros do Cimi. Ele estranhou o tempo em que Vicente estava sem fazer contato e decidiu ir atrás. Conforme o encontrado pelo grupo, Vicente tinha acabado de se banhar no Juruena, pois estava nu, e resistiu o quanto pode, na medida em que sinais de luta podiam ser vistos pela cabana.

“Depois disso eu nunca mais fui o mesmo. Minha vida se encerrou ali”, frisou Thomaz, que apesar de todas as consequências culminadas pelo brutal assassinato de Vicente, encontrado mumificado e com um ferimento profundo na barriga, se manteve entre os M̃ky. Os assassinos de Vicente continuam impunes, já Thomaz não: vive à base de remédios, entre a esposa M̃ky, seus filhos e netos, e a população da aldeia Juína. Apesar de tocado pelo desespero permanente desencadeado pela morte do amigo, a missão de ambos, Thomaz e Vicente, gerou muitos frutos: nos respectivos contatos, os M̃ky eram compostos por 23 indivíduos; hoje são 120.¹⁴ Os Enawenê estavam em 67, sendo que em 2010 eram 600.¹⁵ Ainda assim, a memória viva dos mortos no decorrer da história desses povos jamais foi apagada por quem viu de perto os assassinatos e violências cometidos pelo branco em nome do esbulho das terras indígenas em prol de interesses particulares, que nada tinham a ver com o desenvolvimento do país.

No tear dessa longa jornada das flechas silenciadas se desenharam os gritos que o mundo não ouve e não sabe, gritos intensos de uma minoria totalmente desconhecida (...) que constitui um povo com língua, ritos, crenças, cultura, política, modos de vida próprios.¹⁶ O grito dessa minoria, por fim, se fez ouvir para além de uma tragédia que aconteceu longe de qualquer olhar de justiça, como tantas outras que se calaram entre as árvores da floresta amazônica. ■

13 TEROL, Jose Luiz López; PARDO, José Carrión. *Kiwxi: Tras Las Huellas de Vicente Cañas*. Cano Donate Impresión. Valência: p. 174, 2003.

14 AMARANTE, Elizabeth A. Rondon. *Folheando os Diários de Campo (1979-2011)*. Jornal Porantim. Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Brasília: nº 337, p. 13, 2011.

15 LISBOA, Thomaz de Aquino. *Enawenê-Nawê: Primeiros Contatos*. Carlini e Caniato Editorial. Cuiabá: p. 8, 2010.

16 AMARANTE, Elizabeth A. Rondon. *As Bem-Aventuranças do Povo MYKY*. Editora Vozes. Petrópolis: p. 10 a 11, 1983.

Capítulo I – Violência Contra o Patrimônio

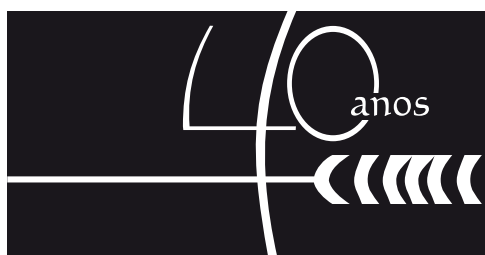
UF	Conflitos relativos a direitos territoriais	Invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio	Omissão e morosidade na regularização de terras	Total de casos
AC		2	1	3
AL			1	1
AM	1	4	2	7
CE			1	1
DF		1		1
GO			1	1
MA		8	2	10
MS	3		1	4
MT	1	3	1	5
PA	1	8	7	16
PB	1			1
PE	2	2	3	7
RO		4	2	6
RR		4	2	6
RS	1	1	14	16
SC	1	1	8	10
TO		4		4
TOTAL	11	42	46	99

Capítulo II – Violência Contra a Pessoa

UF	Abuso de poder	Ameaça de Morte	Ameaças várias	Assassinato	Homicídio culposo	Lesões corporais dolosas	Racismo e discriminação étnico culturais	Tentativa de assassinato	Violências sexuais praticadas contra indígenas no Brasil	Total de vítimas
AC				1		2				3
AL		1		2			3			6
AM	1		35					8	15	59
BA			1	5		2	2		8	18
DF										0
MA			2	2	1	1			1	7
MG		1		2		3				6
MS			35	32	5	6	3	85	8	174
MT		3			1				2	6
PA		3		1						4
PB		1								1
PE				3		2	1			6
PR					4	3		1		8
RO							2			2
RR									4	4
RS		1	67	2	1					71
SC							1			1
TO				1					1	2
TOTAL	1	10	140	51	12	19	12	94	39	378

Capítulo III – Violência por Omissão do Poder Público

UF	Desassistência geral	Desassistência na área de educação escolar indígena	Desassistência na área de saúde	Disseminação de bebida alcoólica e outras drogas	Mortalidade infantil	Morte por desassistência à saúde	Suicídio	Tentativa de suicídio	Total de vítimas
AC	300		53	2	10	2			367
AL									0
AM	489	311	24.144		11	14	3		24.972
AP					7				7
BA						1			1
GO									0
MA		12.000	273	1					12.274
MG									0
MS	6.158	195					13		6.366
MT			81		89	1			171
PA						1			1
PB									0
PE	4.000	1.100	10.406						15.506
PR	6	340							346
RO	1	810	56		1				868
RR		946	1		3	23	4		987
RS	100		1		2				103
SC									0
SP									0
TO					3	2	6	8	19
TOTAL	11.054	15.702	35.015	3	126	44	26	8	61.988



CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

ENDEREÇO

SDS - Ed. Venâncio III, sala 309-314

CEP 70.393-902 - Brasília-DF

Tel: (61) 2106-1650

Fax: (61) 2106-1651

www.cimi.org.br